



2024
Volume 11 | N. 1

REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS
LUSOPHONE JOURNAL OF CULTURAL STUDIES

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: DESAFIOS SOCIAIS E CULTURAIS
CLIMATE CHANGE: SOCIAL AND CULTURAL CHALLENGES

Editores temáticos | Thematic editors
Alice Dutra Balbé
Edson Capoano
Alejandro Barranquero

Diretoras | Directors
Rita Ribeiro
Isabel Macedo



Título | *Title*: Alterações Climáticas: Desafios Sociais e Culturais | *Climate Change: Social and Cultural Challenges*

Diretores (Editores da Secção Varia) | *Directors (Varia Editors)*

Rita Ribeiro, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Isabel Macedo, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Editores Temáticas | *Thematic Editors*

Alice Dutra Balbé, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Edson Capoano, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, Brasil

Alejandro Barranquero, Departamento de Comunicação, Universidade Carlos III de Madrid, Madrid, Espanha

Conselho Editorial | *Editorial Board*

Alda Costa, Direção de Cultura, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique; Aldina Marques, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Portugal; Alexandre Costa Luís, PRAXIS - Centro de Filosofia, Política e Cultura, Universidade da Beira Interior, Portugal; Ana Carolina Escosteguy, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil; Ana Gabriela Macedo, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Portugal; Ana Paula Coutinho, Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, Universidade do Porto, Portugal; Anabela Gradim, LabCom – Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Portugal; Annabelle Sreberny, Centre for Global Media and Communications, University of London, Reino Unido; Annamaria Palácios, Departamento de Comunicação da Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Brasil; Antonio Carlos Hohlfeldt, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil; Armando Jorge Lopes, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique/Gabinete de Qualidade, Universidade Politécnica, Moçambique; Barbie Zelizer, School for Communication, University of Pennsylvania, Estados Unidos da América; Carlos Assunção, Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal; Catarina Moura, LabCom – Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Portugal; Cátia Miriam Costa, Centro de Estudos Internacionais, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal; Círcia M. Krohling Peruzzo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil/Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; Eduardo Costa Dias, Centro de Estudos Internacionais, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal; Eliseu Mabasso, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique; Elton Antunes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; Emília Araújo, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Fabio La Rocca, Laboratoire d'Études Interdisciplinaires sur le Réel et les Imaginaires Sociaux, Université Paul Valéry Montpellier 3, França; Fernanda Ribeiro, Departamento de Ciências da Comunicação e Informação, Universidade do Porto, Portugal; Fernando Paulino, Laboratório de Políticas de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasil; Helena Pires, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Helena Sousa, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Isabel dos Guimarães Sá, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Isabel Ferin Cunha, Instituto de Comunicação da Nova, Universidade Nova de Lisboa, Portugal/Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal; Isabel Macedo, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Janet Wasko, School of Journalism and Communication, University of Oregon, Estados Unidos da América; Jean Martin Rabot, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; João Victor Gomide, Universidade FUMEC, Brasil; José Carlos Venâncio, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal/Universidade da Beira Interior, Portugal; José Casquilho, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Timor-Leste; José Manuel Pérez Tornero, Departamento de Periodismo y de Ciencias de la Comunicación, Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha; José Roberto Severino, Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Brasil; Joseph Straubhaar, Department of Journalism and Media Studies, University of Texas, Estados Unidos da América; Juremir Machado da Silva, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil; Lourenço do Rosário, Universidade Politécnica, Moçambique; Luís António Santos, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Lurdes Macedo, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal/Universidade Lusófona do Porto, Portugal; Madalena Oliveira, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Maria da Luz Correia, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Maria Immacolata Vassallo de Lopes, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, Brasil; Maria Manuel Baptista, Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Portugal; Mário Matos, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Portugal; Martins Mapera, Faculdade de Letras e Humanidades, Universidade Licungo, Moçambique; Messias Guimarães Bandeira, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Brasil; Muniz Sodré, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Nelia R. Del Bianco, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasil/Universidade Federal de Goiás, Brasil; Neusa Bastos, Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil; Paulo Bernardo Vaz, Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; Paulo Osório, LabCom – Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Portugal; Paulo Serra, LabCom – Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Portugal; Raúl Fuentes Navarro, Departamento de Estudios de la Comunicación Social, Universidad de Guadalajara, México; Regina Pires Brito, Centro de Comunicação e Letras, Universidade Mackenzie de São Paulo, Brasil; Rita de Cássia Aragão Matos, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Brasil; Rita Ribeiro, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Rosa Cabecinhas, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Rosânia da Silva, Universidade Politécnica, Moçambique; Sara Pereira, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Silvana Mota Ribeiro, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Silvino Lopes Évora, Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde; Sonia Livingstone, Department of Media and Communications, London School of Economics and Political Science, Reino Unido; Teresa Ruão, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Urbano Sidoncha, LabCom – Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Portugal; Vincenzo Susca, Département de Sociologie, Université Paul-Valéry Montpellier 3, França; Vítor Sousa, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Xosé López García, Departamento de Ciencias da Comunicación, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Conselho Consultivo | Advisory Board

Alain Kiyindou, Laboratoire de recherche MICA, Université Bordeaux Montaigne, França; Antonio Albino Canelas Rubim, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Brasil; Aníbal Alves, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; António Fidalgo, Departamento de Comunicação, Filosofia e Política, Universidade da Beira Interior, Portugal; Cláudia Leite, Teatro Circo, Braga, Portugal; Edilene Dias Matos, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Brasil; Eloy Rodrigues, Serviços de Documentação e Bibliotecas, Universidade do Minho, Portugal; José Bragança de Miranda, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal; José Teixeira, Centro de Estudos Lusíadas, Universidade do Minho, Portugal; Maria Eduarda Keating, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Portugal; Margarita Ledo Andión, Departamento de Ciencias da Comunicación, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha; Michel Maffesoli, Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien, Université Paris Descartes Sorbonne, França; Miquel de Moragas, Centre d'Estudis Olímpics, Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha; Murilo César Ramos, Laboratório de Políticas de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasil; Norval Baitello Junior, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil; Orlando Grossegese, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Portugal; Philippe Joron, Institut de Recherche en Sociologie et en Anthropologie, Université Paul Valéry Montpellier 3, França

Produção Editorial | Editorial Production

Assistência Editorial | *Editorial Assistant*: Sofia Salgueiro, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Inês Mendes, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Tradução e Revisão Linguística | *Translation and Linguistic Revision*: Anabela Delgado, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Indexação e integrações | Indexation and integrations

CAPEs | ERIH PLUS | DOAJ | Google Scholar | BASE | JournalTOC's | ROAD | RepositóriUM | RCAAAP | Latindex | INDEXAR | SciELO | Dialnet | INDEXAR

Imagem da Capa | Cover Image: Kelly Sikkema Design da Capa | Cover Design: Sofia Gomes

URL: <https://rlec.pt/> Email: rlec@ics.uminho.pt

Revista Lusófona de Estudos Culturais/Lusophone Journal of Cultural Studies é editada semestralmente (dois volumes/ano), em formato bilingue (português e inglês). Os autores que desejem publicar devem consultar o URL da página indicado acima.

The journal Revista Lusófona de Estudos Culturais/Lusophone Journal of Cultural Studies is published twice a year and is bilingual (Portuguese and English). Authors who wish to submit should go to URL above.

Editora | Publisher:

CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho
Campus de Gualtar
4710-057 Braga – Portugal

Telefone | *Phone*: (+351) 253 601751

Fax: (+351) 253 604697

Email: cecs@ics.uminho.pt

Web: www.cecs.uminho.pt

© Autores / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade



Este trabalho está licenciado sob a Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

e-ISSN: 2183-0886



Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2020-2023 (que integra as parcelas de financiamento base, com a referência UIDB/00736/2020, e financiamento programático, com a referência UIDP/00736/2020).

This publication is funded by national funds through Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., within the Multiannual Funding of the Communication and Society Research Centre 2020-2023 (which integrates base funding UIDB/00736/2020 and programmatic funding UIDP/00736/2020)

SUMÁRIO | CONTENTS

Alterações Climáticas: Desafios Sociais e Culturais	e024010
<i>Climate Change: Social and Cultural Challenges</i>	
Alice Balbé, Edson Capoano & Alejandro Barranquero	

ARTIGOS TEMÁTICOS | THEMATIC ARTICLES

A Hibridização do Jornalismo no Engajamento da Causa Climática: Um Estudo de Recepção com Ativistas Brasileiros	e024002
<i>The Hybridisation of Journalism in Fostering Engagement with the Climate Cause: A Reception Study with Brazilian Activists</i>	
Caroline Jacobi, Débora Steigleder, Eliege Fante & Eloisa Loose	

Narrativas Sobre Mudanças Climáticas no TikTok Brasil: Entre o Diagnóstico e a Desesperança	e024003
<i>Climate Change Narratives in TikTok Brazil: From Diagnosis to Despair</i>	
Simone Evangelista & Marcelo Garcia	

Jovens Ativistas e Justiça Climática: Uma Análise das Articulações de Txai Suruí e Amanda Costa	e024004
<i>Young Activists and Climate Justice: An Analysis of the Articulations of Txai Suruí and Amanda Costa</i>	
Criselli Maria Montipó & Myrian Del Vecchio-Lima	

Compor Mundos: Explorando a Metamorfose do Mundo na Era das Alterações Climáticas e as Suas Implicações Para a Saúde	e024005
<i>Composing Worlds: Exploring the Metamorphosis of the World in the Age of Climate Change and Its Implications for Health</i>	
Diogo Guedes Vidal, Marina Prieto Afonso Lencastre, Hélder Silva Lopes, Susana Magalhães & Rui Estrada	

Emergência Climática e Ativismos da Juventude: Um Estudo de Caso em Lisboa	e024006
<i>Climate Emergency and Youth Activism: A Case Study in Lisbon</i>	
Mariana Castro	

Arte Ativista e Arte Ecológica: Uma Discussão Sobre a Relação Entre Cultura, Ambiente e Sociedade, Abordagens Artísticas e Contextos de Produção Cultural	e024007
<i>Activist Art and Ecological Art: Exploring the Interplay of Culture, Environment, and Society, Artistic Approaches, and Cultural Production Contexts</i>	
Tatiana Lopes Vargas	

Contribuições de Dois Documentários Latino-Americanos Para uma Percepção Ampliada das Mudanças Climáticas a Partir de uma Leitura Decolonial	e024008
<i>The Contributions of Two Latin American Documentaries to an Expanded Perception of Climate Change from a Decolonial Perspective</i>	
Denise Tavares	

Sondar as Percepções das Alterações Climáticas em Enclaves Vulneráveis: Realidades Resilientes no Município de Buffalo City, África do Sul	e024009
<i>Probing Climate Change Perceptions in Vulnerable Enclaves: Resilient Realities in the Buffalo City Municipality, South Africa</i>	
Natal Buthelezi	

VARIA | VARIA

Díspora Negra e a Desautorização do Refrão Único: Imaginários de Tempo, História e Gênero nas Revoltas do Povo Negro Através da Música Popular Brasileira	e024001
<i>The Black Diaspora Disproving the Single Chorus: Imaginaries of Time, History and Gender in the Rebellions of the Black People through Brazilian Popular Music</i>	
Rosimeire Barboza da Silva & Lennita Oliveira Ruggi	

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: DESAFIOS SOCIAIS E CULTURAIS **CLIMATE CHANGE: SOCIAL AND CULTURAL CHALLENGES**

Alice Balbé

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

Edson Capoano

Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, Brasil

Alejandro Barranquero

Departamento de Comunicação, Universidade Carlos III de Madrid, Madrid, Espanha

As alterações climáticas estão entre os principais desafios atuais globais. Configuram-se como globais pois as alterações dos padrões climáticos não atingem a todos da mesma forma, mas todos serão afetados. Relatórios recentes do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), designadamente o sexto (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023), evidenciam a intersecção entre localização geográfica, fatores económicos, políticos e socioculturais. Isso significa que fatores como classe social, raça, etnia, género e idade, que estão associados a diferentes níveis de vulnerabilidades sociais, influenciam na probabilidade de sofrer com os efeitos do fenómeno e aumentam as dificuldades de enfrentamento. Destacamos, neste número, os desafios sociais relacionados com a ação climática e a justiça climática.

Essa intersecção entre a emergência climática e outros problemas sociais contemporâneos torna cada vez mais relevante trazer os desafios sociais e culturais ao debate público. O historiador Dipesh Chakrabarty, referência nos estudos pós-coloniais, tem chamado a atenção para a diferenciação e dicotomia entre história “natural”, “humana”, planetária e global. Ele argumenta que por muitos anos pouco se falou da questão ambiental na história, sobretudo o impacto humano na história da Terra. Do ponto de vista de Chakrabarty (2021), são conceitos interligados, uma vez que a condição humana mudou e está cada vez mais planetária. Segundo o autor, planetário significa a ligação do sistema terrestre, das espécies e sociedade humana no planeta, enquanto o global refere-se às interações, consumo, capitalismo e extrativismo.

Recentemente, Afeganistão, Argentina, Brasil, Burundi, China, Estados Unidos da América, Indonésia, Quênia, Tanzânia e Uruguai sofreram com fortes chuvas só na primeira metade do ano. Segundo a agência americana National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA; Administração Nacional Oceânica e Atmosférica), no mês de janeiro já havia sido registada uma média global de precipitação alta, acompanhada da média mais elevada de temperatura em grande parte do globo (National Oceanic and Atmospheric Administration/National Centers for Environmental Information, 2024). A previsão é de que o ano de 2024 seja o ano mais quente desde que há registos, ou seja, há 174 anos. Na Europa, os dez anos mais quentes já registados ocorreram desde 2007 e os três anos mais quentes desde 2020 (Copernicus Climate Change Service, & World Meteorological Organization, 2023).

No caso do Brasil, aconteceu recentemente (2024) a maior catástrofe climática já registada, mais especificamente atingindo a região Sul, expondo a interligação dos desafios climáticos e sociais (e políticos). O estado do Rio Grande do Sul (RS), o mais meridional do país, sofreu com chuvas intensas e inundações que atingiram 2.100.000 de pessoas e cerca de 90% do estado, que é maior do que o Reino Unido em extensão territorial. Algumas regiões chegaram a registar índices pluviométricos equivalentes à média de três meses em apenas dez dias e 390 cidades declararam situação de calamidade pública. Segundo relatório da Defesa Civil – RS (2024), 450 cidades foram afetadas, de um total de 497, interferindo na distribuição de energia elétrica e no fornecimento de água. O número de mortes supera uma centena e é semelhante ao número de desaparecidos, além de 500.000 pessoas desalojadas. Calcula-se que mais de 11.000 animais tenham sido afetados. Há ainda danos nas estradas, dificultando também a deslocação. Muitos desses municípios já haviam sido atingidos por fortes chuvas em setembro de 2023. A estimativa é de que muitas cidades terão de ser reconstruídas em outras regiões (Guimarães, 2024).

Os média começam a qualificar as vítimas deste fenómeno como “deslocados climáticos” e as expressões “eventos climáticos extremos” e “chuva intensa e persistente” têm sido utilizadas inclusive por governantes, que usam da narrativa da “força da natureza” para se esquivar da responsabilidade política de prevenção. Reportagens mostram que a gestão de riscos de desastres tem sido negligenciada desde 2017 no estado e dezenas de alertas têm sido feitos por órgãos ambientais sobre os impactos da crise climática, necessidade de prevenção e resposta aos desastres (Marcuzzo, 2024). Também no Brasil, mas na região Nordeste, o estado do Maranhão sofreu com enchentes após chuvas persistentes em abril, fazendo com que mais de 30 cidades declarassem situação de emergência (Nascimento, 2024).

Enquanto isso, na Espanha, a Agência Catalã da Água (ACA) decretou restrições de distribuição de água porque as reservas chegaram a menos de um quarto da sua capacidade em 2023 e no início de 2024 em mais de 200 localidades, incluindo Barcelona. Nos últimos anos, 55% do território espanhol tem estado em risco muito extremo de incêndios e as previsões de situações de emergência são cada vez mais frequentes em todo o Mediterrâneo: “ondas de calor mais intensas e duradouras, secas prolongadas e humidades relativas muito baixas” (World Wide Fund for Nature, 2023). Além disso, o relatório sobre o estado do clima de Espanha (Agencia Estatal de Meteorología, 2023) confirma um número recorde de dias em situação de onda de calor. Sítios históricos como os pântanos de Doñana, na Andaluzia, estão a sofrer níveis máximos de seca, agravados pela sobre-exploração dos aquíferos para irrigação de grandes propriedades.

Diversos acordos internacionais, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, conhecida através das Conferências das Partes, a Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica, o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas têm apelado a respostas políticas e ações efetivas locais para evitar o aumento da temperatura planetária. Baldwin-Cantello et al. (2023) falam do desafio triplo de manter o aumento da temperatura abaixo de 2º C,

para promover o bem-estar para todos, deter e reverter a perda de biodiversidade e evitar consequências ainda mais graves das alterações climáticas. Ter um ambiente limpo, saudável e sustentável também é considerado um direito humano, reconhecido pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (United Nations, 2022).

A proposta de discutir os desafios sociais e culturais das alterações climáticas no âmbito dos estudos culturais visa envolver os diferentes olhares sobre essa realidade, muitas vezes centrados na questão física e técnica do fenómeno. O elevado número de contribuições recebidas para esta edição especial da revista foi também uma resposta à relevância do tema e à importância do olhar interdisciplinar de que as alterações climáticas carecem. Diversos estudos têm mostrado que as dimensões culturais têm impacto na interpretação da informação, no conhecimento, na percepção do problema e dos riscos, assim como nas formas de ação e reação. O contexto histórico-cultural influencia no consumo de informação, na transformação em questões públicas e políticas e na percepção da agência (Carvalho, 2010), uma vez que aspectos cognitivos e afetivos afetam comportamentos (Lázaro et al., 2011).

A cobertura mediática tem sido foco de diversos estudos devido ao seu importante papel na mediação do discurso científico. A comunicação é importante para o engajamento político (Carvalho et al., 2017) e se torna ainda mais relevante no atual cenário de polarização (Falkenberg et al., 2022), desinformação (Lewandowsky, 2021) e uso de redes sociais (Balbé & Carvalho, 2017; León et al., 2022). Estudos recentes também têm-se debruçado sobre como comunicar sobre as alterações climáticas (Balbé & Loose, 2020; Loose & Carvalho, 2023) e os efeitos psicológicos relacionados já identificados, como a ecoansiedade (Clayton, 2020). Os movimentos ativistas dos jovens pelo clima têm chamado a atenção de investigadores, especialmente a partir de 2019, quando eclodiram os protestos a partir do movimento Fridays for Future, liderado por Greta Thunberg, entre outros (Amondarain et al., 2022; Santos et al., 2024).

O engajamento jovem tem sido ainda objeto de análise a partir dos fundamentos morais. No projeto de investigação *Engajamento Jovem com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: A Escolha de Argumentos Morais nas Notícias Para Uso em Debate*, por exemplo, o foco esteve voltado para a relação entre fundamentos morais e o consumo de notícias sobre alterações climáticas. Envolvendo jovens do Brasil e de Portugal, foi realizado um questionário psicométrico (Costa et al., 2022; Costa & Capoano, 2023) e a classificação de comentários de notícias ambientais no ex-Twitter (X; Capoano, Costa & Balbé, 2024). Também foram realizadas análises de notícias procurando perceber como atributos morais são utilizados na cobertura mediática ambiental e podem influenciar no consumo das notícias (Capoano & Balbé, 2023). Os resultados apontam para uma forte adesão aos fundamentos morais de dano/cuidado e justiça/traição no contexto da discussão sobre alterações climáticas e engajamento (Capoano, Balbé & Costa, 2024), o que reforça o impacto sociocultural da questão.

Neste contexto, este volume temático dedicado às Alterações Climáticas: Desafios Sociais e Culturais aborda aspetos relacionados com a comunicação, jornalismo,

engajamento, ativismos, plataformas digitais, arte e abordagens artísticas e eco-ativistas, cinema, decolonialidade, percepção pública das alterações climáticas e vulnerabilidades socioambientais relacionadas com a saúde e a habitação.

Um grupo de artigos é voltado diretamente para os ativistas e distintas formas de ativismos. O artigo “A Hibridização do Jornalismo no Engajamento da Causa Climática: Um Estudo de Recepção com Ativistas Brasileiros”, discute os resultados de grupos focais com 60 ativistas das cinco regiões do Brasil. As autoras, Caroline Jacobi, Débora Steigleder, Eliege Fante e Eloisa Loose, focam a análise nos desafios da comunicação das alterações climáticas no cenário atual de emergência climática e de propagação de informação através de plataformas online, como as redes sociais, com a necessidade de adaptação do jornalismo para o engajamento.

Já o artigo “Emergência Climática e Ativismos da Juventude: Um Estudo de Caso em Lisboa”, da autoria de Mariana Castro, analisa o ativismo jovem e as ações realizadas por quatro movimentos ativistas organizados em Portugal. A autora debruça-se sobre o conceito de antropoceno e como os movimentos ativistas atuais respondem à emergência climática, o que provoca um novo olhar para a participação pública e política, onde os jovens buscam ter voz e agência nas discussões sobre seus futuros.

No artigo “Jovens Ativistas e Justiça Climática: Uma Análise das Articulações de Txai Suruí e Amanda Costa”, as autoras Criselli Montipó e Myrian Del Vecchio-Lima analisam os perfis e publicações das duas jovens ativistas brasileiras na rede social Instagram. Txai Suruí e Amanda Costa integram o Comitê Jovem do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e a rede Engajamundo, uma rede de liderança jovem no Brasil. Txai Suruí é oriunda da comunidade indígena Paiter Suruí, de Rondônia, e Amanda Costa da periferia da cidade de São Paulo. Ambas as ativistas utilizam seus perfis no Instagram para promover a defesa de direitos socioambientais de modo didático e educativo, utilizando recursos de vídeo, e falam sobre meio ambiente, direitos humanos, cidadania, participação social e justiça climática.

No âmbito das abordagens artísticas, dois artigos discutem a produção de sentidos, processos de educação, percepção, ação e consciência do mundo através da produção cultural, arte ativista, arte ecológica e do audiovisual. O artigo “Arte Ativista e Arte Ecológica: Uma Discussão Sobre a Relação Entre Cultura, Ambiente e Sociedade, Abordagens Artísticas e Contextos de Produção Cultural” explora a identidade política da arte e a relação entre práticas culturais e ambiente. A autora Tatiana Vargas faz uma reflexão sobre o papel da arte ecológica e práticas culturais para produção de conhecimento, de educação e de pensamento crítico, trazendo também exemplos de práticas e artistas ativistas em Portugal.

No artigo “Contribuições de Dois Documentários Latino-Americanos Para uma Percepção Ampliada das Mudanças Climáticas a Partir de uma Leitura Decolonial”, a autora Denise Tavares aborda o protagonismo feminino e as lutas das populações indígenas e marginalizadas. São analisados os documentários *Hija de la Laguna* (2015), com direção do peruano Ernesto Cabellos, e *A Mãe de Todas as Lutas* (2021), com direção da

brasileira Susanna Lira. Discute-se, a partir da análise fílmica, a construção cênica e retórica das protagonistas, a justiça social, o colonialismo e a teoria decolonial.

Por fim, três artigos abordam a questão das narrativas e vulnerabilidades, seja através da percepção pública, seja por meio de propostas teóricas. O artigo “Compor Mundos: Explorando a Metamorfose do Mundo na Era das Alterações Climáticas e as Suas Implicações Para a Saúde” discute os desafios globais das alterações climáticas a partir do projeto transdisciplinar Compor Mundos. Humanidades, Bem-estar e Saúde, que envolve especialistas das ciências humanas, sociais e da saúde. Os autores Diogo Vidal, Marina Prieto Afonso Lencastre, Hélder Silva Lopes, Susana Magalhães e Rui Estrada partem da premissa da metamorfose da vida, aplicação social e ambiental do conceito de Beck (2016), para refletir sobre a integração dos riscos das alterações climáticas na saúde humana e não-humana, na sustentabilidade e no bem-estar, assim como para o enfrentamento da emergência climática, através da adaptação e a mitigação, considerando os diferentes contextos socioculturais. Os autores propõem *clusters* temáticos para o enfrentamento dos desafios e riscos das alterações climáticas na saúde e no bem-estar, refletindo sobre a necessidade de novas formas de ser, viver e pensar sobre o mundo.

O artigo “Narrativas Sobre Mudanças Climáticas no TikTok Brasil: Entre o Diagnóstico e a Desesperança” aborda a percepção pública das alterações climáticas nessa plataforma, que tem se tornado bastante popular no Brasil nos últimos anos. Os autores, Simone Evangelista e Marcelo Garcia, analisam publicações relacionadas com as alterações climáticas em português. Nos vídeos publicados, perceberam que, apesar do consenso sobre o problema e urgência, alguns aspetos associados à complexidade do tema são escassamente abordados, possivelmente pelas características da rede social, com prevalência de narrativas alarmistas e poucas fontes de informação científica identificadas.

Finalmente, no artigo “Sondar as Percepções das Alterações Climáticas em Enclaves Vulneráveis: Realidades Resilientes no Município de Buffalo City, África do Sul”, o autor Natal Buthelezi analisa desafios no enfrentamento das alterações climáticas em assentamentos informais. A investigação centra-se nas percepções de riscos das alterações climáticas na população dos assentamentos de Duncan Village, no município de Buffalo City, na África do Sul. Aplicando o modelo conceitual de percepção de risco e de perigo das alterações climáticas, o autor analisa a situação educacional e económica, o conhecimento sobre o fenómeno, as fontes de informação e as experiências pessoais de risco, a partir de informações coletadas por questionários, entrevistas e grupos focais. O cruzamento dessas informações com as tipologias das construções das moradias e a falta de manutenção habitacional evidencia que restrições económicas, atribuições de responsabilidades aos governos e necessidade de sensibilização sobre alterações climáticas comprometem ações de mitigação e adaptação. A formação das percepções de risco considera ainda as dinâmicas políticas históricas locais e as disparidades de género, dado que as mulheres têm camadas de vulnerabilidade mais profundas do que os homens. O autor propõe estratégias de educação, comunicação e mobilização, envolvendo diferentes agentes da comunidade local e governamental.

REFERÊNCIAS

- Agencia Estatal de Meteorología. (2023). *Informe sobre el estado del clima de España 2022*. https://www.aemet.es/es/conocerlas/recursos_en_linea/publicaciones_y_estudios/publicaciones/detalles/informe_estado_clima
- Amondarain, A., Barranquero, A., & Arrilucea, A. (2022). La construcción mediática de los movimientos juveniles frente al cambio climático. Fridays for Future y Extinction Rebellion en la prensa de referencia en España. *Estudios Sobre el Mensaje Periodístico*, 28(3), 497–509. <https://doi.org/10.5209/esmp.80710>
- Balbé, A., & Carvalho, A. (2017). As mudanças climáticas no Twitter: A ascendência da mídia e da política. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 40, 141–161. <https://doi.org/10.5380/dma.v40i0.49047>
- Balbé, A., & Loose, E. (2020). Jornalismo, medo e alterações climáticas: Articulações possíveis para pensar o enfrentamento dos riscos climáticos. *Observatorio (OBS) Journal*, 14(2), 38–55. <https://doi.org/10.15847/obsOBS14220201465>
- Baldwin-Cantello, W., Tickner, D., Wright, M., Clark, M., Cornelius, S., Ellis, K., Francis, A., Ghazoul, J., Gordon, J. E., Matthews, N., Milner-Gulland, E. J., Smith, P., Walmsley, S., & Young, L. (2023). The triple challenge: Synergies, trade-offs and integrated responses for climate, biodiversity, and human wellbeing goals. *Climate Policy*, 23(6), 782–799. <https://doi.org/10.1080/14693062.2023.2175637>
- Beck, U. (2016). *The metamorphosis of the world how climate change is transforming our concept of the world*. Polity Press.
- Capoano, E., & Balbé, A. D. (2023). La metodología MIME y la teoría de los atributos morales (MTF) para el estudio del cambio climático en tres enfoques. *Comunicación & Métodos*, 5(1), 77–89. <https://doi.org/10.35951/v5i1.177>
- Capoano, E., Balbé, A. D., & Costa, P. R. (2024). Is there a “green moral”? How young people’s moral attributes define engagement with narratives about climate change. *Social Sciences*, 13(3), 145. <https://doi.org/10.3390/socsci13030145>
- Capoano, E., Costa, P. R., & Balbé, A. (2024). Mediatized engagement with the environmental debate on Twitter. *The Journal of International Communication*. Pré-publicação online. <https://doi.org/10.1080/13216597.2024.2332231>
- Carvalho, A. (2010). Media(ted) discourses and climate change: A focus on political subjectivity and (dis) engagement. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 1(2), 172–179. <https://doi.org/10.1002/wcc.13>
- Carvalho, A., vn Wessel, M., & Maesele, P. (2017). Communication practices and political engagement with climate change: A research agenda. *Environmental Communication*, 11(1), 122–135. <https://doi.org/10.1080/17524032.2016.1241815>
- Chakrabarty, D. (2021). *The climate history in a planetary age*. The University of Chicago Press.
- Clayton, S. (2020). Climate anxiety: Psychological responses to climate change. *Journal of Anxiety Disorders*, 74, 102263. <https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2020.102263>
- Copernicus Climate Change Service, & World Meteorological Organization. (2023). *European State of the Climate 2023*. <https://climate.copernicus.eu/esotc/2023>
- Costa, P. R., & Capoano, E. (2023). Adaptação do questionário dos fundamentos morais ao tema do ambiente. *Sociologia On Line*, (33), 34–50. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2023.33.2>

- Costa, P. R., Capoano, E., Balbé, A. D., & Gravato, D. (2022). Metodologia automatizada e psicométrica para análise na web: O caso do projeto de pesquisa “Engage for SDG”. *Revista Ciências Humanas*, 15(3). <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2022.v15.n3.a949>
- Defesa Civil – RS. (2024, 14 de maio). *Balanço das enchentes no Rio Grande do Sul*. <https://www.defesacivil.rs.gov.br/defesa-civil-actualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-14-5-9h>
- Falkenberg, M., Galeazzi, A., Torricelli, M., Di Marco, N., Larosa, F., Sas, M., Mekacher, A., Pearce, W., Zollo, F., Quattrocchi, W., & Baronchelli, A. (2022). Growing polarization around climate change on social media. *Nature Climate Change*, 12, 1114–1121. <https://doi.org/10.1038/s41558-022-01527-x>
- Guimarães, L. (2024, 4 de maio). “Cidades inteiras do RS terão que mudar de lugar”, diz pesquisador que alertou para despreparo contra chuvas. BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd18p5zppono>
- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2023). *Climate change 2022: Impacts, adaptation, and vulnerability*. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781009325844>
- Lázaro, A., Cabecinhas, R., & Carvalho, A. (2011). Uso dos media e envolvimento com as alterações climáticas. In Carvalho, A. (Ed.), *As alterações climáticas, os media e os cidadãos* (pp.195–222). Grácio.
- León, B., Negro, S., & Erviti, M. C. (2022). Social engagement with climate change: Principles for effective visual representation on social media. *Climate Policy*, 22(8), 976–992. <https://doi.org/10.1080/14693062.2022.2077292>
- Lewandowsky, S. (2021). Climate change disinformation and how to combat it. *Annual Review of Public Health*, 42, 1–21. <https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-090419-102409>
- Loose, E. B., & Carvalho, A. (2023). Public communication and perceptions of climate change in Brazil. In Z. Baker, T. Law, M. Vardy & S. Zehr (Eds.), *Climate, science and society* (pp. 58–65). Routledge.
- Marcuzzo, S. (2024, 11 de maio). *Governo Eduardo Leite não colocou em prática estudos contra desastres pagos pelo estado*. Agência Pública. <https://apublica.org/2024/05/governo-eduardo-leite-nao-colocou-em-pratica-estudos-de-prevencao-de-desastres-pagos-pelo-rio-grande-do-sul/>
- Nascimento, L. (2024, 10 de maio). *Maranhão tem 30 cidades em situação de emergência por causa das chuvas*. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/maranhao-tem-30-cidades-em-situacao-de-emergencia-por-causa-das-chuvas>
- National Oceanic and Atmospheric Administration/National Centers for Environmental Information. (2024, 16 de fevereiro). *Global climate summary for January 2024*. Climate.gov. <https://www.climate.gov/news-features/understanding-climate/global-climate-summary-january-2024>
- Santos, T. R., Üzelgün, M. A., & Carvalho, A. (2024). Young climate activists in television news: An analysis of multimodal constructions of voice, political recognition, and co-optation. *The Communication Review*, 27(1), 32–54. <https://doi.org/10.1080/10714421.2023.2251310>
- United Nations. (2022). *The human right to a clean, healthy and sustainable environment: Resolution adopted by General Assembly*. <https://digitallibrary.un.org/record/3983329?ln=en&v=pdf>
- World Wide Fund for Nature. (2023). *Informe sobre incendios forestales 2023. Incendios extremos e inapagables. Propuestas para favorecer paisajes vivos, diversos, resistentes y resilientes*. WWF Adena.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Alice Dutra Balbé é doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. É membro da SOPCOM – Associação Portuguesa de Ciências de Comunicação e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Investiga temas relacionados com a área da comunicação ambiental e alterações climáticas, comunicação de ciência, relações interculturais e redes sociais digitais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9584-1966>

Email: alicedb.jornal@gmail.com

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 4710-057, Braga, Portugal

Edson Capoano é doutorado em Estudos Latino-Americanos, habilitação em Comunicação e Cultura, pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor na Escola Superior de Propaganda e Marketing em São Paulo. É produtor da série micro-MACRO (TV Cultura de São Paulo/TVE Londres), sobre desenvolvimento sustentável na América Latina, autor do livro *A Natureza na TV* (2015) e foi investigador responsável pelo projeto *O Engajamento dos Jovens com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: A Escolha dos Argumentos Morais das Notícias Para o Uso em Debate* (FCT/EXPL/COM-JOR/1534/2021), desenvolvido no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, onde investigou em jornalismo, participação e media digital.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6766-802X>

Email: edson.capoano@espm.br

Morada: Rua Álvaro Alvim, 123, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, Brasil

Alejandro Barranquero é doutorado em Jornalismo pela Universidade de Málaga. Atualmente é professor do Departamento de Comunicação da Universidade Carlos III de Madrid. É autor e co-autor de diversos textos sobre comunicação para o desenvolvimento e mudança social, comunitária, mídias alternativas e cidadãs, comunicação ambiental e teoria crítica. É presidente da Rede RICCAP (www.riccap.org) e investigador responsável pelo projeto *Sostenibilidad del Tercer Sector de la Comunicación. Diseño y Aplicación de Indicadores* (SOSCom).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9264-9389>

Email: abarranq@hum.uc3m.es

Morada: Facultad de Humanidades, Comunicación y Documentación, Calle Madrid, 128, Campus Getafe, Madrid, Espanha



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

ARTIGOS TEMÁTICOS | *THEMATIC ARTICLES*

A HIBRIDIZAÇÃO DO JORNALISMO NO ENGAJAMENTO DA CAUSA CLIMÁTICA: UM ESTUDO DE RECEPÇÃO COM ATIVISTAS BRASILEIROS

Caroline Jacobi

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Investigação, curadoria dos dados, análise formal, metodologia, conceitualização, redação – revisão e edição

Débora Steigleder

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil
Investigação, curadoria dos dados, análise formal, metodologia, conceitualização, redação – revisão e edição

Eliege Fante

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil
Investigação, curadoria dos dados, análise formal, metodologia, conceitualização, redação – revisão e edição

Eloisa Loose

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil
Investigação, curadoria dos dados, análise formal, metodologia, conceitualização, aquisição de financiamento, administração do projeto, supervisão, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

RESUMO

Recordes de temperatura e eventos climáticos extremos são cada vez mais frequentes no Brasil, sendo a proteção de biomas e, especialmente, da Amazônia um dos pontos centrais nesse debate. Ainda assim, governos e grandes corporações não têm enviado esforços à altura dessas demandas globais. Para reverter a situação, o jornalismo (que, neste artigo, pode ser entendido como jornalismos) coloca-se como um aspecto importante de visibilidade do debate público e, principalmente, como alavancador do engajamento por parte da sociedade civil, apontando causas, responsabilidades e possíveis soluções a fim de encorajar o envolvimento de todos na resolução dos problemas identificados. A partir do olhar de ativistas brasileiros sobre diferentes temas ou causas, este artigo discute as fronteiras do jornalismo e suas novas possíveis configurações híbridas na relação com o engajamento na causa climática. A partir da perspectiva dos estudos culturais, foi realizado um estudo de recepção, no ano de 2022, com a condução de grupos focais online, com ativistas, de 18 até 35 anos, das cinco regiões do Brasil. A categorização das falas, feita a partir da análise de conteúdo, levou em consideração a irrupção de temas recorrentes e sua relação com o aporte teórico. Dentre os resultados de pesquisa, evidenciou-se, na fala dos participantes, uma permeabilidade de fronteiras entre jornalismo e outros gêneros comunicacionais, sendo que os ativistas também instigaram a possibilidade de o jornalismo adotar mais práticas e características de outros gêneros para propiciar mais engajamento em relação às questões climáticas.

PALAVRAS-CHAVE

jornalismo, jornalismo de comunicação, hibridização, estudo de recepção, mudanças climáticas

THE HYBRIDISATION OF JOURNALISM IN FOSTERING ENGAGEMENT WITH THE CLIMATE CAUSE: A RECEPTION STUDY WITH BRAZILIAN ACTIVISTS

ABSTRACT

Temperature records and extreme weather events are increasingly frequent in Brazil, where the protection of biomes and, mainly, the Amazon, is a central point in this debate. However governments and large corporations have not made efforts to meet these global demands. To reverse the situation, journalism (which, in this article, can be understood as journalisms) stands as an important aspect of visibility in public debate and, mainly, as a lever for engagement on the part of civil society, pointing out causes, responsibilities and possible solutions in order to encourage everyone's involvement in solving the identified problems. This article explores the boundaries of journalism and its potential new hybrid configurations regarding engagement in the climate cause, as perceived by Brazilian activists from different themes and causes. From the perspective of cultural studies, a reception study was conducted in 2022, using online focus groups with activists aged 18 to 35 across Brazil's five regions. The discourse was categorised through content analysis, considering the emergence of recurring themes and their alignment with the theoretical framework. The research findings indicated a permeability in the boundaries between journalism and other communication genres within the discourse of participants. Additionally, activists suggested the potential for journalism to incorporate additional practices and characteristics from various genres to enhance engagement with climate issues.

KEYWORDS

journalism, communication journalism, hybridisation, reception study, climate change

1. INTRODUÇÃO

A crise climática se intensifica e exige, com urgência, que medidas estruturais sejam tomadas em todo o mundo. No Brasil, a proteção da Amazônia é uma questão central, que envolve, paradoxalmente, a ideia de solução ou ameaça. A principal causa das emissões de gases de efeito estufa é a mudança de uso da terra, relacionada ao desmatamento e, muitas vezes, à expansão da fronteira agropecuária. Contudo, na gestão de Jair Bolsonaro (2019–2022) houve um intenso afrouxamento das políticas públicas ambientais (Fearnside, 2019). Negacionismo climático, impunidade de crimes ambientais, descaso com as questões indígenas e incentivo à exploração de minérios na Amazônia são alguns exemplos de como os anos recentes estiveram na contramão da governança climática. O Monitor da Fiscalização (Mapbiomas Alerta, 2022) aponta que 98% dos alertas de desmatamento registrados desde janeiro de 2019 não foram autorizados ou foram alvo de fiscalização federal, sendo que três quartos desses alertas (149.631) se localizam na Amazônia, reforçando o cenário de incentivo à destruição da maior floresta tropical do mundo.

Mesmo com temperaturas chegando a recordes históricos e eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes, não houve neste período um comprometimento à altura vindo de governos e grandes corporações. Por outro lado, observou-se o crescimento

da mobilização e pressão cívica em prol da saúde climática do planeta. Em avaliação da percepção dos brasileiros sobre o tema realizada em 2022, 90% dos respondentes afirmaram que desastres ambientais estão acontecendo com mais frequência e 52% se disseram preocupado com o meio ambiente, mas apenas 22% declararam saber muito sobre mudanças climáticas ou aquecimento global (ITS-Rio, 2023). São necessárias, portanto, estratégias para preencher a lacuna do conhecimento sobre um tema que impacta transversalmente o cotidiano da população.

Dentre as muitas formas possíveis de instigar o engajamento¹, o jornalismo (que, neste artigo, pode ser entendido como jornalismo) se torna um elemento relevante, principalmente por sua credibilidade e permeabilidade no cotidiano, com entrada, mesmo que em diferentes formas e intensidades, nas distintas classes sociais. Appelgren e Jönsson (2021) definem engajamento como a propensão dos cidadãos a se importarem com um tema e sua disposição para agir. Para eles, o jornalismo se relaciona ao engajamento a respeito de questões climáticas a partir das abordagens que contextualizam causas, responsabilidades e possíveis soluções a fim de encorajar o envolvimento da audiência na resolução dos problemas identificados.

Além disso, o foco na produção jornalística justifica-se pelos pressupostos éticos e deontológicos deste subcampo, como a factualidade, periodicidade, objetividade, verificação dos fatos e compromisso com o interesse público (Temer, 2015; Traquina, 2005), o que supõe um processo de produção de conteúdos midiáticos diferente de outras formas de comunicação. Contudo, considerando que o jornalismo se transforma junto com a sociedade na qual está inserido, é compreensível que surjam novos meios, conteúdos e até tipos de jornalismo, sobretudo a partir da eclosão de novos canais e plataformas decorrentes de inovações tecnológicas. Nesse sentido, percebe-se uma expansão do jornalismo na direção de outros gêneros comunicacionais, além da adequação a novos formatos e recursos narrativos valorizados na atualidade. Charron e Bonville (2016) trazem a ideia de um jornalismo de comunicação, que se apresenta como mais próximo ao público. Tal tipo de jornalismo já é mobilizado pelos *influencers* na internet. Trata-se de uma permeabilidade de fronteiras, abordada por alguns autores a partir do conceito de hibridização, hibridismo ou hibridização², o qual pode tanto trazer inovação e expansão aos campos como adensar a pregnância dos produtos midiáticos na subjetividade cultural com fins mercadológicos (Canclini, 2011/1997; Machado, 2007).

Buscando aproximar-se da causa climática, voltamos para o jornalismo ambiental que, *a priori*, se compromete com a sustentabilidade e realiza a crítica ao sistema capitalista, às colonialidades e às injustiças climáticas perpetradas pelas grandes potências econômicas. Porém, esse jornalismo não é homogêneo, existindo valores e

¹ Para se diferenciar de termos associados ao engajamento advindo de métricas de redes sociais, esta pesquisa se vale da noção de engajamento relacionada à participação pública e política.

² Autores da área irão denominar essa mistura de características comunicacionais com termos parecidos como hibridização (Canclini, 2011/1997), hibridismo (Charron & Bonville, 2016) e hibridização (Machado, 2007). Compreendemos que a ideia principal seria a expansão ou a permeabilidade de fronteiras entre gêneros comunicacionais, que anteriormente apresentavam características mais bem definidas. Para manter uma uniformização, optamos pelo termo mais utilizado por autores e tradutores, a hibridização.

características específicas a partir de cada modalidade (Loose, 2021). Pode ser realizado em veículos independentes/alternativos ou dentro de jornais *mainstream* (muitas vezes vinculados a interesses econômicos e olhares utilitaristas sobre a natureza), com abordagens mais ou menos críticas.

A cobertura sobre as mudanças climáticas tende a ser orientada para os efeitos e apenas recentemente tem conectado aspectos locais com a conjuntura global. Loose (2019) verifica que há poucos estudos sobre jornalismo/comunicação e clima no Sul Global, apontando que a cobertura deve ser repensada a partir da realidade de cada país e com destaque para soluções. O estado da arte que relaciona o jornalismo ao engajamento com a causa climática ainda apresenta muitas lacunas no que tange à aproximação das mensagens jornalísticas aos mais diversos públicos. Porém, há quem realce o papel do jornalismo no enfrentamento da crise climática, como Moser (2010), que destaca quatro orientações em que esse subcampo demonstra potencial: informação e educação sobre os problemas da ordem do clima; envolvimento das pessoas nesta cidadania; promoção de ações individuais de mudança, incluindo, e indo além, da pressão política; e, na transformação de normas, ideias e valores circulantes na cultura.

Para compreender a recepção da cobertura sobre clima — algo ainda pouco estudado, apesar da relevância da promoção de uma outra relação com a natureza — esta pesquisa parte da perspectiva dos estudos culturais, em sua contribuição nos estudos de recepção, os quais consideram os sentidos produzidos socialmente por receptores e suas práticas culturais inseridas em seus contextos cotidianos e estruturas sociopolíticas (Escosteguy & Jacks, 2005; Jacks et al., 2008). Nesse cenário, valoriza-se o debate sobre as fronteiras híbridas do jornalismo em razão dos dados obtidos em uma pesquisa mais abrangente (Modifica, 2022).

Para esta investigação, realizada no ano de 2022, os dados foram coletados por meio de grupos focais (Gatti, 2005) virtuais organizados nas cinco regiões do Brasil, que contaram com um momento inicial de perguntas e conversas, complementadas pela apresentação de dois produtos audiovisuais com características do jornalismo tradicional, sobre os quais os participantes expressaram suas impressões e sentidos (Modifica, 2022). Os participantes foram selecionados a partir de um questionário online divulgado nas redes dos pesquisadores e do Instituto Modifica, e a partir da técnica “bola de neve”. Os dados foram categorizados pela análise de conteúdo (Bardin, 1979).

Este trabalho se debruça sobre um tema específico: a hibridização do jornalismo, que não foi aprofundado em trabalhos anteriores (Modifica, 2022; Loose et al., 2022). Esta reflexão tem como objetivo discutir as fronteiras e mudanças do jornalismo a partir da percepção de ativistas brasileiros (pessoas autodeclaradas ativistas de alguma causa, de idade entre 18 e 35 anos), tendo como pano de fundo a relação entre jornalismo e engajamento na questão climática. Para elaborar o texto, trazemos primeiramente um embasamento teórico sobre o jornalismo e sua interface com a questão climática, a discussão da hibridização e sua repercussão no jornalismo, seguida da apresentação da estrutura metodológica, análise e discussão dos resultados encontrados.

2. JORNALISMO E ENGAJAMENTO CLIMÁTICO

O papel social do jornalismo passa primordialmente pela construção e disseminação da informação. Entretanto, para além de sua função informativa, há contribuições para uma educação não formal e atuação social. Bueno (2007), ao tratar do jornalismo ambiental, aponta para as funções informativa, pedagógica e política, entendendo esta última como aquela relacionada com a “mobilização dos cidadãos para fazer frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental” (p. 36), incluindo aí uma vigilância e atuação contra os interesses de setores e empresas que penalizam o meio ambiente para beneficiar seus negócios, assim como governos omissos e sem políticas públicas eficientes.

Gentili (2002) traz a questão da informação como fundamental para o exercício da cidadania. Diante da crise climática, o jornalismo é uma das instâncias envolvidas nos esforços de educação ambiental e de conscientização da sociedade. Nesse contexto, os movimentos da sociedade civil que reivindicam justiça social e ambiental contestam as relações de dominação características da globalização, orientada mais ao fortalecimento de mercados do que à valorização dos direitos humanos. Por isso, a educação para o exercício de uma cidadania global e planetária se torna indispensável para uma cultura da sustentabilidade (Torres & Gadotti, 2018).

Ao delimitar o debate à crise climática, entende-se que as notícias sobre o tema vão além de uma comunicação pragmática, que visa alertar, educar e/ou convencer o público sobre algo, sendo também responsável pela constituição de visões de mundo e valores — o que Cox (2010) chama de viés constitutivo. Hannigan (1995) afirma que é por meio da produção jornalística que os acontecimentos ambientais ganham visibilidade na sociedade, agendando o debate público e permitindo que os cidadãos se envolvam com as questões coletivas. O jornalismo é considerado uma arena-chave para amplificar a discussão, definir sentidos, apresentar argumentos, valores e visões de mundo a respeito das mudanças climáticas (Loose & Carvalho, 2017; Hulme, 2009).

Ao mesmo tempo que a comunicação jornalística, por seu alcance e legitimidade, se revela um aspecto importante para o fomento de uma articulação social, é preciso considerar seus limites. Seja porque as pessoas, de uma forma geral, não recebem apenas conteúdos jornalísticos, seja porque há diferentes enfoques e possibilidades de elaboração desse conteúdo. E para além da informação, questões sociais, culturais, econômicas, vivências e expectativas de futuro, se somam neste complexo âmbito que envolve as práticas sociais em relação à causa climática.

Por mais que seja perceptível o aumento recente da atuação de organizações pró-clima e dos discursos da sociedade civil neste debate — com movimentos nos quais despontaram importantes jovens lideranças como Txai Suruí, ativista que representou o Brasil na COP-26 (2021), e Greta Thunberg, ativista sueca que iniciou as greves escolares pelo clima (2018) — a própria ideia de engajamento pode remeter a diferentes sentidos. Carvalho et al. (2016) sublinham a necessidade de um engajamento político, que não seja restrito às ações individuais.

Da mesma forma que acontece na cobertura ambiental, de forma geral, as soluções climáticas apresentadas costumam estar centradas nos indivíduos (sobretudo enquanto

consumidores), silenciando o questionamento de grandes interesses econômicos, que beneficiam apenas uma pequena parcela da população. Enquanto as externalidades são partilhadas, prejudicando especialmente as populações mais vulnerabilizadas, os lucros concentram-se nas mãos de poucos. Além disso, a despolitização ocorre quando o tema é transformado em um discurso calcado em modelos e números, onde questões muito distantes dos cidadãos tornam-se centrais, como ocorre quando o tema é reduzido ao funcionamento do mercado de carbono, por exemplo (Carvalho et al., 2016).

3. O FENÔMENO DA HIBRIDIZAÇÃO

Canclini (2011/1997) investigou a hibridização situada no final do século XX, vinculada aos avanços tecnológicos e à globalização, definindo-a como os “processos socio-culturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (p. 19). Já Machado (2007) destaca uma ideia de expansão: “como se os círculos definidores de todas as artes e meios ameaçassem se fundir num único círculo do tamanho do campo inteiro da cultura” (p. 67), assumindo funções públicas novas e tendo suas fronteiras permeabilizadas.

Canclini (2011/1997) alerta para a necessidade de se manter um olhar crítico quanto ao fenômeno: “uma teoria não ingênua da hibridização é inseparável de uma consciência crítica de seus limites, do que não se deixa, ou não quer ou não pode ser hibridizado” (p. 27), assinalando reflexões políticas sobre as tensões entre meios que, ao convergir ou serem forçados a convergir, podem nem sempre se harmonizar. Machado (2007) assinala que, mesmo que a hibridização gere complexificação e inovação, ela também resulta em assimetrias nos fatos culturais que ela agrega. Nesse sentido, há uma pressão para que os meios e técnicas confluem, o que força receptores e produtores a misturar e transgredir características típicas de seus meios com fins, geralmente mercadológicos, se adaptando tão rapidamente que não há tempo hábil de maturação em cada campo, gerando possíveis pirotecnias estéticas e funcionais.

E mesmo que a hibridização esteja ligada a um ganho nas possibilidades de consumo individualizado e na própria possibilidade de produção midiática por parte de receptores na dita cibercultura (Santaella, 2003; Lévy, 1999), a cultura participativa (Jenkins, 2009) que a florou desses processos ainda mantém uma grande assimetria de poder em relação aos meios, visto que estes podem filtrar ou direcionar as participações de receptores. Por outro lado, há sempre pequenos espaços de atuação que fornecem certo poder de oposição ou contestação. Segundo o mapa das mediações de Martín-Barbero (2003/1987), as práticas culturais de recepção seriam da ordem tática, ocorrendo nas mediações da socialidade e ritualidade cotidianas, geralmente fora do âmbito institucional, o que significa que, para lidar com a hegemonia dos meios, as estratégias de resistência dos receptores, como leituras oposicionais ou apropriações contestatórias, se valem de brechas. Enquanto os veículos têm recursos vastos, como espaço em mídia, aparato tecnológico e profissionais especializados, atuando mais nas mediações da institucionalidade e tecnicidade, os receptores utilizam de seus recursos escassos, como

suas próprias redes, para, em táticas quase que de “guerrilha”, realizar ressignificações satíricas/de protesto ou reinserções em contextos que alteram seu sentido.

4. A INTENSIFICAÇÃO DA HIBRIDIZAÇÃO JORNALÍSTICA

Como prática social, o fazer jornalístico é uma forma de interação que se transmuta com o tempo. Ainda que as características que Otto Groth (2011; como citado em Xavier & Pontes, 2019) atribuiu ao jornalismo nos primórdios da atividade permaneçam (Xavier & Pontes, 2019), como periodicidade, universalidade, atualidade e publicidade, o contexto imprimiu novo ritmo e novas roupagens ao que tradicionalmente era entendido como jornalismo. Considerando que Groth observava os jornais como “obras culturais”, os elementos que materializam a produção são vistos em decorrência da comunidade e do tempo nos quais estão inseridos. Xavier e Pontes (2019) reforçam: “consolida, portanto, uma visão que toma o jornal como produto de sentidos socialmente construídos, mutantes historicamente” (p. 48).

Charron e Bonville (2016) trazem um percurso histórico a partir de quatro paradigmas jornalísticos, alinhados a “um modo específico e singular de conceber e praticar o jornalismo” (p. 28), iniciando quando surgem os primeiros jornais na América do Norte, no século XVII, com foco na disseminação das informações — o jornalismo de transmissão. Em um segundo momento, no início do século XIX, os produtores colocam os jornais a serviço das lutas políticas, demarcando o jornalismo de opinião. Com a massificação dos jornais, nas últimas décadas do século XIX, focou-se no incremento de conteúdos que pudessem ampliar o interesse dos públicos e, conseqüentemente, dos lucros; esse é o jornalismo de informação, que se tornou dominante a partir de 1920. A partir das décadas de 1970 e 1980, com a diversificação e abundância de oferta, identifica-se o jornalismo de comunicação, que parece ganhar novas proporções com o avanço digital.

A proposta dos autores acentua a ideia de que há uma mutação permanente nos modos de operacionalização do jornalismo, mesmo que tipologias anteriores não desapareçam por completo. O paradigma denominado jornalismo de comunicação pode ser atrelado aos processos de maior hibridização, de uma postura mais aberta das subjetividades dos profissionais e da inclusão de mais comentários nas notícias. Segundo Charron e Bonville (2016):

o hibridismo entre o discurso da imprensa e as outras formas de discurso midiático é tolerado, até mesmo encorajado: a ficção se mistura à realidade; notícias secundárias adquirem o status de acontecimento; a informação se faz entretenimento e adota facilmente o tom de humor ou um tom familiar, de conversa; a efusão e a emoção substituem a explicação; o tom e o estilo do discurso promocional impregnam o discurso da imprensa. (p. 30)

No dia a dia, as mudanças tendem a ser mais graduais nos jornalisismos compreendidos como de referência, devido à consolidação e aos vínculos político-econômicos, que

contribuem para sua hegemonia. Ao mesmo tempo, a popularização das redes sociais e a possibilidade de criar conteúdos com baixo custo fez proliferar novas possibilidades que se apresentam como alternativas aos conteúdos de geração massiva. Temer (2015, p. 30) assinala como a inserção de tecnologias influencia novos comportamentos e formas culturais, afetando também as formas mais tradicionais de produção jornalística:

novas dinâmicas sociais têm progressivamente ampliado a necessidade de informação, abrindo espaço para veículos especializados ou direcionados, voltados para temas ou para abordagens específicas, os quais demandam a utilização de linguagens diferenciadas, adaptadas a certas condições e aos receptores.

Tais mudanças, que extrapolam as condições técnicas, tendem a criar, cada vez mais, jornalismo que incorporam outros gêneros comunicacionais, sobretudo aqueles ligados ao entretenimento. Produtos híbridos ganham espaço, mesclando conteúdos que ora se afastam e ora se aproximam de uma conceituação mais tradicional de jornalismo.

Uma origem e causa desta mescla está nos blogs, sites e perfis de redes sociais, popularizados nas últimas duas décadas, os quais fazem circular informações relevantes que não aparecem nos meios hegemônicos. Contudo, alerta Jorge Filho (2021), quando a autoria não é de jornalistas, nem sempre é possível identificar procedimentos de verificação dos conteúdos, cujas consequências podem incidir sobre a veracidade dos relatos. As características e as formas de mediação possibilitadas pelas redes sociais causam o “apagamento dos limites entre jornalismo e outras formas de comunicação”, e originam uma nova referência comunicacional (p. 99).

Práticas como linguagem não formal e aproximações ou intercâmbios entre regional e global tornaram-se possíveis a partir da atuação de comunicadores, jornalistas ou não, que seguem a tendência da hibridização. Uma das esferas em que esse encontro pode ser visto é a comunicação comunitária, que pode ser entendida pela mobilização dos próprios habitantes dos territórios, visando produzir conteúdos que atendam aos interesses das suas comunidades (Peruzzo, 2006). Tal prática decorre da sistemática exclusão feita pela comunicação hegemônica e da dificuldade financeira de custear o acesso aos meios tradicionais, buscando circular as informações que necessitam para sua integração e organização social.

Outra vertente da hibridização é perceptível através do acréscimo de habilidades exigidas para a produção jornalística. Lima (2018) problematizou o surgimento do jornalismo de dados em relação à identidade desses profissionais, que passaram a aprender e a adotar técnicas da informática e da computação nas reportagens. A proliferação de infografia nas notícias, por exemplo, remete à acelerada aquisição dessas e outras habilidades por jornalistas.

A convergência com outros gêneros comunicacionais também pode preocupar. A articulação com os aspectos publicitários pode ser um problema, visto que a publicidade tem como uma de suas principais características a persuasão, com potencial grande de apelo e de circulação de valores sociais economicamente favoráveis para os anunciantes

(Rocha, 2010/1985). Nesse sentido, a ascensão do chamado *branded content*, que é produzido a partir de interesses privados, mas parece conteúdo jornalístico e pode ser interpretado como resultado de interesse público, chama a atenção para os limites desse fenômeno. Covalski (2010) aponta que, no intuito de ganhar receptores que queiram disseminar o conteúdo, os produtos de comunicação publicitária tendem a ser cada vez menos semelhantes aos seus formatos tradicionais. O objetivo de persuasão se mantém, mas com outra roupagem, por meio de formatos e mensagens que não acionam as barreiras dos receptores contra a publicidade e que trazem benefícios ou estímulos de prazer aos receptores durante seu consumo. Assim, convoca o receptor a disseminar tal conteúdo, pois sente-se bem e apto a proporcionar informação, entretenimento e bem-estar a outros receptores, construindo seu *status* social e alcance midiático.

A partir de Charron e Bonville (2016), entendemos que a linguagem e as estratégias características da publicidade e de outras formas de comunicação que flertam com o entretenimento e com o despertar de emoções se entranham no jornalismo em busca de uma aproximação do interesse do público. Essa hibridização se fortalece com o advento de novas mídias e plataformas que competem com os veículos tradicionais pela atenção das pessoas e afetam sobretudo as faixas etárias mais jovens.

Em pesquisa sobre hábitos de consumo de produtos jornalísticos, Wunderlich et al. (2022) afirmam que gerações adultas ainda mantêm rotinas determinadas de acesso às notícias, dando preferência a veículos de jornalismo profissional com que possuem mais afinidade. Já indivíduos abaixo dos 24 anos cruzam com as notícias de forma não proposital, como quando os *influencers* repercutem as notícias, por meio de comentários, em redes sociais como o Instagram. Apesar da possibilidade de customizar o acesso à informação de acordo com os interesses próprios, esses jovens relatam dificuldade em discernir o que é confiável do que não é, desenvolvendo diferentes estratégias de verificação sobre a veracidade da informação, como a comparação entre diferentes fontes. Desta forma, embora a hibridização torne o conteúdo mais atraente para nichos específicos da população, pode contribuir para um ecossistema de desinformação que prejudica a democracia na medida em que induz cidadãos ao erro e interfere em sua tomada de decisões.

5. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Os estudos culturais, conforme Jacks et al. (2008), têm suas origens vinculadas à sociologia da cultura de Clifford Geertz e carregam como mérito a ênfase no caráter simbólico da cultura, nas construções sociais de sentidos e em sua transformação histórica. Têm por base a complexificação da análise de fenômenos da cultura e da comunicação, que se dão em seus contextos históricos e sociais, levando em consideração estruturas político-econômicas do âmbito micro e macroestrutural. Para dar conta desse ambicioso projeto sociocultural, os estudos culturais se aproximaram de práticas de pesquisa antropológica, como a etnografia.

No campo da comunicação, os estudos culturais se destacaram nos estudos das práticas culturais de consumo e recepção, que, a partir de Martín-Barbero (2003/1987),

se dão na forma de usos, leituras e apropriações do cotidiano e contexto sociocultural das audiências. Nesse sentido, os estudos culturais dão ênfase ao momento da decodificação (Hall, 2003/1973) levando em conta a agência do receptor que, mesmo em relação desigual de poder, tem certa escolha para produzir seus sentidos sobre as mensagens ofertadas nos meios, transformando-os ou reproduzindo-os na cultura.

Mesmo com tamanha possibilidade de contribuição, os estudos de recepção ainda são escassos no Brasil, especialmente no que tange aos estudos de jornalismo e mudanças climáticas. Pesquisando os termos “*environmental journalism*”, “*reception*”, “*media*” e “*climate change*” nas plataformas SciELO e Google Acadêmico entre 2017 e 2022 — ano da pesquisa aqui relatada, foram encontrados sete estudos, sendo somente um deles realizado no Brasil e nenhum envolveu a condução de grupos focais.

Conforme discorrem Jensen e Rosengren (1990), a análise de recepção permite a adoção de técnicas múltiplas na investigação empírica, uma artesanaria metodológica que visa costurar métodos de pesquisa próximos ao receptor e de seu momento de consumo, além de integrar triangulações metodológicas que possam comparar dados encontrados em um método e outro. No nosso estudo, a recolha de dados se deu por meio de um *survey* (Calado, 2012) e de grupos focais virtuais (Gatti, 2005). A primeira técnica teve como intuito conhecer o perfil sociodemográfico dos participantes e fazer um breve mapeamento sobre seus hábitos de consumo midiático, relação com veículos e mensagens da pauta climática. Já os grupos focais virtuais serviram para aprofundar o debate acerca do engajamento e jornalismo sobre mudanças climáticas. Apesar de servir bem à pesquisa qualitativa, com vasta emergência de dados sobre os sentidos produzidos a partir das mensagens e meios de comunicação, sublinha-se a impossibilidade de generalização dos dados encontrados a partir do método proposto (Kind, 2004).

Os grupos focais virtuais foram realizados pela plataforma Zoom, em junho e julho de 2022. No primeiro momento, houve uma conversa sobre o engajamento propiciado pelo jornalismo a partir de um roteiro semiestruturado. Posteriormente, foi feita apresentação de duas reportagens que se aproximavam do jornalismo *mainstream*: a primeira com conteúdos que evidenciavam as causas da crise climática, com enfoque no desmatamento; e a segunda com enfoque nas soluções e na injustiça climática. Após realização de grupo de pré-teste de pesquisa, foram realizados 10 grupos focais, dois para cada região do Brasil, com aproximadamente seis participantes cada, num total de 60 ativistas participantes de 18 até 35 anos (11 do Sudeste e Centro-Oeste, 13 do Nordeste e Norte, e 12 do Sul). Os grupos foram conduzidos por um moderador, responsável por controlar o tempo e orientar a discussão. Cada grupo teve duas horas de duração e contou com um relator responsável por registrar as manifestações em tempo real.

Após a transcrição dos dados, estes foram categorizados segundo a análise de conteúdo (Bardin, 1979), selecionando-se falas recorrentes e dissidentes relacionadas a temas citados com frequência ou de interesse teórico. As categorias compreendem a percepção dos ativistas sobre como ocorre o engajamento individual e coletivo; sobre como o jornalismo aborda as mudanças climáticas; sobre qual o papel do jornalismo no engajamento climático; sobre a relação entre desmatamento, mudanças do clima e

Amazônia; e sobre outras formas de comunicação que extrapolam o jornalismo. A partir dessas definições, criaram-se também subcategorias, que podem ser verificadas no relatório completo da pesquisa (Modifica, 2022) e consideram, por exemplo, a percepção dos ativistas sobre a abordagem de causas e consequências das mudanças climáticas e o uso das fontes no jornalismo. Para o presente artigo, foram reanalisadas tais categorizações, das quais foram selecionadas falas referentes à hibridização do jornalismo e à expansão de suas fronteiras de atuação.

Analisando de forma panorâmica o perfil dos participantes dos grupos focais, temos que estes são ativistas de 18 até 35 anos de todo o Brasil, atuantes em diversas pautas³, majoritariamente ambientais, mas também em causas relativas ao feminismo, alimentação e soberania popular, etc. O recorte de idade dos participantes está baseado em pesquisas que apontam uma maior predisposição de jovens das gerações Y (nascidos de 1980 a 1995) e Z (nascidos entre 1995 a 2010) em se preocupar com temáticas ambientais (Deloitte, 2021). Um pouco mais da metade dos participantes é do gênero feminino, seguidos do gênero masculino, e alguns participantes se declararam não-binários ou preferiram não indicar esta informação. Na autodeclaração sobre cor ou raça, a maioria se declarou branca (28), seguido de pardo (14), preto (11), indígena (três), amarelo (um) e não declarou (um). A maioria dos participantes tem renda mensal de três a cinco salários mínimos ou de um a cinco salários mínimos. Metade dos participantes tem escolaridade do nível ensino superior. Seu consumo midiático de jornalismo se dá preferencialmente em sites, blogs ou portais da internet, seguido de redes sociais, rádio e podcasts, e plataformas de vídeos. Poucos deles acessam notícias pela televisão, aplicativos de mensagens ou mídia impressa. Seu consumo jornalístico se dá majoritariamente em veículos alternativos e/ou independentes, sendo muitos desses canais de organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais, assim como de mídias especializadas como *O Eco*, *Amazônia Real* e *O Joio e o Trigo*, além de perfis de jornalistas como Paulina Chamorro e André Trigueiro.

6. AS FRONTEIRAS DO JORNALISMO SEGUNDO OS ATIVISTAS BRASILEIROS

Ao se tratar das formas como o jornalismo pode engajar mais seus públicos em torno da pauta climática, práticas do jornalismo *mainstream* foram frequentemente questionadas pelos participantes, em uma reflexão que mostrou a elasticidade das fronteiras do jornalismo e a permeabilidade com outros gêneros de comunicação. Além disso, outros exemplos de comunicação realizada por não-jornalistas ou por jornalistas expandindo as práticas usuais do fazer jornalístico tradicional foram muito mencionadas como forma de sensibilizar mais os públicos para a causa climática.

³ A atuação dos participantes em causas foi tomada em seu sentido amplo, sendo esta individual ou coletiva como parte de ONG ou grupos de ativismo independentes. O ativismo dos participantes esteve por vezes relacionado à sua profissão, mas a seleção dos participantes não levou em consideração sua formação ou exercício profissional, existindo, em alguns grupos focais, ativistas com formação na área da comunicação. Em geral, este público também foi considerado qualificado para o debate sobre engajamento por já estarem sensibilizados com alguma causa e se identificarem como sujeitos envolvidos com processos de mudança social.

A seguir destacamos os principais aspectos percebidos pelo público de ativistas a respeito de como o jornalismo pode ser mais contributivo na sensibilização e promoção de atitudes para enfrentar as mudanças climáticas. Na primeira subseção destaca-se o questionamento dos ativistas em relação aos modelos tradicionais e suas expectativas a respeito de um jornalismo mais mobilizador. Na sequência, reunimos dados sobre a vontade de mais integração dos ativistas em relação a estratégias e modos de fazer oriundos de uma comunicação realizada por não-jornalistas, com maior ênfase em vozes locais e formatos alternativos, ressaltando a proposta de jornalismo de comunicação cunhada por Charron e Bonville (2016). Por fim, expõe-se aspectos dos desafios ligados à ausência do jornalismo profissional e à disseminação da desinformação.

Destaca-se que neste estudo as características etárias, sociais, econômicas e culturais dos ativistas não orientaram o foco da análise, já que a amostra era proporcionalmente pequena por ser um estudo qualitativo. Por isso, a identificação dos sujeitos participantes será feita apenas por localização geográfica (em razão da comparação por regiões que orientou a primeira etapa do estudo), no intuito também de preservar o anonimato garantido na pesquisa. Nosso objetivo central de análise, como já dito, foi observar as leituras dos ativistas a respeito das configurações do que se entende por jornalismo e sua relação com o engajamento na causa climática.

6.1. O QUE OS ATIVISTAS ESPERAM DO JORNALISMO

Muitos participantes enfatizaram que, para instigar o engajamento, os jornalistas precisam também de estar engajados, se distanciando de uma possível isenção que é, por vezes, a orientação de um jornalismo que procura se ater a uma suposta objetividade narrativa: “o próprio jornalista não ter aquele ar de ‘olha, eu tenho que ser isento’, e tudo mais” (ativista do Centro-Oeste, grupo focal, 22 de julho de 2022). O ativista do Centro-Oeste explicita ainda um desejo de que os jornalistas sejam mais engajados: “eu acho que é trazer e tornar o jornalismo muito mais engajado, por parte dos próprios jornalistas, para a gente poder ter uma mudança para promover a ação da população” (ativista do Centro-Oeste, grupo focal, 22 de julho de 2022).

As falas dos participantes da pesquisa sugerem que os jornalistas deveriam expressar mais emoção e até fazer chamados explícitos aos seus públicos em prol do enfrentamento climático. Tal prática remete ao *advocacy journalism* (Laws & Chojnicka, 2020), que compreende um jornalismo posicionado em defesa de interesses coletivos:

para o que você tá fazendo agora, escuta isso, a gente precisa fazer alguma coisa juntos e juntas. É urgente. É pra já e você tem que fazer algo no seu dia a dia né. (...). Cada pessoa que está falando, você tá escutando a pessoa, tá falando com a pessoa diretamente, como se estivesse olhando no olho, se referindo a cada indivíduo, não tanto como um contexto geral informativo, de que o mundo está passando por isso, não, mas que você tem essa responsabilidade. (Ativista do Sul, grupo focal, 25 de junho de 2022)

eu acho que as coisas sempre se somam. Uma coisa que eu fiquei pensando aqui é que o jornalismo podia funcionar de uma forma de conscientizar as pessoas, no sentido de que elas podem ajudar a pressionar os tomadores de decisão, diante dessas questões, sabe? (Ativista do Centro-Oeste, grupo focal, 02 de julho de 2022)

Há também uma expectativa por parte dos ativistas de um jornalismo que seja didático, que exponha contextos dos fatos narrados com análises sociopolíticas, encarando os problemas ambientais e os eventos climáticos extremos no âmbito global da crise climática e não como eventos pontuais. Essa exigência corresponde à junção das funções informativa, política e pedagógica que caracteriza a perspectiva do jornalismo ambiental (Bueno, 2007). Também demonstra a percepção dos ativistas sobre a urgência do tema mudanças climáticas, em sintonia com Loose e Carvalho (2017), que ressaltam o jornalismo como instância central para os cidadãos tomarem consciência sobre os desafios globais:

pelo menos no jornalismo ambiental mais especializado dá para a gente conseguir fazer essa conexão entre os fatos né, não algo tão pontual como é feito no jornalismo ali de redação, sabe, dá para fazer uma conexão entre o fato e de onde está vindo aquilo ali né, no caso, aplicado às mudanças climáticas, você vê que não é um fato pontual, tem um porquê que tem toda uma conexão a nível global e eu acredito que o jornalismo, principalmente o jornalismo ambiental científico tudo mais, dá para fazer e jornalismo ambiental científico tudo mais dá para fazer essa conexão (...) causa e o efeito também. (Ativista do Centro-Oeste, grupo focal, 22 de julho de 2022)

mostrar quem que é o agente das coisas. Então: agente do desmatamento, agente do aquecimento. E não só usar esses nomes como se eles se bastassem por si mesmos, como se fossem entidades que agem no mundo. O desmatamento não é uma entidade que age no mundo, ele é produzido por algo, por alguém, por algum agente. (Ativista do Centro-Oeste, grupo focal, 22 de julho de 2022)

Por outro lado, muitos ativistas sinalizaram que já há jornalismo (especializados, ativistas, comunitários) que realizam um trabalho mais alinhado com a promoção da causa climática, e que os veículos *mainstream* deveriam observar suas práticas. De uma forma geral, há uma forte adesão dos participantes de que as práticas hegemônicas precisam se aproximar das não-hegemônicas a fim de alcançar objetivos associados ao engajamento. Pressupostos do jornalismo ambiental (Bueno, 2007) são vistos como necessários para todos os jornalismo de modo a frear a crise que está em curso.

6.2. JORNALISMO DE COMUNICAÇÃO: NOVOS FORMATOS E LINGUAGENS

Os ativistas que integraram a pesquisa manifestaram um desejo por um jornalismo mais próximo ao modelo dos *influencers* digitais, ou seja, em diálogo com esses

atores e/ou aproveitando algumas práticas, lembrando o exemplo do jornalista André Trigueiro que, além de ser referência no jornalismo ambiental em um grupo tradicional de mídia, fala em caráter bem próximo e pessoal em suas redes sociais. Também a comunicação feita pelo médico Drauzio Varella foi trazida como exemplo:

quando o Drauzio Varella vai falar alguma coisa, eu penso: ‘é sério isso aqui’. Eu, pelo menos. Eu sinto falta de autoridade. (...). Eu sinto falta de uma pessoa que seja daqui e que nos oriente, que a gente confie. Porque assim, quando fica muito impessoal... tem dados, tem imagens, tem muitas coisas, mas não tem alguém, uma figura aqui, uma pessoa que esteja ali falando e, talvez, que tem uma trajetória que a gente vai acompanhando. (Ativista do Sudeste, grupo focal, 18 de junho de 2022)

Os ativistas relataram buscar informações para além do jornalismo, mencionando, por exemplo, o trabalho de artistas ou de formadores de opinião com presença nas redes sociais — e apontando as possibilidades de cruzamento dessas linguagens com o jornalismo. Isso está associado à observação de Temer (2015) sobre o aumento das possibilidades de compartilhamento de conteúdos a partir da popularização da tecnologia.

Tem um perfil chamado Árvore Ser Tecnológico. É um cartunista, um ilustrador que faz uns desenhos incríveis assim e ele traduz as coisas numa linguagem muito bacana, que é essa linguagem do desenho. (...) então, acho que pensar nisso é sempre importante na hora de desmistificar o linguajar científico e traduzir isso para outras coisas, porque, muitas vezes, é complexo. (Ativista do Sul, grupo focal, 25 de junho de 2022)

Ontem teve a veiculação no Instagram de uma fala indígena (...) acho que até pela Célia Xakriabá, uma ativista né, falando assim “Vocês têm que começar a olhar pra Amazônia a partir de quem está dentro da Amazônia, das pessoas que preservam a floresta, porque não é ficar olhando para a Amazônia através de satélites”. (Ativista do Sudeste, grupo focal, 18 de junho de 2022)

Tais falas remetem a um contexto midiático mais hibridizado, mas também ao entendimento de que a cobertura tradicional faz escolhas que podem distanciar os públicos, ou mesmo desumanizar problemáticas ambientais. A ampliação de espaço para lideranças locais, que há anos vivenciam a problemática, é um ponto recorrente nas diversas regiões. Em consonância, os ativistas citam a importância das mídias e dos comunicadores comunitários como forma de dar voz aos atores locais. Recorda-se que Peruzzo (2006) assinala a importância da produção de conteúdos pela e para a comunidade como forma de visibilizar problemas e soluções não pautadas por veículos tradicionais.

Não é só a gente direcionar olhando de cima, mas, às vezes, que o comunicador surja desse público, que a gente quer falar. (...) cativar outras pessoas para se entenderem como comunicadores das suas comunidades,

para poder adaptar aquela notícia na linguagem, no formato, que melhor é atendida para a comunidade que faz parte, acho isso muito bacana, uma rede. (Ativista do Sudeste, grupo focal, 29 de junho de 2022)

Eu acompanho muito as mídias comunitárias de São Paulo e eles têm feito um trabalho muito incrível, porque eles têm trazido essas discussões que ficavam muito restritas a um público diferente. Tem trazido essas discussões de uma forma mais simples, mais acessível. Se você abrir esses veículos, eles estão discutindo racismo ambiental, estão discutindo ilhas de calor, estão discutindo o que é justiça climática, de uma forma acessível. (Ativista do Sudeste, grupo focal, 18 de junho de 2022)

Logo, além de sinalizarem que podem ser fontes do jornalismo, por se dedicarem ao tema, destacam sua agência nos processos de uma comunicação mais inclusiva, de baixo para cima, que busca o engajamento pela causa climática. Essa modalidade de jornalismo costuma ter um repertório e uma forma de dizer mais próxima aos seus públicos, gerando identificação e uma possibilidade de despertar mais interesse, embora nem sempre seja possível verificar marcas dos processos de apuração, próprios do jornalismo, que se revelam no apagamento de fronteiras citado por Jorge Filho (2021).

Ainda sobre formatos, a apresentação dos conteúdos é citada, existindo um apelo para a representação mais didática de dados, o que se relaciona com a formação de profissionais que sejam capazes de lidar com a tradução dos dados científicos de forma atrativa. Segundo uma ativista do Nordeste, a cobertura jornalística deve incorporar esses elementos e trazer “menos gráficos, mais imagens, trazer isso ao campo da arte. Tornar isso visual, tornar isso também mais compreensível. (...) facilitar a linguagem trabalhada na matéria audiovisual. Trazer mais ilustrações narradas” (grupo focal, 13 de junho de 2022).

Além de citarem a consulta de informações que consideram confiáveis a partir de canais e linguagens não necessariamente jornalísticos, os ativistas vão além e indicam a necessidade de um ecossistema que facilite a circulação de informações para além de veículos hegemônicos. Por outro lado, isso traz desafios como garantir a aplicação dos procedimentos éticos adequados na produção e veiculação dos conteúdos. Este é um ponto no qual emerge a reflexão de Canclini (2011/1997) acerca das tensões da hibridização de práticas comunicacionais que tem diretrizes éticas e objetivos diferentes, como o jornalismo e a publicidade, e que, por isso, podem se descaracterizar quando hibridizados na produção de conteúdo para redes sociais, por exemplo.

6.3. DIFICULDADES EM ACESSAR E RECONHECER OS JORNALISMOS

Os ativistas mencionaram que, em razão da extensão do país e das diversidades regionais, as realidades de cada lugar merecem ser observadas de forma específica. Em alguns grupos focais foi mencionado que os produtos jornalísticos regionais, que poderiam fazer a conexão entre a crise climática e os acontecimentos locais, não possuem

investimentos e/ou disposição para debater questões ambientais, fortemente atravessadas por interesses econômicos.

No Tocantins existe uma falta de acesso e análise de dados, além do baixo interesse em cobrir determinados temas. A falta de investimento no jornalismo regional faz com que ele seja alimentado principalmente por *press releases*, assim, muitas vezes, a reportagem e a investigação é deixada de lado e a narrativa dominante é advinda das assessorias de comunicação. (Ativista do Norte, grupo focal, 20 de julho de 2022)

Esse contexto faz com que as informações climáticas que são divulgadas sejam produzidas desde o eixo São Paulo–Brasília e não necessariamente considerando as dimensões locais. O afastamento do assunto com o dia a dia das pessoas afeta em seu interesse e também na compreensão de como um fenômeno global atua na esfera local (Loose, 2020).

Para além da ausência de jornalismo que possam contribuir com a causa climática, foi citado o consumo de *fake news*, nas palavras dos ativistas. A contínua circulação de informações que aparentam ser notícias, mas não são construídas a partir dos critérios epistemológicos e deontológicos do subcampo representa um dos grandes desafios neste período de intensa hibridização. Embora os recursos tecnológicos sejam importantes para a aproximação com o público, como ressalta uma ativista do Norte (grupo focal, 20 de julho de 2022), a convergência de gêneros de comunicação pode confundir os indivíduos, sobretudo com a proliferação dos grupos de mensagens e das redes sociais. Essas mensagens que não seguem os preceitos jornalísticos e têm como objetivo a persuasão trazem prejuízos à compreensão da realidade, como alerta Jorge Filho (2021).

Para além da TV, para além do celular, tem alguns territórios que não tem sinal de celular, que algumas pessoas nem tem celular, então a gente disponibiliza na rádio, a gente disponibiliza no WhatsApp, e também, nas plataformas online. (Ativista do Norte, grupo focal, 20 de julho de 2022)

Essa dificuldade de acesso à informação que faz com que muitas pessoas não consigam ter acesso a esse conteúdo jornalístico que é transmitido por diversos canais que a gente tem acesso (...) muitas delas estão se informando através do WhatsApp, de notícias através ali das *fake news* que estão sendo difundidas, e a gente percebe que muitas delas acreditam, divulgam e pensam que é aquilo é realmente a verdade. (...) o comprometimento do jornalismo é justamente pensar como é que a gente pode levar essa informação para essas pessoas que não têm acesso ao tipo de informação de qualidade que a gente tem aqui. (Ativista do Nordeste, grupo focal, 13 de junho de 2022)

Nesse cenário abundante de informações, o *branded content*, que assume as características formais do jornalismo representa mais uma barreira, afinal carrega interesses

que, na maioria das vezes, confronta a defesa do meio ambiente ou apenas apresenta um discurso paliativo em relação às crises acarretadas pela superexploração.

As falas dos ativistas evidenciam, portanto, a necessidade de entender a inserção do jornalismo nas práticas de consumo midiático emergentes. É preciso observar como realizar esse movimento sem que o jornalismo se desfaça de seus procedimentos característicos e de forma que assume um papel educativo para promover o engajamento da sociedade diante de questões urgentes, como a sobrevivência humana em um planeta cada vez mais hostil à espécie que o degrada.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados da pesquisa revelam que os jovens ativistas brasileiros reivindicam mudanças do jornalismo *mainstream*, especialmente quando pensam na finalidade de engajar públicos para uma atuação mais assertiva diante da crise climática. Eles acreditam que caberia ao jornalismo utilizar recursos de *influencers* e aproximar a sua agenda midiática àquela dos comunicadores populares, indígenas, mulheres negras e outros atores das regiões, enfatizando maior espaço para a comunicação popular e um posicionamento menos distante e objetivo por parte dos profissionais.

Isso evidencia que os participantes dos grupos focais, das cinco regiões do país, possuem um entendimento amplo do que é comunicação jornalística, mencionando aspectos dos jornalismo tradicional e alternativo, em simultâneo com outras produções derivadas de organizações ambientais, não necessariamente produzidas sob a lógica do jornalismo, o que pode ser associado ao “jornalismo de comunicação” (Charron & Bonville, 2016) e ao conceito de hibridização (Canclini, 2011/1997). Mais do que indicar a sobreposição de modalidades de jornalismo, os ativistas trouxeram elementos de outros gêneros comunicacionais como caminhos para aproximar a população do debate climático e alavancar o engajamento, ainda que reconheçam os limites dessa intensa hibridização, como a disseminação da desinformação.

Apesar de perceberem a relevância do jornalismo massivo, pelo seu alcance, entendem que há interesses que invisibilizam os beneficiários da destruição da natureza e que há enquadramentos midiáticos que dificultam mais a compreensão do problema. Além de informação, os receptores clamam por um jornalismo com posicionamento político, conforme indicado por Carvalho et al. (2016), e que se dedique à educação, com chamada à ação cidadã (Bueno, 2007; Torres & Gadotti, 2018). A desnaturalização de sentidos predatórios normalizados pelo mercado também é reivindicada, algo próximo ao que Moser (2010) relata como maneira do jornalismo fortalecer a agenda climática. Nesse sentido, eles já têm migrado ou complementado seu consumo de informações para outras fontes, tendo como destaque as informações produzidas por ONGs, movimentos sociais e *influencers* digitais que tratam de clima e do que acontece em territórios específicos.

O formato e a linguagem do jornalismo informativo receberam críticas quanto à necessidade de ser menos formal, de evitar termos técnicos e/ou científicos, sendo colocadas como possibilidades o uso de artes e a aproximação com o cotidiano das pessoas.

É interessante notar, no entanto, que os ativistas não mencionam uma limitação para a prática do jornalista, projetando diversas demandas nesse profissional — que, como descreve Lima (2018), vem acumulando novas atribuições em suas relações de trabalho com o advento das tecnologias de informação.

Pensando a recepção a partir de autores dos estudos culturais, observamos que os ativistas têm competências de leitura sobre os interesses envolvidos na atividade de produção midiática (Martín-Barbero, 2003/1987) e, assim, se mantêm críticos numa negociação de sentidos (Hall, 2003/1973), mesmo que transitando por múltiplos meios e num alto fluxo de informações. De certa forma, eles percebem as forças da hibridização realizada no polo da produção midiática, feita geralmente no âmbito da institucionalidade, com fins mercadológicos ou de persuasão, e compreendem que a hibridização das fronteiras do jornalismo pode também ser usada de forma tática na socialidade cotidiana (Martín-Barbero, 2003/1987), através de práticas como a comunicação comunitária (Peruzzo, 2006). Os participantes assinalam, ainda, saber que nem todos os públicos têm a mesma capacidade crítica, entendendo que muitas pessoas se orientam por conteúdos falsos de aplicativos de mensagens em detrimento de notícias *mainstream* que não têm tanto apelo público. Por isso, se preocupam com a necessidade de engajar de forma simples e em diversos formatos que possam circular pelo jornalismo *mainstream*, mas também em redes sociais e meios alternativos.

As análises sobre como 60 ativistas interpretam as relações entre jornalismo e engajamento climático consistem em uma das principais contribuições desta pesquisa. Tais resultados poderão orientar estratégias mais assertivas em prol do engajamento e enfrentamento do problema. O recorte a partir da hibridização evidencia a necessidade de considerar a diversidade de formatos comunicacionais na renovação das formas de se pensar e fazer o jornalismo, com o desafio de manter suas características e valores distintivos, fortemente atrelados a um modelo tradicional.

Este estudo é um dos primeiros com foco na recepção da comunicação climática, com alcance nacional, embora centrado em um público entendido como qualificado. No entanto, por sua natureza qualitativa, sublinhamos que não pode ter seus resultados generalizados. O Brasil é um país de extensão continental e muito diverso, inclusive em termos de acesso à informação e dos tipos de jornalismo consumidos localmente.

Além disso, em razão do restrito tempo que se teve para realização da etapa de recolha de dados (dois meses), as estratégias para alcançar o perfil desejado incluíram indicações, aplicando a técnica conhecida como “bola de neve”, o que pode criar uma certa homogeneidade dentro do público-alvo do estudo. Isso pode ser evidenciado pela predominância de ativistas com ensino superior e com pós-graduação, explicada pela divulgação da pesquisa feita nas redes do Instituto Modifica e dos próprios pesquisadores. A baixa participação de indígenas, apesar dos esforços para buscar sua presença nos grupos focais, por exemplo, reflete as limitações desta etapa.

Outra restrição deste trabalho é a falta de perguntas direcionadas à hibridização. O roteiro semiestruturado da pesquisa não previa a discussão deste tema, que chamou a atenção dos pesquisadores após a coleta dos dados. Os vídeos apresentados,

no formato tradicional, fomentaram a crítica e a proposição de outras possibilidades. Pesquisas que avancem nesse sentido, com foco no engajamento climático, representam uma lacuna a ser preenchida no contexto brasileiro.

Ainda como indicação de outros estudos, ressalta-se a necessidade de incluir a perspectiva de outros públicos, assim como de outras faixas etárias e condições socioeconômicas específicas. Além disso, diante da ausência de estudos, incentiva-se a reaplicação deste estudo em um momento futuro, a fim de comparar a recepção do tema de forma longitudinal.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Modifica, parceiro da pesquisa que originou este texto; aos colegas pesquisadores que participaram das etapas anteriores deste estudo: Ilza Girardi, Lásaro Thiesen, Eveline Paixão e Bibiana Davila; e a todos os ativistas que participaram dos grupos focais online.

REFERÊNCIAS

- Appelgren, E., & Jönsson, A. M. (2021). Engaging citizens for climate change: Challenges for journalism. *Digital Journalism*, 9(6), 755–772. <https://doi.org/10.1080/21670811.2020.1827965>
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bueno, W. da C. (2007). Jornalismo ambiental: Explorando além do conceito. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 15, 33–44. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v15i0.11897>
- Canclini, N. G. (2011). *Culturas híbridas: Estratégias para sair e entrar na modernidade* (4ª ed.). Editora da Universidade de São Paulo. (Trabalho original publicado em 1997)
- Calado, M. A. F. (2012). *Metodologia da pesquisa científica na prática*. Livro Rápido.
- Carvalho, A., Van Wessel, M., & Maesele, P. (2016). Communication practices and political engagement with climate change: A research agenda. *Environmental Communication*, 10(1), 37–41. <https://doi.org/10.1080/17524032.2016.1241815>
- Charron, J., & Bonville, J. de. (2016). *Natureza e transformação do jornalismo*. Insular; FAC.
- Covaleski, R. (2010). *Publicidade híbrida*. Maxi Editora.
- Cox, R. (2010). *Environmental communication and the public sphere*. Sage Publication.
- Deloitte. (2021). *Deloitte millennial and gen Z survey 2021*. <https://www2.deloitte.com/be/en/pages/human-capital/articles/millennial-survey-2021.html>
- Escosteguy, A., & Jacks, N. (2005). *Comunicação e recepção*. Hacker Editores.
- Fearnside, P. M. (2019). Retrocessos sob o Presidente Bolsonaro: Um desafio à sustentabilidade na Amazônia. *Sustentabilidade International Science Journal*, 1(1), 38–52.
- Gatti, B. (2005). *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Líber Livro.

- Gentilli, V. (2002). O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: Os vínculos com a comunicação. *Revista Famecos*, 9(19), 36–48. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2002.19.3184>
- Groth, O. (2011). *O poder cultural desconhecido: Fundamentos da ciência dos jornais*. Vozes.
- Hall, S. (2003). Codificação / decodificação. In S. Hall & L. Sovik (Eds.), *Da diáspora: Identidades e mediações culturais* (pp. 387–404). Editora UFMG; Representação da UNESCO no Brasil. (Trabalho original publicado em 1973)
- Hannigan, J. (1995). *Sociologia ambiental: A formação de uma perspectiva social*. Instituto Piaget.
- Hulme, M. (2009). *Why we disagree on climate change: Understanding controversy, inaction and opportunity*. Cambridge University Press.
- ITS-Rio. (2023). *Mudanças climáticas na percepção dos brasileiros — 2022*. https://itsrio.org/wp-content/uploads/2023/06/221715_PERCEP%C3%87%C3%83O-SOBRE-QUEIMADAS_R3_15.03.pdf
- Kind, L. (2004). Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista*, 10(15), 124–138.
- Jacks, N. A., Menezes, D., & Piedras, E. (2008). *Meios e audiências: A emergência dos estudos de recepção no Brasil*. Editora Sulina.
- Jensen, K. B., & Rosengren, K. E. (1990). Five traditions in search of the audience. *European Journal of Communication*, 5(2), 207–238. <https://doi.org/10.1177/0267323190005002005>
- Jenkins, H. (2009). *Cultura da convergência*. Editora Aleph.
- Jorge Filho, J. I. P. (2021). *Da imprensa alternativa às redes sociais: Uma análise comparativa entre notícias ficcionais no Pasquim e no Sensacionalista* [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital. <https://doi.org/10.11606/T.27.2021.tde-24082021-214118>
- Laws, N., & Chojnicka, J. (2020). “A future to believe in”: Introducing varieties of advocacy journalism. The examples sustainability and the Sanders campaign. *Journalism Studies*, 21(9), 1261–1283. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2020.1742773>
- Lima, P. (2018). Pensar a identidade do jornalista de dados perante as dinâmicas produtivas e de relações de trabalho. In *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*.
- Lévy, P. (2010). *Cibercultura*. Editora 34.
- Loose, E. B., Fante, E. M., Jacobi, C. M., & Thiesen, L. J. (2022). A cobertura climática pode levar à ação? *Revista Ciências Humanas*, 15(3), 8–21. <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2022.v15.n3.a923>
- Loose, E. B. (2021). *Jornalismo e mudanças climáticas desde o Sul: Os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade* [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume. <http://hdl.handle.net/10183/220347>
- Loose, E. B. (2020). *Jornalismo e riscos climáticos: Percepções e entendimentos de jornalistas, fontes e leitores*. Editora UFPR.
- Loose, E. B. (2019). Jornalismo e mudanças climáticas: Panorama das pesquisas da área e ponderações sobre a cobertura de riscos e formas de enfrentamento. *ALCEU*, 19(38), 107–128. <https://doi.org/10.46391/ALCEU.v19.ed38.2019.17>
- Loose, E. B., & Carvalho, A. (2017). Comunicação e mudanças climáticas: Uma discussão necessária e urgente. *Revista Meio Ambiente e Desenvolvimento*, 40, 5–9. <https://doi.org/10.5380/dma.v40i0.52077>

- Machado, A. (2007). *Arte e mídia*. Zahar.
- Mapbiomas Alerta. (2022). *Monitor da fiscalização do desmatamento*. <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/monitor-da-fiscalizacao>
- Martín-Barbero, J. (2003). *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Editora UFRJ. (Trabalho original publicado em 1987)
- Moser, S. C. (2010). Communicating climate change: History, challenges, process and future directions. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 1(1), 31–53. <https://doi.org/10.1002/wcc.11>
- Modifica. (2022). *Jornalismo e engajamento climático*. <https://loja.modifica.com.br/produto/publicacoes/jornalismo-e-engajamento-climatico/>
- Peruzzo, C. M. K. (2006, 6–9 de setembro). Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária [Apresentação de comunicação]. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília, Brasil. <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>
- Rocha, E. P. G. (2010). *Magia e capitalismo: Um estudo antropológico da publicidade*. Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1985)
- Santaella, L. (2003). Da cultura das mídias à cibercultura: O advento do pós-humano. *Revista FAMECOS*, 10(22), 23–32. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2003.22.3229>
- Temer, A. C. R. P. (2015). Fronteiras híbridas: O jornalismo e suas múltiplas delimitações. In A. C. R. P. Temer & M. Santos (Eds.), *Fronteiras híbridas do jornalismo* (pp. 21–34). Appris.
- Torres, C. A., & Gadotti, M. (2018). Educar para a cidadania global e planetária. In M. Gadotti & M. Carnoy (Eds.), *Reinventando Freire* (pp. 359–371). Instituto Paulo Freire / Lemann Center.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: A tribo jornalística — Uma comunidade interpretativa transnacional*. Insular.
- Wunderlich, L., Hölzig, S., & Hasebrink, U. (2022). Does journalism still matter? The role of journalistic and non-journalistic sources in young peoples' news related practices. *The International Journal of Press/Politics*, 27(3), 569–588. <https://doi.org/10.1177/19401612211072547>
- Xavier, C., & Pontes, F. S. (2019). As características dos jornais como poder cultural: Releituras da teoria do jornalismo proposta por Otto Groth. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 42(2), 35–48. <https://doi.org/10.1590/1809-5844201922>

NOTAS BIOGRÁFICAS

Caroline Jacobi é publicitária, doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integrante do grupo de pesquisa em Fotografia, Imagem e Pensamento, Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Pesquisadora com trajetória dedicada à comunicação ambiental, aos estudos de recepção e às imagens.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2657-936X>

E-mail: carolinemjacobi@gmail.com

Endereço: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Av. Pasteur, 250, 21941-90, Rio de Janeiro, Brasil

Débora Steigleder é jornalista, doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integrante do grupo de pesquisa Jornalismo Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Atua e pesquisa com especial interesse no diálogo entre as áreas de comunicação, educação, meio ambiente e ciência.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6030-5728>

E-mail: deborasteigleder@gmail.com

Endereço: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Rua Ramiro Barcelos, 2777, 90035-007, Porto Alegre | Brasil

Eliege Fante é jornalista, doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integrante do grupo de pesquisa Jornalismo Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Atua no jornalismo e ativismo ambiental, pesquisa jornalismo em relação à ecologia, educação e ciência.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0527-4364>

E-mail: gippcom@gmail.com

Endereço: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Rua Ramiro Barcelos, 2777, 90035-007, Porto Alegre | Brasil

Eloisa Loose é jornalista, doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná. Vice-líder do grupo de pesquisa Jornalismo Ambiental, UFRGS/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Professora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS e pesquisadora dedicada à comunicação climática.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4755-3046>

E-mail: eloisa.beling@gmail.com

Endereço: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Rua Ramiro Barcelos, 2777, 90035-007, Porto Alegre | Brasil

Submetido: 31/10/2023 | Aceite: 17/01/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

NARRATIVAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO TIKTOK BRASIL: ENTRE O DIAGNÓSTICO E A DESESPERANÇA

Simone Evangelista

Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Conceitualização, análise formal, redação - rascunho original, escrita - revisão e edição

Marcelo Garcia

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil
Curadoria de dados, análise formal, metodologia, redação - rascunho original, escrita - revisão e edição

RESUMO

O objetivo deste estudo exploratório é realizar um mapeamento dos discursos em circulação na rede social TikTok ligados à temática das mudanças climáticas no Brasil. Investiga-se, portanto, que narrativas predominam no TikTok brasileiro quando se trata de mudanças climáticas e que sentidos essas narrativas engendram. A partir de metodologia baseada em Basch et al. (2022) com adaptações para o contexto brasileiro, 50 vídeos indicados como os mais relevantes pela plataforma a partir da *hashtag* #mudancaclimatica foram analisados. Investigamos aspectos como linguagens utilizadas, uso de fontes e estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas. Os vídeos foram classificados segundo diversos critérios, como seu posicionamento em relação à veracidade, ou não, das mudanças climáticas, os temas ambientais abordados, impactos sociais e ambientais citados e os eventos climáticos extremos referenciados. Em um contexto de grande popularidade do TikTok no Brasil, disseminação de desinformação em plataformas digitais no país e brasileiros pouco informados sobre as mudanças climáticas, a pesquisa busca compreender em que medida a circulação de narrativas na plataforma pode ser nociva à compreensão do problema. Concluímos que, por um lado, existe relativo consenso em relação à veracidade e gravidade das mudanças climáticas. Por outro, aspectos relacionados à complexidade da questão ficam em segundo plano. Narrativas em tom alarmista, reforçadas pelas *affordances* da plataforma, aparecem em proeminência. Além disso, fontes utilizadas e canais responsáveis pelas produções são pouco identificáveis, mesmo quando relacionados diretamente à divulgação científica, o que pode representar um problema para o uso desses materiais no enfrentamento ao negacionismo climático.

PALAVRAS-CHAVE

mudanças climáticas, TikTok, plataformas digitais, divulgação científica, Brasil

CLIMATE CHANGE NARRATIVES IN TIKTOK BRAZIL: FROM DIAGNOSIS TO DESPAIR

ABSTRACT

The objective of this exploratory study is to chart the discourses circulating on the TikTok social network concerning climate change in Brazil. It investigates the predominant narratives on Brazilian TikTok regarding climate change and the implications of these narratives. Using a methodology based on Basch et al. (2022) tailored for the Brazilian context, this study analyses 50 videos indicated as the most relevant by the platform using the hashtag #mudancaclimatica

(#climatechange). Key aspects investigated include language patterns, the use of sources and strategies for addressing climate change. The videos were categorised based on various criteria, including their stance on the truth of climate change, the environmental issues highlighted, the social and ecological impacts mentioned, and the extreme weather events described. Given TikTok's immense popularity in Brazil, the prevalence of disinformation on digital platforms in the country, and the lack of awareness among Brazilians about climate change, this study aims to assess the potentially harmful effects of narrative circulation on the platform on understanding the issue. The findings indicate a relative consensus on the reality and severity of climate change. However, aspects pertaining to the complexity of the problem often receive less attention. Prominent in the analysed narratives are those with an alarmist tone, amplified by the platform's features. Moreover, the sources and channels behind these productions often lack clear identification, even when they are directly linked to scientific dissemination. This ambiguity could pose challenges in using these materials to counter climate denialism.

KEYWORDS

climate change, TikTok, digital platforms, science communication, Brazil

1. INTRODUÇÃO

Embora as mudanças climáticas já fossem um tema amplamente discutido antes da pandemia de COVID-19, a emergência de saúde pública parece ter acelerado a percepção sobre os problemas causados pelo fenômeno em escala global. O paralelo é reforçado por entidades como a Organização das Nações Unidas (ONU), que alertam sobre a possibilidade de que a próxima pandemia seja a seca (United Nations Convention to Combat Desertification, 2023). No Brasil, a noção de que a emergência climática é um problema grave capaz de afetar significativamente a vida de milhares de pessoas aumentou entre 2020 e 2021. Segundo pesquisa encomendada pelo Instituto Tecnologia e Sociedade, 96% dos respondentes em 2021 reconheceram que o aquecimento global está acontecendo. Além disso, oito em cada 10 respondentes disseram que se trata de um problema importante (Ipec Inteligência, 2022).

Contudo, o mesmo levantamento aponta para um desconhecimento geral da população brasileira sobre o tema. Apenas dois em cada 10 entrevistados se consideram bem informados sobre o aquecimento global. Ainda que veículos tradicionais invistam constantemente na cobertura noticiosa sobre o tema, Nisbet (2009) lembra que provavelmente apenas uma parte do público — já informada e interessada pela discussão — será atingida. Os fatos científicos, aponta o autor, não falam por si só; em um contexto de audiência pulverizada e distanciamento em relação ao aquecimento global, é cada vez mais relevante pesquisar sobre como criar mensagens mobilizadoras para meios e audiências específicos (Nisbet, 2009).

O objetivo deste artigo é realizar uma análise dos discursos sobre mudança climática em circulação na rede social TikTok, cuja popularidade tem aumentado substancialmente no Brasil (Ecwid, 2023). Em outras palavras, buscamos responder à seguinte pergunta: que narrativas predominam no TikTok brasileiro quando se trata de mudanças climáticas e que sentidos essas narrativas engendram? Para tanto, analisamos aspectos como linguagens utilizadas, uso de fontes e estratégias de enfrentamento às mudanças

climáticas, buscando estabelecer um breve panorama sobre as disputas simbólicas atreladas ao problema. Foram coletados 50 vídeos a partir da *hashtag* #mudancaclimatica indicados pelos motores de busca da própria plataforma. Os vídeos foram classificados segundo diversos critérios, como seu posicionamento em relação à veracidade ou não das mudanças climáticas, os temas ambientais abordados, os impactos sociais e ambientais citados e os eventos climáticos extremos referenciados, entre outros. A metodologia foi inspirada em artigo publicado por Basch et al. (2022), com algumas adaptações para o contexto brasileiro, detalhadas no item sobre os procedimentos metodológicos.

Voltado à publicação de vídeos curtos, o TikTok foi lançado em 2016 pela empresa chinesa ByteDance. A plataforma se popularizou no Brasil em 2019, se tornando rapidamente uma das redes sociais digitais mais acessadas do país — atualmente, perde apenas para YouTube, Instagram e Facebook (Comscore Brasil, 2023). Em 2023, o Brasil contava com cerca de 84.100.000 de usuários ativos no TikTok, atrás apenas da Indonésia (113.000.000 de usuários) e dos Estados Unidos (116.500.000 de usuários; DataReportal, 2023). Apesar de ser conhecida por produções ligadas ao humor, música e dança, a plataforma tem sido palco de discussões sobre temas que vão além do entretenimento. Sua popularidade, especialmente entre o público jovem, impulsionou a proliferação de debates sobre temas “sérios” na plataforma, como saúde mental (McCashin & Murphy, 2023) e política (Herrman, 2020).

O desconhecimento das causas, consequências e debates sobre a emergência climática, tema complexo que articula dimensões diversas além da ambiental, como saúde, economia e política, torna-se ainda mais preocupante no contexto informacional contemporâneo. Nos últimos anos, o Brasil vem se destacando pela disseminação de desinformação em diferentes plataformas digitais (d’Andréa & Henn, 2021; Oliveira et al., 2021). Entretanto, ainda há poucas pesquisas envolvendo particularmente a comunicação e a emergência climática no país. Destacam-se neste sentido iniciativas vinculadas à investigação da produção e da percepção pública do jornalismo ambiental e seus discursos a respeito das mudanças climáticas (Aguiar & Schaun, 2019; Horn & Del Vecchio De Lima, 2019; Loose, 2016; 2021; Loose & Girardi, 2017; Rodas & Di Giulio, 2017; Winch, 2017), como a cobertura de catástrofes climáticas (Bueno, 2017) e denúncias sobre temas relacionados direta ou indiretamente à emergência climática, como queimadas (Pinto & Zanetti, 2021), seca (Farias, 2022) e desmatamento (De Campos et al., 2021), além de investigações sobre a comunicação pública (Quinteros, 2023) e a comunicação científica a respeito do tema (Colatusso, 2022).

Assim, ao observar especificamente as narrativas sobre as mudanças climáticas no TikTok Brasil, esperamos contribuir para o debate sobre a relevância e as problemáticas da comunicação digital na percepção pública do problema.

2. ARENAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA EM PLATAFORMAS DIGITAIS

Desde a popularização de plataformas digitais de compartilhamento de conteúdos, tem sido destacado o potencial de participação para a comunicação de temas científicos nestes espaços digitais (O’Neill & Boykoff, 2011). No entanto, para além deste potencial,

são muitos os desafios para a circulação de informação científica e para a comunicação na arena pública da internet (Patel et al., 2020; Sloane et al., 2015; Wicke & Taddicken, 2020).

Segundo Ines Lörcher e Monika Taddicken (2017), a formação de arenas públicas na internet permite uma diversificação de agentes públicos que se comunicam online, a partir de um amplo espectro de tópicos e opiniões relacionados à ciência, inclusive céticos. Além do crescimento do ceticismo (Engels et al., 2013) a comunicação da ciência tem sido marcada pelo enfrentamento a movimentos negacionistas (Reichstadt, 2020), movimentos anti-ciência (Biddle, 2018; Szabados, 2019), anti-intelectualismo (Merkley, 2020) e de populismo relacionado à ciência (Mede & Schäfer, 2020).

Ao fomentar novas formas de participação pública (Dahlgren, 2005; Papacharissi, 2002) tais ambientes, aparentemente descentralizados, com características de comunicação interpessoal e de mídia de massa, reconfiguraram a forma como o debate público sobre tópicos relacionados à ciência, saúde e meio ambiente se desenharam no ambiente digital (Boykoff & Yulsman, 2013; Bucchi & Saracino, 2016). Segundo Schmidt (2013), as arenas públicas contemporâneas podem ser pensadas como constelações específicas de agentes, tanto comunicadores quanto público, que oferecem informações com base em regras particulares de apresentação de argumentação, por vezes conflitivas. Tal reconfiguração das arenas é fundamental para entender como pessoas fora do campo científico aprenderam a criar novas categorias, hipóteses e teorias, a descobrir causas e a testar terapias (Cefaï, 2017), questionando o próprio conceito de especialista (Collins & Evans, 2002). Para pesquisadores como Van Zoonen (2012), a proliferação dessas epistemologias alternativas pode ser lida como a popularização de “eu-pistemologias”, nas quais os sujeitos constroem seu conhecimento a partir de experiências individuais.

Em diálogo com tais autores, pode-se dizer que as plataformas digitais de redes sociais se tornaram ambientes favoráveis a trocas comunicacionais mediadas pela afetividade (Papacharissi, 2015). Embora integre um processo mais amplo de reconfiguração midiática (Baym, 2008), a mescla entre fatos e opiniões, políticas e emoções emerge de forma significativa nessas plataformas, contribuindo para a mobilização, conexão, identificação de públicos afetivos (Papacharissi, 2015) na rede. Amplificada por aspectos próprios de tais ambientes, como a velocidade, o fluxo informacional quase ilimitado e as múltiplas conexões (van Dijck, 2013), essa mediação pela afetividade se torna especialmente visível durante a discussão pública de situações extremas.

Embora essa dinâmica não tenha nascido com as plataformas, há que se reconhecer uma distinção relevante: até então, a comunicação de temas científicos era quase que exclusivamente conduzida com um distanciamento entre público e comunicadores, com protagonismo de divulgadores científicos. Conforme lembram Massarani et al. (2005), o modelo de divulgação científica predominante até o início do século XXI era o do déficit, no qual o público era compreendido como um “conjunto de analfabetos em ciência” (p. 63). A entrada de novos atores em cena, sobretudo após a popularização das plataformas digitais de redes sociais, aproxima o debate científico do cotidiano. Com mais espaço para formas diversas de interação com o público e uma comunicação menos formal, as narrativas sobre temas científicos em rede mesclam formatos já consagrados em outras mídias, como a televisão (Miranda & Guilherme, 2023), com formatos característicos de cada plataforma.

Governadas por lógicas que visam assegurar a permanência do público pelo maior tempo possível em seus domínios para coleta de dados e direcionamento de conteúdos publicitários, as plataformas digitais incentivam e sustentam as trocas afetivas (Papacharissi, 2015). Embora tais dinâmicas possam favorecer os sentimentos de comunidade e a imaginação social do público, possivelmente aumentando as conexões entre divulgadores científicos e sua audiência, também facilitam a disseminação de questionamentos quanto ao próprio lugar da ciência — principalmente em situações críticas.

Desastres naturais, ataques cibernéticos descentralizados ou epidemias de saúde pública refletem as angústias e inseguranças que advêm das ambiguidades em torno do fazer científico (Evangelista & Garcia, 2019). O caso das mudanças climáticas exemplifica um fenômeno tipicamente contemporâneo: embora os resultados e promessas da ciência repercutam cada vez mais em todos os âmbitos do nosso cotidiano (Tucherman & Ribeiro, 2006), a ciência em si repousa sobre areia movediça na sociedade de risco (Giddens, 1991), em teias complexas que dificultam a produção de medidas que, de fato, consigam mitigar o problema. Enquanto isso, cientistas, ativistas, jornalistas, políticos e o público “leigo”, entre outros atores, traçam estratégias diversas para buscar, em poucos segundos, construir e disputar sentidos em torno das mudanças climáticas nas plataformas digitais.

3. PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: HORIZONTES DE PESQUISA

Ainda incipiente no Brasil, o debate sobre como as mudanças climáticas vêm sendo debatidas em plataformas digitais de redes sociais tem ganhado força no meio acadêmico internacional. Em revisão sistemática sobre o tema, Pearce et al. (2018) concluem, entre outros, que as principais investigações publicadas privilegiam as conversações difundidas na plataforma Twitter, cuja Interface de Programação de Aplicação (ou *Application Programming Interface*, em inglês), até aquele momento, estava entre as mais acessíveis à pesquisa acadêmica, sobretudo para estudos quantitativos. Contudo, para os autores, tal foco excessivo dificulta investigações mais aprofundadas sobre os imaginários em torno das mudanças climáticas e suas consequências para a vida social. Pearce et al. (2018) também destacam que existe uma relação entre *posts* nas mídias sociais e experiências locais sobre anomalias na temperatura; contudo, as fontes e o próprio enquadramento dominantes sobre o problema são predominantemente *mainstream*.

Ou seja, apesar da presença de visões polarizadas e câmaras de eco sobre mudanças climáticas, processo que, conforme argumentam Falkenberg et al. (2022), é fortemente influenciado por disputas políticas, prevalecem visões legitimadas sobre a existência e a seriedade da questão. Entretanto, como lembra Schäfer (2012), a presença de cientistas especializados e instituições científicas nas plataformas digitais não implica no protagonismo destes nos debates sobre mudanças climáticas e políticas climáticas. À medida que efeitos como temperaturas extremas são notados no dia a dia, mais participantes se inserem nas discussões, reiterando o caráter cotidiano das conversações nas plataformas digitais (Papacharissi, 2015). Contudo, para Schäfer (2012), essa pulverização do debate possivelmente está relacionada a debates pouco qualificados, refletindo em impactos pouco visíveis sobre a percepção pública das mudanças climáticas.

Já Parry et al. (2022) apontam, em pesquisa com jovens entre 16–25 anos, residentes em Madri, que a ampliação dos debates sobre o tema tem contribuído para um aumento da ansiedade climática (Hickman et al., 2021), levando alguns à eco-paralisia (Albrecht, 2011). Sentimentos de culpa, ansiedade, desamparo e desesperança foram relacionados ao consumo de informações sobre as mudanças climáticas nas redes sociais digitais. Segundo os entrevistados, abordagens mais propositivas e positivas, com foco em estratégias possíveis — ainda que representadas por pequenas atitudes individuais — para a mitigação das mudanças climáticas foram consideradas mais úteis. Além disso, os jovens que participaram na pesquisa destacaram a necessidade de adquirir habilidades para analisar criticamente as informações disponíveis, buscando compreender como utilizá-las para a tomada de decisões. Ainda nesta direção, concluiu-se que um fator importante para mediar a angústia trazida pelas notícias sobre as mudanças climáticas seria reforçar a ideia de que existe agência por parte desses jovens. Corroborando a percepção de Pearce et al. (2018), Parry et al. (2022) defendem a necessidade de mais estudos envolvendo plataformas digitais de redes sociais predominantemente visuais, negligenciadas nas pesquisas correntes sobre o tema. Também a partir de entrevistas com jovens, Segado-Boj et al. (2019) afirmam que as emoções mais influentes que movem os indivíduos a compartilhar notícias sobre mudanças climáticas em redes sociais digitais são o medo e a raiva — não por acaso, facilmente associáveis à ansiedade climática.

A relação entre a capacidade de estimular determinadas emoções de um texto e o seu compartilhamento também foi verificada por Veltri e Atanasova (2017) em pesquisa de cunho quantitativo no Twitter. Além de ressaltar a relevância da mídia tradicional como fonte para tais conteúdos, os autores destacam a multidimensionalidade dos discursos sobre as mudanças climáticas. Outra pesquisa envolvendo o Twitter, realizada por León et al. (2022), envolveu o engajamento social relacionado às mudanças climáticas a partir de imagens compartilhadas na plataforma. Os autores apontam quatro diretrizes para promover a interação com os usuários no Twitter, todas relacionadas a noções de “significância e personificação” (León et al., 2022, p. 721).

Pesquisas relacionando o negacionismo em relação às mudanças climáticas com a polarização política também têm ganhado espaço nos últimos anos. Williams et al. (2015) afirmam que, também no Twitter, é possível verificar a existência de câmaras de eco relacionadas a grupos ativistas e céticos sobre as consequências do aquecimento global. Mais recentemente, Falkenberg et al. (2022) apresentaram resultados de pesquisa realizada no Twitter, entre 2014 e 2021, analisando os debates sobre as conferências do clima da ONU no período. De acordo com os autores, houve um grande aumento na polarização ideológica a partir da COP26, em 2021, impulsionado pelo aumento da atividade de partidários da direita críticos das mudanças climáticas. A pesquisa mostra ainda que acusações sobre a hipocrisia se tornaram um tópico recorrente em discussões sobre o clima no Twitter desde 2019.

No contexto ibero latino-americano, Balbé e Carvalho (2016) apresentaram um levantamento realizado em grupos do Facebook sobre o tema. Diferentemente de outras investigações que identificaram a relevância da mídia tradicional no compartilhamento de informações sobre as mudanças climáticas (Kirilenko & Stepchenkova, 2014; Pearce et al., 2018; Veltri & Atanasova, 2017), as autoras concluíram que, nos grupos de língua

portuguesa ou espanhola analisados, prevaleceram conteúdos publicados no próprio Facebook. Todavia, em investigação posterior no Twitter, as autoras encontraram um panorama diferente: ao buscar identificar os principais atores do debate sobre a “21ª Conferência do Clima da ONU”, a COP21, Balbé e Carvalho (2017) apontam que a mídia tradicional foi uma referência importante de informação naquela plataforma. Contudo, as autoras também pontuam que políticos e cidadãos comuns dominaram a produção de conteúdo sobre o tema.

Destaca-se ainda o dossiê Mudanças Climáticas e Engajamento Digital: Tendências, Hábitos e Dinâmicas nas Plataformas Digitais, disponibilizado pela *Revista Ciências Humanas*, em 2022. Entre os sete artigos publicados, quatro abordam diretamente questões ligadas ao negacionismo e notícias falsas envolvendo o aquecimento global, sinalizando que o problema identificado por Falkenberg et al. (2022) tem sido alvo de investigações mais recorrentes no país. Salientamos especialmente o trabalho de Junqueira (2022), que analisa disputas envolvendo a *hashtag* #yes2meat, que se popularizou em contraponto a proposições de dietas alimentares para a saúde planetária formuladas por cientistas. O autor analisa discursos correntes em torno da *hashtag* na plataforma TikTok e, em diálogo com Treem e Leonardi (2013), observa mais atentamente as *affordances*¹ de editabilidade e associação. A investigação mostra uso intenso de mixagem, recorte e edição de imagens e textos “para a produção e disseminação de conteúdos relacionados ao embate de dados de múltiplas fontes, com diferentes níveis de credibilidade” (Junqueira, 2022, p. 45) sem incentivos para o diálogo ou o debate. O autor argumenta que, se as *affordances* do TikTok ampliam o espaço público para a emergência de vozes diversas, a falta de embasamento teórico-científico presente nos vídeos que ganham mais visibilidade a partir de tais *affordances* favorece a circulação de desinformação relacionada às mudanças climáticas (Junqueira, 2022).

Além do referido estudo, outra pesquisa envolvendo o TikTok, desta vez por Basch et al. (2022), traz apontamentos relevantes para o presente artigo. Após análise de 100 vídeos em língua inglesa com a *hashtag* #climatechange, os autores concluíram que apenas oito dos vídeos encontrados apresentavam informações de fontes confiáveis.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No total, este estudo incluiu 50 vídeos em português relacionados às mudanças climáticas apresentados no TikTok disponíveis até 31 de março de 2023. A plataforma de vídeos curtos² possibilita visualização, curtidas, comentários, compartilhamento, produção e republicação de vídeos. Além disso, permite seguir e interagir com outros usuários por meio de recursos como mensagens privadas e edição de clipes com duetos. Um dos motivos para sua popularidade está na indicação de vídeos de acordo com informações

¹ *Affordance* diz respeito às qualidades, propriedades e características de um objeto que permitem ao sujeito identificar de forma evidente e intuitiva, baseado ou não em experiências anteriores, as suas finalidades e funcionalidades, sem demandar orientações prévias e instruções explícitas.

² Em 2024, as produções são limitadas a 10 minutos, embora o TikTok tenha se popularizado por vídeos ainda mais curtos, de até 60 segundos (<https://www.tiktok.com/creators/creator-portal/pt-br/product-updates-pt-br/novidades-colecoes-e-videos-de-10-minutos/>; acesso em fevereiro de 2024).

coletadas dos usuários. A partir de elementos como temas de interesse, conteúdos criados e consumidos previamente, e usuários com gostos parecidos, o algoritmo da plataforma indica vídeos com maior chance de capturar a atenção da audiência, chegando a ser considerado viciante (Brennan, 2020). Contudo, a plataforma também permite a busca de vídeos por categoria e palavras-chave, conforme fizemos nesta pesquisa.

As produções foram catalogadas a partir da busca orgânica da plataforma pela *hashtag* #mudancaclimatica, por ser a que melhor representava a temática que gostaríamos de abordar. Foi necessário realizar um extenso trabalho de limpeza dos dados coletados, uma vez que a busca do TikTok apresentou vídeos que também tratavam de mudanças no sentido de mudanças de casa ou de cidade e de mudança de vida ou mudanças na vida. Somente os vídeos diretamente relacionados a questões ambientais foram selecionados para análise. Para controle, foram realizadas inicialmente outras buscas com a *hashtag* #mudancaclimatica entre aspas (“#mudancaclimatica”) e pela *hashtag* #mudancaclimática. Os resultados, no entanto, foram bastante semelhantes, tanto nos vídeos apresentados quanto na necessidade de limpeza, por isso optamos pela *hashtag* simples #mudancaclimatica.

Os vídeos do TikTok são caracterizados pela curta duração e pela necessidade de prender rapidamente a atenção do público, que pode passar para a próxima produção com um simples arrastar de dedos. A plataforma também se destaca pela oferta de ferramentas simples para replicar vídeos, que muito frequentemente contêm músicas, dublagem, dancinhas e apelos humorísticos. Entre os principais diferenciais do TikTok está seu poderoso algoritmo de identificação customizada do comportamento do internauta por meio de processamento de linguagem natural e tecnologia de visão computacional e sua alta capacidade de captar e reter a atenção dos frequentadores (Stokel-Walker, 2020, 2022).

A classificação dos vídeos teve como base as categorias propostas por Basch et al. (2022) em estudo similar feito com o TikTok em inglês. No entanto, algumas adaptações foram realizadas no intuito de destacar algumas características dos vídeos e também de produzir uma adequação da análise à realidade brasileira. A tabela original apresenta 29 categorias a partir das quais os autores procuram observar aspectos como a apresentação das mudanças climáticas (se o problema é apresentado como algo real) e impactos ambientais e populacionais do fenômeno³. Em nosso estudo, dividimos as categorias em cinco macrocategorias de análise, a saber: “sobre o tipo de conteúdo apresentado”; “assuntos que relaciona a mudanças climáticas”; “impactos socioambientais abordados”; “eventos extremos citados”; e “responsabilização pelas mudanças climáticas”. As categorias dentro de cada macrocategoria estão apresentadas na Tabela 1. Duas subcategorias relativas a eventos mais comuns no Hemisfério Norte, “tornados” e “furacões”, foram mescladas. Além disso, acrescentamos a essa subcategoria o termo “ciclones”, relativo a eventos mais comuns no Brasil. Outras três subcategorias foram criadas para analisar aspectos específicos: “é um conteúdo jornalístico”, “desmatamento e mineração” e “chuvas, relâmpagos e alagamentos”.

³ A planilha completa está disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s10900-021-01031-x/tables/1>.

SOBRE O TIPO DE CONTEÚDO APRESENTADO	Apresenta as mudanças climáticas como verídicas
	Apresenta fonte respeitável (profissionais de saúde pública, ambientalistas ou organizações da área)
	Interpreta mal os padrões climáticos
	Tem desinformação
	Apresenta a mudança climática como falsa
	Provoca ansiedade/frustração climática
	É um conteúdo jornalístico
ASSUNTOS QUE RELACIONA A MUDANÇAS CLIMÁTICAS	Poluição da terra e do mar/lixo/plástico
	Dióxido de carbono/combustíveis fósseis
	Aumento na emissão de gases de efeito estufa
	Desmatamento e mineração
	Disparidades de saúde
	Gerações futuras
	Justiça ambiental (aborda desigualdades entre Sul x Norte globais, diferenças sociais e capacidade de consumo, e/ou relação entre egoísmo humano, capitalismo e as mudanças climáticas)
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS ABORDADOS	Impactos sobre populações humanas (migração, miséria, desabrigados)
	Impactos na saúde humana
	Impactos sobre a vida dos animais
	Impactos sobre as colheitas e a vida vegetal em geral
	Impactos na alteração dos níveis de temperatura global
	Impactos no nível do oceano e na temperatura das águas
	Impactos no derretimento das calotas de gelo polares
EVENTOS EXTREMOS CITADOS	Seca/onda de calor/geadas/frio intenso
	Tornados, furacões e ciclones
	Incêndios florestais
	Chuvas, relâmpagos e alagamentos
RESPONSABILIZAÇÃO PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	Recomendações individuais: diminuição da pegada de carbono e do impacto ambiental/consumo consciente
	Recomendações macropolíticas: votar em outros governantes ou partidos, pressionar por leis específicas ou pela regulação de certas atividades
	Crítica política a países e líderes de governos
	Crítica a marcas, empresas ou ramos de atividade específicos
	Elogia políticos ou líderes do governo
	Elogia marcas/empresas

Tabela 1. *Categorização utilizada para classificar vídeos analisados*

Um revisor (autor 1) assistiu a todos os 50 vídeos e registrou se cada uma dessas características de conteúdo estava ou não presente naquele vídeo. Um segundo revisor (autor 2) observou 10 vídeos selecionados aleatoriamente (uma amostra de 20%) para determinar a confiabilidade entre avaliadores. No trabalho de Basch et al. (2022), a validação foi realizada de forma semelhante, com uma única diferença: a amostra do segundo revisor, naquele trabalho, foi de 10% do material coletado. O Microsoft Excel foi usado para toda a entrada, organização e análise de dados.

5. RESULTADOS

No total, os 50 vídeos somaram quase 20.000.000 de visualizações até 31 de março de 2023, com quase 2.500.000 de curtidas, mais de 70.000 comentários e 130.000 compartilhamentos. A categorização a partir dos impactos que envolvem as mudanças climáticas permitiu construir hipóteses sobre os tipos de conteúdo mais mobilizadores — seja no sentido de conquistar relevância no TikTok, seja pela própria escolha de abordar tais questões por parte dos autores.

Do total analisado, 15 vídeos destacaram os impactos sobre populações, como a necessidade de migrações e a fome, enquanto 13 destacaram os níveis de temperatura do planeta no geral e nove enfatizaram os impactos nos animais, em especial com imagens de grande apelo emocional (ursos isolados em placas de gelo, animais marinhos presos no plástico, grandes mamíferos mortos pela seca, entre outros). Apesar da extensão do litoral brasileiro, impactos relacionados ao aumento do nível e ao derretimento das calotas polares também receberam menos atenção do que outros exemplos, com dois e sete vídeos, respectivamente. Imagina-se que o mesmo tenha ocorrido por tratarem-se de questões menos palpáveis, de longo prazo, e de observação direta mais difícil do que animais em habitats degenerados.

De forma geral, os vídeos destacam a representação de eventos climáticos extremos ocorridos por todo o planeta — são pelo menos 22 os que trazem imagens ou fazem referência a pelo menos um desses acontecimentos. Os mais citados são as secas e as grandes ondas de calor ou de frio ao redor do globo (16 vídeos), seguido por incêndios florestais (14 vídeos), chuvas, relâmpagos ou alagamentos (13 vídeos) e tornados, furacões e ciclones (quatro vídeos).

A análise dos assuntos relacionados ao tema também trouxe apontamentos sobre lacunas importantes, como uma relação pouco direta entre meio ambiente e saúde nos vídeos apresentados. Apesar das ameaças diversas à saúde pública trazidas pelas mudanças climáticas, como epidemias e baixa qualidade da água, apenas um vídeo aborda brevemente questões relacionadas a disparidades de saúde entre as populações de diversas classes e regiões. O mesmo se repetiu em outra macrocategoria com referências ao impacto das mudanças climáticas na saúde humana — apenas cinco vídeos apresentaram argumentos nessa linha.

Observamos de forma mais presente as referências à poluição. Essa categoria incluiu referências dos vídeos à poluição da terra e das águas, o lixo, o acúmulo de plástico. No total, 17 vídeos abordaram a temática, com grande destaque para imagens do mar poluído por plásticos. Para tentar aproximar a tabela de classificação da realidade brasileira e dos temas em evidência no debate sobre meio ambiente no Brasil, foram acrescentadas nessa macrocategoria temas relacionados à questão do desmatamento (13 vídeos) e da mineração (dois vídeos). Temas relacionados à justiça ambiental foram abordados em 11 vídeos. A maioria focava na questão do consumo, ressaltando a necessidade de modos de vida ambientalmente corretos por parte daqueles que têm condições financeiras para tal. Outros vídeos focaram na questão do modo de vida capitalista e no egoísmo e ganância humanas, apontando-os como grandes responsáveis pela exploração do planeta e pela crise climática global.

Este achado remete diretamente à macrocategoria de responsabilização. Foram 11 os vídeos que criticavam diretamente governos pelas mudanças climáticas, a maioria deles relacionados a posturas do governo Bolsonaro, uma mostra de que o processo de intensa polarização política vivido pelo Brasil ao longo dos anos (e o conseqüente aumento na politização relacionada às mudanças climáticas) apareceu de modo relevante no levantamento. Na mesma categoria, 14 produções culpavam as grandes empresas e indústrias (cinco delas também foram listadas entre as críticas aos governos e governantes). Nesse caso, destacaram-se os ataques ao agronegócio, citado em diversos vídeos como o maior poluidor e gerador de desperdício (e, como já vimos, defendido por Jair Bolsonaro, mais uma mostra da politização em torno do tema). Apenas três vídeos fazem elogios de alguma forma a ações de políticos, países ou autoridades (sendo um deles um autoelogio do então Presidente Jair Bolsonaro) e nenhum vídeo elogia, ou cita de forma positiva, ações de empresas ou indústrias relacionadas ao tema.

No campo das proposições para enfrentamento ao problema, 10 vídeos traziam recomendações pela adoção de modos de vida menos poluidores e para diminuição da pegada de carbono — em especial no campo do consumo consciente e do boicote a empresas poluidoras. Por outro lado, 10 vídeos faziam recomendações políticas, apontando a necessidade de mudanças políticas para dar conta da crise climática, muitas vezes ridicularizando os pedidos de adoção de modos de vida mais “verdes” sem a mudança da postura de líderes globais e grandes empresas.

No entanto, as sugestões tendem a ser muito vagas, com apenas quatro vídeos sugerindo atitudes concretas: dois deles defendiam a eleição de políticos socialistas para a defesa do meio ambiente; e os outros dois estimulavam o engajamento do público em iniciativas da sociedade civil organizada (*Amazonia de Pé*, contra a grilagem de terras indígenas, e a iniciativa *Face of Pollution*, em defesa de atitudes mais verdes no dia a dia). Apenas dois vídeos trazem recomendações políticas e individuais ao mesmo tempo, tendo sido incluídos em ambas as categorias.

5.1. TECENDO RELAÇÕES A PARTIR DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ao observar o conjunto da amostra, questionou-se sobre quais seriam as fontes mencionadas nos vídeos coletados. A análise revelou que, apesar da amostra reduzida em comparação ao estudo de Basch et al. (2022), que investigou 100 produções, o número de vídeos que utilizavam como referência alguma “fonte respeitável”, ou seja, profissionais e instituições relacionados a pesquisas e políticas públicas sobre meio ambiente e saúde pública, foi mais expressivo. Dentre as 50 produções mapeadas no presente estudo empírico, nove utilizaram informações creditadas a esse tipo de fonte, enquanto a pesquisa de Basch et al. (2022) encontrou apenas oito casos entre 100 vídeos. A ONU e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas — IPCC — foram as fontes mais utilizadas, aparecendo, respectivamente, em três vídeos. Além destes, há menções a pesquisas da Universidade Estadual Paulista, única fonte brasileira utilizada nos vídeos, sobre os impactos das mudanças climáticas no país. Completam a lista citações

a alertas feitos por dois cientistas: Peter Kalmus, pesquisador da Agência Espacial Norte-Americana preso durante um protesto em abril de 2022, e Carl Sagan, célebre divulgador científico falecido em 1996. Entretanto, cabe destacar que apenas os vídeos com os alertas dos cientistas apresentam as fontes em questão a partir de suas próprias vozes. As demais produções falam genericamente sobre “o último relatório” do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas ou da ONU, por exemplo. Também não há qualquer aprofundamento a respeito das fontes, como *links* ou outras formas de validação.

É preciso discutir, ainda, o papel do jornalismo nos vídeos analisados. Canais de veículos jornalísticos apareceram apenas três vezes na amostra, dos portais G1, iG e UOL. Junto com a falta de referências a “fontes respeitáveis”, isso parece criar um panorama diferente da revisão publicada por Pearce et al. (2018), a qual indicava que as fontes e o próprio enquadramento dominantes sobre as mudanças climáticas são predominantemente *mainstream*. Esse resultado pode ser relacionado tanto ao pouco investimento das mídias tradicionais e das instituições científicas na plataforma quanto à popularidade de influenciadores e de outros tipos de usuários nesses espaços. Possivelmente, também há uma relação com a juventude do público predominante na plataforma — mais de 60% dos usuários têm até 34 anos de idade (DataReportal, 2023).

No entanto, as dinâmicas do próprio TikTok, caracterizado pelo alto consumo de vídeos indicados em sequência pelos algoritmos da plataforma (Stokel-Walker, 2020), favorecem a apropriação desses conteúdos *mainstream* para a construção de discursos próprios. Não é por acaso que outros 15 vídeos da mostra trazem referências midiáticas de grandes meios de comunicação, em geral para ilustrar a situação do planeta em geral ou alguma catástrofe específica. Apenas três desses são reproduções de trechos de jornais ou programas de TV, os demais são sempre ressignificados com comentários, *emojis* e legendas. A maioria das vezes essas referências aparecem legitimando e comprovando o estado de emergência climática em que nos encontramos, por mais que a matéria original não faça esse vínculo explicitamente. Ou seja, é possível dizer que essas fontes possuem legitimidade suficiente ao menos para servirem de base para a apresentação de um complexo quadro de crise.

Nesta mesma direção, ao analisar o conteúdo dos vídeos em busca de informações sobre os autores dos respectivos canais, é possível fazer duas observações relevantes: a primeira é a presença de muitos jovens como autores das produções — são 24 vídeos que destacam um interlocutor falando diretamente para a câmera, quase todos eles na casa dos 20/30 anos. A segunda observação, complementar à primeira, é a quase total falta de tentativas de legitimação científica relacionada aos criadores dos vídeos. É certo que pela curta duração das produções não seria proveitoso uma apresentação completa do currículo a cada inserção na rede social. Porém, não há a identificação dos autores com suas credenciais “acadêmicas” ou “institucionais” em nenhum local, seja nas legendas, nos *letterings* ou mesmo na descrição dos vídeos⁴. As exceções foram um vídeo do canal Sua Mente É uma Revolução, em que o autor tenta entrevistar o ex-Presidente Jair

⁴ Ao observar os perfis responsáveis pelos vídeos, análise que foge ao escopo deste artigo, notamos que alguns indivíduos mantêm uma produção regular de materiais sobre divulgação científica ligada a questões ambientais, mas ainda assim informações sobre seu envolvimento com o tema (como pesquisadores, por exemplo) são de difícil acesso. O tema voltará a ser explorado em trabalhos futuros.

Bolsonaro e se apresenta como estudante de relações internacionais e mudanças climáticas (embora nesse caso ele esteja num ambiente externo e não se caracterize como um apresentador falando com a câmera; <https://www.tiktok.com/@suamenteeumarevolucao/video/7054247184866233605>), e um vídeo do canal Pura Física, que apresenta na legenda e descrição do vídeo a informação de que o apresentador é um professor (nesse caso um pouco mais velho e de uma área não diretamente relacionada à discussão; <https://www.tiktok.com/@purafisica/video/6875401236154191110>).

Embora em geral não se identifiquem, é possível observar, pela navegação pelos seus canais na plataforma, que uma boa parte desses jovens são produtores recorrentes de vídeos com temáticas científicas e até mais especificamente sobre meio ambiente — um dos canais chega a se colocar como militante ambientalista. Quatro deles aparecem, inclusive mais de uma vez, na amostra estudada (@andre...francis, com quatro vídeos, @biafumelli, @camilibrio e @hanakhalil, com dois vídeos cada) e possuem um formato majoritariamente explicativo que remete muito às práticas de divulgação científica. Quanto à linguagem, mesmo nos vídeos em que os autores adotam uma postura mais didática, o predomínio é da informalidade, com o uso de poucos termos técnicos. A partir dessas observações, é possível inferir que as iniciativas mais voltadas à divulgação da ciência nessas plataformas acontecem por iniciativa pessoal de jovens estudantes de áreas variadas. Não parece haver muito apoio ou suporte institucional para essas atividades.

Corroborando o estudo de Junqueira (2022), nota-se que as produções indicadas pelo TikTok como mais relevantes sobre o tema frequentemente privilegiam recursos de edição, mixagem e recorte dos vídeos e não necessariamente seu embasamento teórico-científico. Tal informação, aliada ao fato de que os autores dos vídeos aparentemente têm origens diversas, de estudantes a religiosos, não implica necessariamente em debates pouco qualificados que terão poucos impactos sobre a percepção pública das mudanças climáticas, como apontou a pesquisa de Schäfer (2012).

Contudo, um dos reflexos dessa dinâmica emerge na relação entre os vídeos analisados e os sentimentos de ansiedade/frustração climática. Reiterando a pesquisa de Parry et al. (2022) sobre a percepção de jovens a respeito do consumo de conteúdos relacionados a mudanças climáticas em plataformas digitais, pelo menos 20 vídeos da análise fomentam de algum modo tais sentimentos. Tal percepção ocorre a partir de elementos diversos, como o uso de trilhas sonoras marcadas por músicas aceleradas, o uso de cores de tonalidades escuras e narrações em tom apocalíptico, contribuindo pouco para o debate sobre o problema. Nessas produções, a crise ambiental é retratada como uma situação terminal sobre a qual há pouco a fazer.

Não há proposição de ação, apenas destaque para o estrago praticamente irreversível já feito. Seis vídeos apresentam relações com o discurso religioso, seja em menções ao apocalipse (<https://www.tiktok.com/@mrffonseca/video/7196807378401119493>) e à suposta chegada do planeta Nibiru⁵ e o fim do mundo, seja a partir da noção de que os

⁵ Uma velha teoria da conspiração que circula pela internet diz que um corpo celeste desconhecido, chamado Nibiru ou Planeta X, vai colidir com a Terra. O impacto já esteve previsto para o início dos anos 2000, para 2012 e para 2017. Essa história remete ao livro *O 12º Planeta*, publicado em 1976 por Zecharia Sitchin, sobre um planeta em uma órbita elíptica que entra no Sistema Solar Interior uma vez a cada 3.600 anos.

efeitos das mudanças climáticas são uma espécie de “carma” da humanidade (<https://www.tiktok.com/@greenchanges/video/6995017658378898694>). Diversos vídeos repetem, por exemplo, as mesmas imagens sobre o protesto liderado pelo cientista climático Peter Kalmus em abril de 2022. Nos trechos destacados, ele e seus colegas afirmam já ter avisado inúmeras vezes sobre a crise climática, lamentam que a sociedade não os ouça e destacam que estamos na iminência de destruir o planeta e de condenar as gerações futuras.

Em dois vídeos publicados pelo mesmo usuário, @favtodoroki, existe um chamado à ação, mas que ocorre de forma vaga (“temos que fazer alguma coisa”) e é sublimado por conclusões exageradas sobre estudos envolvendo as mudanças climáticas. Tais produções foram as únicas classificadas na categoria que avaliou uma má interpretação dos padrões climáticos apresentados. O autor dá a entender que o aumento de 1.5 °C na temperatura da Terra significa o fim da raça humana e que só teríamos três anos para reverter esse quadro. Nesses e nos demais vídeos que relacionamos aos sentimentos de ansiedade/frustração climática, observamos diversos comentários em tom desesperançoso, que não foram avaliados aqui dado o escopo da proposta.

Ainda que sejam necessárias investigações futuras, a ligação entre conteúdos relacionados a mudanças climáticas e os sentimentos de ansiedade/frustração climática nas plataformas digitais parece refletir (e, possivelmente, reforçar) uma relação já existente. Em trabalho sobre a produção de medo nos discursos jornalísticos sobre alterações climáticas, Balbé e Loose (2020) afirmam que os efeitos do problema são majoritariamente tratados sob essa ótica pelo jornalismo. No entanto, segundo as autoras, “não há evidências claras de que seu uso pode, de fato, gerar um enfrentamento massivo” (Balbé & Loose, 2020, pp. 50–51). Ou seja, ainda que a incitação ao medo possa facilitar a disseminação de informações sobre a gravidade das mudanças climáticas, esse conhecimento não leva, necessariamente, a ações para minimizar e/ou buscar adaptações à realidade imposta pela crise.

Por outro lado, apesar de diversos estudos enfatizarem a relação entre a desinformação e as mudanças climáticas (Falkenberg et al., 2022; Pinto & Zanetti, 2021), apenas três vídeos da amostra foram classificados como desinformação, ou seja, quando há a intenção deliberada de manipular o público. Em dois deles, os dados sobre a crise climática são utilizados para concluir que o fim do mundo está próximo pela chegada do planeta Nibiru. No outro, o então Presidente Bolsonaro dá mostras do populismo relacionado à ciência (Mede & Schäfer, 2020) ao afirmar, no debate eleitoral presidencial de 2022, que o aquecimento global é uma mentira inventada para atacar o agronegócio — este, aliás, é o único vídeo que apresenta as mudanças climáticas como algo falso. No total, 44 dos vídeos apresentam as mudanças climáticas como algo verdadeiro. Os outros cinco abordam algum aspecto relacionado à crise climática, como um impacto específico da mudança do campo gravitacional da Terra, mas sem fazer a relação explícita com mudanças climáticas em geral.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora haja confluência de ideias em relação à gravidade das mudanças climáticas, nosso estudo exploratório mostrou que informações sobre a complexidade do problema, como questões ligadas à justiça climática, saúde pública e racismo ambiental, ficam em segundo plano. Tal apontamento não surpreende diante das dinâmicas do TikTok; além de vídeos de curtíssima duração, possivelmente os resultados ilustram a relação entre o sistema de recomendações da plataforma e o favorecimento de conteúdos relacionados a certos estados afetivos, como a ansiedade climática. Futuros estudos poderão confirmar essa hipótese, uma vez que a análise aqui apresentada é insuficiente para apontar uma relação direta. Nessa mesma direção, destacamos que a opacidade sobre o funcionamento dos algoritmos e as limitações impostas pela própria plataforma representam desafios adicionais para o desenho teórico-metodológico de investigações no TikTok. Uma vez que o consumo de informações neste ambiente é mais relacionado às indicações e menos à busca ativa de informações, parece-nos fundamental ampliar tais análises a partir de outras abordagens, como pesquisas etnográficas e de recepção.

Ainda em relação à baixa complexidade dos conteúdos, e considerando a importância das ações dos indivíduos sobre as plataformas na configuração de seus usos sociais (d'Andréa, 2020), cabe-se perguntar: por que os vídeos em questão não oferecem outras fontes para aprofundamento sobre o problema? Seria uma barreira da plataforma (no sentido de limitar o alcance de *links* externos) ou um condicionamento a partir do consumo de outros vídeos que ali circulam?

Perguntas semelhantes podem ser realizadas se considerarmos tanto o uso das fontes confiáveis quanto a identificação dos criadores dos vídeos. Proporcionalmente, o uso de fontes confiáveis foi mais expressivo do que o constatado no levantamento de Basch et al. (2022). Entretanto, tais fontes são mencionadas de forma vaga. Já em relação aos perfis, mesmo quando se tratava de canais de divulgação científica, pouquíssimos trouxeram algum tipo de identificação mais clara. Não se descarta que a falta de identificação seja proposital — afinal, em um ambiente dominado pela informalidade, o “crachá” institucional pode ser lido como um demérito. Contudo, em um cenário marcado pelo negacionismo climático (Santini & Barros, 2022), é importante questionar se essas estratégias não diminuem a credibilidade de produções cientificamente corretas no enfrentamento à desinformação.

Por fim, a falta de referências ao conhecimento científico formal leva o debate na direção de um certo senso comum, igualando opiniões e dados científicos. O debate, quando existe, gira em torno da própria constatação da crise, seus eventos extremos e alguns impactos locais, com poucas reflexões práticas sobre medidas coletivas/políticas de ação. Outro tópico a ser investigado, portanto, diz respeito aos impactos do consumo de tais conteúdos entre diferentes públicos na percepção sobre o problema das mudanças climáticas — sobretudo de vídeos que fomentam sentimentos de ansiedade climática.

Desta forma, apesar da limitação no tamanho da amostra e da abrangência dos aspectos analisados, esperamos ter contribuído com pistas que instiguem investigações futuras a respeito das muitas lacunas a serem analisadas em torno da circulação de conteúdos científicos em plataformas digitais de redes sociais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade do Estado do Rio de Janeiro pelo financiamento desta pesquisa por meio do programa Prociência.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, L., & Schaun, A. (2016). A notícia e a lógica das sensações: Uma contribuição para as teorias do jornalismo. *Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui*, (132), 225–243. <https://doi.org/10.16921/chasqui.voi132.2468>
- Albrecht, G. (2011). Chronic environmental change: Emerging ‘psychoterratic’ syndromes. In I. Weissbecker (Ed.), *Climate change and human well-being. Global challenges and opportunities* (p. 3). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4419-9742-5_3
- Balbé, A., & Carvalho, A. (2016). Mudanças climáticas em redes sociais: Um estudo de caso do Facebook no contexto ibero latino-americano. In M. Arto Blanco, M. Barba Núñez, F. M. Rodrigues de Andrade, & P. Á. Meira Cartea (Eds.), *Investigar o cambio climático na interface entre a cultura científica e a cultura común. Actas do Primeiro Seminario Internacional RESCLIMA* (pp. 73–86). Universidade de Santiago de Compostela.
- Balbé, A., & Carvalho, A. (2017). As mudanças climáticas no Twitter: A ascendência da mídia e da política. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 40, 141–161. <https://doi.org/10.5380/dma.v40i0.49047>
- Balbé, A., & Loose, E. (2020). Jornalismo, medo e alterações climáticas: Articulações possíveis para pensar o enfrentamento dos riscos climáticos. *Observatorio (OBS*)*, 14(2), 38–55. <https://doi.org/10.15847/obsOBS14220201465>
- Basch, C. H., Yalamanchili, B., & Fera, J. (2022). #Climatechange on TikTok: A content analysis of videos. *Journal of Community Health*, 37(4), 163–167. <https://doi.org/10.1007/s10900-021-01031-x>
- Baym, G. (2008). Infotainment. In W. Donsbach (Ed.), *The international encyclopedia of communication*. John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781405186407.wbiecio31>
- Biddle, J. B. (2018). “Antiscience zealotry”? Values, epistemic risk, and the GMO debate. *Philosophy of Science*, 85(3), 360–379.
- Boykoff, M. T., & Yulsman, T. (2013). Political economy, media, and climate change: Sinews of modern life. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 4(5), 359–371. <https://doi.org/10.1002/wcc.233>
- Brennan, M. (2020). *Attention factory: The story of TikTok and China’s ByteDance*. China Channel.
- Bucchi, M., & Saracino, B. (2016). “Visual science literacy” images and public understanding of science in the digital age. *Science Communication*, 38(6), 812–819. <https://doi.org/10.1177/1075547016677833>
- Bueno, W. C. (2017). A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: Entre a vigilância e a espetacularização da notícia. *Comunicação & Sociedade*, 39(1), 21–41. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v39n1p21-41>
- Cefai, D. (2017). Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos Estudos CEBRAP*, 36(1), 187–213. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700020007>
- Colatusso, V. (2022). *A comunicação sobre as questões socioambientais: contribuições ao processo de divulgação das pesquisas em meio ambiente e mudanças climáticas* [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Paraná]. DSpace. <https://hdl.handle.net/1884/81509>
- Collins, H. M., & Evans, R. (2002). The third wave of science studies: Studies of expertise and experience. *Social Studies of Science*, 32(2), 235–296. <https://doi.org/10.1177/0306312702032002003>

- Comscore Brasil. (2023). *Tendências de social media 2023*. <https://static.poder360.com.br/2023/03/Tendencias-de-Social-Media-2023-1.pdf>
- d'Andréa, C. F. B. (2020). *Pesquisando plataformas online: Conceitos e métodos*. Edufba. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32043>
- d'Andréa, C. F. B., & Henn, R. (2021). Desinformação, plataformas, pandemia: Um panorama e novos desafios de pesquisa. *Revista Fronteiras*, 23, 2–13. <https://doi.org/10.4013/fem.2021.232.01>
- Dahlgren, P. (2005). The internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation. *Political Communication*, 22(2), 147–162. <https://doi.org/10.1080/10584600590933160>
- DataReportal. (2023). *TikTok users, stats, data & trends*. <https://datareportal.com/essential-tiktok-stats>
- De Campos, M. M., Fernandes, C. M., & Cardoso, V. A. R. (2021). Desmatamento e crise ambiental. Uma análise do enquadramento das políticas públicas na mídia digital. *Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación*, 8(15), 469–495. <https://doi.org/10.24137/raec.8.15.21>
- Ecwid. (2023). *Countries with the most TikTok users 2023*. <https://www.ecwid.com/insights/tiktok-countries-with-the-users>
- Engels, A., Hüther, O., Schäfer, M., & Held, H. (2013). Public climate-change skepticism, energy preferences and political participation. *Global Environmental Change*, 23(5), 1018–1027. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2013.05.008>
- Evangelista, S., & Garcia, M. (2019). O tempo do medo versus o tempo da ciência: Disputas discursivas sobre a epidemia de vírus Zika e microcefalia no Brasil. *Comunicação e Sociedade*, 35, 93–112. [https://doi.org/10.17231/comsoc.35\(2019\).3133](https://doi.org/10.17231/comsoc.35(2019).3133)
- Falkenberg, M., Galeazzi, A., Torricelli, M., Di Marco, N., Larosa, F., Sas, M., Mekacher, A., Pearce, W., Zollo, F., Quattrocchi, W., & Baronchelli, A. (2022). Growing polarization around climate change on social media. *Nature Climate Change*, 12, 1–8. <https://doi.org/10.1038/s41558-022-01527-x>
- Farias, C. G. O. D. (2022). *A pauta da seca na Tv Sergipe: Uma análise da cobertura jornalística à luz do jornalismo de soluções* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório Institucional. <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/15866>
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. Unesp.
- Herrman, J. (2020, 28 de junho). TikTok is shaping politics. But how. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2020/06/28/style/tiktok-teen-politics-gen-z.html>
- Hickman, C., Marks, E., Pihkala, P., Clayton, S., Lewandowski, E., Mayall, E., Wray, B., Mellor, C., & van Susteren, C. C. (2021). Climate anxiety in children and young people and their beliefs about government responses to climate change: A global survey. *The Lancet Planetary Health*, 5(12). [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(21\)00278-3](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(21)00278-3)
- Horn, A. T., & Del Vecchio De Lima, M. R. (2019). As mudanças climáticas e o seu discurso no HuffPost Brasil: Ênfase no “fazer sentir” ou no “fazer saber”? *Observatorio (OBS*)*, 13(4). <https://doi.org/10.15847/obsOBS13420191446>
- Ipec Inteligência. (2022). *Mudanças climáticas na percepção dos brasileiros 2021*. <https://itsrio.org/pt/publicacoes/mudancas-climaticas-na-percepcao-dos-brasileiros-2021/>
- Junqueira, A. H. (2022). Dieta da saúde planetária e mudança climática em confrontos online no TikTok. *Revista Ciências Humanas*, 15(3). <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2022.v15.n3.a927>
- Kirilenko, A. P., & Stepchenkova, S. O. (2014). Public microblogging on climate change: One year of Twitter worldwide. *Global Environmental Change*, 26, 171–182. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.02.008>

- León, B., Negredo, S., & Erviti, M. C. (2022). Social engagement with climate change: Principles for effective visual representation on social media. *Climate Policy*, 22(8), 976–992. <https://doi.org/10.1080/14693062.2022.2077292>
- Loose, E. B. (2016). *Riscos climáticos no circuito da notícia local: Percepção, comunicação e governança* [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Paraná]. Dspace. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43179>
- Loose, E. B. (2021). *Jornalismo e mudanças climáticas desde o Sul: Os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade* [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/220347>
- Loose, E. B., & Girardi, I. M. T. (2017). O jornalismo ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. *Interin*, 22(2), 154–172. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169150>
- Lörcher, I., & Taddicken, M. (2017). Discussing climate change online. Topics and perceptions in online climate change communication in different online public arenas. *Journal of Science Communication*, 16(02), A03. <https://doi.org/10.22323/2.16020203>
- Massarani, L., Moreira, I. C., & Brito, F. (2005). *Ciência e público – Caminhos da divulgação científica no Brasil*. Casa da Ciência/UFRJ.
- McCashin, D., & Murphy, C. M. (2023). Using TikTok for public and youth mental health – A systematic review and content analysis. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 28(1), 279–306. <https://doi.org/10.1177/13591045221106608>
- Mede, N. G., & Schäfer, M. S. (2020). Science-related populism: Conceptualizing populist demands toward science. *Public Understanding of Science*, 29(5), 473–491. <https://doi.org/10.1177/096366252092425>
- Merkley, E. (2020). Anti-intellectualism, populism, and motivated resistance to expert consensus. *Public Opinion Quarterly*, 84(1), 24–48. <https://doi.org/10.1093/poq/nfz053>
- Miranda, A. S., & Guilherme, S. F. (2023). Divulgação científica e crítica de mídia no canal “Nunca vi 1 cientista” no YouTube. *RuMoRes*, 17(33), 58–77. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2023.213365>
- Nisbet, M. C. (2009). Communicating climate change: Why frames matter for public engagement. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, 51(2), 12–23. <https://doi.org/10.3200/ENVT.51.2.12-23>
- Oliveira, T., Evangelista, S., Alves, M., & Quinan, R. (2021). “Those on the right take chloroquine”: The illiberal instrumentalisation of scientific debates during the COVID-19 pandemic in Brazil. *Javnost-The Public*, 28(2), 165–184. <https://doi.org/10.1080/13183222.2021.1921521>
- O’Neill, S., & Boykoff, M. (2011). The role of new media in engaging the public with climate. In L. Whitmarsh, S. O’Neill, & M. Boykoff (Eds.), *Engaging the public with climate change. Behaviour change and communication* (pp. 233–251). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781849775243-23>
- Papacharissi, Z. (2002). The virtual sphere: The internet as a public sphere. *New Media & Society*, 4(1), 9–27. <https://doi.org/10.1177/14614440222226244>
- Papacharissi, Z. (2015). *Affective publics: Sentiment, technology and politics*. Oxford University Press.
- Parry, S., McCarthy, S. R., & Clark, J. (2022). Young people’s engagement with climate change issues through digital media — A content analysis. *Child and Adolescent Mental Health*, 27(1), 30–38. <https://doi.org/10.1111/camh.12532>
- Patel, S. S., Moncayo, O. E., Conroy, K. M., Jordan, D., & Erickson, T. B. (2020). The landscape of disinformation on health crisis communication during the COVID-19 pandemic in Ukraine: Hybrid warfare tactics, fake media news and review of evidence. *Journal of Science Communication*, 19(05), A02. <https://doi.org/10.22323/2.19050202>

- Pearce, W., Niederer, S., Özkula, S. M., & Sánchez Querubín, N. (2018). The social media life of climate change: Platforms, publics, and future imaginaries. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 10(2), e569. <https://doi.org/10.1002/wcc.569>
- Pinto, T. M., & Zanetti, D. (2021). Território (s) do YouTube: A desinformação nos discursos sobre as queimadas na Amazônia em 2019. *Anais do Seminário Comunicação e Territorialidades*, 1(7).
- Quinteros, C. C. G. (2023). *A comunicação pública do clima e riscos de desastres: imbricações comunicacionais sobre as políticas públicas em Curitiba, Brasil* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital. <https://doi.org/10.11606/T.27.2023.tde-27062023-160431>
- Reichstadt, R. (2020). Extending the domain of denial: Conspiracism and negationism. *Diogenes*, 62(3–4), 48–55. <https://doi.org/10.1177/0392192120924538>
- Rodas, C., & Di Giulio, G. M. (2017). Mídia brasileira e mudanças climáticas: Uma análise sobre tendências da cobertura jornalística, abordagens e critérios de noticiabilidade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 40, 101–124. <https://doi.org/10.5380/dma.v40i0.49002>
- Santini, R. M., & Barros, C. E. (2022). Negacionismo climático e desinformação online: Uma revisão de escopo. *Liinc em Revista*, 18(1), e5948. <https://doi.org/10.18617/liinc.v18i1.5948>
- Schäfer, M. S. (2012). Online communication on climate change and climate politics: A literature review. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 3(6), 527–543. <https://doi.org/10.1002/wcc.191>
- Schmidt, J.-H. (2013). 'Onlinebasierte öffentlichkeiten'. In C. Fraas, S. Meier & C. Pentzold (Eds.), *Online-diskurse* (pp. 35–56). Herbert von Halem Verlag.
- Segado-Boj, F., Díaz-Campo, J., & Navarro-Sierra, N. (2020). Emotions and news on social media about climate change sharing. Moderating role of habits, previous attitudes and uses and gratifications among university students. *Revista Latina de Comunicación Social*, (75), 245–268. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2020-1425>
- Sloane, R., Osanlou, O., Lewis, D., Bollegala, D., Maskell, S., & Pirmohamed, M. (2015). Social media and pharmacovigilance: A review of the opportunities and challenges. *British Journal of Clinical Pharmacology*, 80(4), 910–920. <https://doi.org/10.1111/bcp.12717>
- Stokel-Walker, C. (2020). TikTok's global surge. *New Scientist*, 245(3273), 31. [https://doi.org/10.1016/S0262-4079\(20\)30552-2](https://doi.org/10.1016/S0262-4079(20)30552-2)
- Stokel-Walker, C. (2022). How to fight disinformation. *New Scientist*, 253(3378), 8. [https://doi.org/10.1016/S0262-4079\(22\)00458-4](https://doi.org/10.1016/S0262-4079(22)00458-4)
- Szabados, K. (2019). Can we win the war on science? Understanding the link between political populism and anti-science politics. *Populism*, 2(2), 207–236. <https://doi.org/10.1163/25888072-02021028>
- Treem, J. W., & Leonardi, P. M. (2013). Social media use in organizations: Exploring the affordances of visibility, editability, persistence, and association. *Annals of the International Communication Association*, 36(1), 143–189. <https://doi.org/10.1080/23808985.2013.11679130>
- Tucherman, I., & Ribeiro, M. S. (2006). Ciência e mídia: Negociações e tensões. *Eco-Pós*, 9(1), 244–259.
- United Nations Convention to Combat Desertification. (2023). *Global drought snapshot 2023: The need for immediate action*. <https://www.unccd.int/sites/default/files/2023-12/Global%20drought%20snapshot%202023.pdf>
- van Dijck, J. (2013). *The culture of connectivity: A critical history of social media*. Oxford University Press.
- Van Zoonen, L. (2012). I-Pistemology: Changing truth claims in popular and political culture. *European Journal of Communication*, 27(1), 56–67. <https://doi.org/10.1177/0267323112438808>

- Veltri, G. A., & Atanasova, D. (2017). Climate change on Twitter: Content, media ecology and information sharing behavior. *Public Understanding of Science*, 26(6), 721–737. <https://doi.org/10.1177/0963662515613702>
- Wicke, N., & Taddicken, M. (2020). Listen to the audience(s)! Expectations and characteristics of expert debate attendants. *Journal of Science Communication*, 19(04), A02. <https://doi.org/10.22323/2.19040202>
- Williams, H. T., McMurray, J. R., Kurz, T., & Lambert, F. H. (2015). Network analysis reveals open forums and echo chambers in social media discussions of climate change. *Global Environmental Change*, 32, 126–138. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2015.03.006>
- Winch, R. R. (2017). *Trajetos de sentidos sobre a mudança climática na discursivização da revista Superinteressante (1995–2015)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria]. Manancial. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/12683>

NOTAS BIOGRÁFICAS

Simone Evangelista é docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista do Programa Prociência (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Disputas e Soberanias Informacionais e do Instituto Nacional de Administração de Conflitos.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5457-5737>

Email: simone.evangelistacunha@gmail.com

Morada: Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, 20550-900. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Marcelo Garcia é jornalista e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. Atualmente é servidor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, onde atua como editor do Portal Fiocruz, e docente da Especialização em Divulgação e Popularização da Ciência, do Museu da Vida, filiado à Casa de Oswaldo Cruz.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6183-2343>

Email: email.marcelogarcia@gmail.com

Morada: Av. Brasil, 4365 - Manguinhos, 21040-900. Rio de Janeiro, RJ. Brasil

Submetido: 14/11/2023 | Aceite: 29/02/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

JOVENS ATIVISTAS E JUSTIÇA CLIMÁTICA: UMA ANÁLISE DAS ARTICULAÇÕES DE TXAI SURUÍ E AMANDA COSTA

Criselli Maria Montipó

Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Conceituação, metodologia, investigação, análise formal, escrita – rascunho original, redação – revisão e edição

Myrian Del Vecchio-Lima

Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Conceituação, metodologia, investigação, análise formal, redação – rascunho original, redação – revisão e edição

RESUMO

Diante da necessidade de sensibilização para o enfrentamento da crise do clima, este artigo analisa as articulações no Instagram de duas jovens ativistas brasileiras sobre justiça climática: Txai Suruí, integrante do movimento da juventude indígena de Rondônia, e Amanda Costa, fundadora e diretora executiva do Instituto Perifa Sustentável, selecionadas por integrem o Comitê Jovem do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. Após as três etapas de análise narrativa adotadas (acontecimento, organização e conflito), vinculadas ao arcabouço teórico-metodológico da interseccionalidade, os resultados apontam que as jovens mulheres fissuram novos espaços e promovem discussões sobre meio ambiente, direitos humanos, cidadania, participação social e justiça climática. Com linguagem informal e empática, as ativistas realizam pressão aos agentes (governantes, instituições, empresas) e estabelecem conexão com seus públicos. Como mulheres do Sul Global, as ativistas Txai Suruí e Amanda Costa desafiam polos de poder. Conforme os resultados da análise, foi possível verificar que as jovens exercem espaço de protagonismo na articulação de conteúdos sobre os temas ao promover *advocacy* e ocupar as redes sociais digitais com foco educativo, de modo crítico e criativo. Representantes de povos historicamente invisibilizados, Txai e Amanda praticam narrativas de resistência ao invocar a ancestralidade na luta por um futuro com justiça climática.

PALAVRAS-CHAVE

ativismo, justiça climática, juventude, Txai Suruí, Amanda Costa

YOUNG ACTIVISTS AND CLIMATE JUSTICE: AN ANALYSIS OF THE ARTICULATIONS OF TXAI SURUÍ AND AMANDA COSTA

ABSTRACT

Faced with the imperative to raise awareness to tackle the climate crisis, this article delves into Instagram manifestations of two young Brazilian activists dedicated to climate justice: Txai Suruí, a member of the indigenous youth movement in Rondônia, and Amanda Costa, founder and executive director of the Instituto Perifa Sustentável, selected for their involvement of the United Nations Global Compact Youth Committee. Following the three stages of narrative analysis adopted (event, organisation and conflict), coupled with the theoretical-methodological framework of intersectionality, the findings show that the young women are breaking new

ground and promoting discussions surrounding the environment, human rights, citizenship, social participation and climate justice. Using informal and empathetic language, the activists exert pressure on agents (governments, institutions, companies) while establishing a connection with their audiences. As women from the Global South, activists Txai Suruí and Amanda Costa challenge entrenched power dynamics. The findings of the analysis underscore the pivotal role played by these young women in articulating content on the issues. Through advocacy efforts and active engagement on digital social networks, they exhibit a critical and creative approach. Serving as representatives of historically invisible peoples, Txai and Amanda employ narratives of resistance, drawing upon their ancestral heritage in the pursuit of a future with climate justice.

KEYWORDS

activism, climate justice, youth, Txai Suruí, Amanda Costa

1. INTRODUÇÃO

O segundo semestre de 2023 escancarou o que a comunidade científica mundial tem alertado há anos: a emergência climática se mostra cada vez mais severa e as possibilidades para enfrentar a situação estão se tornando estreitas. As rápidas alterações no clima da Terra — denominada emergência climática devido à necessidade de ações imediatas — já são consideradas a maior situação de risco à sobrevivência humana, com aumento significativo da temperatura, de acordo com dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2023) — o IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change).

O *Relatório Síntese Sobre Mudança Climática 2023*, do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2023), evidencia as perdas e os danos causados pela mudança global do clima. Consequência direta da queima de combustíveis fósseis, do uso desordenado e insustentável do solo e de energia, a temperatura média mundial já subiu 1.1°C acima dos níveis pré-industriais e é responsável por aumentar a frequência e a intensidade dos eventos climáticos extremos que a humanidade vem enfrentando de forma mais acentuada, principalmente quando se soma ao fenômeno do super *El Niño*.

Desde julho de 2023, a série prolongada de novos recordes de temperatura na Terra confirma as projeções (Observatório do Clima, 2023). As sucessivas ondas de calor demonstram que o prazo previsto pode estar reduzido: enchentes, vendavais, chuvas de granizo, deslizamentos de encostas, entre outros eventos ocorrem em velocidade ainda maior. Urgentes são as ações para enfrentar esse quadro. Ao mesmo tempo, a violação aos direitos humanos agravados com a crise climática apresenta desafios próprios, em especial sobre a exposição desigual dos diferentes grupos sociais aos seus impactos, o que demanda uma abordagem sob a perspectiva da justiça climática (Nusdeo & De Paula e Silva, 2023).

A prevalência da responsabilização dos indivíduos sobre as questões ambientais — em detrimento da responsabilização de governos e empresas — mostra-se perversa sobre os impactos desproporcionais na emergência climática na vida das pessoas, especialmente das populações em vulnerabilidade socioambiental. A comunicação gestada

de forma colaborativa no bojo das inquietações das comunidades pode colaborar para a sensibilização social e para a cobrança dos agentes públicos e empresariais nesse cenário de incertezas e injustiças acentuadas.

A situação é agravada entre os jovens, principalmente aqueles que já vivem em situação vulnerável, como é o caso de populações negras e tradicionais¹, além de mulheres, idosos e pessoas com deficiência. Diante da emergência climática, a juventude do mundo todo tem experimentado a sensação de medo, falta de esperança no futuro e tristeza generalizada. Trata-se da ansiedade climática ou ecoansiedade (Grandisoli et al., 2021).

Apesar do cenário, um importante papel de sensibilização tem sido desempenhado por jovens ativistas a partir de plataformas digitais, sejam em redes sociais como Instagram, Facebook, TikTok e X², ou em espaços para compartilhamento de vídeos, como o Youtube, e plataformas de consumo de áudio como Spotify e Deezer. A juventude engajada na luta contra os efeitos da crise climática tem ocupado lacunas da cobertura midiática sobre a questão ambiental.

Pesquisas desenvolvidas na área da comunicação demonstram a falta de atenção da mídia à escuta de lideranças, organizações não-governamentais e movimentos sociais que apresentem ângulos diversos relacionados às mudanças climáticas e seus desdobramentos na esfera pública. Nos documentos governamentais e nas abordagens da mídia convencional há a predominância do enfoque catastrofista. Apesar de não haver muitas pesquisas que investiguem os efeitos do enquadramento negativo das notícias sobre o tema (Balbé & Loose, 2020), há o entendimento de que tal perspectiva tende a gerar mais imobilização do que proatividade (Shome & Marx, 2016). Além disso, há percepção sobre a falta de comprometimento dos governos na elaboração de políticas públicas efetivas no enfrentamento da emergência climática; resistência ou lentidão das empresas na instalação de novas práticas socioambientais; e pouco ou nenhum interesse geral dos cidadãos sobre a temática (Grandisoli et al., 2021).

Assim, este artigo se debruça sobre a problemática da comunicação e da sensibilização para a crise do clima sob a perspectiva dos direitos humanos. Busca analisar as articulações de jovens ativistas com a justiça climática. Trata-se de um recorte, a partir dos usos do Instagram e do net-ativismo desempenhado por duas lideranças brasileiras da área ambiental, selecionadas por integrarem o Comitê Jovem do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)³: a ativista Txai Suruí, do movimento da

¹ No Brasil, povos tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que usam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Possuem formas próprias de organização social, bem como territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Para mais detalhes: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/populacoes-tradicionais>.

² Microblog anteriormente conhecido como Twitter, mudou de nome em 2023 e passou a se chamar X, apesar de manter o link <https://twitter.com>.

³ Txai Suruí e Amanda Costa integram o Comitê Jovem do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2022. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/comite-jovem/>.

juventude indígena do estado de Rondônia e voluntária do *Engajamundo*⁴, organização que atua pelo empoderamento da juventude; e a também ativista climática Amanda Costa, fundadora e diretora executiva do Instituto Perifa Sustentável, entidade com sede no bairro Brasilândia, na cidade de São Paulo, que busca mobilizar jovens que vivem nas periferias urbanas para construir uma nova agenda de desenvolvimento para o Brasil, tendo como base as perspectivas de raça e clima.

Esse enfoque parte da necessidade de olharmos para a relevância do fenômeno e do desafio de discutir desigualdades sociais no debate público sob o prisma de populações vulneráveis e historicamente silenciadas, como são as mulheres indígenas e negras, foco desta pesquisa. Além disso, busca compreender práticas culturais e estratégias criativas adotadas pela juventude ativista que coloquem em destaque os temas cidadania, direitos humanos, comunicação, justiça climática, entre outros.

O artigo está organizado em outras cinco seções: discute as relações entre juventude e crise climática; aborda a justiça climática e o papel do net-ativismo ambiental; apresenta o percurso teórico-metodológico da análise; traz as reflexões pertinentes aos resultados encontrados e tece considerações finais.

2. JUVENTUDE E CRISE CLIMÁTICA

Dada a situação de crise socioambiental que se mostra cada vez mais acelerada, os próximos anos são decisivos para a construção de respostas para a emergência climática. Soluções inovadoras são, aliás, urgentes para que as atuais, as novas e as futuras gerações possam viver com dignidade. O relatório elaborado pela United Nations Children's Fund (2021) demonstra que crianças e adolescentes são ainda mais suscetíveis à crise do clima. O documento evidencia que aproximadamente 1.000.000.000 de crianças e adolescentes, quase metade dos 2.200.000.000 de jovens e crianças no mundo, vivem em um dos 33 países classificados como de risco extremamente elevado aos efeitos das mudanças no clima.

O protagonismo jovem pode influenciar as tomadas de decisão em diferentes níveis, contribuindo para a construção coletiva de soluções para problemas reais (Grandisoli et al., 2021). Nesse aspecto, o movimento *Fridays for Future* (<https://fridaysforfuture.org>), também conhecido como *Juventude pelo Clima*, é bastante representativo por promover uma mobilização global sobre a questão. Organizado por jovens desde 2018 — quando a estudante sueca Greta Thunberg, à época com 15 anos, iniciou uma greve escolar pelo clima — o movimento busca pressionar a sociedade a ver a crise climática com a atenção que merece. O movimento internacional é conduzido por estudantes que faltam às aulas nas sextas-feiras para participarem das manifestações a exigirem ações dos líderes políticos sobre as mudanças no clima.

Ainda que o protagonismo da pressão juvenil por ações para conter a crise climática esteja centrado na figura de Greta, que começou a protestar em agosto de 2018 em

⁴ A rede *Engajamundo* surgiu em 2012, depois da participação de um grupo de jovens na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, e atua na articulação da juventude no enfrentamento aos problemas ambientais e sociais do Brasil e do mundo. Para mais detalhes: <https://engajamundo.org>.

frente ao parlamento da Suécia, com uma placa “skolstrejk för klimatet” (“greve escolar pelo clima”), inúmeros jovens do mundo todo vêm assumindo esse papel, também no chamado Sul Global⁵, que concentra populações mais vulneráveis do ponto de vista socioambiental. As brasileiras Txai Suruí e Amanda Costa têm participado ativamente de eventos e ações nacionais e internacionais de sensibilização quanto à crise climática.

Jovens em áreas de risco climático têm sido importantes articuladores em seus locais de moradia, especialmente no que se refere à justiça climática, tema que guarda especificidades, como será discutido a seguir.

3. JUSTIÇA CLIMÁTICA E O PAPEL DO NET-ACTIVISMO AMBIENTAL

A vulnerabilidade às mudanças climáticas é um fenômeno multidimensional e dinâmico, moldado pela intersecção histórica de regimes políticos, econômicos e culturais que culminaram nos processos contemporâneos de marginalização (Nusdeo & De Paula e Silva, 2023). Para compreender a ideia de justiça climática é necessário relacioná-la aos conceitos de racismo ambiental, justiça ambiental e interseccionalidade.

Racismo ambiental é um termo cunhado na década de 1980 pelo ativista estadunidense Benjamin Franklin Chavis Jr., militante na luta contra o preconceito racial nos Estados Unidos. O conceito de racismo ambiental surgiu a partir dos protestos realizados pela população da comunidade de Afton, majoritariamente negra, contra a construção de aterro sanitário de resíduos tóxicos no Condado de Warren, Carolina do Norte, EUA, em 1982 (Acselrad, 2010)⁶. Portanto, o racismo ambiental se combina com políticas públicas e práticas da indústria — o que configura necropolítica⁷, exploração imobiliária, entre outras práticas colonialistas — para fornecer benefícios para a população branca, enquanto transfere custos para as pessoas negras e racializadas⁸. Assim, o subsequente movimento de justiça ambiental constituiu-se nos EUA a partir de uma articulação entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis. Essa

⁵ A partir da epistemologia decolonial, os conceitos de Norte Global e Sul Global se referem às identidades geopolíticas, não estritamente geográficas ou territoriais. Trata-se de posições intercambiáveis criadas pelo colonialismo e pelo capitalismo neoliberal. Conforme Ballestrin (2020), devido à referência aos países pobres e “em desenvolvimento” em contraste com os mais ricos e desenvolvidos, o Sul Global é herdeiro do conceito de “terceiro mundo”, termo em desuso. Os conhecimentos, valores e práticas econômicas e socioculturais gerados pelo Norte Global são impostos para todos, enquanto grupos e movimentos do Sul Global, por vezes subalternizados, representam a construção de um projeto político que reivindica caminhos inclusivos.

⁶ Foram seis semanas de protestos de rua não violentos e de bloqueios de estradas para que os caminhões com resíduos não chegassem à comunidade. As marchas de Warren popularizaram o slogan “not in my back yard” (em português, “não no meu quintal”). Não foi possível conter o despejo do lixo em Afton e mais de 500 pessoas foram presas, o que configurou as primeiras prisões da história dos Estados Unidos por razões ambientais. Em 1980, depois de cumprir quase uma década na prisão e receber atenção internacional, as acusações contra os presos conhecidos como “Wilmington 10” foram revogadas (Acselrad, 2010; Louback & Lima, 2022).

⁷ O filósofo camaronês Achille Mbembe discute que, por meio da necropolítica, poderosos definem quem pode viver e quem deve morrer. Conferir Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. N1-Edições.

⁸ A partir da ideologia do embranquecimento, as classificações raciais são negociadas de modo simbólico, histórico, sociológico, antropológico e psicossocial. Ver também Schucman, L. V (2023). *Famílias inter-raciais: Tensões entre cor e amor*. Fósforo.

conexão de temas transformou o pensamento da época e desafiou o movimento ambientalista das décadas de 1960 e 1970, que se preocupava estritamente com a proteção do meio ambiente, desconectada das questões sociais (Louback & Lima, 2022).

Os conceitos de justiça ambiental e climática estão relacionados às questões históricas e geopolíticas. Países que emitiram mais gases de efeito estufa e contribuíram mais para a crise climática integram, predominantemente o Norte Global. Já países que contribuíram menos para a crise, mas que vão sofrer os impactos climáticos mais rapidamente e mais intensamente, pertencem ao Sul Global.

No Brasil, Acsegrad et al. (2009) e Acsegrad (2010) defendem que o movimento de justiça ambiental busca combater a narrativa de que os impactos ambientais são sentidos por todas as pessoas de igual modo. Para se ter uma ideia, estima-se que populações do Sul Global têm 99% de chance de sofrerem consequências negativas causadas por mudanças climáticas (Diffenbaugh & Burke, 2019). A justiça ambiental e o combate ao racismo ambiental desnaturalizaram as injustiças vinculadas à cor ou à etnia. É urgente que as desigualdades sejam colocadas em pauta no enfrentamento à crise contemporânea. Afinal, ainda que tais mudanças atinjam a todas as pessoas no globo, alguns grupos em situação de maior vulnerabilidade como crianças, adolescentes, mulheres negras e indígenas, têm sido mais impactados pelos efeitos da crise em curso.

Segundo o relatório *Women in Finance Climate Action Group* (2021), mulheres e pessoas do sexo feminino representam 80% das pessoas deslocadas pelas mudanças climáticas. Além disso, estruturas de política climática nacional, regional e multilateral não têm incorporado questões de gênero, raciais, étnicas, de classe, geracionais para tomada de decisão. A epistemologia feminista, portanto, colabora com o adensamento da perspectiva teórico-metodológica da interseccionalidade, nascida a partir das experiências de mulheres negras, latinas, indígenas, asiáticas, entre outras⁹. A justiça climática escancara a interface entre direitos humanos e mudanças do clima, especialmente para mulheres, crianças e adolescentes em situação de desigualdade (Louback & Lima, 2022).

Tais vulnerabilidades agravadas pela emergência climática precisam ser analisadas sob uma perspectiva interseccional. Afinal, a colonialidade persistente e as formas de racismo institucional e ambiental limitam o acesso a financiamento, mídia e outros recursos, além de inviabilizarem os esforços e a participação desses grupos no movimento climático. As ações para o enfrentamento da emergência climática devem, portanto, ser multissetoriais, com participação e debate popular, a fim de englobar as questões estruturais do desenvolvimento na perspectiva conjugada da garantia dos direitos humanos e da natureza (Isaguirre-Torres & Maso, 2023).

Entretanto, o que se vê é um silenciamento seletivo. Populações impactadas não têm sido foco de ações de resiliência para aspectos básicos da sobrevivência humana, como acesso à água, por exemplo, enquanto grandes empresários são recebidos em

⁹ A intelectual e ativista brasileira Lélia Gonzalez, na luta dos movimentos sociais desde 1960, discutia já nos anos 1980 como as mulheres amefricanas e ameríndias eram descoloridas e desracializadas pelos movimentos de mulheres, demonstrando essa invisibilização de eixos de opressão.

reuniões governamentais do mundo todo para privatizar o acesso a esse bem primordial para a vida na Terra¹⁰.

O desequilíbrio na escuta das vozes sociais impactadas por injustiças remonta à própria história do Brasil. Fruto do colonialismo, da escravização, de genocídio, etnocídio e epistemicídio negro e indígena (Gonzalez, 2019; Nascimento, 1978), a sociedade brasileira é uma das mais desiguais do mundo. Sua formação histórica colonial, elitizada, imperialista, patriarcal e neoliberal mostra-se pouco inclusiva e altamente predatória.

A partir da perspectiva da justiça climática¹¹ (Mira Bohórquez, 2023; Louback & Lima, 2022), medidas para o enfrentamento da crise do clima devem levar em consideração: as desigualdades de condições que países e pessoas encontram para se defender dos efeitos do aquecimento global; a necessidade de novas estruturas jurídicas e institucionais para garantir a efetividade dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade; e a urgência em aprofundar a discussão a respeito das diferenciações que fazem com que alguns grupos sejam mais vulneráveis do que outros nesse contexto.

A comunicação ocupa espaço importante para o enfrentamento da emergência climática, como plataforma privilegiada de trocas sociais para inovação e construção de respostas plurais à crise. No entanto, na produção jornalística, há predominância de fontes especialistas, governamentais e de mercado, o que revela ausência de diversidade de vozes na cobertura e falta de estímulo dos meios de comunicação para a mobilização das comunidades afetadas (Horn & Del Vecchio de Lima, 2019).

Cabe à juventude ativista ocupar espaços de debate. Especialmente em um momento em que o capitalismo neoliberal se apropria dos ambientes de discussão¹² e as redes sociais digitais têm grande adesão do público mais jovem, são agregadores e difusores de conteúdo espontâneo, criam a possibilidade de acesso às novidades. As plataformas exercem o papel de canal de distribuição e determinam o que o público vê, quem é remunerado por essa audiência e quais assuntos ganham destaque, sem que se responsabilizem por sua apuração e divulgação.

Ainda que tais características vinculadas à “plataformização” possam restringir, em alguns aspectos, a distribuição de conteúdos, o ativismo provoca uma quebra do monopólio narrativo, democratiza e radicaliza as possibilidades comunicacionais. Nesse sentido, ativistas têm a oportunidade de promover comunicação democrática apesar da escassez de recursos, o que atualiza, para a contemporaneidade, o conceito de mídia radical desenvolvido no início deste século por John Downing (2001/2002).

O net-ativismo ambiental tem encontrado brechas na exploração algorítmica para colocar em pauta a crise climática. Di Felice et al. (2012) compreendem o net-ativismo

¹⁰ No Brasil, a execução das políticas públicas na área não tem considerado a condição de escassez da água em função dos usos econômico-produtivos, sendo o maior consumo o da irrigação de *commodities*, como arroz e soja. As mudanças climáticas agravam a situação do abastecimento nas cidades e no campo, “penalizado com abandono de infraestrutura, racionamentos, fornecimento de água por caminhões-pipa, e abertura de poços artesianos sem o necessário controle da qualidade da água” (Fante & Lima, 2023, para. 8).

¹¹ Foi apenas em 2015 que a justiça climática finalmente foi reconhecida no preâmbulo do Acordo de Paris e explicitada formalmente pela ONU.

¹² Uma visão aprofundada pode ser encontrada na obra *Capitalismo de Plataforma*, em que Srnicek (2016) trata das lógicas de extração de valor nas plataformas e sugere uma coletivização das plataformas.

como “uma nova forma de ativismo digital em rede e na rede” (p. 146), entendendo-se previamente que a rede cria a si mesma, produzindo seus componentes e, por sua vez, é produzida por eles. De acordo com Del Vecchio-Lima et al. (2023), para que o net-ativismo seja bem-sucedido, suas ações dependem do sucesso individual de cada participante da rede enquanto ecossistema informativo e criador de sinergia para fins de ação e ativismo.

Complementar à ideia de net-ativismo de Di Felice et al. (2012) há o entendimento de que esse movimento em rede apresenta uma forma de cidadania ativista. Para o autor italiano, o net-ativismo consiste em “uma interação fecunda entre sujeitos, grupos e entidades com o território e as tecnologias de informação, as redes informativas e as diversas interfaces utilizadas” (Di Felice, 2012, p. 146), formando uma rede colaborativa e uma ação social interativa que permitem transformações sobre a realidade em diferentes dimensões. Assim, como a breve discussão aqui permite, há a apropriação comunicativa por grupos e indivíduos potencialmente vulneráveis ou por entidades e coletivos preocupados com grupos vulneráveis.

Essas novas formas de ativismos em rede são particularmente atraentes para jovens interessados em transformar a realidade e as territorialidades pelas quais lutam. O ativismo jovem nas redes fura a bolha e, parafraseando Peruzzo (1999), dá seu aporte à educação democrática ao promover a criação coletiva e ao difundir conteúdo diretamente relacionado à vida local.

4. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE ANÁLISE SOBRE JUSTIÇA CLIMÁTICA

Muito se tem discutido sobre a construção ou invisibilização de narrativas no contexto contemporâneo. De acordo com Rincón (2006), a narrativa pode contribuir para impactar ou surpreender, ironizar, mostrar o impossível, o imprevisto ou paradoxal da natureza humana. A análise da narrativa, por sua vez, busca interpretar as relações sociais e as complexidades de suas interações. Nosso arcabouço teórico-metodológico, vinculado ao paradigma da pesquisa social, insere-se na compreensão de atores sociais em relação e em perspectiva. Apropria-se do método qualitativo a fim de interpretar fenômenos humanos e sociais. Uma das características da pesquisa qualitativa, valorizada na escolha dessa perspectiva, é a de que, conforme Bauer et al. (2015), trata-se de uma abordagem intrinsecamente crítica e potencialmente emancipatória.

Neste artigo, os procedimentos metodológicos contam com recursos da análise crítica da narrativa (Motta, 2013), da interseccionalidade e da justiça climática. Nosso ponto de partida é de que as narrativas são relações argumentativas — atos de fala — e se estabelecem no contexto da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades e sob os constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e de poder, o que torna a metodologia adequada para análises sob a perspectiva da justiça climática.

Conforme Motta (2013) a análise da narrativa é apropriada para observar a configuração de uma intriga e suas nuances, principalmente, para compreender os valores

canônicos de uma cultura em ação e a construção simbólica da realidade. Por meio da análise crítica da narrativa, ponderamos sobre como as pessoas compreendem e representam o mundo.

Na hibridação aqui adotada, a análise narrativa buscou focalizar o poder de voz e as interseccionalidades de duas jovens ativistas. Na matriz para análise empírica do poder de voz sugerida por Motta, atenta-se à pluralidade de intervenções, já que a narrativa resulta em um produto plurivocal onde se manifestam vozes e interesses contraditórios que se sobrepõem. Por isso, as narrativas são polissêmicas (multiplicidade de vozes e de interesses que abre uma multiplicidade de interpretações) e são também polifônicas (várias histórias se entrecruzam).

Conciliamos o arcabouço analítico à contribuição da interseccionalidade, já que esta pode servir como uma ferramenta teórica e metodológica para estudar a vivência humana conectada às experiências (Collins & Bilge, 2020/2021). A interseccionalidade é uma forma de entender e analisar experiências humanas, especialmente quando tratamos de estruturas sociais desiguais vinculadas à organização de poder centralizado (Collins & Bilge, 2020/2021), como é o caso das soluções para combater as injustiças climáticas. Assim, nossa perspectiva adere à epistemologia feminista como teoria social crítica para pensar como raça, gênero, lugar social e geração se traduzem diante das profundas divisões sociais. Ao colocarmos em pauta as questões a partir do ponto de vista interseccional, nos aproximamos também do debate epistemológico da decolonialidade, que privilegia o enfoque às subjetividades subalternizadas e excluídas.

A perspectiva decolonial pretende, portanto, provocar posturas e atitudes de transgredir, intervir, (in)surgir e incidir, conforme Walsh (2009). É importante demarcar a decolonialidade como projeto de intervenção sobre a realidade, não como moda acadêmica ou rótulo. Afinal, Bernardino-Costa et al. (2018) ressaltam que a decolonialidade abarca a longa tradição de resistência das populações negras e indígenas. Logo, a teoria decolonial se debruça sobre os modos com quais os sujeitos colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo em que fornece ferramentas conceituais para avançar na decolonização, movimento que vem sendo feito na práxis das jovens ativistas aqui focadas.

Assim, a análise privilegia três movimentos interpretativos propostos por Motta (2013): (a) a recomposição da intriga ou do acontecimento das narrativas das ativistas; (b) a organização da narrativa; e (c) a revelação de conflitos enquanto *frame* estruturador da narrativa sobre justiça climática¹³.

Uma etapa preliminar da análise se ocupa de compreender os lugares de fala das jovens ativistas. Conforme Motta (2013), a análise rigorosa e sistemática da comunicação narrativa no contexto de sua configuração pode revelar jogos de poder, o que é importante para o ativismo sobre justiça climática.

¹³ Motta (2013) propõe sete movimentos interpretativos para análise: (a) a recomposição da intriga ou do acontecimento; (b) a lógica do paradigma narrativa, a organização da história; (c) o surgimento de novos episódios (unidades temáticas da história); (d) a revelação de conflitos dramáticos (*frames*); (e) a caracterização dos personagens, figuras centrais da narrativa, e papéis atribuídos; (f) as estratégias argumentativas utilizadas para produção de efeitos de realidade e estéticos; e (g) a metanarrativa, fundo moral e ético da história. No nosso procedimento analítico, privilegamos três desses movimentos, adequados ao ativismo digital.

4.1. APRESENTAÇÃO DE TXAI SURUÍ

Walelasoetxeige Suruí, conhecida como Txai Suruí, pertence ao povo indígena Paiter Suruí. A jovem integra o movimento da juventude indígena de Rondônia, estado da região Norte do Brasil, que conta com 12 etnias e mais de 1.000 indígenas de 15 a 35 anos. Txai ganhou os holofotes do mundo, aos 25 anos, ao ser a única brasileira a discursar na abertura da COP-26 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas), em outubro de 2021.

Estudante do curso de Direito, Txai coordena a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé¹⁴, uma organização da sociedade civil de interesse público, com sede em Porto Velho, capital do estado de Rondônia, fundada em 1992. O trabalho busca defender os direitos humanos e o meio ambiente ao propor soluções que fortaleçam a identidade, a cultura, a economia, a educação e a saúde dos povos indígenas de diversas regiões do Brasil. Txai atua como conselheira na WWF Brasil e no Pacto Global da Organização das Nações Unidas, além de ser colunista semanal da *Folha de S. Paulo*, desde 2022.

Txai revela que as pressões ambientais sofridas na maior terra indígena de Rondônia, Uru-Eu-Wau-Wau, passam por grilagem, invasões e, principalmente, queimadas ilegais, que aumentaram 600% durante a pandemia de covid-19. Tal contexto contribuiu para o agravamento da situação da população indígena, mais vulnerável às doenças respiratórias, já que as aldeias e cidades ficam cobertas de fumaça durante o período das secas (Louback & Lima, 2022).

Em entrevista à Ellen Acioli, a jovem Txai Suruí (2022) é enfática:

o mundo tem que olhar e valorizar a sabedoria tradicional. As soluções já existem e já são praticadas dentro da comunidade. O que precisa é que o mundo escute o que a gente fala e coloque isso em prática em outros lugares (p. 69).

Ao honrar a sabedoria ancestral de seu povo, Txai tem usado o Instagram (@txai-suruí) para fazer sua voz e de seus parentes circular.

¹⁴ Para mais detalhes sobre a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé: <https://kaninde.eco.br/>.



Figura 1. Reprodução do perfil @txaisurui no Instagram (<https://www.instagram.com/txaisurui>)

Embora tenha iniciado o perfil para uso pessoal, já na adolescência, Txai vem profissionalizando o uso da plataforma. Em novembro de 2023 tinha cerca de 128 mil seguidores.

4.2. APRESENTAÇÃO DE AMANDA COSTA

Amanda Costa é mulher negra que, em 2021, entrou para a lista #Under30 da revista *Forbes*. Formada em Relações Internacionais, Amanda é colunista da *Agência Jovem de Notícias* e do *Um Só Planeta*. Apresenta o programa de televisão #TemClimaParalssó? feito pelo *Alma Preta Jornalismo*, em parceria com a Rede TVT¹⁵, com intuito de ampliar a voz de pessoas negras, indígenas e quilombolas. Busca, em suas próprias palavras, “trazer uma visão afrodiaspórica e decolonizada sobre a crise climática”, conforme entrevista dada a Rafael Ciscati (2023), ao portal Brasil de Direitos.

A ativista é fundadora e diretora executiva do Instituto Perifa Sustentável¹⁶, organização que nasceu em 2019, quando Amanda Costa foi selecionada para o programa *UPG Sustainability Leadership*, realizado em Hurricane Island, Main, EUA. A iniciativa selecionou jovens lideranças do Sul Global que tinham ideias de “transformar o mundo num lugar melhor”. A ideia da Amanda foi de construir pontes entre o local e o global, encontrando caminhos para democratizar a crise climática nas periferias, favelas e comunidades.

¹⁵ A Rede TVT é um veículo de comunicação de caráter educativo. Está disponível via satélite em sinal digital HD aberto ou por assinatura. Também está disponível no Youtube e no site <https://www.tvt.org.br/web-tvt>.

¹⁶ Para mais detalhes sobre o Instituto Perifa Sustentável: <https://institutoperifasustentavel.com.br>.

Atualmente, as frentes de atuação do Instituto Perifa Sustentável estão centradas em *advocacy* climático, adaptação climática, educomunicação e participação social. Por meio da elaboração de projetos, o grupo reivindica a democratização e representatividade da juventude nos locais de tomada de decisão. Outra frente do instituto é a ocupação de espaços de liderança e atuação em processos institucionais, para encontrar formas de transformar a vida e os territórios dos mais afetados pela crise climática.

Amanda também é voluntária do *Engajamundo* e se apresenta como “cria” da “quebrada”, em referência a viver em uma área periférica de São Paulo. Assim, seu ativismo tem como proposta construir um mundo que priorize a vida das pessoas e do planeta, onde a justiça, a igualdade e a liberdade sejam princípios inegociáveis.

A criação da página no Instagram (@souamandacosta) para compartilhar conteúdo sobre a Agenda 2030 — especificamente a redução de desigualdades (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10) e ação climática (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13) — foi uma das primeiras ações de Amanda, vinculada à sua participação no programa *UPG Sustainability Leadership*. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), integraram a agenda da ONU em 2015 para serem atingidos até o ano de 2030¹⁷.



Figura 2. Reprodução do perfil @souamandacosta no Instagram (<https://www.instagram.com/souamandacosta/>)

¹⁷ Ao todo, são 17 os ODS estipulados pela ONU: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

A partir da apresentação dos lugares de fala das ativistas selecionadas para a análise, na execução da primeira etapa desta pesquisa, procuramos traçar: (a) a recomposição da intriga ou do acontecimento das narrativas das ativistas. Conforme Motta (2013), nessa fase há a identificação dos eixos estruturantes das narrativas, ou seja, se são políticos, econômicos, psicológicos, familiares, jurídicos, entre outros. É o que desencadeia as narrações, seus temas e propósitos.

Desse modo, foram analisados os perfis das ativistas no Instagram, a partir de julho de 2023, tendo como marco as sucessivas quebras de recordes de temperaturas no segundo semestre de 2023, o que reforçou a necessidade de abordar a crise climática e, conseqüentemente, a questão da justiça climática. No total, foram 119 publicações analisadas, no período de 1 de julho a 14 de novembro de 2023. Para melhor visualização, os dados da primeira etapa de análise foram agrupados em tabelas, que trazem informações gerais, apresentam uma síntese dos conteúdos das postagens, bem como principais temas abordados, representatividade, entre outros.

Após essa primeira etapa da análise, que será apresentada a seguir (Tabela 1 e Tabela 2), analisamos ainda as narrativas sobre justiça climática a partir de três movimentos interpretativos propostos por Motta (2013), conforme já discutido.

5. REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS ENCONTRADOS

A partir da problemática da comunicação e da sensibilização para a crise do clima sob a perspectiva dos direitos humanos, esta pesquisa busca compreender táticas adotadas por ativistas que ocupam lugares sociais de saberes silenciados. Nos propusemos analisar as articulações das jovens ativistas Txai Suruí e Amanda Costa sobre justiça climática a partir dos usos do Instagram e do net-ativismo.

5.1. A RECOMPOSIÇÃO DA INTRIGA OU DO ACONTECIMENTO DAS NARRATIVAS

As postagens de Txai Suruí trazem à pauta questões socioambientais, políticas, de gênero, étnico-raciais e pessoais, conforme a síntese (Tabela 1):

Nome	Txai Suruí
Identificação de gênero e étnica	Mulher indígena
Número de seguidores	128 mil (14 de novembro de 2023)
Total de postagens no período analisado (julho-novembro 2023)	52
Postagens sobre justiça climática ou justiça ambiental no período analisado (julho-novembro 2023)	23
Conteúdo da postagem	
Foto	8
Vídeo	21

Carrossel ¹⁸	10
Outros	13
Legendas	Com emojis, hashtags, explicativas, humoradas, enfáticas, pessoais
Hashtags mais utilizadas	#MarcoTemporalNÃO #Resistência
Menções	Parceiros, mídia
Tópicos da postagem	
Principais temas	Direitos indígenas; pressão contra o marco temporal; mudanças climáticas; justiça climática
Linguagem	Informal, empática, de pressão aos agentes (governantes, instituições, empresas)
Estilo visual	
Cores	Verde, vermelho, branco, laranja
Fotografia	Artístico, documental, natureza
Gráficos ou infográficos	Ausente
Representatividade	
Uso de imagens representativas	Mulheres indígenas, povos indígenas, outras minorias sociais
Diversidade na audiência	Comentários, marcações de pessoas no mesmo lugar de fala

Tabela 1. Análise do Instagram de Txai Suruí

Entre os assuntos mais presentes nas postagens de Txai Suruí estão os direitos indígenas, a pressão contra o marco temporal¹⁹, as mudanças climáticas e a justiça climática.

As postagens de Amanda Costa também abordam questões socioambientais, políticas, de gênero, étnico-raciais e pessoais, conforme a síntese (Tabela 2):

Nome	Amanda Costa
Identificação de gênero e étnica	Mulher negra
Número de seguidores	26,5 mil (14 de novembro de 2023)
Total de postagens no período analisado (julho-novembro 2023)	67
Postagens sobre justiça climática ou justiça ambiental no período analisado (julho-novembro 2023)	46
Conteúdo da postagem	
Foto	22
Vídeo	33
Carrossel	18
Outros	9

¹⁸ O carrossel do Instagram é um formato de publicação de imagens lançado em 2017. Trata-se de uma sequência, que permite incluir de duas até dez imagens por postagem, agrupadas com um texto descritivo.

¹⁹ No Brasil, a tese jurídica do marco temporal trata da demarcação de terras indígenas. O dispositivo previa que indígenas poderiam reivindicar somente terras ocupadas por eles antes da Constituição de 1988, desconsiderando grupos já expulsos. O Supremo Tribunal Federal derrubou a aplicação da tese do marco temporal por nove votos a dois, em 21 de setembro de 2023.

Legendas	Com emojis, <i>hashtags</i> , explicativas, humoradas, enfáticas, pessoais
<i>Hashtags</i> mais utilizadas	#Racismoambiental #Criseclimática #jovensliderancas #Justicaclimática
Menções	Parceiros, mídia
Tópicos da postagem	
Principais temas	Igualdade racial, mudanças climáticas, justiça climática
Linguagem	Informal, empática, de pressão aos agentes (governantes, instituições, empresas)
Estilo Visual	
Cores	Azul, branco, rosa, verde
Fotografia	Artístico, documental, natureza
Gráficos ou infográficos	Ausente
Representatividade	
Uso de imagens representativas	Mulheres negras, outras minorias sociais
Diversidade na audiência	Comentários, marcações de pessoas no mesmo lugar de fala

Tabela 2. Análise do Instagram de Amanda Costa

As postagens de Amanda Costa, assim como os *posts* de Txai Suruí, apresentam grande articulação para o tema da justiça climática, trazendo elementos da oralidade, com uso de diversas estratégias narrativas em vídeos, textos e fotos para promover processos dialógicos e participativos. Com linguagem informal e empática, as ativistas realizam pressão aos agentes (governantes, instituições, empresas) e estabelecem conexão com seus públicos com o uso de emojis e *hashtags*. Suas táticas narrativas são explicativas, humoradas, enfáticas, pessoais.

Demos ênfase à análise narrativa, qualitativa, não com enfoque quantitativo. No entanto, os dados apresentados nas tabelas ajudam a evidenciar como se deu a recomposição da intriga ou do acontecimento das narrativas das ativistas sobre o tema aqui analisado. É importante destacar que do total de postagens de Txai Suruí no período analisado (52 posts) entre julho e novembro 2023 (momento da coleta da pesquisa, sintetizado na Tabela 1), 23 posts abordam, de algum modo, mudanças climáticas ou justiça climática. A maioria das postagens de Txai aborda direitos indígenas, já que trata do período que antecede os movimentos de pressão contra o marco temporal das terras indígenas. As postagens sobre a questão indígena não podem ser desconsideradas no contexto da justiça climática, já que os povos indígenas são grandes guardiões do território. Para se ter uma ideia, as terras indígenas demarcadas são responsáveis por proteger 80% da biodiversidade do planeta, conforme dados da ONU²⁰.

Das 67 postagens da ativista Amanda Costa no período analisado (entre julho e novembro 2023 e apresentadas na Tabela 2), 46 posts abordam justiça climática ou justiça ambiental. Grande parte das postagens analisadas têm foco educativo, explicativo ou de *advocacy* sobre justiça climática. Essas três características estão mais presentes nas narrativas de Amanda, que criou a página do Instagram com a finalidade de pressionar

²⁰ Indígenas preservam 80% da biodiversidade, mesmo representando apenas 5% da população mundial. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/acervo/direitos-humanos/audio/2017-08/onu-indigenas-preservam-80-da-biodiversidade-mundial-mas-ainda/>

o cumprimento dos ODS, principalmente para a redução de desigualdades (ODS 10) e ação climática (ODS 13).

A partir da primeira etapa da análise, identificamos temas recorrentes, que serão exemplificados a seguir.

5.2. A ORGANIZAÇÃO DA NARRATIVA

Conforme Motta (2013) essa etapa possibilita compreender como se dá a relação entre narradores e quem recebe as narrativas. Nesse movimento podemos verificar como se articulam ações, surpresas, tensões, clímax, um começo, desenvolvimento e final, quesitos da ordem narrativa, com intuito de gerar adesão de interlocutores.

As duas ativistas procuram estabelecer conexões com seus públicos, além de enfatizarem o caráter explicativo acerca das questões ambientais. Um exemplo de como Amanda Costa constrói esses recursos narrativos é o vídeo *Racismo ambiental existe?*, fixado no seu perfil. Com um minuto de oito segundos de duração, Amanda explica do que se trata e ainda lança provocações de forma criativa, crítica e assertiva.



Figura 3. *Racismo ambiental existe?*

Fonte. Retirado de *O que nunca te contaram sobre racismo ambiental* [Vídeo], por Amanda Costa [@souamandacosta], 2022, Instagram. (https://www.instagram.com/reel/Cg7COZ1Aejg/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D)

Conforme já discutimos, o conceito de racismo ambiental está relacionado ao de justiça climática e foi cunhado pelo ativista estadunidense Benjamin Franklin Chavis Jr. que, inclusive, atuou com Martin Luther King Jr. na luta contra o preconceito racial nos Estados Unidos. De forma criativa, Amanda explica a origem do termo. Transcrevemos alguns trechos para a compreensão:

o rolê é que as comunidades negras estavam sendo alvos de lixos tóxicos. Mas vem cá, a gente não precisa ir até lá nos EUA para investigar esse tema... Regiões indígenas não demarcadas, enchentes e deslizamentos, lixões e áreas urbanas não atendidas por saneamentos básico. Esses são exemplos de racismo ambiental. Tá na hora da gente entender esse tema

e dar espaço e visibilidade para quem realmente está fazendo algo para enfrentar todo esse sistema que nos exclui!!! Até porque o racismo ambiental afeta, principalmente, as mulheres pretas, periféricas, indígenas, ribeirinhas e quilombolas (Costa, 2022²¹).

Amanda Costa traduz, em linguagem descontraída e acessível, um conceito importante para a compreensão da justiça climática. Fala de forma bem-humorada e com recursos da ironia. Ao final do vídeo dá exemplos e articula sua narrativa de modo impactante. Lembra que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto que luta a favor da moradia, é um ótimo exemplo de um grupo que se articula para enfrentar injustiças. E encerra: “Pegou a visão, não é? Antes que eu esqueça, anota uma parada: O Brasil foi invadido e esse foi nosso primeiro caso de racismo ambiental!” (Costa, 2022).

Conforme indicado por Motta (2013) a etapa de organização da narrativa nos permite compreender o poder e as intenções persuasivas da composição da intriga por parte de narradores e destinatários. O autor destaca que a linguagem narrativa é por natureza dramática e a sua retórica é ampla e rica. “Intencionalmente ou não, geram nos receptores inúmeros efeitos de sentido poéticos e simbólicos. Esses efeitos catárticos suscitam estados de espírito diversos: surpresa, espanto, perplexidade, medo, compaixão, riso, deboche, ironia etc” (Motta, 2013, p. 203). Chama também a atenção no texto dos *posts* de Amanda o uso de gírias e expressões relacionados ao repertório oral de jovens. Os recursos apontados promovem a identificação das pessoas, humanizam os fatos e promovem a compreensão com dramas humanos.

Txai Suruí, igualmente, usa recursos que recriam um diálogo com quem lê suas postagens, como o questionamento, a perplexidade, a decepção:



Figura 4. O que estamos fazendo para adiar o nosso fim?

Fonte. Retirado de *O que estamos fazendo para adiar o nosso fim?* [Vídeo], por Txai Suruí [@txaisurui], 2023a, Instagram. (<https://www.instagram.com/p/CxwbLn6tQLb/>)

²¹ Trata-se de postagem fixada no topo da página do Instagram de Amanda Costa. Ainda que tenha sido publicada originalmente em agosto de 2022, foi mantida na análise, já que a ativista manteve o post visível no momento da coleta de pesquisa.

Esta postagem de Txai Suruí, que também se utiliza de vídeo, evoca um sentimento de tristeza com a imagem dos peixes mortos, com a seca na Região Norte do Brasil (no segundo semestre de 2023). Reproduzimos o texto abaixo:

o que estamos fazendo para adiar o nosso fim, da natureza e dos ecossistemas? Estamos como peixes sendo asfixiados sem oxigênio, pois está insuportável respirar. Esta catástrofe está acontecendo neste momento aqui no estado do Amazonas em vários municípios, pela vazante dos rios, aquecimento das águas e a diminuição do oxigênio das águas. As mudanças climáticas são reais e nossos povos já são afetados. E os seres humanos fazendo queimadas para assentar gado. Desmatamento para monocultura. Garimpo ilegal. Onde vamos parar? (Suruí, 2023).

Os dois exemplos denotam que a organização das narrativas busca impactar quem as consome, acessando recursos emocionais. A seguir discutimos mais profundamente como se dá a revelação de conflitos como eixos que estruturam as narrativas sobre justiça climática.

5.3. A REVELAÇÃO DE CONFLITOS ENQUANTO *FRAME* ESTRUTURADOR DA NARRATIVA SOBRE JUSTIÇA CLIMÁTICA

Nesta etapa na análise ficam explícitas as marcas de ação ativista, em especial, os pontos de pressão social, presentes nas postagens de Amanda Costa e Txai Suruí. A partir desse movimento de análise são reveladas relações entre visões de mundo diferenciadas na disputa pelo consenso cultural e construção de uma realidade discursiva hegemônica. Motta (2013) questiona: “quem detém o poder de voz? Esse poder provém de quais relações sociais? Até onde os interesses dos vários atores envolvidos em uma narração se chocam ou se entrecruzam para configurar os enredos?” (p. 213).

Todas essas inquietações estão presentes na construção narrativa do net-ativismo ambiental de Txai Suruí e Amanda Costa, conforme abaixo:



Figura 5. *Por que as periferias são as mais afetadas?*

Fonte. Retirado de *Porque as periferias são as mais afetadas?* [Vídeo], por Amanda Costa [@souamandacosta], 2023a, Instagram. (https://www.instagram.com/reel/Cx_eiuvxlx/)

Ao usar o recurso da pergunta, Amanda toca no âmago do conflito, conforme o texto demonstra: “Por que as periferias são as mais afetadas pelas mudanças climáticas? O que é Racismo Ambiental? Podemos fazer algo para mudar? Tá na hora de discutir o clima na quebrada!” (Costa, 2023). O post é um convite para o novo projeto do Instituto Perifa Sustentável. Conforme já destacado, o perfil de Amanda Costa, ativista que se dedica exclusivamente ao tema da emergência climática, apresenta posts sobre justiça climática com mais frequência. Suas postagens conectam questões interseccionais e questionam ao acesso à justiça e aos direitos humanos.

Como mulher negra, Amanda Costa busca constituir o espaço de legitimidade a partir de seu lugar de fala e não se curva aos polos de poder. Amanda se ergue contra a colonização de corpos, conhecimentos e subjetividades a partir de sua voz ativista. Consciente das interseccionalidades, tece narrativas que discutem gênero, classe social, questões étnico-raciais, entre outras clivagens, como faixa etária, condição física e posição geográfica, sempre conectadas às questões sócio-históricas.



Figura 6. Card palavra do feminismo

Fonte: Retirado de *Você já ouviu a palavra do feminismo hoje?* [Fotografia], por Amanda Costa [@souamandacosta], 2023b, Instagram. (<https://www.instagram.com/p/CzOaF7cr8ND/>)

Amanda utiliza-se do recurso de *posts* em parceria, o que agrega maior público à sua plataforma. Do mesmo modo, Txai também se utiliza do recurso de postagem com parceiros, que inclusive retomam seu discurso na COP-26. A postagem em colaboração com o Tribunal Superior do Trabalho, por ocasião do evento “Gente que Inspira – Jovens”, apresenta Txai Suruí e inclui o vídeo da fala da ativista, outro exemplo que traz à luz sua ancestralidade para o enfrentamento da crise climática.



Figura 7. Discurso COP

Fonte: Retirado de *Da etnia Paiter Suruí, Txai Suruí (@txaisurui) é coordenadora da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, que defende a causa indígena*, por Txai Suruí [@txaisurui], 2023b, Instagram. (<https://www.instagram.com/reel/CupGZ97grdK/>)

Durante a participação da jovem na COP-26, ela enfatizou que não haverá justiça climática sem justiça social para os povos indígenas. Reproduzimos um trecho:

a Terra está falando. Ela nos diz que não temos mais tempo (...). Precisamos tomar outro caminho com mudanças corajosas e globais. Não é 2030 ou 2050, é agora (...). Os povos indígenas estão na linha de frente da emergência climática, por isso devemos estar nos centros das decisões que acontecem aqui. (Suruí, 2021, 00:00:36)

Em outro post, Txai lembra que as mudanças climáticas têm contribuído para padrões climáticos imprevisíveis, resultando em uma seca devastadora no coração da Amazônia. Chama a atenção de que é preciso agir agora para combater as mudanças climáticas e proteger o equilíbrio vital das chuvas.



Figura 8. Preserve nossa Amazônia

Fonte. Retirado de #PreserveNossaAmzônia [Fotografia], por Txai Suruí [@txaisurui], 2023c, Instagram. (<https://www.instagram.com/p/CyG6REysRTk/>)

Como mulher indígena, Txai Suruí evidencia a urgente necessidade de reconexão com a proteção ambiental, a proteção de nossa casa comum. A voz de Txai ecoa a cobrança por ações contra o colonialismo e o racismo que, historicamente, violaram corpos e territórios, mas que se materializam até hoje, na contemporaneidade. Sua narrativa busca ativar a visão de que somos uma pequena parte do que chamamos de natureza, desequilibrada por conta das ações humanas.

Nessa terceira etapa de análise é possível perceber que as narrativas das duas ativistas fazem grande enfrentamento às estruturas de poder. Txai Suruí e Amanda Costa desafiam o capitaloceno²², evidenciando que transformações urgentes para o enfrentamento da

²² O termo capitaloceno, citado inicialmente em um seminário em Lund, na Suécia, pelo estudioso da ecologia humana Andreas Malm, em 2009, conforme Haraway (2016), entende o capitalismo como uma maneira de organizar a natureza, ou seja, compreende que vivenciamos uma ecologia-mundo multiespécie, situada e capitalista. A terminologia tem sido desenvolvida e popularizada pelo sociólogo Jason Moore e pela teórica feminista Donna Haraway. É importante destacar que há quase 12.000 anos a Terra vive a época geológica chamada Holoceno, uma marcação determinada com base em marcadores fósseis. Trata-se de um período bastante estável do ponto de vista climático. Após a Revolução Industrial, a adoção e intensificação acelerada de um sistema produtivo baseado na extração de produtos naturais e sua transformação industrial, para atender mercados cada vez maiores — e em especial o modelo energético baseado em combustíveis fósseis com fortes emissões de carbono e outros gases, modificam o sistema natural e a biosfera do planeta em amplitude global. Chega-se ao ponto de a comunidade científica discutir que adentramos em uma nova época geológica, denominada Antropoceno (Artaxo, 2014), caracterizada pelas mudanças na biosfera terrestre, com consequentes alterações climáticas no âmbito de uma crise socioambiental profunda. Mais do que denominar uma nova era geológica, o termo designa um conceito, ainda em debate pela comunidade científica, mas indica a pressão impactante do ser humano sobre os bens

emergência climática dependem de ações políticas e econômicas, a fim de minimizar as desigualdades no contexto do capitalismo global. As ativistas colocam seus saberes, corpos e subjetividades a serviço de conter a imensa destruição em curso (Haraway, 2016).

As jovens ativistas, mulheres e não-brancas, vocalizam o que Bruno Latour (2020) afirmou ao perguntar à humanidade, “onde aterrar”?, de forma a se orientar do ponto de vista político nesse momento em que “a natureza se transformou em território” (p. 17) e que os povos são despojados de suas territorialidades. A filósofa Alyne Costa, ao comentar esse ensaio de Latour, adapta uma frase do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2016), ao afirmar que, no Brasil, diante das catástrofes ecológicas e sanitárias que já começam a acontecer, todo mundo de certa forma se torna indígena, desterritorializado (Costa, 2020, p. 135).

Por outro lado, a análise das articulações de Txai e Amanda transparecem tessituras narrativas que costumam ancestralidade e futuro. Há uma simbologia interessante que conecta as duas ativistas: ambas estão à frente de organizações ambientais que têm como ícones aves (kanindé e sankofa). São livres para alcançar novos horizontes e, apesar dos debates e discussões pessimistas sobre a crise socioambiental e climática, apresentam potencial para espalhar palavras de esperança centradas em ação, experiências e exemplos concretos de articulações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A justiça climática propõe que as mudanças no clima sejam combatidas com a responsabilização daqueles que efetivamente causam o desequilíbrio e que apresentam mais condições de enfrentá-las. A matriz interseccional não pode ser invisibilizada nessa discussão. O patriarcado, em todas as culturas, fortalece a injustiça climática. Mulheres, jovens, populações negras e tradicionais, especialmente vulneráveis nas dinâmicas de violência e desigualdades, passam a ser protagonistas ao criar fissuras nas estruturas de dominação. Elas entretencem novas tramas e disputam narrativas, mesmo nos cenários em que as lógicas do capitaloceno imperam, como nas redes sociais digitais, em especial na luta por proteção socioambiental, território histórico de exploração.

A partir das etapas de análise crítica da narrativa, percebemos que as práticas de *advocacy* sobre justiça climática estão bastante manifestas nas narrativas das jovens ativistas aqui evidenciadas, principalmente porque ambas integram a organização *Engajamundo* de liderança jovem. No caso de Amanda Costa, suas narrativas são totalmente voltadas ao combate à crise do clima. Txai Suruí realiza seu ativismo ambiental em defesa dos povos indígenas e relaciona, em grande parte de suas narrativas, que tal proteção se dá diante

naturais, com variações entre diferentes espaços e territórios. Neste artigo, entretanto, adotamos a nomenclatura de capitaloceno, de forma a representar melhor contextos históricos, econômicos, políticos e culturais alçados por sistemas de dominação e colonização. O capitaloceno abrange outras características além daquelas incluídas no conceito de Antropoceno e típicas da aceleração do capitalismo industrial e financeiro: monopólio dos meios de produção, exploração da força-de-trabalho com direcionamento racial, misógino e infantil; geração de lucro pela produção e consumo excessivo, supérfluo e pouco durável, que geram crises ecológicas de todos os tipos; colonização e expropriação dos bens naturais do Sul Global para o Norte Global, promoção de desigualdades econômica, social, ambiental, produtiva em locais mais empobrecidos e o vínculo dependente com os países mais ricos (Borinelli et al., 2021; Steffen et al., 2015). Para mais detalhes ver também Moore (2022).

do maior desafio da humanidade: agir contra as mudanças climáticas. Apesar do recorte abranger os meses de julho a novembro de 2023, a análise permitiu compreender que as articulações de Txai Suruí e Amanda Costa se dão no campo do net-ativismo ambiental na luta por justiça.

Deste modo, as brechas que as jovens mulheres abrem, mesmo que ainda com alcance reduzido, ampliam as possibilidades de sensibilização da sociedade sobre as mudanças do clima e, com isso, expandem canais de cobrança social para enfrentar a crise. Neste momento em que nossa responsabilidade social compartilhada de cuidar de nossos jovens se mostra ainda mais evidente, as ativistas evocam, por suas vozes e corpos, o grito de emergência em busca de justiça climática. Suas vozes-mulheres ecoam: o futuro é ancestral.

AGRADECIMENTOS

Este artigo conta com financiamento da Fundação Araucária com bolsa de pós-doutorado.

REFERÊNCIAS

- Acselrad, H. (2010). Ambientalização das lutas sociais — O caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24, 103–119. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>
- Acselrad, H., Mello, C., & Bezerra, G. (2009). *O que é justiça ambiental?* Garamond.
- Artaxo, P. (2014). Uma nova era geológica em nosso planeta: O antropoceno? *Revista USP*, 103, pp. 13–24. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.voi103p13-24>
- Balbé, A. D., & Loose E. B. (2020). Jornalismo, medo e alterações climáticas: Articulações possíveis para pensar o enfrentamento dos riscos climáticos. *Observatorio (OBS*)*, 14(2), pp. 38–55. <https://doi.org/10.15847/obsOBS14220201465>
- Ballestrin, L. (2020). *O sul global como projeto político*. Horizontes ao Sul.
- Bauer, M., Gaskell, G., & Allum, N. (2015). Qualidade, quantidade e interesse do conhecimento. Evitando confusões. In M. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (pp. 17–36). Vozes.
- Bernardino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., & Grosfoguel, R. (Eds.). (2018). *Decolonialidade e pensamento afrodiásporico*. Autêntica.
- Borinelli, B., Coltro, F., Rowiechi, J., & Silva, K. R. (2021). Natureza barata e desigualdade hidrossocial no capitaloceno. *Revista Gestão & Conexões*, 9(3), pp. 122–146. <https://doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2020.9.3.32045.122-146>
- Castro, E. V. de (2016). “No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é”. Entrevista. In C. A. Ricardo & F. P. Ricardo (Eds.), *Povos indígenas do Brasil: 2001-2005* (pp. 41–49). Instituto Socioambiental.
- Ciscati, R. (2023). As periferias não são chamadas a discutir a crise climática, diz Amanda Costa. *Brasil de Direitos*. <https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/as-periferias-no-so-chamadas-a-discutir-a-crise-climtica-diz-amanda-costa#>

- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade* (R. Souza, Trad.). Boitempo. (Trabalho original publicado em 2020)
- Costa, A. [@souamandacosta] (2023a). *Porque as periferias são as mais afetadas?* [Vídeo]. Instagram. https://www.instagram.com/reel/Cx_e1iuvxlx
- Costa, A. [@souamandacosta]. (2023b). *Você já ouviu a palavra do feminismo hoje?* [Fotografia], por Amanda Costa [@souamandacosta], Instagram. <https://www.instagram.com/p/CzOaF7cr8ND>
- Costa, A. [@souamandacosta]. (2022). *Racismo ambiental existe?* [Vídeo]. Instagram. https://www.instagram.com/reel/Cg7COZ1Aejg/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D
- Costa, A. (2020). Posfácio: Aqui quem fala é da Terra. In B. Latour (Ed.), *Onde aterrar – Como se orientar politicamente no antropoceno* (pp. 135–157). Bazar do Tempo.
- Del Vecchio-Lima, M. R., Colatusso, V. W., Valginhak, D. A., & Aires, N. B. F. (2023). Net-ativismo ambiental nas plataformas de petições online avaaaz.org e change.org: Algumas observações. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 46, e2023105.
- Di Felice, M., Torres, J. C., & Yanaze, L. (2012). *Redes digitais e sustentabilidade: As interações com o meio ambiente na era da informação*. Annablume.
- Diffenbaugh, N., Burke, M. (2019). *Global warming has increased global economic inequality*. Stanford University.
- Downing, J. (2002) *Mídia radical. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais* (S. Vieira, Trad.). Senac. (Trabalho original publicado em 2001)
- Fante, E., & Del Vecchio-Lima, M. (2023, 7 de novembro). A cobertura das políticas públicas ambientais e as pautas de urgência. *Jornal Nexo*. <https://pp.nexojournal.com.br/ponto-de-vista/2023/11/07/a-cobertura-das-politicas-publicas-ambientais-e-as-pautas-de-urgencia>
- Gonzalez, L. (2019). A categoria político-cultural da amefricanidade. In H. B. de Hollanda (Ed.), *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais* (pp. 341–352). Bazar do Tempo.
- Grandisoli, E., Bellaguarda, F., & Moraes, R. (2021). A emergência climática e as novas oportunidades para as juventudes. In E. Grandisoli, P. H. C. Torres, P. R. Jacobi, R. F. de Toledo, S. M. V. Coutinho & K. L. dos Santos (Eds.), *Novos temas em emergência climática*. IEE-USP.
- Haraway, D. (2016). Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: Fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica – Pesquisa, Jornalismo e Arte*, Ano 3(5), pp.139–146.
- Horn, A. T. A., & Del Vecchio de Lima, M. (2019). As mudanças climáticas e o seu discurso no HuffPost Brasil: Ênfase no “fazer sentir” ou no “fazer saber”? *Observatorio (OBS*) Journal*, 13(4), pp. 14–34. <https://doi.org/10.15847/obsOBS13420191446>
- Isaguirre-Torres, K., & Maso, T. (2023). As lutas por justiça socioambiental diante da emergência climática. *Revista Direito e Práxis*, (14), pp. 458–485. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/73122>
- Latour, B. (2020). *Onde aterrar? – Como se orientar politicamente no antropoceno*. Bazar do Tempo.
- Louback, A, & Lima, L. (Eds.). (2022). *Quem precisa de justiça climática no Brasil?*. Gênero e Clima.
- Mira Bohórquez, P. (2023) Justicia climática: Reflexiones críticas para una nueva comprensión del problema. In P. C. Mira Bohórquez & Muñoz Fonnegra (Eds.), *Estudios interdisciplinarios sobre el cambio climático* (pp. 113–149). Universidad de Antioquia.
- Moore, J. (2022). *Antropoceno ou capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. Elefante.

- Motta, L. G. (2013). *Análise crítica da narrativa*. Universidade de Brasília.
- Nascimento, A. (1978). *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Paz e Terra.
- Nusdeo, A., & De Paula e Silva, M. (2023). A proteção dos direitos humanos e a agenda climática: Convergência e desafios. *Diálogos Socioambientais: Dimensões Humanas das Mudanças Climáticas um Diálogo Austrália-Brasil*, 16(1), pp. 9–12.
- Observatório do Clima. (2023, 9 de novembro). *Planeta ficou 1,3 °C mais quente nos últimos 12 meses*. <https://www.oc.eco.br/planeta-ficou-13-c-mais-quente-nos-ultimos-12-meses>
- Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. (2023). *Relatório síntese sobre mudança climática 2023*. https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf
- Peruzzo, C. (1999). *Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania*. Vozes.
- Rincón, O. (2006). *Narrativas mediáticas*. Gedisa.
- Shome, D., Marx, S. (2016). *A comunicação das mudanças climáticas — Um guia para cientistas, jornalistas, educadores, políticos e demais interessados*. Unifesp/Universidade de Columbia.
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism*. Polity, John Wiley & Sons.
- Steffen, W, Broadgate, W., Deutsch, L., Gaffney, O., & Ludwig, C. (2015). The trajectory of the anthropocene: The great acceleration. *The Anthropocene Review*, 2(1), pp. 81–98. <https://doi.org/10.1177/2053019614564785>
- Suruí, T. [@txaisurui]. (2021). *É a única indígena a discursar hoje na abertura oficial da @cop26uk* [Vídeo]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/CVvDnigYCW>
- Suruí, T. [@txaisurui]. (2023a). *O que estamos fazendo para adiar o nosso fim?* [Vídeo]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/CxwbLn6tQLb>
- Suruí, T. [@txaisurui]. (2023b). *Da etnia Paiter Suruí, Txai Suruí (@txaisurui) é coordenadora da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, que defende a causa indígena* [Vídeo]. Instagram. <https://www.instagram.com/reel/CupGZ97grdK>
- Suruí, T. [@txaisurui]. (2023c). *#PreserveNossaAmzônia* [Fotografia]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/CyG6REysRTk>
- Suruí, T. (2022). Aldeias cheias de fumaça lutam por justiça climática. Entrevista à Ellen Acioli. In A. C. Louback & L. M. R. T. Lima (Eds.), *Quem precisa de justiça climática no Brasil?* (pp. 69–72). Gênero e Clima.
- United Nations Children's Fund. (2021). *The climate crisis is a child rights crisis — Children's climate risk index*. <https://www.unicef.org/media/105376/file/UNICEF-climate-crisis-child-rights-crisis.pdf>
- Walsh, C. (2009). *Interculturalidad, estado, sociedad: Luchas (de) coloniales de nuestra época*. Ediciones Abya-Yala.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Criselli Maria Montipó é jornalista, doutora e mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Integrante do Grupo

de Pesquisa Click – Comunicação e Cultura Ciber da Universidade Federal do Paraná e do grupo de estudos Jornalismo e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2697-5685>

Email: criselli@gmail.com

Morada: Rua Bom Jesus, 650, Juvevê, Curitiba, Paraná, Brasil. CEP: 80035-010

Myrian Regina Del Vecchio-Lima é jornalista e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná, com pós-doutoramento em Jornalismo Digital na Université Lyon 2 (França). Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa Click – Comunicação e Cultura Ciber.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1833-2332>

Email: myriandel@gmail.com

Morada: Rua Bom Jesus, 650, Juvevê, Curitiba, Paraná, Brasil. CEP: 80035-010

Submetido: 16/11/2023 | Aceite: 05/03/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

COMPOR MUNDOS: EXPLORANDO A METAMORFOSE DO MUNDO NA ERA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E AS SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE

Diogo Guedes Vidal

Centro de Ecologia Funcional – Ciência para as Pessoas e para o Planeta, Laboratório Associado TERRA, Departamento de Ciências da Vida, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal/Departamento de Ciências Sociais e Gestão, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal/Compór Mundos, Humanidades, Bem-Estar e Saúde – Fundação Fernando Pessoa, Porto, Portugal
Concetualização, curadoria dos dados, análise formal, investigação, metodologia, supervisão, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Marina Prieto Afonso Lencastre

Instituto de Investigação, Inovação e Desenvolvimento, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal/Compór Mundos, Humanidades, Bem-Estar e Saúde – Fundação Fernando Pessoa, Porto, Portugal
Concetualização, curadoria dos dados, análise formal, investigação, metodologia, administração do projeto, supervisão, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Hélder Silva Lopes

Laboratório de Paisagens, Património e Território, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal/Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal/ Institut de Recerca de l'Aigua, Universidade de Barcelona, Barcelona, Espanha/Compór Mundos, Humanidades, Bem-Estar e Saúde – Fundação Fernando Pessoa, Porto, Portugal
Curadoria dos dados, análise formal, investigação, supervisão, redação – revisão e edição

Susana Magalhães

Instituto de Investigação, Inovação e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal/Instituto de Investigação e Inovação em Saúde, Universidade do Porto, Porto, Portugal/Compór Mundos, Humanidades, Bem-Estar e Saúde – Fundação Fernando Pessoa, Porto, Portugal
Concetualização, curadoria dos dados, análise formal, investigação, metodologia, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Rui Estrada

Instituto de Investigação, Inovação e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal/Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal/Compór Mundos, Humanidades, Bem-Estar e Saúde – Fundação Fernando Pessoa, Porto, Portugal
Concetualização, curadoria dos dados, análise formal, investigação, metodologia, administração do projeto, supervisão, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

RESUMO

As alterações climáticas (AC) são a maior evidência da “metamorfose do mundo” e estão a mudar os regimes de temperatura e de pluviosidade, mas também os sistemas sociais, culturais e de saúde no planeta Terra. A imprevisibilidade dos fenómenos climáticos e os seus impactos multidimensionais na saúde humana e ambiental contribuem para tornar a nossa compreensão do mundo cada vez mais difícil. Além disso, a história provou que a tecnociência, sozinha, não é suficiente para lidar com estes problemas. Um apelo global está agora a despertar para que as humanidades e as ciências sociais também lidem com as questões humanas e não humanas levantadas pelas AC, nomeadamente através da sua integração com as áreas da saúde e da sustentabilidade. Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir alguns dos primeiros resultados da rede transdisciplinar *Compór Mundos: Humanidades, Bem-Estar e Saúde*, que consiste numa rede de especialistas em humanidades, ciências sociais e da saúde que pensam sobre as

questões do bem-estar e da saúde nas sociedades tecnológicas contemporâneas. A metodologia usada na primeira fase do projeto consistiu numa entrevista com perguntas abertas, construída de forma participativa pela rede de 12 investigadores. Tratou-se de uma pesquisa exploratória que utilizou a análise temática para identificar as ideias-chave originais de cada autor e a indução dos temas principais correspondentes. Os temas foram então organizados em grupos de correspondência semântica, ou clusters temáticos. Espera-se que alguns destes clusters contribuam para discutir como as AC já alteraram as nossas maneiras de ser, viver e pensar sobre o mundo, e contribuam também para lidar com os desafios relacionados com os riscos das AC na saúde e no bem-estar ao longo do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE

alterações climáticas, saúde, humanidades, sustentabilidade

COMPOSING WORLDS: EXPLORING THE METAMORPHOSIS OF THE WORLD IN THE AGE OF CLIMATE CHANGE AND ITS IMPLICATIONS FOR HEALTH

ABSTRACT

Climate change (CC) is the greatest evidence of the “metamorphosis of the world” and is changing the temperature and rainfall patterns, but also the social, cultural and health systems on planet Earth. The unpredictability of climatic phenomena and their multidimensional impacts on human and environmental health contribute to making our understanding of the world increasingly difficult. Moreover, history has proven that technoscience alone is not enough to deal with these problems. A global appeal is now emerging for the humanities and social sciences to also deal with the human and non-human issues raised by CC, notably through their integration with the areas of health and sustainability. The aim of this article is to present and discuss some of the first results of the *Composing Worlds: Humanities, Well-Being and Health* transdisciplinary network, which consists of a network of experts in the humanities, social sciences and health who think about issues of well-being and health in contemporary technological societies. The methodology used in the first phase of the project consisted of an interview with open questions, made by the network of 12 researchers. This was an exploratory study that used thematic analysis to identify the original key ideas of each author and corresponding main themes. The themes were then organised into semantic groups or thematic clusters. It is hoped that some of these clusters will contribute to discussing how CC has already altered our ways of being, living and thinking about the world, and will also contribute to dealing with the challenges related to the risks of CC on health and well-being throughout the 21st century.

KEYWORDS

climate change, health, humanities, sustainability

1. INTRODUÇÃO

As alterações climáticas (AC) representam uma ameaça significativa para a saúde humana, englobando desafios globais, influenciados por mudanças no ambiente e nos ecossistemas, que têm impactes na saúde de populações humanas. Além disso, há também problemas locais, como perturbações respiratórias ou autoimunes, vinculados à

poluição química do ar, ao aumento dos casos de recém-nascidos com baixo peso e ao aumento de abortos espontâneos.

Os incêndios florestais causam poluição do ar e da água, migrações e êxodos populacionais, perturbações da saúde mental e mortes; as temperaturas extremas levam à exaustão por calor, insolação e hipertermia; as mudanças nos padrões de distribuição dos insetos e vetores transmissores de doenças causam novas epidemias em locais anteriormente protegidos (Gage et al., 2008).

Além desses impactes diretos, as AC têm efeitos indiretos na saúde humana e também não humana. A escassez de alimentos resulta de mudanças na agricultura causadas por secas ou inundações, mediada por modificações nos sistemas sociais que podem causar conflitos violentos e movimentos populacionais entre regiões geográficas distintas. A elevação do nível do mar e a sua imprevisibilidade afetam o funcionamento das grandes cidades e até mesmo a sua existência (Vidal et al., 2022), contribuindo para o surgimento de eventuais Estados 2.0. em territórios alheios. É evidente que os grupos socioeconómicos mais vulneráveis suportarão os maiores riscos, com impactes desproporcionais sobre os países mais vulneráveis, as crianças e os idosos (Costello et al., 2009). Estas novas realidades geram uma sensação de estranheza diante de um mundo em transformação. Para compreender as mudanças fundamentais que enfrentamos, Beck (2016) descreveu estas transformações massivas como a “metamorfose do mundo”. Neste contexto, Seixas et al. (2021) propôs diversas descrições das “zonas críticas do *antropoceno*” que estão em perigo por cores: zonas cinzentas, decorrentes de um processo de urbanização que pulverizou a natureza; azuis, onde aos problemas socioecológicos que decorrem da poluição dos rios se agrega a subida do nível médio das águas do mar e a ameaça de infraestruturas e equipamentos; verdes, onde a exploração desmedida dos recursos acarreta diversos danos para a preservação ambiental; e as castanhas, zonas sacrificiais, com impactes gerados pela mineração e resíduos.

Embora existam soluções práticas para problemas específicos, a situação é paradoxal e de modificação complexa. A reconfiguração necessária será não apenas do ponto de vista prático, mas também conceptual, pois há necessidade de novas ideias para operacionalizar novas práticas. Como afirmou o psicólogo Kurt Lewin na década de 1950, “nada é mais prático do que uma boa teoria” (p. 169): a metamorfose do mundo implica, também, uma metamorfose da mente e do pensamento. O objetivo deste artigo é, assim, propor teorias e estruturas práticas que reexaminem alguns aspetos conceptuais dos riscos para a saúde relacionados com as AC. Esta proposta baseia-se nos resultados da investigação realizada pela rede transdisciplinar *Compor Mundos: Humanidades, Bem-Estar e Saúde* (Fundação Fernando Pessoa, s.d.). Este projeto reúne um conjunto de especialistas das ciências humanas e sociais e da saúde, e reflete sobre ideias que possam inspirar o tipo de *mundos* que queremos compor, promovendo a saúde global, reforçando a humanização das culturas e apoiando o bem-estar nos nossos ambientes de vida comuns. O projeto surgiu na Universidade Fernando Pessoa e reuniu, inicialmente, um grupo de 12 especialistas de três universidades diferentes. A relevância deste projeto prende-se com a evidência crescente de que a maioria dos problemas que o

século XXI enfrentará, particularmente na área da saúde e do bem-estar, está relacionada com a forma como os seres humanos afetam o clima e se adaptam a diferentes ambientes, interagem com outras espécies, utilizam tecnologias, desenvolvem culturas e políticas ou promovem a inclusão social.

Neste contexto, o período em que vivemos acolhe grandes responsabilidades, sobretudo no que se refere a uma reconfiguração da relação entre humanos e não humanos, os últimos comumente associados ao conceito de “natureza”, na nossa cultura (Descola, 2005).

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este trabalho parte da premissa de Beck (2016) de que vivemos uma metamorfose da vida social e das dinâmicas ambientais, tornando mais difícil entendê-las. O autor afirma que o mundo defronta eventos que desafiam o equilíbrio, como ataques terroristas, desastres nucleares, crises económicas e guerras. Em grande parte, a tecnociência controla o processo técnico e económico, sobrepondo-se a valores humanistas e democráticos (Lencastre et al., 2023). Beck (2016) explora a aplicação social e ambiental do conceito de “metamorfose”, relacionando-o com a necessidade de ir além do que ele chama de “nacionalismo metodológico”, na direção de um “nacionalismo cosmopolita”, uma vez que a humanidade está impregnada por um realismo global que é independente da sua própria vontade. Latour (2022) reflete sobre a cosmopolítica como um projeto que procura negociar equivalentemente uma multiplicidade de mundos. Com base nestes autores, propomos um enquadramento conceptual para compreender as dinâmicas complexas entre as AC e os riscos para a saúde. Este enquadramento integra a natureza e a cultura, atualizando trabalhos anteriores de Lencastre e Leal (2006) e Vidal et al. (2023) e cumprindo requisitos da sociogeobiologia e cosmopolítica do *antropoceno*.

As dimensões conceptuais que a seguir se apresentam foram originalmente pensadas no contexto do projeto *TERRA*¹, desenvolvido em 2006 por Lencastre e Leal. Este projeto de transversalização curricular das questões socioambientais no ensino básico integrou questões éticas, sociais e ambientais, procurando fazê-las emergir dos programas curriculares nos pontos disciplinares em que elas estão contidas de modo implícito, ou introduzindo-as através de questões socioambientais pertinentes, trabalhadas ao nível micro, meso ou macro, nas escolas envolvidas. O projeto *TERRA* incluiu a formação de professores na promoção da interdisciplinaridade e da metodologia de projeto de escola/ano, acentuando a ação local e uma compreensão mais profunda dos significados da literacia ambiental global (Lencastre & Leal, 2006). Vidal et al. (2023) atualizaram estas dimensões conceptuais tendo em conta o conceito de “metamorfose do mundo” de Beck (2016) e a sua aplicação aos impactes das AC na saúde:

- *Coevolução, mudança e metamorfose do mundo* — desde o início, a Terra tem sofrido grandes mudanças permeadas por longos períodos de estabilidade, nos

¹ Projeto *TERRA* — transversalização curricular e consciência ambiental, 2.º e 3.º ciclos, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCTI/CED/42610/2001).

quais as espécies se sucederam e transformaram habitats e, em geral, ecossistemas e biomas terrestres. Associados às dinâmicas geológicas e climáticas, estes processos deram origem à situação atual que interage com os efeitos de origem antropogénica, gerando a era do antropoceno. As culturas humanas, na sua diversidade, contribuem de diferentes maneiras e com diferentes pesos para o processo co-evolutivo global. As sociedades modernas estão confrontadas com as externalidades das suas ações e valores (mais consumo e volatilidade), e há cada vez mais evidência de uma urgente necessidade de mudar as formas de vida e a política em geral. Os indivíduos modernos sentem que o seu mundo está a passar por uma mudança fundamental, uma metamorfose profunda de vida (Beck, 2016) e essa situação afeta, sobretudo, a saúde e o bem-estar.

- *Complexidade não linear e relações entre humanos e não humanos nas “zonas críticas”* — as AC são tradicionalmente descritas como sistemas complexos que envolvem um conjunto elevado de variáveis em interação não linear, originando estados finais descritos como os “atratores caóticos” de um resultado probabilístico. Na prática, e quando confrontados com problemas socioambientais locais que exigem intervenções urgentes, esses sistemas são mais bem descritos como emaranhados relacionais de seres humanos e não humanos que habitam “zonas críticas” em territórios finitos. A descrição destas “zonas críticas” requer uma inventariação realista das condições de existência (Latour, 2017), assim como conhecimentos científicos específicos, que permitam a tomada de decisões. O regresso ao contexto local é uma condição essencial para a organização pragmática da cooperação comunitária diante de riscos ambientais que afetam a saúde e o bem-estar dos coletivos, afastando-se da exclusiva dependência das decisões dos governos centrais;
- *Incerteza e estranheza* — os emaranhamentos locais de humanos e não humanos implicam níveis elevados de incerteza nos conhecimentos científicos, sociais, culturais e políticos sobre os coletivos. Quando a incerteza dos sistemas e os riscos da decisão são altos, a controvérsia relativa às decisões necessárias torna-se provável. Este é o processo pós-normal da ciência aplicada (Funtowicz & Ravetz, 1994), que torna a democratização e o conhecimento público da ciência numa etapa obrigatória. Para tomar decisões práticas, estes autores recomendam que se constituam comunidades extensas de pares, oriundos de perspetivas sociais e tecnocientíficas diversificadas, que possam lidar com os níveis elevados de incerteza e de estranheza típicos da metamorfose socioambiental, com a pluralidade de valores e perspetivas legítimas dos parceiros envolvidos.
- *Risco, precaução, prevenção e reflexividade* — a complexidade e a incerteza referem-se tradicionalmente à capacidade da ciência para identificar riscos e precauções associados com a tomada de decisão pericial. Mas as ideias claras de causalidade, retroatividade temporal e independência de variáveis que caracterizavam as cadeias de determinação da ciência tradicional estão hoje abandonadas. A ignorância muitas vezes permeia o conhecimento científico ao prever

fenómenos físicos, biológicos e sociais globais que, por sua vez, interferem nas dinâmicas ecológicas, económicas e políticas locais. A ideia de que a vida moderna engendrou e que agora permeia perfis territoriais globais e locais é geralmente aceite. A consciência pública, a reflexividade pessoal e o estabelecimento de meios de prevenção são os resultados da situação atual, mesmo que a ação não siga imediatamente o pensamento. Apesar da relativa consciência dos factos, a ação individual e coletiva parece insignificante diante da magnitude dos perigos naturais externalizados. No entanto, deve ficar claro que toda a decisão cultural é imediatamente natural: vivemos em mundos tecnonaturais (Roqueplo, 1993).

- *Paisagismo regenerativo e modos de coexistência* — o conceito de “desenvolvimento sustentável” e a sua desejável integração tripartida — ecológica/ambiental, social e económica — apresenta-se como uma das principais preocupações e um dos grandes desafios dos últimos anos. Mas a sustentabilidade não cumpriu as suas promessas, porque os seus objetivos estavam centrados primeiramente em satisfazer as necessidades humanas fundamentais, tentando não comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas, uma visão muito dependente de interesses económicos e de financiamentos (Piteira et al., 2023). Como alternativa, o “paisagismo regenerativo” e a “agricultura regenerativa” surgiram como novos conceitos que investem na restauração e na revitalização dos territórios locais, urbanos e não urbanos, com base nas suas fontes endógenas de energia, materiais, clima e perfil das espécies locais. A ideia é criar comunidades ecológicas resilientes e equitativas, sistemas que integrem as necessidades das populações humanas e não humanas. O design regenerativo (Wahl, 2016) inspira-se no biomimetismo e na biofilia (Lencastre et al., 2022), na economia circular, bem como em ideias de renaturalização (*rewilding*) e justiça restaurativa. O seu foco é mapear os relacionamentos entre humanos e não humanos e promover a coevolução harmoniosa através de uma abordagem de cocriação em que as pessoas fazem parte de um projeto social coletivo.
- *Territórios e diversidade humana e não humana* — no contexto das discussões sobre as zonas críticas e os impactes das AC na saúde, é crucial também considerar a diversidade local, tanto humana quanto não humana. A diversificação parece ser uma das características adaptativas mais importantes dos sistemas naturais e culturais resilientes, sendo um conceito importante para descrever vários níveis dos seres vivos: diversidade molecular, genética, fisiológica, etológica, psicológica, social, cultural e ecológica. A diversidade ecológica das culturas é evidente quando associada a modos de vida locais e tradicionais. A miscigenação humana, baseada em grande parte nas migrações passadas, atuais e futuras, pode aumentar a diversidade genética e cultural e constituir um dos eixos mais importantes da dinâmica demográfica humana no século XXI. Contudo, esta diversificação surge associada à sua tendência oposta, que é a homogeneização operada pela seleção natural/cultural que as culturas dominantes exercem

sobre as culturas minoritárias. Os territórios locais também estão sujeitos à mobilidade das espécies não humanas em busca de condições de vida. Para descrever as dinâmicas locais da natureza/cultura, como, por exemplo, o uso da água, a distribuição de alimentos e as necessidades de energia ou abrigo, importa olhar a diversidade através de uma lente ecológica e dinâmica que permita a perceção global destas diferentes relações com o espaço geográfico.

- *Cosmopolítica e equidade multicultural e multiespécie* — a “equidade” consiste numa noção diferencial de justiça que distribui as riquezas e os recursos materiais ou simbólicos de forma adaptada às necessidades locais dos grupos humanos (Tsing, 2015). Num mundo globalizado com recursos finitos, onde diferentes populações competem por eles, há uma crescente preocupação em dividir os territórios com outros seres. Essa preocupação exige repensar as “zonas críticas” dos territórios, com os seus habitantes humanos e não humanos, enredados em imbróglis de interesses (Latour, 2016). No *antropoceno*, as “zonas críticas”, onde a vida se desenrola, parecem muitas vezes desordenadas, por vezes estranhas e imprevisíveis, imperfeitamente sintonizadas com as velhas, e até com as novas narrativas locais, com as políticas, as práticas e os hábitos sociais comuns, bem como com as mobilidades e compromissos estabelecidos com outras espécies. O pensamento e a ação cosmopolíticas pretendem abordar estas diversas experiências e histórias, seguindo uma descrição da pluralidade dos modos de existência para entender as relações em presença e criar novas possibilidades estratégicas de ação (Stengers, 2005).
- *Modos de ação e controvérsia* — uma das características centrais da aplicação das ciências contemporâneas é o seu caráter urgente e potencialmente controverso, sujeito a diferentes fundamentações vindas de diferentes atores válidos. Para Latour (2016), quando se discute publicamente os riscos para a saúde, como, por exemplo, os efeitos adversos de aditivos químicos alimentares industriais, é importante descrever claramente o que está em jogo, ou seja, os modos de ação dos diferentes agentes envolvidos na controvérsia. Neste caso, são os químicos, as reações alérgicas causadas por eles, as perceções, atitudes e comportamentos dos industriais, dos cidadãos, do governo local e de outros grupos interessados, como os animais não humanos ou as plantas. Todas estas entidades ocupam um espaço comum e têm formas únicas de se relacionar com as outras entidades e com os demais elementos que compõem o coletivo. Factos e valores diferentes estão entrelaçados e os procedimentos deliberativos devem esclarecer primeiro os modos de ação, para permitir a discussão que leva depois à tomada de decisões.
- *Inventário, diplomacia e ação* — a tomada de decisões sobre questões complexas em coletivos incertos torna os processos colaborativos de produção de consensos num dos pontos essenciais da cosmopolítica contemporânea. Esta deve basear-se no “empirismo e no irreducionismo radical” (Latour & Muecke, 2021, p. 12), abrindo a discussão para o pluralismo ontológico e disciplinar.

Para as controvérsias práticas, Latour (2016) propõe uma nova diplomacia que negoceia no espaço intermediário entre os intervenientes, olhando atentamente para a descrição das coisas e evitando conceitos abstratos como “sociedade” ou “natureza”. Para este autor, o inventário pragmático dos seres deve levar a uma descrição concreta, antes de propor uma explicação. A mediação diplomática entre modos de existência tem por objetivo levar à construção de um mundo comum.

Como vimos, a complexidade das AC e dos seus impactes multidimensionais na saúde e bem-estar de humanos e não humanos mostra que as abordagens quantitativas podem calcular os efeitos, mas não conseguem desconstruir os significados e discursos associados a eles. Assim, uma abordagem reflexiva baseada em descrições realistas e em métodos participativos pode contribuir para uma compreensão mais aprofundada deste fenómeno complexo. As etapas metodológicas da rede *Compór Mundos*, descritas na próxima secção, pretendem ser uma contribuição para este problema.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste projeto baseia-se em dados obtidos por fontes primárias, com recurso a um inquérito por entrevista com guião de resposta aberta (ver Anexo 1). Este guião foi construído de forma participativa pela rede de 12 especialistas (masculino — nove; feminino — três) de um vasto leque de disciplinas de três universidades portuguesas, incluindo áreas como a bioética, a literatura, o cinema, a psicologia, a antropologia, a sociologia, a etologia, a medicina, a comunicação, a geografia, a arquitetura paisagística e os estudos científicos e tecnológicos. Esta entrevista foi enviada por escrito a cada um dos especialistas, que responderam também por escrito, tendo como recomendação responderem o mais fundamentadamente e o mais pessoalmente possível a cada uma das questões anteriormente definidas por todos. O objetivo da entrevista, dividida em quatro dimensões, foi trazer à luz conhecimentos e sensibilidades pessoais e fundamentados face às grandes questões que envolvem as humanidades, a saúde e o bem-estar nas sociedades contemporâneas, incluindo as AC e os seus riscos para a saúde. A rede *Compór Mundos: Humanidades, Bem-Estar e Saúde* constituiu-se a partir deste momento fundador, desenvolvendo a sua identidade a partir deste primeiro trabalho de levantamento dos conhecimentos, sensibilidades e preocupações. Os textos recolhidos pelas entrevistas foram sujeitos a análise temática e organizados por ideias-chave e por temas, dos quais se procuraram identificar as correspondências semânticas, em grupos de significado principais (Lencastre & Estrada, 2022).

A presente investigação caracteriza-se por ser indutiva, realista e de nível semântico; o seu objetivo é identificar temas originais emergentes em cada entrevistado, e não analisar os seus contextos históricos, críticos ou psicológicos. Ao adotar esta abordagem, as perguntas do inquérito foram formuladas de forma mais aberta e ampla, sem uma vinculação direta às AC de modo a permitir uma exploração das perceções e experiências dos participantes, sem restringir o diálogo apenas a um tópico específico. Acresce que a

pesquisa fez uma análise profunda das palavras e significados associados aos temas abordados, de modo a explorar as implicações semânticas das questões de saúde, bem-estar e humanidades na contemporaneidade, sem necessariamente abordar diretamente as AC.

Esta pesquisa exploratória utiliza a análise temática com vários níveis de leitura e de codificação do texto para identificar as ideias-chave originais de cada autor, e a indução dos temas principais correspondentes, de acordo com as indicações metodológicas desenvolvidas em Braun e Clarke (2006) relativamente à análise temática. As respostas dos especialistas ao inquérito por entrevista foram sujeitas a seis níveis de leitura, análise e síntese:

1. Leitura global e familiarização com o texto de cada especialista;
2. Leitura global de cada texto sublinhando as ideias-chave;
3. Análise global de cada texto codificando, por termos, as respetivas ideias-chave;
4. Análise parcial de cada texto organizando as ideias-chave relacionadas por temas;
5. Retoma do texto global, das ideias-chave e dos temas, revendo-os e sintetizando-os em nove temas principais;
6. Revisão definitiva do *corpus* das ideias-chave e dos temas principais pelos especialistas.

Os temas abordados incluíram, entre outros, os tipos de notícias e o bem-estar, a ecologia e as relações com os animais não humanos, a paisagem regenerativa, as redes sociais e os dispositivos digitais inteligentes, as identidades, o género, a educação, a diversidade e os valores, a saúde do cérebro e as tecnologias médicas e psicológicas, a evolução e a saúde mental, a investigação transdisciplinar, a subjetividade e o lugar da narrativa, a estética, a ética e a espiritualidade. Posteriormente, foram organizados em grupos de correspondência, ou *clusters* temáticos, em que foram reunidos por proximidade semântica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir desse agrupamento, foram identificados os seguintes grupos temáticos: (a) conhecimento público e ciência pós normal; (b) pensamento crítico e ética em saúde; (c) bem-estar, saúde, democracia e justiça social; (d) abordagem holística (transdisciplinar) da saúde e do bem-estar; (e) sistemas de saúde, diversidade, culturas e natureza; (f) tecnologias, inteligência artificial, saúde e bem-estar; (g) ambiente, saúde, sustentabilidade e equidade; (h) evolução, organismos, tempo e saúde mental; (j) a saúde como um proto-valor produzido nas relações entre e com as pessoas.

De um modo geral, com base nestas entrevistas, ficou claro que a pós-modernidade parece ter dado lugar a novas narrativas e a novas interrogações éticas e, até, metafísicas. Temas como a felicidade, o amor, a compaixão, a bondade e a beleza, e conceitos universais como o “antropoceno” e os “direitos humanos”, associados ao pensar local/agir pessoal, parecem ter substituído o relativismo dos pensamentos e das práticas, o construtivismo dos sentimentos, o localismo e o imanentismo dos valores e o multiculturalismo comunitário. Baseado no seu trabalho sobre a imagem, Descola (Fondation Louis Vuitton, 2018) diz-nos que podemos estar a assistir a uma lenta mudança do paradigma naturalista para uma conceção mais analogista das relações entre humanos e não humanos.

Embora todos os *clusters* apresentem relevância, escolhemos cinco *clusters* específicos para aprofundar a discussão sobre os riscos das AC na saúde humana e ambiental. Esta escolha baseia-se em critérios que visam estabelecer uma conexão direta e substancial com esse tema. A seleção é fundamentada nos princípios teóricos anteriores, bem como em conceitos científicos relacionados aos impactes das AC na saúde. Apresentamos os clusters nas subsecções seguintes.

4.1. CONHECIMENTO PÚBLICO E CIÊNCIA PÓS-NORMAL

Segundo a obra seminal de Latour (1993), a ideia de ciência foi substituída por uma ideia mais flexível e realista das ciências em desenvolvimento dentro de redes de cientistas, de tecnologias, de objetos, pessoas e interesses. De facto, para Latour, ciência e modernidade engendram-se mutuamente, gerando também a ideia de uma seta do tempo que conduz inevitavelmente ao progresso. Mas as situações ambientais de hoje, particularmente as AC, mostram que essa ideia de progresso leva a um estado confuso de coisas em que os conceitos tradicionalmente separados de “ciência”, “natureza” e “cultura” se encontram interligados e produzem externalidades que inevitavelmente afetam os “objetos” e os “sujeitos” da modernidade. As AC e os seus efeitos na saúde reclamam uma conceção mais flexível e aberta das ciências, interagindo com os coletivos de humanos e não humanos que são afetados por elas.

Este estado de coisas também é reconhecível no contexto da transmissão da ciência entre especialistas e leigos. O modelo linear de transmissão de conhecimentos foi substituído por uma ideia mais complexa de “negociação de significados” que surge durante o processo coletivo de socialização das ciências. Estes espaços eco-sócio-culturais híbridos entre ciências e coletivos incluem não só especialistas de diferentes origens, mas também as pessoas interessadas, os seres não humanos, como animais, plantas, elementos geológicos ou ecossistemas, que são representados pelos falantes humanos. A diplomacia *latouriana* age neste espaço híbrido e é baseada no que Latour designa como (a) o “empirismo radical”, isto é, uma descrição próxima do que realmente acontece, num lugar real ou território; também (b) o “irreduccionismo”, que é a inclusão de tudo o que é relevante para um inventário concreto e para a explicação de um coletivo vivendo num espaço real (o oposto da redução científica, que isola entidades em laboratório e se interessa por cadeias causais simplificadas); e, finalmente, (c) o “consenso”, ou seja, a negociação no espaço intermediário entre os intervenientes, olhando atentamente para a descrição das coisas e evitando conceitos abstratos. Neste espaço híbrido, os pensamentos crítico e ético encontram a sua maior relevância para a ciência aplicada. Isto significa que as ciências especializadas de laboratório são incorporadas no mundo real, onde operam as coisas reais, onde os seres vivos, incluindo os humanos, se esforçam por habitar. A diplomacia, no contexto desta conceção cosmopolita extensa dos lugares de vida terrenos, representa um esforço de mediação e consenso para a construção de um mundo comum que seja habitável por todos.

Os debates locais mostram que não há respostas certas ou apenas uma aplicação da ciência na tomada de decisões, complexificando-se quando introduzimos a ecologia

das outras espécies nas considerações sobre as AC, os seus habitats e os seus modos de vida. A complexidade da tomada de decisões aumenta exponencialmente. Com exceções óbvias, como os povos indígenas ou as pessoas que vivem em países desfavorecidos, o modo de vida humano moderno depende profundamente do que precisa de ser mudado se quisermos limitar os efeitos das AC e todas as suas consequências planetárias. Esta procura de consenso em coletivos plurais assemelha-se apreciavelmente a um cenário pré-moderno, como diria Latour (1993), ou extra-moderno, como diria Descola e Pignocchi (2022).

Nas sociedades tecnológicas contemporâneas, que enfrentam importantes impactos locais das AC na saúde, um levantamento criterioso dos dados locais é tão importante para o exercício correto da ciência pós-normal preventiva, como o pensamento crítico e ético. Nos dias de hoje, as comunidades ampliadas de pares devem também incluir representantes dos animais não humanos, e também dos elementos naturais como a água doce, a terra e as plantas. Profundamente sentidas, as dimensões poéticas humanas, nas suas relações com as sensibilidades não humanas, também devem ser tomadas em conta, porque a complexidade e a novidade dos cenários emergentes das AC, e os seus impactos globais, significam que eles exigem soluções novas e radicais. Quando essas dimensões entram na diplomacia cosmopolítica, podem condicionar profundamente as soluções para as novas situações. A ciência pós-normal propõe quadros metodológicos transdisciplinares e estratégias de resolução de problemas que incluem a incerteza dos sistemas naturais associados aos interesses e valores humanos e não humanos, na tomada de decisões em zonas críticas.

4.2. PENSAMENTO CRÍTICO E ÉTICA EM SAÚDE

Sabendo que a saúde é hoje entendida como o equilíbrio entre as diferentes dimensões pessoais (bio-psico-social-espiritual), e sabendo que esse equilíbrio interage e é afetado por outros indivíduos, animais, plantas e o ambiente compartilhado, consideramos que os cuidados de saúde e a gestão da saúde requerem pensamento crítico. No atual mundo tecnológico, diante do risco de despersonalização e de “*Undinge*” (Han, 2021) — um mundo onde os objetos são substituídos por informações — “desafio” é uma palavra-chave. É preciso desafiar pressupostos e contextos e (re)imaginar caminhos alternativos para viver em e com complexidade. Além disso, a saúde é um *continuum* entre ser saudável e estar doente, onde pessoas saudáveis podem conviver por muito tempo com doenças diagnosticadas e pessoas doentes podem sentir-se mais saudáveis do que a narrativa hegemónica entende como “saudável”. Este pensamento binário geral, a patologia da normalidade (Weil et al., 2017), deve, portanto, ser desconstruído no contexto da saúde, e as duas principais ferramentas para atingir esse objetivo são a reflexão crítica e o pensamento ético, estando ambos inter-relacionados.

Os conceitos e contextos plurais implicam uma revisão crítica do conhecimento, de si e do mundo, bem como uma reflexão interdisciplinar sobre questões de saúde e de educação, focada em saber ser e estar, além dos tradicionais modos de saber o que fazer e como pensar. O envelhecimento das populações requer abordagens não binárias e críticas

dos cuidados, dado que o processo de envelhecimento implica frequentemente comorbilidades para as quais não há tratamento curativo, mas sim acompanhamento capaz de sarar e reduzir as vulnerabilidades subjacentes. A imprevisibilidade e a incerteza parecem estar em desacordo com a busca pelo diagnóstico correto e o melhor curso de ação/tratamento, com base na melhor evidência científica que é a base da medicina baseada na evidência. Não há cuidado centrado na pessoa, se a pessoa não é reconhecida como tal, ficando reduzida a uma categoria ou a um rótulo, sem a espessura do *ser* (que está sempre enraizada em valores, preferências, lugares e pessoas com significado). A deliberação ética deve, portanto, ser promovida nos cuidados de saúde, estabelecendo espaços seguros para a reflexão sobre o saber *ser* e *estar* e não apenas sobre o saber *fazer* e *pensar*.

Considerando a definição de “ética” de Paul Ricoeur (Martini, 2016) como visando a vida boa, com e para os outros, em instituições justas, é precisamente o significado do bem e da justiça que os profissionais de saúde, pacientes, cuidadores e formuladores de políticas devem integrar nos seus processos deliberativos e decisórios. Os objetivos de desenvolvimento sustentável (propostos pela Organização das Nações Unidas), enquanto mapa norteador dos valores que pedem realização nas nossas comunidades, exigem que cada parte interessada percorra a via longa da reflexão ética, respondendo à questão de fundo: como pode cada um de nós ser agente ativo na construção da paz e da justiça (Objetivo 16) nos diferentes contextos organizacionais e comunitários em que nos inserimos? A saúde, enquanto equilíbrio entre as dimensões bio-psico-social-espiritual, pode afirmar-se como horizonte alcançável se for enquadrada neste contexto amplo e espesso da realização dos valores éticos.

4.3. BEM-ESTAR, SAÚDE, DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL

Um estudo recente intitulado “Climate Anxiety in Children and Young People and Their Beliefs About Government Responses to Climate Change: A Global Survey” (Ansiedade Climática em Crianças e Jovens e as Suas Crenças Sobre as Respostas Governamentais às Alterações Climáticas: Um Inquérito Global; Hickman et al., 2021) mostra que os jovens sofrem de ecoansiedade, temem o futuro e culpam os governos por esta situação dramática. As crianças e jovens patenteiam sofrimento emocional (tristeza, medo, impotência, vergonha, desespero ou depressão) e as suas expectativas relativamente ao futuro são baixas e assustadoras.

A ideia de que as AC têm origem antrópica também não suscita dúvidas à comunidade científica. Como afirma o climatologista Filipe Duarte Santos (2017): “pesquisas publicadas precisamente sobre este assunto concluem que 97% dos cientistas do clima compartilham o consenso de que o aquecimento global observado é antropogénico” (para. 10).

O que pode então estar a falhar, apesar das evidências da ciência sobre o assunto, para que possamos reverter categoricamente o desastre anunciado e, ao mesmo tempo, restaurar a confiança no futuro das novas gerações? A resposta é complexa, pois mesmo em sociedades democráticas — sociedades nas quais o conhecimento e as instituições que o produzem devem ser respeitados, valorizados e ouvidos — o surgimento de lideranças populistas tem dificultado o esclarecimento e as decisões sobre o assunto.

Não tem sido suficiente, como referimos acima, para atingir o necessário consenso em relação ao clima ou, mais recentemente, à COVID-19, que a ciência adira à nova realidade comunicacional. Os mediadores, ou tradutores do conhecimento científico, pouco podem fazer quando se deparam com líderes negacionistas, que, em alguns casos, governam países muito poderosos. Tomemos, por exemplo, o ex-Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump: em 6 de novembro de 2012, referiu que: “o conceito de aquecimento global foi criado por e para os chineses para tornar as empresas dos EUA não competitivas” (Santos, 2017, para. 14).

Resumindo este ponto, podemos dizer que o mundo atual tem enfrentado desafios iminentes — por exemplo, as AC, a pandemia da COVID-19 e agora os efeitos da guerra. A estes desafios, junta-se também uma tendência infelizmente contemporânea que está a pôr em perigo a existência de uma linguagem comum entre os humanos e, assim, solapar a extraordinária experiência democrática.

4.4. ABORDAGEM HOLÍSTICA (TRANSDISCIPLINAR) DA SAÚDE E DO BEM-ESTAR

A década de 1970 foi uma época de crítica ao modelo de ensino e investigação financiados pelos governos e pelas universidades, e a transdisciplinaridade surgiu associada às preocupações éticas relacionadas com as aplicações diretas da pesquisa para a sociedade (Seixas et al., 2020). Os problemas eram demasiado complexos para serem resolvidos pela simples tradução da ciência de laboratório para o mundo real. Após 20 anos, surgiram problemas novos e altamente complexos, nomeadamente as AC e as questões urgentes da sustentabilidade ambiental, da perda da biodiversidade, da poluição e da pobreza. As relações entre ciências e tecnologias, políticas sociais, educação e o papel das humanidades e das artes, foram sendo equacionadas em novas configurações, e a transdisciplinaridade parecia ser uma forma nova e interessante de produzir conhecimentos teóricos, e também práticos.

Uma abordagem transdisciplinar para as AC, a saúde e o bem-estar significa que ensinar, aprender ou pesquisar levam em conta o que está, simultaneamente, dentro, entre, através e além das diferentes disciplinas. A transdisciplinaridade também se preocupa com os diferentes parceiros envolvidos na investigação e na ação, considerando-os como “sujeitos”, e não como “objetos”. Por outras palavras, o que se busca é a integração dos diferentes saberes e pontos de vista para alcançar uma compreensão mais profunda e mais abrangente das situações, bem como a possibilidade de desenvolver uma ação relevante.

Existem duas tendências principais na tradição transdisciplinar (Bernstein, 2015). A primeira é moldada pela *The Charter of Transdisciplinarity* (Carta da Transdisciplinaridade; Gibbons et al., 1994), onde são apresentadas as conceções do físico romeno B. Nicolescu: a transdisciplinaridade reconhece a complexidade fundamental dos diferentes níveis da realidade e aceita o “terceiro incluído”, abandonando a lógica aristotélica que regeu o pensamento ocidental durante séculos e preconizava a prática, comum na ciência, de separar para entender. A abordagem de Nicolescu enfatiza o mundo da vida humana e

os significados vividos, na tradição fenomenológica. A segunda tendência é conhecida como a produção de conhecimentos de “Modo 2”: nesta conceção, a transdisciplinaridade consiste em abordar uma situação concreta integrando os intervenientes interessados, desde a academia científica à indústria, aos governos locais, às organizações não governamentais, aos museus, à arquitetura, às humanidades e às artes. As abordagens são complementares entre si, a primeira abordando questões do mundo real, a segunda identificando as implicações teóricas do conhecimento transdisciplinar.

A transdisciplinaridade é um quadro epistemológico interessante quando se trata de explorar ou ensinar os problemas de saúde associados às AC. Por exemplo, projetos transdisciplinares nos currículos de ensino de medicina ou de psicologia têm o potencial de mostrar mais claramente os valores tácitos das ciências disciplinares: na biomedicina, estes valores são a determinação molecular e causal das situações sociais sistémicas, o materialismo analítico dos impactes das AC nas doenças, a categorização e a universalidade dos diagnósticos médicos e psicológicos. São valores intrínsecos à disciplina biomédica que podem ser repensados à luz dos valores das humanidades.

Para entender fenómenos híbridos como as AC e o seu impacte na saúde, não basta entender os efeitos diretos isolados em laboratório ou dispor dos *big data*; as descobertas das ciências humanas e sociais são igualmente importantes porque falam sobre representações culturais de saúde e de clima, reconstroem as formas como as AC surgiram e como a história e a economia moldaram a situação atual, como a epistemologia, a tradição e a ética orientaram as nossas relações com a saúde e os regimes climáticos.

4.5. AMBIENTE, SAÚDE, SUSTENTABILIDADE E EQUIDADE

A equidade é uma questão central na questão dos impactes das AC sobre a saúde. Quando não há equidade, Whitehead (1992) refere que há uma distribuição injusta e desigual dos cuidados de saúde, traduzível numa forte associação entre as posições socioeconómicas dos indivíduos e a sustentabilidade ambiental das sociedades (Oliveira et al., 2019; Vidal et al., 2018). Os fatores antrópicos e ambientais são as principais causas das AC, impactando a saúde humana e os ecossistemas e resultando em situações de injustiça ambiental (Schlosberg, 2007), racismo ambiental (Salas, 2021) e injustiça social (Comim, 2008). De facto, a história tem mostrado que os grupos sociais vulneráveis têm sido continuamente expostos à baixa qualidade do ar, à falta de acesso aos espaços verdes e, conseqüentemente, à pobreza e privação ambiental (Roberts et al., 2022). Portanto, juntamente com os impactes das AC que agravam as suas condições de vida, estes grupos sociais também têm os piores resultados em saúde, gerando um ciclo difícil de se interromper.

As projeções climáticas mostram que eventos climáticos extremos causados pelas AC, especialmente as ondas de calor ou de frio extremas, deverão aumentar nos próximos anos (Johnson et al., 2018). Nesse sentido, é esperado que essas ondas venham a impactar negativamente as condições de saúde. No entanto, grupos sociais vulneráveis — com problemas de saúde respiratória ou circulatória, crianças e idosos, grupos sociais

desfavorecidos — provavelmente serão mais afetados porque ficarão mais expostos a esses impactes. Esta situação agrava-se quando os indivíduos vivem em condições de pobreza energética, relacionadas com a incapacidade em manter as casas frescas durante o verão e quentes durante o inverno. A adaptação e a mitigação das AC devem garantir a sua adequação à diversidade dos contextos socioculturais que, se for ignorada, pode minar os esforços para a sustentabilidade.

Os cinco *clusters* identificados pela rede *Compor Mundos*, quando combinados, podem ajudar a reforçar o papel das humanidades e das ciências sociais no sentido de lidar com os riscos de saúde devidos às AC. A Figura 1 apresenta a relação dos cinco *clusters* identificados por grandes eixos de análise, comunicantes e interdependentes, que podem ser aplicados à saúde e AC.

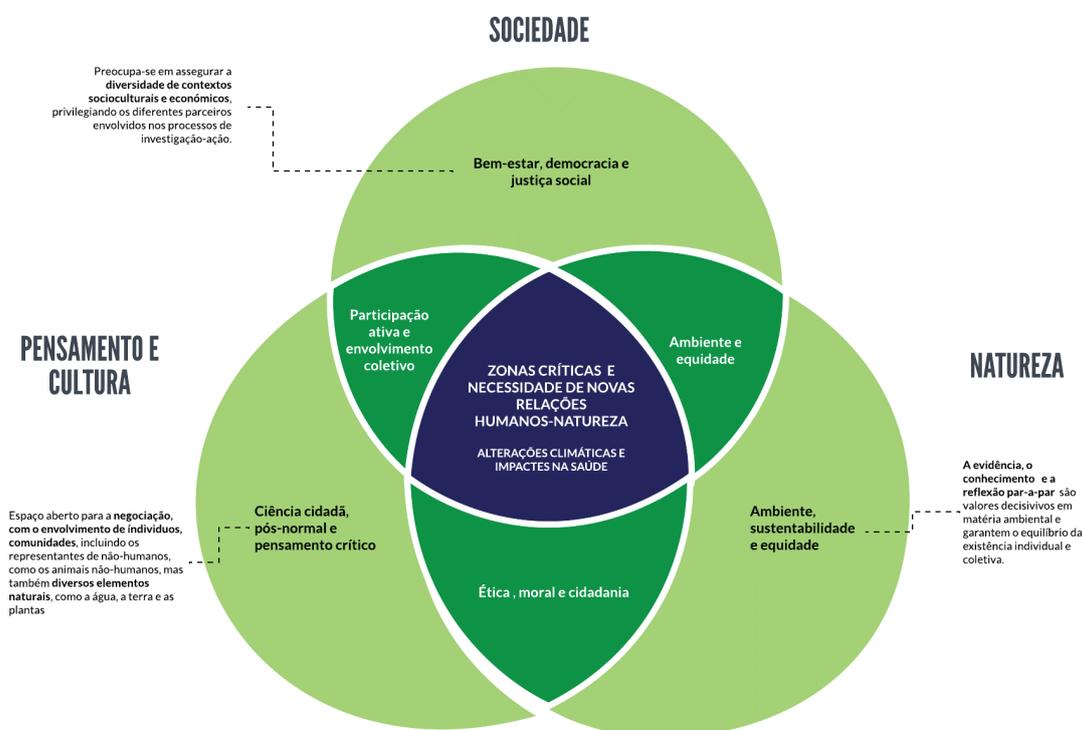


Figura 1. Clusters emergentes da rede *Compor Mundos* que podem ajudar a lidar com os riscos de saúde provocados pelas alterações climáticas do ponto de vista das ciências humanas e sociais

A complexidade e a multidimensionalidade das AC implicam uma comunidade de pares alargada e inclusiva que vá além da mera dimensão humana, atendendo aos pressupostos que Descola e Pignocchi (2022) referem no seu recente livro *Ethnographies des Mondes à Venir* (Etnografias de Mundos Futuros). Os autores apontam para uma sociedade híbrida que veria as estruturas estatais e os territórios autónomos articulados numa profusão heterogénea de modos de organização social, de modos de vida e de coabitação.

Os impactes das AC são transversais a todos os seres vivos, pelo que os seus direitos devem ser respeitados e considerados no desenho das ações de mitigação e de

adaptação. Como afirmou Beck (2016), as comunidades de humanos e de não humanos, em todo o mundo, estão a enfrentar os impactes imprevisíveis dos fenómenos climáticos. A estranheza do mundo, que Beck descreve, implica o pensamento crítico relativo aos conceitos de “sociedade”, “ambiente” e, também, à saúde, para além da revisão do paradigma em que os indivíduos estão no centro.

Neste contexto, destaca-se o papel das “zonas críticas” acima mencionado, conceito desenvolvido nas ciências sociais por Bruno Latour (2014), e ampliado por diversos autores. A ideia de “zona crítica” e a prática da “ciência de zonas críticas” direcionam a atenção para análises geográficas centradas na interdisciplinaridade, em grandes conjuntos de dados e em processos tecnocientíficos participados. Para Latour (2014), a zona crítica documenta as propriedades de todos os terrestres que lá vivem e que são necessários para a sua manutenção. Como conciliar todos estes interesses? Nos últimos anos, testemunhamos a emergência de uma profunda tecnologização na gestão dessas zonas críticas, juntamente com novos métodos para lidar com o “capital vivo” e o trabalho não humano. Essas práticas são descritas no livro intitulado *Critical Zones: The Science and Politics of Landing on Earth* (Zonas Críticas: A Ciência e a Política da Chegada à Terra), escrito por Latour e Weibel (2020), onde é explorado o trabalho realizado por seres humanos e não humanos num ambiente em que coexistem abordagens tecnológicas com abordagens tradicionais, necessárias para a evolução humana e não humana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnociência provou não ser suficiente para lidar com a complexidade das mudanças globais que resultam das AC. Este artigo propôs-se repensar alguns aspetos dos efeitos das AC para a saúde através das lentes das ciências sociais e humanas. Enquadrado por uma rede transdisciplinar de académicos, a rede *Compor Mundos* explora em profundidade a poderosa conexão entre valores sociais, democracia, saúde, bem-estar e sustentabilidade, considerando a necessidade de caminhar para a integração de múltiplas vozes e conhecimentos, de humanos e de não humanos, para podermos lidar com as AC. Ancorados no conceito de “metamorfose do mundo”, desenvolvido por Beck (2016), defendemos que as ciências sociais e humanas podem ajudar a lidar com os riscos de saúde que resultam das AC, não apenas teoricamente, mas também na prática, através da desconstrução das narrativas comuns sobre o clima e a saúde, e a reconceitualização do complexo fenómeno socioecológico que a humanidade e os outros seres vivos enfrentam já hoje e num futuro próximo.

Os *clusters* identificados pela rede poderão agora ser explorados empiricamente pelos especialistas que atualmente integram a rede *Compor Mundos*, ou por outros investigadores interessados, fora da rede, de modo a revelar todo o seu potencial impulsor para projetos concretos, *compondo mundos*. Importa referir o crescimento da rede, que em 2024 envolve já informalmente 25 especialistas oriundos de cinco universidades, e que os temas identificados primariamente pela investigação estão a ser desenvolvidos, seja em projetos interdisciplinares de pesquisa, seja através da formação e divulgação

por *podcasts* e *webinars*². Um dos objetivos iniciais deste projeto foi atuar a diversos níveis, desde o académico até ao não académico, envolvendo públicos e agentes sociais de diversos campos, já que a resolução das questões das AC e da saúde se colocam em níveis e lugares muito diversos. Sobretudo num momento em que os valores democráticos, ancorados na justiça social e no bem-estar de todos, e as ações necessárias para minimizar os efeitos das AC estão a ser desafiados, é necessária uma nova narrativa para a humanidade que promova a imaginação sobre as culturas/naturezas. Uma das originalidades do projeto em rede *Compor Mundos* consiste em propor um conjunto integrado de conceitos que permitem pensar melhor as complexidades e a estranheza do mundo de hoje. Partindo desta base, definiram-se áreas interdisciplinares que deram origem a investigações já publicadas e a *podcasts*, como o grupo sobre Biofilia e Saúde, ou o grupo sobre Desafios Sócio-ecológicos, Saúde e Ciência Cidadã, entre outros (<https://compormundos.fundacaofernandopessoa.pt/>). As humanidades e ciências sociais podem abrir caminho para reinterpretar os significados dos conceitos centrais das nossas culturas e ajudar-nos a pensar sobre o nosso lugar no planeta e, mais importante ainda, sobre as relações que, enquanto humanos, tecemos com os outros seres vivos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto *Compor Mundos: Humanidades, Bem-Estar e Saúde no Século XXI*, apoiado pela Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa (FFP).

REFERÊNCIAS

- Beck, U. (2016). *The metamorphosis of the world how climate change is transforming our concept of the world*. Polity Press.
- Bernstein, J. (2015). Transdisciplinarity: A review of its origins. Development, and current issues. *Journal of Research Practice*, 11(1), 1–20.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>
- Comim, F. (2008). Climate injustice and development: A capability perspective. *Development*, 51(3), 344–349. <https://doi.org/10.1057/dev.2008.36>
- Costello, A., Abbas, M., Allen, A., Ball, S., Bell, S., Bellamy, R., Friel, S., Groce, N., Johnson, A., Kett, M., Lee, M., Levy, C., Maslin, M., McCoy, D., McGuire, B., Montgomery, H., Napier, D., Pagel, C., Patel, J., ... Patterson, C. (2009). Managing the health effects of climate change. *Lancet* and University College London Institute for Global Health Commission. *The Lancet*, 373(9676), 1693–1733. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(09\)60935-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(09)60935-1)
- Descola, P. (2005). *Par-delà nature et culture*. Gallimard.
- Descola, P., & Pignocchi, A. (2022). *Ethnographies des mondes à venir*. Seuil.

² Ver <https://compormundos.fundacaofernandopessoa.pt/>.

- Fondation Louis Vuitton. (2018, 30 de maio). *Conversation: Philippe Descola* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=sTtBDfTLkhg&t=4464s>
- Fundação Fernando Pessoa. (s.d.). *Compor mundos. O projeto*. Retirado a 23 de agosto de 2023, de <https://compormundos.fundacaofernandopessoa.pt/o-projeto>
- Funtowicz, S. O., & Ravetz, J. R. (1994). Uncertainty, complexity and post-normal science. *Environmental Toxicology and Chemistry*, 13(12), 1881–1885. <https://doi.org/10.1002/etc.5620131203>
- Gage, K. L., Burkot, T. R., Eisen, R. J., & Hayes, E. B. (2008). Climate and vectorborne diseases. *American Journal of Preventive Medicine*, 35(5), 436–450. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2008.08.030>
- Gibbons, M., Limoges, C., Nowotny, H., Schwartzman, S., Scott, P., & Trow, M. (1994). *The charter of transdisciplinarity*. Encyclopedia of Religion & Science. <https://inters.org/Freitas-Morin-Nicolescu-Transdisciplinarity>
- Han, B.-C. (2021). *Unding: Umbrüche der Lebenswelt*. Ullstein Verlag.
- Hickman, C., Marks, E., Pihkala, P., Clayton, S., Lewandowski, R. E., Mayall, E. E., Wray, B., Mellor, C., & van Susteren, L. (2021). Climate anxiety in children and young people and their beliefs about government responses to climate change: A global survey. *The Lancet Planetary Health*, 5(12), e863–e873. [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(21\)00278-3](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(21)00278-3)
- Johnson, N. C., Xie, S. P., Kosaka, Y., & Li, X. (2018). Increasing occurrence of cold and warm extremes during the recent global warming slowdown. *Nature Communications*, 9(1). <https://doi.org/10.1038/s41467-018-04040-y>
- Latour, B. (1993). *We have never been modern*. Harvard University Press.
- Latour, B. (2016). *Reset modernity!* MIT Press.
- Latour, B. (2017). *Où atterrir? Comment s'orienter en politique*. La Découverte.
- Latour, B. (2022). A cosmopolítica como pluralismo ontológico. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 62, 17–34.
- Latour, B., & Muecke, S. (2021). Protective measures an exercise. *Cultural Politics*, 17(1), 11–16. <https://doi.org/10.1215/17432197-8797459>
- Latour, B., & Weibel, P. (Eds.). (2020). *Critical zones. The science and politics of landing on Earth*. MIT Press.
- Lencastre, M. P. A., & Estrada, R. (2022). *Compor mundos. Humanidades, bem-estar e saúde* (Vol 2.). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Lencastre, M. P. A., & Leal, R. M. (2006). Narratividade educativa e literacias ambientais: O projecto TERRA. In E. Many & S. Guimarães (Eds.), *Como abordar a metodologia de trabalho de projecto* (pp. 100–123). Areal Editores.
- Lencastre, M. P. A., Vidal, D. G., Barroso, E. P., Campelo, Á., Toldy, T. M., Magalhães, S., Frazão-Nogueira, A. G., & Estrada, R. (2023). Climate change and health: Essay on the limits of naturalism. In W. Leal Filho, D. G. Vidal, & M. A. P. Dinis (Eds.), *Climate change and health hazards: Addressing hazards to human and environmental health from a changing climate* (pp. 25–39). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-031-26592-1_2
- Lencastre, M. P. A., Vidal, D. G., Estrada, R., Barros, N., Maia, R. L., & Farinha-Marques, P. (2022). The biophilia hypothesis explored: Regenerative urban green spaces and well-being in a Portuguese sample. *International Journal of Environmental Studies*, 1–15. <https://doi.org/10.1080/00207233.2022.2067411>

- Lewin, K. (1951). *Field theory in social science: Selected theoretical papers*. Harper & Row.
- Martini, R. M. F. (2016). Paul Ricoeur: A ética da solicitude questiona a educação. *Pro-Posições*, 27(2), 235–252. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0016>
- Oliveira, G. M., Vidal, D. G., Ferraz, M. P., Cabeda, J. M., Pontes, M., Maia, R. L., Calheiros, J. M., & Barreira, E. (2019). Measuring health vulnerability: An interdisciplinary indicator applied to mainland Portugal. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16(21), Artigo 4121. <https://doi.org/10.3390/ijerph16214121>
- Piteira, X., Vidal, D. G., Dias, R. C., & Seixas, P. C. (2023). Post-sustainability, regenerative cultures, and governance scale-up: Transformational learning cases of sociocracy 3.0 in Portugal. In W. Leal Filho, A. M. Azul, F. Doni, & A. L. Salvia (Eds.), *Handbook of sustainability science in the future* (pp. 1–23). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-68074-9_135-1
- Roberts, J. D., Dickinson, K. L., Hendricks, M. D., & Jennings, V. (2022). “I can’t breathe”: Examining the legacy of American racism on determinants of health and the ongoing pursuit of environmental justice. *Current Environmental Health Reports*, 9(2), 211–227. <https://doi.org/10.1007/s40572-022-00343-x>
- Roqueplo, P. (1993). *Climats sous surveillance. Limites et conditions de l'expertise scientifique*. Economica.
- Salas, R. N. (2021). Environmental racism and climate change — Missed diagnoses. *New England Journal of Medicine*, 385(11), 967–969. <https://doi.org/10.1056/nejmp2109160>
- Santos, F. D. (2017, 5 de janeiro). Pós-verdade e ciência nos EUA com o Sr. Donald Trump. *Público*. <https://www.publico.pt/2017/01/05/ecosfera/opiniao/posverdade-e-ciencia-nos-eua-com-o-sr-donald-trump-1757175>
- Schlosberg, D. (2007). *Defining environmental justice: Theories, movements, and nature*. Oxford University Press.
- Seixas, P. C., Dias, R. C., & Vidal, D. G. (2020). Escala de identidade ambientalista: Uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 39(1), 56–83. <https://doi.org/10.21747/08723419/soc39a4>
- Seixas, P. C., Dias, R. C., & Vidal, D. G. (2021). *Zonas críticas do antropoceno*. Plataforma Barómetro Social. Retirado de <http://www.barometro.com.pt/2021/08/02/zonas-criticas-do-antropoceno/>
- Stengers, I. (2005). The cosmopolitical proposal. In B. Latour & P. Weibel (Eds.), *Making things public: Atmospheres of democracy* (pp. 994–1003). MIT Press.
- Tsing, A. (2015). Margens indomáveis: Cogumelos como espécies companheiras. *Ilha Revista de Antropologia*, 17(1), 177–201. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2015v17n1p177>
- Vidal, D. G., Lencastre, M. P. A., Magalhães, S., Barroso, E. P., Campelo, Á., Cunha, P., & Estrada, R. (2023). Thinking beyond borders: How can humanities and social sciences help to deal with climate change health hazards in the twenty-first century? Outputs of the transdisciplinary network “Composing Worlds: Humanities, Well-being and Health in the 21st century.” In W. Leal Filho, D. G. Vidal, & M. A. P. Dinis (Eds.), *Climate change and health hazards: Addressing hazards to human and environmental health from a changing climate* (pp. 3–24). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-031-26592-1_1
- Vidal, D. G., Oliveira, G. M., Pontes, M., Maia, R. L., & Ferraz, M. P. (2022). The influence of social and economic environment on health. In J. C. Prata, A. I. Ribeiro, & T. Rocha-Santos (Eds.), *One health: Integrated approach to 21st century challenges to health* (pp. 205–229). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-822794-7.00005-8>

Vidal, D. G., Pontes, M., Barreira, E., Oliveira, G. M., & Maia, R. L. (2018). Differential mortality and inequalities in health services access in mainland Portugal. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, 53(109), 53–70. <https://doi.org/10.18055/Finis14118>

Wahl, D. (2016). *Designing regenerative cultures*. Triarchy Press.

Weil, P., Leloup, J. Y., & Crema, R. (2017). *Normose: A patologia da normalidade*. Vozes.

Whitehead, M. (1992). The concepts and principles of equity and health. *International Journal of Health Services*, 22(3), 429–445. <https://doi.org/10.2190/986L-LHQ6-2VTE-YRRN>

ANEXO 1

Dimensão	Questão
Contexto pessoal	1. Qual é a sua área disciplinar de formação inicial e como se relaciona com a sua atividade profissional atual e quais são os seus principais interesses de investigação? Por favor, detalhe a sua resposta. 2. A sua atividade como investigador e docente relaciona-se com a área do bem-estar e/ou saúde? Se sim, como é que essas áreas são abordadas? Se não, quais foram as influências que, no seu percurso científico e académico, marcaram os seus interesses? Como é que podem contribuir para sua compreensão do bem-estar e/ou saúde?
Definição dos conceitos e utilidade das humanidades e das ciências sociais	3. Este é um projeto sobre bem-estar e saúde. Como define esses conceitos e quais são, na sua opinião, as áreas das humanidades que mais podem contribuir para o seu estudo? Por favor, diga por que razão(ões). 4. Na sua experiência, e partindo da sua área de investigação, quais são as grandes questões que, na área do bem-estar e/ou saúde, lhe fazem hoje pensar? Como é que a sua pesquisa pode contribuir para a sua compreensão? 5. Quais são os temas na área do bem-estar e/ou saúde que considera mais constringedores ou, pelo contrário, mais promissores para o futuro? Por favor, diga quais são as razões.
Questões tecnológicas e éticas	6. As tecnologias para o bem-estar e/ou saúde humana estão a mudar rapidamente e afetam as sociedades contemporâneas de maneiras diferentes. Como redefine o lugar do humano neste mundo cada vez mais marcado pelas tecnologias? 7. Qual é a sua opinião sobre o papel do pensamento crítico e ético num momento de grandes avanços tecnológicos, transformações ambientais, mudanças nos discursos sociais e diálogos com outros parceiros não ocidentais? Como pensa sobre as relações que estabelece com a procura da verdade no conhecimento?
Investigação em saúde e bem-estar	8. Como é que a sua área de conhecimento pode participar em projetos interdisciplinares relacionados com a saúde e/ou bem-estar? Se possível, pode dar um ou mais exemplos, propondo os desenhos gerais da investigação? 9. Tem outras questões ou acontecimentos importantes de vida que moldam as suas ideias sobre bem-estar e/ou saúde humana que gostaria de desenvolver?

Tabela 1. Dimensões e questões do guião do inquérito por entrevista

NOTAS BIOGRÁFICAS

Diogo Guedes Vidal é sociólogo com um doutoramento em Ecologia e Saúde Ambiental. Foi bolseiro de investigação em vários projetos financiados pela Energy, Environment and Health Research Unit da Universidade Fernando Pessoa. Entre 2017 e 2022 foi bolseiro de doutoramento com um projeto financiado pela Fundação para a

Ciência e a Tecnologia, I.P. com foco na compreensão socioecológica dos espaços verdes públicos urbanos onde combinou técnicas inovadoras e transdisciplinares. Atualmente é investigador auxiliar convidado no projeto europeu *PHOENIX: The Rise of Citizens Voices for a Greener Europe* no Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra e professor auxiliar convidado do Departamento de Ciências Sociais e Gestão da Universidade Aberta. Os seus interesses de investigação são diversos e caracterizam-se por um perfil transdisciplinar, nomeadamente no campo da sociologia, alterações climáticas e sociedade, naturezas possíveis, futuros socioecológicos e alternativas epistémicas. É membro da ação COST CA21166 — Ciências Sociais e Humanas para a Transformação e Resiliência Climática e da rede transdisciplinar *Compor Mundos: Humanidades, Bem-Estar e Saúde no Século XXI*. Atua como editor da secção “Ciências Sociais e Antropologia” da revista *PLOS Climate*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2777-2372>

Email: diogo.vidal@uc.pt

Morada: Rede Compor mundos. Humanidades, bem-estar e saúde. – Fundação Fernando Pessoa, Praça 9 de Abril 249, 4249-004 Porto, Portugal

Marina Prieto Afonso Lencastre é professora catedrática aposentada (jubilada) na Universidade do Porto e professora catedrática na Universidade Fernando Pessoa. É especialista em Psicoterapia e supervisora da Sociedade Portuguesa de Psicologia Clínica, detentora de uma especialização em Psicologia Clínica e da Saúde, assim como uma especialização avançada em Psicoterapia pela Ordem dos Psicólogos Portugueses. Além disso, é formadora acreditada em Educação Ambiental. É ainda coordenadora da rede transdisciplinar *Compor Mundos: Humanidades, Bem-Estar e Saúde no Século XXI*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1879-1077>

Email: mlencast@ufp.edu.pt

Morada: Rede Compor mundos. Humanidades, bem-estar e saúde. – Fundação Fernando Pessoa, Praça 9 de Abril 249, 4249-004 Porto, Portugal

Hélder Silva Lopes é licenciado em Geografia e Planeamento pela Universidade do Minho, mestre em Geografia — especialização em Ordenamento e Gestão do Território e doutor em Geografia e Planeamento Regional, pela Universidade do Minho e em Geografia, Planeamento Territorial e Mudanças Ambientais — especialização de Mudanças Globais e Sistemas Naturais pela Universidade de Barcelona. É professor auxiliar convidado no Departamento de Geografia da Universidade do Minho. É também colaborador da *Meteored – tempo.pt*, para onde redige semanalmente textos de opinião sobre clima, ambiente e alterações climáticas. É investigador do Laboratório de Paisagens, Património e Território/ Laboratório Associado para Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território — Grupo de Paisagens e Sociedade e é membro colaborador do Grupo de Climatologia do Instituto de l’Aigua. Os seus principais interesses de investigação são as perceções ambientais; o património e território; a avaliação da paisagem; o turismo urbano; a gestão ambiental; a ciência cidadã; as alterações climáticas; e o desenvolvimento regional e local. É membro da rede transdisciplinar *Compor Mundos: Humanidades, Bem-Estar e Saúde no Século XXI*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2931-5175>

Email: helderlopes@geografia.uminho.pt

Morada: Rede Compór mundos. Humanidades, bem-estar e saúde. – Fundação Fernando Pessoa, Praça 9 de Abril 249, 4249-004 Porto, Portugal

Susana Magalhães é doutorada em Bioética pela Universidade Católica Portuguesa, é professora na Universidade Fernando Pessoa e responsável pela Unidade de Conduta Responsável em Investigação no Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto. Os seus interesses de investigação são medicina narrativa e ética/integridade em investigação. É formadora certificada em Virt2UE e membro do grupo gestor da Rede Portuguesa de Reprodutibilidade. É coordenadora de um Grupo de Estudo e Reflexão em Medicina Narrativa e membro da Sociedade Europeia de Medicina Narrativa. É membro da rede transdisciplinar *Compór Mundos: Humanidades, Bem-Estar e Saúde no Século XXI*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3440-4244>

Email: susana.magalhaes@ijs.up.pt

Morada: Rede Compór mundos. Humanidades, bem-estar e saúde. – Fundação Fernando Pessoa, Praça 9 de Abril 249, 4249-004 Porto, Portugal

Rui Estrada possui um doutoramento em Teoria da Literatura pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É professor catedrático na Universidade Fernando Pessoa e investigador no Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (Faculdade de Letras, Universidade do Porto). Ganhou o Prémio Ensaio do Pen Club em 2002 e publicou quatro livros, editou seis e é autor de vários artigos e capítulos de livros (nacionais e internacionais). É ainda cocoordenador da rede transdisciplinar *Compór Mundos: Humanidades, Bem-Estar e Saúde no Século XXI*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8076-6692>

Email: restrada@ufp.edu.pt

Morada: Rede Compór mundos. Humanidades, bem-estar e saúde. – Fundação Fernando Pessoa, Praça 9 de Abril 249, 4249-004 Porto, Portugal

Submetido: 24/10/2023 | Aceite: 30/01/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E ATIVISMOS DA JUVENTUDE: UM ESTUDO DE CASO EM LISBOA

Mariana Castro

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Este artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado, ainda em andamento, em ciência política no Brasil. O texto explora a emergência do antropoceno como fenômeno ético-político, destacando a transformação da humanidade em uma força geológica e suas implicações políticas e epistemológicas. Abordamos o papel central das juventudes no ativismo climático, como o surgimento de movimentos como End Fossil Occupy, a Greve Climática Estudantil e o Climáximo, em Lisboa, Portugal. Nossa hipótese é que o antropoceno exige um fazer político próprio. Dentro desse cenário, as narrativas das juventudes em Portugal emergem como contribuições significativas para a definição desse novo paradigma político. Portanto, o artigo estrutura-se em quatro partes, além da introdução e das considerações finais. Primeiro, analisamos o conceito de antropoceno, e suas debilidades, e a perspectiva de Latour sobre essa realidade, comumente referida como uma guerra de mundos; depois, abordamos sucintamente o ativismo climático nas últimas décadas; em seguida, apresentamos a metodologia de pesquisa, com base na vivência de campo em Portugal, durante outubro de 2023, que oferece uma perspectiva enriquecedora sobre o envolvimento ativo da juventude portuguesa face à iminente crise climática. Por fim, compartilhamos a experiência de campo e o diálogo estabelecido entre aqueles movimentos de juventude na capital portuguesa. O objetivo é fornecer um panorama da interseção entre o antropoceno, o ativismo climático e as perspectivas das juventudes portuguesas.

PALAVRAS-CHAVE

emergência climática, ativismos, juventude, justiça climática, Portugal

CLIMATE EMERGENCY AND YOUTH ACTIVISM: A CASE STUDY IN LISBON

ABSTRACT

The present paper is part of ongoing doctoral research in political science in Brazil. It explores the advent of the Anthropocene as an ethical and political phenomenon, highlighting the transformation of humanity into a geological force and its political and epistemological consequences. We address the key role of young people in climate activism, that is in new movements such as End Fossil Occupy, the Student Climate Strike and Climáximo in Lisbon, Portugal. We hypothesise that the Anthropocene requires its own form of politics. Consequently, the narratives of young people in Portugal contribute significantly to establishing this new political paradigm. The article is, therefore, divided into four parts, in addition to the introduction and concluding remarks. First, we analyse the concept of the Anthropocene and its weaknesses, and Latour's views of this reality, commonly referred to as a war of worlds. This is followed by a brief discussion of climate activism in recent decades, and the description of the research methodology. The field experience in Portugal in October 2023 offers an enriching overview of the active involvement of Portuguese youth in the light of the emerging climate crisis. Finally, we share the field experience and the dialogue between these youth movements in the Portuguese capital. The aim

is to provide an overview of the intersection between the Anthropocene, climate activism and the prospects of Portuguese youth.

KEYWORDS

climate emergency, activism, youth, climate justice, Portugal

‘A época mudou’. Ou seja, dotar essa constatação do poder de nos fazer pensar, sentir, imaginar, agir.

— Isabelle Stengers, *No Tempo das Catástrofes*, 2015

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o que chamamos de antropoceno e suas implicações políticas e epistemológicas. A ideia central é encarar o antropoceno como um acontecimento ético-político inédito, no qual a ação humana torna-se uma força geológica com o poder de reconfigurar o planeta. Este fenômeno se manifesta através das mudanças climáticas e do colapso ecológico, gerando a necessidade de um fazer político próprio.

Nesse sentido, tomarmos o antropoceno como um acontecimento implica admitir que as repercussões de alguns fatos contemporâneos como os eventos climáticos extremos, que já se fazem sentir por nós e por todos os outros seres com quem compartilhamos a terra, se não são inéditas na história do planeta, certamente são do ponto de vista da civilização. À medida que a gravidade da crise atual se torna cada vez mais evidente, a visão de um planeta estável é gradativamente substituída pela perspectiva de um futuro sem a presença humana. Assim, torna-se cada vez mais comum testemunharmos imagens apocalípticas, como as chamas que consumiram Atenas em agosto de 2021, ou o devastador incêndio florestal de Pedrógão Grande, em 2017, considerado o maior da história de Portugal, resultando na perda de mais de 60 vidas e deixando muitas outras feridas.

Acreditamos que estamos diante de uma nova zona de conflitualidade. De um lado, aqueles que negam ou obstruem qualquer política de enfrentamento às mudanças climáticas e, do outro, os que lutam para manter o planeta vivível. Nesse cenário, o ativismo climático, marcado por uma urgência crescente diante dos desafios globais, destaca-se impulsionado particularmente pelas vozes e ações vigorosas das juventudes. Ativistas climáticos jovens ao redor do mundo desempenham um papel significativo ao confrontar a inércia do sistema internacional e exigir medidas concretas para combater a emergência climática. Movimentos como o Fridays for Future, liderado por Greta Thunberg, e o Extinction Rebellion destacam-se por adotar abordagens interessantes e mobilizar uma geração que busca ativamente moldar seu próprio futuro. Além disso, servem de fonte de inspiração para diversos outros movimentos climáticos, como o End Fossil Occupy, a Greve Climática Estudantil e o Climáximo em Portugal.

Neste artigo, nossa análise examina de maneira concisa como as juventudes portuguesas estão respondendo à crise climática, explorando suas abordagens para

compreender o problema, implementar ações e lidar com o governo. A hipótese que propomos é que esse movimento é parte fundamental do que denominamos de fazer político do antropoceno. Além disso, destacamos a relevância da metáfora da guerra, utilizada para conferir urgência à situação, estabelecendo uma dualidade entre “nós” (sociedade) e “eles” (estados, empresas), em uma narrativa similar à concepção de Bruno Latour (2002/ 2020a/ 2020b) sobre a guerra de mundos. O texto está dividido em quatro partes, além da introdução e considerações finais. Inicialmente, analisamos o conceito de antropoceno e a perspectiva de Latour sobre essa realidade, comumente referida como uma guerra de mundos; depois, abordamos sucintamente o ativismo climático nas últimas décadas; em seguida, apresentamos a metodologia de pesquisa; por fim, compartilhamos a experiência de campo e o diálogo estabelecido com os movimentos juvenis relacionados ao clima, nomeadamente o End Fossil Occupy, a Greve Climática e o Climáximo, em Lisboa.

2. O ANTROPOCENO E A GUERRA DE MUNDOS

Nesta pesquisa, partimos de uma análise crítica do antropoceno, explicando, de seguida, os motivos dessa escolha e enquadrando teóricamente o conceito. A proposição do antropoceno surge, nos anos 2000, a partir da argumentação do químico Paul Crutzen e do biólogo Eugene Stoermer, de que vivemos uma nova época geológica, na qual a humanidade desempenha “uma força geológica substancial [atuante] por muitos milhares, talvez milhões de anos” (Crutzen & Stoermer, 2000, p. 18). Ou seja, o ser humano adquire um status de força da natureza. Desde então, diversos debates se seguiram sobre a periodização adequada dessa época e sobre quem seria esse *anthropos* responsável por tantas transformações.

Os fundamentos que respaldam a transição para uma nova era são abundantes e manifestos, com a própria comunidade científica explorando diversas terminologias. Desde 2009, pesquisadores identificaram os “limites planetários”, delineando processos biofísicos cuja ultrapassagem poderia desencadear mudanças não lineares, por vezes abruptas, e sensíveis nos sistemas ambientais (Rockström et al., 2009). A mudança climática, perda de biodiversidade, interferência nos ciclos de nitrogênio e fósforo, destruição do ozônio estratosférico, acidificação do oceano, uso global de água doce, alteração no uso da terra e poluição química são fatores críticos que delineiam a fronteira entre uma vida habitável e um cenário catastrófico para a humanidade.

Contudo, recentemente, após quase 15 anos de debate, a International Union of Geological Sciences (União Internacional das Ciências Geológicas) votou contra a adição do antropoceno à linha do tempo oficial da história da Terra. Um dos impeditivos para a sua aceitação, segundo os geólogos, é a dificuldade de estabelecer uma data oficial de início, uma vez que ainda precisam descobrir como e onde defini-lo.

A escolha da data de início não é uma mera formalidade científica, ela está intrinsecamente ligada a implicações políticas e morais profundas. Em outras palavras, “quanto mais antiga a data, menos as formas atuais de capitalismo estão envolvidas e mais

responsabilidades são diluídas” (Latour, 2015/2020a, p. 183). Portanto, a definição do início do antropoceno pode reconfigurar as dinâmicas geopolíticas, acentuando as vastas desigualdades ou possibilitando uma nova configuração na qual grupos mais vulneráveis podem desenvolver novas estratégias de luta. No entanto, independentemente da decisão do Anthropocene Working Group, como destacado por Lorimer (2017), “o gênio saiu da garrafa” (p. 7). O conceito de antropoceno já se dissemina nas esferas acadêmicas, políticas, midiáticas e artísticas, conferindo significado para uma parcela expressiva da sociedade.

Desde então, diversos debates se seguiram também sobre quem seria esse *anthropos* responsável por tantas transformações, sobretudo porque a emergência climática não foi criada, nem é mantida, pela humanidade em geral. Essa constatação faz com que diversas/os intelectuais (por exemplo: Latour, 2015/2020a; Malm & Hornborg, 2014; Tsing et al., 2019) questionem o uso do *anthropos* na narrativa do antropoceno e constatem sua fragilidade analítica, bem como seu caráter desmobilizador para a ação coletiva. Houve, portanto, um esforço acadêmico-político para demonstrar esse abismo entre os humanos e os não humanos, o que desencadeou muitas outras formulações sobre como nomear esse novo tempo, pós-Holoceno. De acordo com Franciszek Chwałczyk (2020), existem, pelo menos, entre 80 a 90 nomenclaturas alternativas propostas para o termo. Em um campo político-semântico em disputa, surge o capitaloceno (Moore, 2016/2022), necroceno (McBrien, 2016/2022), plantationoceno (Haraway, 2016), entre outros.

O cerne do questionamento consiste no excessivo destaque ao impacto da humanidade sobre a Terra, arraigado por uma suposta unidade do *anthropos* como uma comunidade subjetiva e material (Yusoff, 2018). Entretanto, essa humanidade indivisível e indissociável é uma forma de ofuscar as dinâmicas do capitalismo racial (Robinson, 2018), do colonialismo climático (Sultana, 2022), do apartheid climático (Tuana, 2019) e das muitas desigualdades sociais provocadas pelos combustíveis fósseis. Ao nosso ver, essa percepção do “humano” inseparável também é uma forma de encobrir o papel das lutas nesse grande campo de disputas — epistemológicas e políticas — que é o antropoceno. Todas essas histórias diferenciadas de responsabilidades podem ser apagadas por meio da homogeneização em um ‘nós’. Certamente um dos maiores desafios do antropoceno é a sua abstração. Talvez seja por isso, inclusive, que os ativismos e os movimentos não costumam utilizá-lo.

Por isso, estamos implicadas em um engajamento crítico com o antropoceno porque enxergamos alguns caminhos possíveis que ele pode suscitar. Por um lado, o termo permite uma conversa interdisciplinar entre cientistas naturais, das humanidades e outros. E, por outro lado, porque o conceito remete a uma suposta universalidade de “Homem” homogêneo, que foi criado com um homem branco, cristão e heterossexual como base para o universal. Com Haraway (2016) e Tsing et al. (2019) aprendemos que prestar atenção a esse legado pode nos ajudar a descobrir o que está acontecendo no planeta, especialmente nas características desiguais das questões climáticas e ambientais. Mas também porque existem outras humanidades — e suas alianças não humanas — que estão implicadas em manter um planeta habitável para todos nós.

É neste contexto que Bruno Latour, entre muitos outros autores, começa a elaborar sobre quais seriam as implicações políticas e sociológicas de se viver no antropoceno. Latour identifica esse momento como o novo regime climático. Aqui, os seres humanos emergem como agentes geológicos, e a natureza, antes considerada mero cenário, agora assume o papel de co-protagonista na narrativa. Sob esse regime, a natureza não pode mais ser simplesmente explorada ou protegida, demandando o reconhecimento de uma gama mais ampla de agentes e formas de vida do que a tradicional dicotomia entre natureza e cultura permitia.

No livro *War of the Worlds: What About Peace?* (Guerra dos Mundos: E a Paz?), publicado em 2002, Latour discute como a percepção da unidade da natureza conduziu os modernos à guerra dos mundos. Para estes, o embate não poderia ser visto como um confronto entre mundos, pois defendiam a existência de um único mundo. Diante daqueles que não compartilhavam dessa visão, adotavam-se duas posturas: tentar persuadi-los, através da colonização, ou considerá-los como outros, cujas crenças não representavam ameaça à ordem vigente.

Contudo, a emergência climática soa o alerta de que não é mais viável seguir com as políticas de desenvolvimento vigentes. Apesar disso, o crescimento econômico a todo custo e a acumulação de recursos persistem como pilares do progresso e do bem-estar da sociedade. A gravidade da situação confere à disputa entre mundos uma nova intensidade. Nesse contexto, o antropoceno pode ser interpretado como um cenário de conflito generalizado onde presenciaremos numerosas batalhas pela configuração do espaço e do clima (Costa, 2017).

Ao não mais estarem submetidos à unidade provida pela natureza, os dois lados da disputa podem declarar quem são, pelo que lutam e como é o mundo que desejam construir, sendo finalmente capazes de diferenciar aliados de inimigos. Somente após o reconhecimento desta guerra entre mundos — isto é, quando as disputas políticas finalmente não se submetem mais à função pacificadora da natureza — é que um verdadeiro acordo de paz duradouro pode ser buscado (Latour, 2002).

Portanto, o novo regime climático nos desafia politicamente a abandonar a ideia do ser humano como o epicentro da natureza e a aprender a coexistir com seres que, até recentemente, considerávamos apenas como recursos. Conforme Latour destaca, de um lado, os humanos, herdeiros da modernidade, que percebem os seres “naturais” como destituídos de agência; do outro lado, os terrestres, aqueles que reconhecem os não-humanos como agentes políticos que participam ativamente na construção do mundo. Ambos os lados não compartilham o mesmo território e definem de forma distinta o pertencimento à Terra.

Além disso, o filósofo francês (Latour, 2017/2020b) aponta que a percepção das consequências futuras das mudanças climáticas, já na segunda metade do século XX, revelava que não há planeta o suficiente para abrigar a modernização. As elites rapidamente perceberam, embarcando, então, em sua missão obscurantista de negar e confundir as evidências crescentes do aquecimento global e seus efeitos no planeta. Esse seria o “eles” da atual guerra de mundos.

Essas elites obscurantistas, como ele chama, compreenderam muito bem que as promessas da modernidade não vão ser cumpridas, que estamos a caminhar a passos largos para um ponto de não retorno na catástrofe ambiental e que as utopias modernas só vão ser realizadas em poucos lugares para poucas pessoas, em detrimento de todas as demais. Essa compreensão as fez partir para a consolidação de sua soberania sobre os recursos necessários à manutenção do seu modo de vida. Ou seja, optaram por dobrar a aposta e seguir investindo nos seus projetos políticos e econômicos, transferindo os custos sobretudo para as populações humanas e não-humanas mais vulneráveis.

Nesse contexto, a inércia política diante do aquecimento global não se trata de uma falta de consciência dos empresários, dos governantes e de grande parte da população. Supor isso significaria acreditar que existe uma humanidade que poderia finalmente entrar em acordo quando se desse conta de que a natureza está em perigo. Ao contrário, o que o negacionismo climático e o *lobby* das indústrias extrativistas deixam muito nítido é que estamos diante de um projeto de incutir a dúvida quanto à existência das mudanças climáticas, o que acaba inibindo a mobilização social e obstruindo a implantação de políticas para evitar que o problema se agrave.

Assim, configura-se como uma autêntica guerra de mundos, ou mais precisamente, um conflito entre aqueles que procuram descobrir o mundo — e lutar por ele — e os que pretendem se abrigar fora dele. Este último grupo, contudo, transfere o ônus do “retorno da Terra” para todos os demais, impondo às demais partes a responsabilidade pelos custos e desafios associados.

Nesse contexto, de acordo com Latour (2015/2020a), o atual limite planetário implica uma transformação fundamental em nossa abordagem do “agir político”, estabelecendo uma nova arena política geossocial na qual se busca unir as lutas sociais e ambientais. Paralelamente às elites obscurantistas, os ativistas climáticos também perceberam prontamente essa nova zona de conflito. Não por acaso, eles adotam a narrativa da guerra como estratégia de mobilização e como meio de interpretar o momento presente.

No campo, percebemos como os ativistas atuam e pensam de maneira semelhante às provocativas afirmações de Latour: “não estamos apenas enfrentando uma emergência global, *estamos em guerra* [ênfase adicionada]. Anualmente, governos, empresas e instituições criadas para manter a aparência de paz matam milhares de pessoas em todo o mundo, em busca de lucro” (Climáximo, 2023). O “eles” (governos, empresas, instituições) declararam guerra contra “nós” (pessoas comuns e seres não humanos).

Assim, ao reconhecermos a natureza bélica da situação atual, onde as forças em conflito incluem não apenas atores humanos, mas também os elementos da própria Terra, é imperativo direcionarmos nosso olhar para as frentes de batalha contemporâneas. Neste contexto, emergem novas formas de ativismos climáticos que não apenas respondem às ameaças iminentes, mas também buscam redefinir as bases da coexistência humana com o ambiente.

3. ATIVISMOS CLIMÁTICOS E O FAZER POLÍTICO NO ANTROPOCENO

As alterações climáticas emergiram como uma questão global na década de 1970, quando o sistema internacional deu início a conferências e acordos sobre o tema. A colaboração internacional teve início com a Conferência de Estocolmo sobre o Homem e o Meio Ambiente, em 1972, alcançando seu ápice duas décadas depois na Conferência da Terra (também denominada ECO-92) no Rio de Janeiro, em 1992. Durante esse período, surgiram instituições internacionais e novas plataformas de intervenção político-ecológica, incluindo partidos verdes e diversas organizações da sociedade civil com orientações ideológicas diversificadas (Svampa, 2020). Esse contexto foi marcado pela consolidação do consenso sobre a ação humana na natureza, validado pela comunidade científica (Milani, 2008).

Os anos da década de 1980 testemunharam um aumento dos movimentos ambientais em escala global. Nos Estados Unidos, as demandas por justiça ambiental, especialmente relacionadas às comunidades afro-americanas afetadas por atividades industriais, surgiram como resposta ao debate ambiental de maio de 1968. Benjamin Chavis cunhou o termo “racismo ambiental” para essa análise político-teórica (Chavis citado em Bullard, 2019). Na América Latina, emergiu a noção de “ecologismo dos pobres” (Martínez-Alier, 2007), buscando conectar lutas ambientais em várias escalas (local, nacional e global) com desigualdade social e reprodução do capital (Milani, 2008; Svampa, 2020).

Svampa (2020) relata que o conceito de “justiça climática” surgiu em 1999 nos EUA, pelo grupo Corporate Watch, para abordar as causas do aquecimento global, exigindo responsabilidade das empresas, especialmente as petrolíferas, e comprometimento com a transição energética. Nesse mesmo período, movimentos diversos, como indígenas, seringueiros, ecologistas, partidos verdes, Movimento dos Atingidos por Barragens e o Fórum Social Mundial, organizaram-se de forma heterogênea contra o aquecimento global, a globalização neoliberal e os impactos do capitalismo na América Latina (Milani, 2008).

Em 2012, duas décadas após a Conferência da Terra de 1992, o Rio de Janeiro foi palco da Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio+20, que visava atualizar a governança global ambiental. Simultaneamente, ocorreu a Cúpula dos Povos, um evento organizado por uma ampla coalizão de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e ativistas. Durante esse evento paralelo, foram abordadas diversas temáticas, incluindo justiça social, direitos ambientais, equidade de gênero e críticas ao modelo econômico predominante.

Na última década, a questão climática ganhou ainda mais destaque com o aumento da frequência de fenômenos climáticos extremos, o surgimento das redes sociais como espaços de debates públicos e a crescente força do fenômeno do negacionismo climático, que, em 2016, através da figura de Donald Trump como presidente dos EUA, alcançou o poder em uma das maiores potências mundiais. Esse evento tornou-se ainda mais frustrante quando Trump anunciou a retirada do Acordo de Paris. Esse documento, resultado da “21ª Conferência do Clima da ONU” — COP21 — em

Paris, em 2015, foi um marco no enfrentamento às mudanças climáticas ao unir grandes potências, como os EUA, em ações concretas a serem implementadas a partir de 2020, visando manter o aquecimento abaixo de 2 °C.

Svampa (2020) destaca a Marcha dos Povos, em 2014, em New York, como um novo momento dos movimentos ecológicos-ambientais-climáticos no mundo. Esses “novos” movimentos seriam os “filhos dos movimentos ecologistas da década de 1980” (p. 286). Naquela ocasião, surgiram máximas como “não existe planeta B”, “as florestas não estão à venda”, “não é possível deter as mudanças climáticas sem deter a máquina de guerra dos EUA”, entre outros (Svampa, 2020, p. 115). Já em 2018, surge para o mundo a figura de Greta Thunberg e o Fridays For Future, quando a jovem deixou de ir para a escola nas sextas-feiras para protestar em frente ao parlamento sueco. O “efeito Greta”, como chama Svampa (2020), se materializa em diversas “greves climáticas”, conhecidas como Greve Global pelo Clima, e emerge uma variedade de movimentos de caráter transnacional como o Extinction Rebellion, o Jóvenes por el Clima, entre outros, que demandam aos governos: decretem emergência climática!

4. METODOLOGIA

Durante o mês de outubro de 2023, realizámos trabalho de campo com ativistas da Greve Climática Estudantil, Climáximo e End Fossil Occupy, em Portugal. O objetivo era compreender as estratégias de mobilização, os desafios enfrentados e as respostas do governo diante desses movimentos. Optámos pela abordagem de observação participante devido à sua capacidade de oferecer *insights* importantes sobre o ativismo climático em Portugal (Duarte, 2002). Em primeiro lugar, a escolha foi motivada pela proximidade entre o ativismo no Brasil e em Portugal, que pode ser explicada não apenas pelo compartilhamento da língua, mas também pelas relações históricas e sociais entre os dois países. Além disso, a relação orgânica entre as ocupações em Portugal e as “ocupas” ocorridas no Brasil, em 2015, reforçou essa afinidade (Medeiros et al., 2019). Em segundo lugar, a decisão foi respaldada pela intensidade do ativismo europeu, onde Lisboa se destaca pela frequência de intervenções. Ao longo do período de pesquisa de campo, quase diariamente, os movimentos conduziram ações de desobediência civil, promoveram encontros, realizaram palestras e participaram de atividades culturais em diversos pontos da cidade.

Ao longo do processo, a pesquisa enfrentou desafios decorrentes da desconfiança inicial dos ativistas devido à intensificação da perseguição governamental aos integrantes. Recentemente, o governo português tem endossado um discurso crítico aos ativistas climáticos. Essa discordância fica evidente quando o ministro da educação questiona o teor democrático das ocupações de escolas feitas em Lisboa e no Algarve, em maio de 2023 (CNN, 2023b). Neste período, a polícia de segurança pública chegou a deter quatro ativistas climáticos que ocupavam a Universidade de Lisboa, levantando questionamentos sobre a violência da ação policial (CNN, 2023a). Em maio de 2023, durante as ocupações de escolas e universidades em toda a Europa, no movimento #MayWeOccupy, a

juventude portuguesa se destacou através de ações dos movimentos aqui estudados. Esses eventos foram marcados por uma significativa mobilização online e offline, refletindo a efervescência do ativismo juvenil em Portugal e ressaltando a relevância de investigar o ativismo climático em Lisboa. Além disso, buscamos fortalecer a relação entre os movimentos dos dois lados do Atlântico.

Apesar do curto período dedicado à observação participante, o material de campo reunido compreende experiências em atividades de formação para atos de desobediência civil, entrevistas em profundidade e conversas com membros ativos dos movimentos em espaços coletivos. As entrevistas individuais foram gravadas com o consentimento dos ativistas e as perguntas giraram em torno de objetivos políticos, visões, motivações e estratégias de organização dos movimentos. As outras experiências, acima mencionadas, foram diariamente registradas em um diário de campo. Para complementar a observação participante, analisamos declarações públicas, *posts* das redes sociais e do site, documentos e entrevistas publicadas em veículos de notícias.

Utilizamos a técnica de análise de conteúdo como uma ferramenta para lidar com os dados (Bardin, 1977). Desenvolvemos categorias/temas que capturam os principais aspectos da pesquisa de campo, como objetivos políticos, motivações dos ativistas, estratégias de organização, desafios enfrentados pelos movimentos, entre outros. Após a codificação dos dados, foi possível perceber padrões emergentes, tendências e relações entre os movimentos e os ativistas.

5. “NÃO HÁ PAZ ATÉ O ÚLTIMO INVERNO DE GÁS»: OS ATIVISMOS CLIMÁTICOS EM LISBOA (PORTUGAL)

O movimento climático de juventude, em Portugal, foi desencadeado pela figura influente de Greta Thunberg e catalisado pelas manifestações de 2019 que reuniram mais de 20.000 pessoas. Nossa hipótese é que eles desafiam o sistema em sua totalidade e transcendem sua manifestação nas ruas, sugerindo uma transformação mais profunda na estrutura social, política e econômica (Bringel, 2021). No caso desses ativismos, além da dimensão da guerra de mundos, que analisamos também na parte dois deste artigo, outras quatro nos parecem particularmente interessantes de se destacar: a) a relação entre demandas sociais e climáticas; b) uma ruptura com a imaginação fóssil (Vindel Gamonal, 2020, p. 3), c) um debate sobre responsabilidades pela atual crise; e d) as mudanças de estratégias ao longo desse período.

A Greve Climática Estudantil, Climáximo e End Fossil Occupy são movimentos distintos, mas interligados, que desempenham papéis significativos no ativismo climático em Portugal. Esses movimentos operam em conjunto, muitas vezes colaborando para amplificar suas mensagens e aumentar a conscientização pública sobre a questão climática. Ao unirem forças, buscam influenciar políticas, promover mudanças comportamentais e responsabilizar aqueles que contribuem para os problemas climáticos. O ativismo climático em Portugal, impulsionado por esses movimentos, reflete a crescente preocupação da juventude em relação ao meio ambiente e a busca por soluções concretas para as questões climáticas globais.

MOVIMENTOS	DESCRIÇÃO	ATIVIDADES PRINCIPAIS	OBJETIVOS
Greve Climática Estudantil	Estudantes mobilizando jovens em escolas e universidades para protestar contra a falta de ações efetivas em relação às mudanças climáticas	Organização de greves estudantis, manifestações e eventos	Exigir ações concretas por parte do governo e da sociedade para combater as mudanças climáticas e promover práticas mais sustentáveis no sistema educacional
Climáximo	Coletivo ativista que se concentra em questões relacionadas à justiça climática	Protestos, ações diretas e conscientização pública, incluindo a crítica às indústrias poluentes e o <i>lobby</i> contra políticas prejudiciais ao meio ambiente	Combater o uso de combustíveis fósseis, promover alternativas sustentáveis e pressionar por políticas que abordem as desigualdades ambientais
End Fossil Occupy	Movimento que visa encerrar o financiamento de projetos relacionados aos combustíveis fósseis e promover a transição para fontes de energia mais limpas	Protestos, ocupações, conscientização sobre investimentos prejudiciais ao clima e <i>advocacy</i> contra instituições que apoiam financeiramente indústrias de combustíveis fósseis	Pressionar por desinvestimento em combustíveis fósseis, encorajar práticas de energia mais sustentáveis e responsabilizar instituições financeiras por seu impacto ambiental

Tabela 1. Sistematização dos ativismos climáticos em Lisboa (Portugal)

Nota. Elaboração própria a partir da análise de redes sociais e de conversas com ativistas durante o trabalho de campo

5.1. A RELAÇÃO ENTRE DEMANDAS SOCIAIS E CLIMÁTICAS

A divisão entre essas duas demandas ao longo do século XX contribuiu para consolidar, no campo político, uma dicotomia entre aqueles supostamente preocupados com a classe trabalhadora e o desenvolvimento das forças produtivas e, por outro lado, os ambientalistas, considerados pouco comprometidos com a vida dos mais pobres, mais voltados para questões da natureza que era pensada como externa ao mundo da vida.

Essa separação resultou em dois fracassos históricos significativos: o movimento ambientalista do século XX não conseguiu gerar uma adesão social significativa às suas pautas e formas de atuação, uma ação que estivesse à altura dos efeitos das mudanças climáticas; e as esquerdas, tanto do Norte, quanto do Sul geopolítico, não foram capazes de incorporar de maneira efetiva o problema da catástrofe ecológica em suas agendas políticas. Essa divisão entre questões ambientais e sociais colocou os movimentos ambientalistas e os movimentos socialistas em uma armadilha, onde tanto o catastrofismo (“já é tarde demais”) quanto a crença na tecnologia como solução para todos os problemas (“a tecnologia vai nos salvar”) se tornaram obstáculos para a ação coletiva efetiva (Latour & Schultz, 2022).

O pensador Bruno Latour (2015/2020a) argumenta sobre a separação entre ciência e política, onde a ciência é vista como uma certa autoridade que domina os fatos e evidências, enquanto a política é a esfera dos valores, opiniões, acordos coletivos e negociações. No entanto, como podemos notar, as evidências científicas por si só não são suficientes para interromper a inércia diante da emergência climática, sobretudo porque os interesses das grandes empresas extrativistas frequentemente entram em conflito com os interesses das pessoas e dos principais territórios afetados pelas mudanças

climáticas. Assim, a percepção tradicionalmente separada entre ciência e política revela-se inadequada, exigindo um esforço de conectar essas duas dimensões sociais. Acreditamos que os movimentos Greve Climática Estudantil, Climáximo e End Fossil Occupy têm obtido certo sucesso nessa tarefa.

No caso do movimento Climáximo, por exemplo, em seu “Plano de Desarmamento”, que propõe ações que devem ser tomadas no presente para deter a expansão da indústria fóssil, observamos uma medida que se opõe aos despejos da população mais pobre e às deportações de imigrantes, destacando a importância da luta por moradia e contra o fortalecimento das fronteiras como uma questão central e em conjunto com a questão climática. Essa luta se torna ainda mais importante diante do recrudescimento da extrema direita em Portugal. Por isso, para os ativistas do Climáximo, “uma estratégia fundamental de enfrentamento da crise climática é garantir moradia e documentos para todas as pessoas” (Climáximo, 2023). Em uma conversa, uma participante do movimento observa que houve uma diminuição nas mobilizações sobre questões climáticas desde 2019, atribuindo isso ao aumento do custo de vida em Lisboa (Miranda, 2024). Essa diminuição é interpretada pelo movimento como uma resposta natural às prioridades imediatas impostas por desafios econômicos, o que reforça a necessidade de relacionar as questões socioeconômicas e ambientais como parte de um mesmo problema.

Os ativistas desses movimentos também participaram da elaboração do relatório *Empregos pelo Clima*, junto com várias outras entidades, cujo sentido é pensar a criação de empregos dignos que respeitem as normas ambientais e ajudem na redução das emissões de gases de efeito estufa¹. Historicamente, os sindicatos lutaram para conquistar condições dignas de trabalho, salários, benefícios e direitos laborais. À medida que a consciência climática aumenta e a necessidade de enfrentar as mudanças climáticas se torna mais urgente, os sindicatos têm ampliado suas agendas para incluir questões relacionadas ao emprego sustentável e ao desenvolvimento econômico verde.

Para nós, a aliança entre ativistas da juventude e sindicalistas é uma estratégia potente para conectar as lutas por justiça climática e a dos trabalhadores, e pensar políticas efetivas em conjunto diante das crises climática e socioeconômica de forma socialmente justa.

5.2. A RUPTURA COM O IMAGINÁRIO FÓSSIL

Jaime Vindel Gamonal (2020) argumenta que existe uma estética fóssil que desempenha um papel fundamental na formação do imaginário social, sobretudo para compreender o desenvolvimento da modernidade industrial. Esse imaginário desempenhou um papel significativo tanto na naturalização do modo de produção capitalista quanto na promoção de concepções produtivistas que o acompanham. Ao mesmo tempo, esses processos contribuíram para a percepção que temos da natureza concebida como recursos disponíveis para o progresso humano. A inter-relação entre os imaginários de energia, o modo de produção capitalista e essa percepção da natureza revela a complexidade das relações entre sociedade, tecnologia e ambiente ao longo da história moderna.

¹ Saiba mais em <https://www.empregos-clima.pt/>.

Isso nos interessa porque a imaginação, as criações e as cosmovisões não devem ser consideradas meras entidades abstratas ou ideais, mas elementos fundamentais na conformação e organização das sociedades humanas. Essa estética fóssil é parte fundamental do problema que precisamos enfrentar hoje, no qual a utilização extrativista é naturalizada a ponto de grande parte do debate sobre transição energética no contexto das mudanças climáticas ser pensado a partir da utilização de energia fóssil como fundamental para sustentar o desenvolvimento de fontes de energia alternativas. Sendo assim, esses aspectos desempenham um papel ativo na construção da realidade social, influenciando a forma como as pessoas percebem e interagem com o mundo ao seu redor. Essa perspectiva enfatiza a importância de considerar não apenas os aspectos materiais e objetivos, mas também os aspectos subjetivos e simbólicos na análise das sociedades e culturas (Vindel Gamonal, 2020).

Acreditamos que os movimentos climáticos da juventude em Lisboa cumprem um papel fundamental na ruptura com esse imaginário ao questionarem tão profundamente a dependência por combustíveis fósseis e seus lucros exorbitantes: “estão a lucrar às nossas custas e estão a destruir o planeta”, dizem. Nesse ponto, a relação com as desigualdades e o neoliberalismo se faz evidente, uma vez que o sistema neoliberal emerge como “a era de ouro das emissões de gases de efeito estufa”, marcada por um aumento exponencial dessas emissões e com a multiplicação da desigualdade social em escala nacional e global (Vindel Gamonal, 2020, p. 287). Esse fenômeno reflete não apenas a expansão das atividades industriais e econômicas, mas também as políticas que priorizam o crescimento econômico a qualquer custo, negligenciando as preocupações ambientais e sociais. Por isso, movimentos, como o Greve Climática Estudantil, argumentam que o Estado português que “deveria estar a fazer um plano para o fim dos combustíveis fósseis e a transição energética justa COMPATIVEL com os prazos da ciência climática” favorece os interesses de uma elite econômica em detrimento do bem-estar coletivo e do equilíbrio ambiental “porque o que os move é o lucro” (Greve Climática Estudantil, 2023).

O desmantelamento dessa subjetividade requer um processo de aprendizado tanto individual quanto coletivo, que se consolida através da prática e se manifesta em hábitos incorporados e na pluralidade de ações que buscam romper com o imaginário fóssil, como os movimentos climáticos têm buscado fazer em Portugal. Essa transformação profunda da subjetividade exige um comprometimento contínuo com a desconstrução dos padrões estabelecidos pelo sistema capitalista, buscando a construção de novas formas de pensar, sentir e agir que estejam alinhadas com uma visão de uma vida habitável no planeta. Essa é uma forma de interpretar a conjuntura política não apenas como um conflito entre diversos grupos pelo poder, mas também como um embate entre distintas concepções da vida, de diferentes modos de existir.

5.3. DESIGNANDO RESPONSABILIDADES SOBRE A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

A partir de 2023, os movimentos, em particular o Climáximo, intensificam a narrativa de guerra e enfrentamento como parte de sua estratégia. O coletivo enfatiza a necessidade de uma ruptura com suas próprias práticas, percebendo a emergência climática

como um momento que exige uma transformação total não apenas de suas ações, mas também de suas identidades coletivas. Para o Climáximo, essa mudança radical é vista como a única possibilidade de impedir o colapso civilizacional e promover a paz.

Uma das ações mais marcantes desse novo enfoque ocorreu em 3 de outubro de 2023, quando ativistas do Climáximo se penduraram por cordas na ponte pedonal e bloquearam a Segunda Circular, uma importante via em Lisboa, por duas horas. Durante essa ação, os ativistas seguravam um cartaz que declarava que “o governo e as empresas declararam guerra à sociedade e ao planeta”.

Nesse sentido, os ativistas estão posicionando a responsabilidade pelas mudanças climáticas nas mãos das instituições governamentais e corporativas. Eles estão apontando para o fato de que as políticas e práticas adotadas por essas entidades muitas vezes priorizam os interesses econômicos em detrimento do bem-estar da sociedade e da saúde do planeta. Essa declaração sugere que o governo e as empresas estão engajados em ações que exacerbam os problemas ambientais e sociais.

Ao usar a metáfora da guerra, os ativistas destacam a gravidade da situação e a urgência de agir para combater esses danos. Essa linguagem de guerra e confronto na narrativa do Climáximo sugere uma abordagem mais radical e assertiva para chamar a atenção para a urgência da crise climática. Ao destacar a ideia de guerra declarada, o coletivo busca enfatizar a seriedade da situação e a necessidade de ação imediata para enfrentar as ameaças climáticas. Essa mudança na narrativa também reflete a transformação das estratégias dos movimentos climáticos, que passam de abordagens mais convencionais, como manifestações, para ações mais impactantes e diretas. A ênfase na guerra como metáfora sugere uma disposição para confrontar e desafiar as estruturas institucionais que os ativistas consideram responsáveis pela crise climática.

O'Brien et al. (2018) apresentam uma tipologia para entender a dissidência juvenil dos ativismos climáticos. Essa tipologia distingue três tipos de ativismo como dissidência a) obediente, b) perturbadora e c) perigosa, como forma de chamar a atenção para as várias maneiras que os jovens expressam sua atuação política dentro e fora dos processos políticos tradicionais, como forma de desafiar relações de poder e interesses políticos para promover futuros resilientes no contexto de emergência climática. Nem todas as formas de dissidência e ativismo climático são igualmente desafiadoras para o *status quo*, assim como nem todas as formas de dissidência podem ser interpretadas de forma positiva. Essas linhas, obviamente, são fluidas entre si, mas nos ajudam a analisar a complexidade do ativismo de juventudes em relação à questão climática. Mas, a nosso ver, os ativismos climáticos de juventude em Portugal podem ser entendidos como uma dissidência perigosa.

Não por acaso, o governo português tem enfrentado uma dinâmica complexa ao lidar com os ativistas dos grupos Greve Climática Estudantil, Climáximo e End Fossil Occupy, em Lisboa. Diante da crescente mobilização e pressão desses movimentos, observam-se diferentes abordagens por parte das autoridades. Em alguns momentos, o governo demonstrou disposição para o diálogo, estabelecendo canais de comunicação com os ativistas para discutir suas preocupações e propostas. Essa abordagem visava, aparentemente, a construção de uma relação mais colaborativa, reconhecendo a importância do ativismo como um agente de conscientização pública e de mudança.

Um incidente emblemático ilustra essa tensão: o caso em que um grupo de oito ativistas foi detido próximo ao local de uma maratona patrocinada pela Energias de Portugal, mesmo sem terem cometido infrações aparentes. Além disso, a estratégia de bloqueio de estradas adotada por alguns ativistas resultou em julgamentos e multas para vários deles, tornando-se uma fonte adicional de atrito entre os movimentos e as autoridades. A resposta dos coletivos frente a essas multas, organizando festas para angariar fundos, destaca a resiliência e a solidariedade dentro do movimento. Essas ações não apenas buscam financiar os encargos financeiros decorrentes das penalidades, mas também representam uma forma de resistência criativa e coletiva contra as restrições impostas pelo governo.

No caso da Greve Climática Estudantil, um incidente notável ocorreu envolvendo o então ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro. Durante uma conferência da CNN Portugal dedicada à energia verde, o ministro foi alvo de um protesto, no qual foi atacado com tinta verde, enquanto estava discursando no palco. Três jovens ativistas subiram ao palco em protesto, interrompendo a fala do ministro. Nesse contexto, Duarte Cordeiro foi atingido no rosto, resultando na interrupção da transmissão online do evento.

De fato, ambos os movimentos enfrentam críticas e incompreensões em relação às suas ações, como o episódio em que ativistas do Climáximo lançaram tinta em uma pintura de Picasso, no Museu de Arte Contemporânea do Centro Cultural de Belém. A avaliação do impacto dessas ações varia, mas os ativistas observam que ações que não afetam diretamente as pessoas têm uma recepção mais favorável. Eles acreditam que essa estratégia é a mais eficaz para trazer visibilidade para a pauta climática, angariar mais ativistas e interromper o que estamos chamando, em diálogo com Latour, de novo regime climático. A ideia subjacente é que, ao chamar a atenção para questões ambientais por meio de ações impactantes, eles podem mobilizar uma maior conscientização e apoio popular. A intenção última, como eles mesmos elaboram, é restaurar a paz na sociedade, uma vez que suas ações são vistas como uma resposta necessária à urgência da crise climática.

Essa abordagem estratégica sugere uma escolha consciente dos movimentos em equilibrar ações diretas para atrair atenção e criar um movimento mais amplo e influenciar mudanças significativas nas políticas ambientais e climáticas. A questão ética sobre o impacto de suas ações em propriedades culturais ou materiais valiosos é debatida, mas os ativistas enfatizam que estão agindo com o objetivo de despertar a consciência e promover uma ação mais robusta contra as mudanças climáticas.

5.4. DAS MANIFESTAÇÕES ÀS AÇÕES DIRETAS E OCUPAÇÕES

Donatella della Porta e Louisa Parks (2014) analisam os processos de enquadramento dos movimentos climáticos. As autoras identificam uma mudança nesses movimentos, cuja atuação se concentra em dois “campos” distintos, mas que se relacionam. Della Porta e Parks enquadram essas duas linhas como, de um lado, os movimentos de justiça climática orientados para ação direta e, por outro, as coalizões dirigidas por

ONGs. Entendemos, a partir da pesquisa de campo, que a Greve Climática Estudantil, Climaximo e End Fossil Occupy se inserem neste primeiro quadro.

Em linhas gerais, as diferenças de concepções, e conseqüentemente, de ações para garantir mudanças efetivas, podem ser sintetizadas da seguinte maneira: “enquanto a seção de justiça climática do movimento vê a causa raiz do colapso ambiental não apenas na humanidade, mas na humanidade capitalista”, aqueles que compõem o quadro dos movimentos de mudanças climáticas, “embora crítico do sistema econômico global, aceita a sua existência e procura encorajar mudanças no mesmo para mitigar as alterações climáticas” (Della Porta & Parks, 2014, p. 8).

A percepção de que manifestações e petições não eram suficientes revelou uma adaptação estratégica por parte dos ativistas. Inspirados pelos protestos de desobediência civil na Inglaterra e na Alemanha, os ativistas climáticos em Portugal diversificaram suas táticas, transitando de manifestações para ações mais diretas. O início dessas ações foi marcado pela ocupação de escolas, um método que se revelou eficaz em chamar a atenção e despertar o engajamento.

Nos parece que esse método mais disruptivo não é apenas um método de reflexão, mas também uma estratégia para *mudar o mundo* (Friberg, 2022). Nesse sentido, concordamos com Anna Friberg (2022) que as ações desses ativistas visam mais perturbar o presente do que impor projetos. Por isso, as ocupações e os protestos desses ativistas devem ser entendidos como métodos para aumentar a discussão sobre o problema e abrir uma discussão sobre o futuro. Ou seja, é uma forma de instigar os governos a implementarem ações mais drásticas diante das mudanças climáticas (Marquardt, 2020). Como Kramcsak-Muñoz (2019) argumenta, os protestos desses ativismos simbolizam uma mudança no discurso ambiental atual, atribuindo ao grupo um novo discurso radical que não busca soluções de adaptação ambientalmente amigáveis de curto prazo dentro do sistema capitalista neoliberal, mas promovem uma abordagem de mitigação de longo prazo para mudar o *status quo*.

A implementação de ações, como bloqueios no porto de gás natural de Sines, ilustra a escalada das estratégias de protesto. Além da ocupação do porto de Sines, os ativistas também ocuparam escolas e universidades, em abril de 2023, liderados pelo End Fossil Occupy, o que mostrou a disposição do movimento em tomar medidas concretas para interromper infraestruturas relacionadas aos combustíveis fósseis. Embora o número de participantes nas Greves Globais pelo Clima possa ter diminuído desde seu auge, a qualidade das ações executadas pelos ativistas permanece uma fonte significativa de impacto. Os ativistas, ao reconhecerem a necessidade de estratégias mais assertivas, transformaram a quantidade em qualidade, canalizando sua energia para a realização de ações que consideram tão importantes quanto a participação massiva em manifestações. Essa mudança nas estratégias do movimento climático em Portugal reflete uma adaptação contínua e necessária para enfrentar os desafios mutáveis e a necessidade de manter o debate vivo na esfera pública. A mobilização reduzida não significa uma diminuição do comprometimento, mas uma mudança na abordagem para maximizar a eficácia em um cenário complexo e dinâmico.

Através da experiência de campo foi possível compreender que as ocupações, lideradas pelo movimento End Fossil Occupy, emergem como uma estratégia eficaz para

expandir o movimento climático em Portugal. O compartilhamento de espaços, como cozinhar e dormir juntos, além da participação em atividades educativas em escolas e universidades, não apenas fortalece os laços entre os ativistas, mas também contribui para a conscientização e mobilização mais amplas. Dentro das escolas ocupadas, as atividades variavam desde palestras e treinamentos até momentos de descontração, abrangendo aspectos cotidianos. O enfoque principal das palestras era o clima, trazendo especialistas e alunos engajados no estudo da temática. Essa abordagem educativa dentro das ocupações reflete uma estratégia integral, visando não apenas a resistência direta, mas também a disseminação de conhecimento e conscientização sobre as questões climáticas.

A admiração da juventude lisboeta pela “Primavera Secundarista” no Brasil, em 2015, ressalta a influência internacional nas estratégias do movimento climático em Portugal. Os ativistas portugueses expressam uma admiração por esse movimento brasileiro. Essa identificação foi fundamental para a minha aproximação no campo. O movimento brasileiro, marcado por manifestações, ocupações de escolas e protestos estudantis, tornou-se um ponto de referência para esses ativistas, como eles mesmos referiram ao longo do trabalho de campo. O reconhecimento da força e impacto desse movimento serve como inspiração e exemplo de mobilização estudantil bem-sucedida. A exibição do filme *Espero Tua (Re)volta* (2019), dirigido por Elisa Capai, durante encontros e formações destaca o papel do audiovisual como ferramenta educativa e inspiradora. O documentário, que acompanha de perto a mobilização estudantil no Brasil, oferece um paralelo significativo para os ativistas portugueses, mostrando a importância de narrativas visuais na transmissão de mensagens e no engajamento do público.

A combinação de ações diretas, educação ambiental e referências a experiências internacionais é uma forma de produzir um certo reconhecimento entre os jovens como atores fundamentais no enfrentamento às mudanças climáticas, sobretudo num contexto em que esses jovens, apesar de mais afetados pelos efeitos da crise, são reiteradamente excluídos dos espaços de decisão e negociações (Malafaia, 2022). Portanto, o espaço das ocupações e das ações diretas são indispensáveis para o seu processo de *fazer-se sujeito político*.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, produzimos uma reflexão sobre o conceito de antropoceno. À medida que a crise se agrava, surge uma dicotomia entre aqueles que negam e obstruem a crise climática e os que lutam por um planeta vivível, uma verdadeira guerra de mundos. O ativismo climático, especialmente liderado pelas juventudes, destaca-se como uma força mobilizadora.

Em Portugal, os movimentos Greve Climática Estudantil, Climáximo e End Fossil Occupy desempenham um papel fundamental na conscientização pública e na produção de alternativas para enfrentar os desafios das mudanças climáticas. A insurgência juvenil no ativismo climático destaca não apenas a urgência de ações, mas também a busca por uma visão coletiva justa e sustentável para o planeta, rompendo com um imaginário fóssil e neoliberal. Esses esforços ilustram a função vital das juventudes ao

promoverem discussões, conscientização e medidas concretas diante da emergência climática. Ao engajar-se, os jovens não apenas reivindicam sua voz e agência, mas também demonstram uma determinação em moldar ativamente seu futuro coletivo. Esse engajamento não apenas fortalece sua participação política, mas também destaca a importância de sua contribuição na formulação de soluções eficazes para a crise climática.

Entretanto, a resistência de alguns setores governamentais e a complexidade das questões climáticas indicam a necessidade contínua de pressionar por mudanças significativas. As considerações finais deste estudo enfatizam a importância de continuar monitorando e apoiando o ativismo climático em Portugal, reconhecendo seu papel na construção de um futuro mais sustentável e resiliente e tentando encontrar alianças entre esses movimentos e os ativistas brasileiros.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bullard, R. (2019). Addressing environmental racism. *Journal of International Affairs*, 73(1), 237–242.
- Bringel, B. (2021). Estallidos de indignación, levantamientos de esperanza. Cambios en los sujetos y los sujetos del cambio. In B. Bringel, A. Martínez & F. Muggenthaler (Eds.). *Desbordes: Estallidos, sujetos y porvenires en américa latina* (pp. 13–42). Fundación Rosa Luxemburg.
- Chwałczyk, F. (2020). Around the anthropocene in eighty names — Considering the urbanocene proposition. *Sustainability*, 12(11).
- Climáximo. (2023). *Plano de desarmamento e plano de paz*. Acedido a 14 de novembro de 2023, em <https://www.climaximo.pt/reivindicacoes-wrapper/>
- Costa, A. (2017). Guerra e paz no antropoceno: Uma análise da crise ecológica segundo a obra de Bruno Latour. Autografia.
- Crutzen, P. & Stoermer, E. (2000). Global change newsletter. *The Anthropocene*, (41), 17–18.
- CNN. (2023a, 26 de abril). *Estudantes contra a crise climática em protesto de norte a sul*. Acedido a 15 de novembro de 2023, em <https://cnnportugal.iol.pt/fim-ao-fossil-ocupa/protestos-climaticos/estudantes-contra-a-crise-climatica-em-protesto-de-norte-a-sul/20230426/64490aa70cf2cf9225043a1b>
- CNN. (2023b, 2 de maio). *Ministro da Educação “contente” com preocupações dos jovens mas preferia uma intervenção “democrática”*. Acedido a 15 de novembro de 2023, em <https://cnnportugal.iol.pt/ministro-da-educacao/ativismo-climatico/ministro-da-educacao-contente-com-preocupacoes-dos-jovens-mas-preferia-uma-intervencao-democratica/20230502/64511974d34ef47b875367d5>
- Della Porta, D., & Parks, L. (2014). Framing processes in the climate movement: From climate change to climate justice. In M. Dietz & H. Garrelts (Eds.), *Routledge handbook of the climate change movement* (pp. 19–30). Routledge.

- Duarte, R. (2002). Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, (115), 139–154. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005>
- Friberg, A. (2022). Disrupting the present and opening the future: Extinction rebellion, fridays for future, and the disruptive utopian method. *Utopian studies: The journal of the society for utopian studies*, 33(1), 1–17. <https://doi.org/10.5325/utopianstudies.33.1.0001>
- Greve Climática Estudantil [@gcelisboa]. (2023, 19 de abril). “+ O governo deveria estar a fazer um plano para o fim dos combustíveis fósseis e a transição energética justa COMPATIVEL com os prazos da ciência climática. Mas não está, porque o que os move é o lucro. +” [Tweet]. Acedido a 15 de novembro de 2023, em <https://twitter.com/gcelisboa/status/164867793377529859>
- Haraway, D. (2016). Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: Fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica*, 3(5), 139–146.
- Kramcsak-Muñoz, X. (2019, 21 de março). *El discurso ambientalista tradicional ya no sirve*. Elperiodico.com. Acedido a 14 de novembro de 2023, em <https://www.elperiodico.com/es/medio-ambiente/20190321/entrevista-medio-ambiente-xuksa-kramcsak-munoz-7366124>
- Latour, B. (2002). *War of the worlds: What about peace?* [C. Bigg, Trad.]. Prickly Paradigm Press.
- Latour, B. (2020a). *Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no antropoceno* [Ateliê de Humanidades Editorial, Trad.]. Ubu Editora. (Trabalho original publicado em 2015)
- Latour, B. (2020b). *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no antropoceno* [M. Vieira, Trad.]. Bazar do Tempo. (Trabalho original publicado em 2017)
- Latour, B., & Schultz, N. (2022). *On the emergence of an ecological class: A memo*. John Wiley & Sons.
- Lorimer, J. (2017). The anthropo-scene: A guide for the perplexed. *Social Studies of Science*, 47(1), p. 117–142. <https://doi.org/10.1177/030631271667103>
- Malafaia, C. (2022). ‘Missing school isn’t the end of the world (actually, it might prevent it)’: Climate activists resisting adult power, repurposing privileges and reframing education. *Ethnography and Education*, 17(4), 421–440. <https://doi.org/10.1080/17457823.2022.2123248>
- Malm, A., & Hornborg, A. (2014). The geology of mankind? A critique of the Anthropocene narrative. *The Anthropocene Review*, 1(1), 62–69. <https://doi.org/10.1177/2053019613516291>
- Marquardt, J. (2020). Fridays for future’s disruptive potential: An inconvenient youth between moderate and radical ideas. *Frontiers in Communication*, 5. <https://doi.org/10.3389/fcomm.2020.00048>
- Martínez-Alier, J. (2007). El ecologismo popular. *Ecosistemas*, 16(3), 148–151.
- McBrien, J. (2022). Acumulando extinção; catastrofismo planetário no necroceno (A. Xerxenesky & F. S. Silva, Trans.). In J. W. Moore (Ed.), *Antropoceno ou capitaloceno. Natureza, história e crise do capitalismo* (189–222). Elefante. (Trabalho original publicado em 2016)
- Medeiros, J., Januário, A., & Melo, R. (2019). *Ocupar e resistir: Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015–2016)*. Editora 34.
- Milani, C. (2008). Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. *Cadernos CRH*, 21(53), pp. 289–303. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000200007>
- Miranda, G. (2024, 2 de janeiro). Portugal começa 2024 com maior aumento nos aluguéis em 30 anos. *Folha de São Paulo*. Acedido a 23 de março de 2024 em <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/ora-fois/2024/01/portugal-comeca-2024-com-maior-aumento-nos-alugueis-em-30-anos.shtml>
- Moore, J. W. (2022). *Antropoceno ou capitaloceno. Natureza, história e a crise do capitalismo* (A. Xerxenesky & F. S. Silva, Trans.). Elefante. (Trabalho original publicado em 2016)

- O'Brien, K., Selboe, E., & Hayward, B. (2018). Exploring youth activism on climate change. *Ecology and Society*, 23(3). <https://doi.org/10.5751/ES-10287-230342>
- Robinson, C. J. (2018). Capitalismo racial: El carácter no objetivo del desarrollo capitalista. *Tabula Rasa*, (28), 23–56. <https://doi.org/10.25058/20112742.n28.2>
- Rockström, J., Steffen, W., Noone K., Persson, Å., Chapin III, F. S., Lambin, E., Lenton, T. M., Scheffr, M., Folke, C., Schellnhuber, H. J., Nykvist, B., de Wit, C. A., Hughes, T., van der Leeuw, S., Rodhe, H., Sörlin, S., Snyder, P. K., Constanza, R., Svedin, U., Falkenmark, M., ... Foley, J. (2009). Planetary boundaries: Exploring the safe operating space for humanity. *Ecology and Society*, 14(2), 32.
- Stengers, I. (2015). *No tempo das catástrofes*. CosacNaify.
- Sultana, F. (2022). The unbearable heaviness of climate coloniality. *Political Geography*, 99. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2022.102812>
- Svampa, M. (2020) ¿Hacia dónde van los movimientos por la justicia climática? *Nueva Sociedad*, (286), p. 107–121.
- Tsing, A., Mathews, A. S., & Bubandt, N. (2019). Patchy anthropocene: Landscape structure, multispecies history, and the retooling of anthropology. An introduction to supplement 20. *Current Anthropology*, 60(S20), 186–197. <https://doi.org/10.1086/703391>
- Tuana, N. (2019). Climate apartheid: The forgetting of race in the anthropocene. *Critical Philosophy of Race*, (1), 1–31.
- Vindel Gamonal, J. (2020). *Estética fósil: Imaginarios de la energía y crisis ecosocial*. Arcadia.
- Yusoff, K. (2018). *A billion black anthropocenes or none*. University of Minnesota Press.

NOTA BIOGRÁFICA

Mariana Castro é doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É pesquisadora colaboradora do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas e integra o Laboratório de Análise Política Mundial.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0028-5045>

Email: marianacastro@iesp.uerj.br

Morada: Rua da Matriz, 82 - Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, 22260-100, Brasil

Submetido: 15/11/2023 | Aceite: 11/04/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

ARTE ATIVISTA E ARTE ECOLÓGICA: UMA DISCUSSÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CULTURA, AMBIENTE E SOCIEDADE, ABORDAGENS ARTÍSTICAS E CONTEXTOS DE PRODUÇÃO CULTURAL

Tatiana Lopes Vargas

Investigadora independente, Vila Nova de Gaia, Portugal

RESUMO

O ativismo ambiental, através da arte, estimula um processo de educação, ao mesmo tempo que gera reflexões e uma experiência de vulnerabilidade sentida pelos corpos humanos diante da realidade da emergência climática (Rodríguez-Labajos, 2022). Devido às subjetividades desencadeadas pela arte ecológica para a consciência e ação sobre as questões socioambientais, este artigo, de cunho teórico, reflexivo e interpretativo, tem o objetivo de abordar os conceitos de “arte ativismo”, “arte ecológica” e outras nomenclaturas análogas, de forma a analisar a relação entre cultura, ambiente e sociedade e as condições por meio das quais as práticas de produção cultural se desenvolvem. Para tanto, procurou-se compreender a perspetiva das três ecologias e da noção de “ecoarte” de Félix Guattari (1989/1990); a natureza das abordagens de arte ecológica e as principais causas ambientais associadas; o contexto em que ocorrem as práticas artísticas de ativismo ambiental e a atividade de produção cultural. Recorreu-se a exemplos de artistas e projetos portugueses para perceber: as particularidades das práticas e das estratégias criativas ligadas à sustentabilidade ambiental; os aspetos referentes à educação ambiental, às questões éticas e às políticas culturais que se adequam à arte ecológica. Com este artigo, pretende-se contribuir para a discussão sobre a arte ecológica sob a ótica da identidade política da arte e da análise necessária e intrínseca entre práticas culturais e ambiente.

PALAVRAS-CHAVE

arte ecológica, ativismo artístico ambiental, cultura e ambiente, identidade política da arte, produção cultural

ACTIVIST ART AND ECOLOGICAL ART: EXPLORING THE INTERPLAY OF CULTURE, ENVIRONMENT, AND SOCIETY, ARTISTIC APPROACHES, AND CULTURAL PRODUCTION CONTEXTS

ABSTRACT

Environmental activism, expressed through art, prompts an educational process, generating reflections and evoking a sense of vulnerability experienced by human bodies before the reality of the climate emergency (Rodríguez-Labajos, 2022). Because ecological art sparks subjective responses aimed at raising awareness and driving action on socio-environmental concerns, this theoretical, reflective, and interpretive article seeks to explore the concepts of “activist art”, “ecological art”, and analogous designations in order to analyse the interplay between culture, environment, and society and the conditions shaping cultural production practices. In pursuit of this objective, our inquiry delved into the framework of Félix Guattari’s concept of “eco-art” (1989/1990), the nature of ecological art approaches and the primary environmental causes they address, the contextual landscape in which environmental activist art practices unfolds and the

dynamics of cultural production. Examples from Portuguese artists and projects were used to elucidate the nuances of creative practices and strategies linked to environmental sustainability, aspects relating to environmental education, ethical issues and cultural policies that align with ecological art. This article aims to contribute to the discussion on ecological art by exploring the political identity of art and emphasising the indispensable and inherent analysis between cultural practices and the environment.

KEYWORDS

ecological art, environmental art activism, culture and environment,
political identity of art, cultural production

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo explorar os conceitos de “arte ativismo”¹ e “arte ecológica” por meio de uma revisão teórica que inclui pensar a relação entre cultura, ambiente e sociedade, tal como propiciar a reflexão sobre as diferentes abordagens artísticas e as nuances pelas quais se constituem as práticas de produção cultural. No âmbito da arte ativista, abordou-se a relação entre arte e resistência e o papel político da arte. Através de Rancière (2007), compreendemos o argumento de que a política é uma dimensão essencial da identidade da arte e que manter a tensão entre esses domínios (arte/política) é essencial para a eficácia da resistência. No que concerne à arte ecológica, o foco deteve-se na apresentação de diferentes abordagens sobre as quais as práticas artísticas ecológicas se desenvolvem. Entre a amplitude e a não consensualidade destas abordagens apresentadas (Kagan, 2014; Ribeiro & Almeida, 2021; Rodriguez-Labajos, 2022; Sanz & Rodriguez-Labajos, 2021; Wallen, 2012), notam-se práticas artísticas que promovem denúncias e/ou informam os seus públicos sobre problemáticas ambientais, exploram o caráter dialógico entre múltiplas áreas e temas e evidenciam inúmeros aspetos ligados às alterações climáticas, tais como: a não conservação da biodiversidade, a produção de lixo e a exploração e uso excessivos dos combustíveis fósseis, as questões sobre qualidade e disponibilidade da água, entre outros. Sob o prisma da estreita conexão entre práticas artístico-culturais e lutas socioambientais, a ideia de ecoarte foi revisada através da contribuição de Félix Guattari (1989/1990) na perspetiva das suas três ecologias — mental, social e ambiental — e sobre a articulação ético-estética, denominada pelo filósofo como “ecosofia”.

A importância de reforçar a presença da dimensão ambiental no debate cultural é primordial quando pensamos no uso indevido de discursos que vêm acompanhados de ações paliativas em desenvolvimento sustentável por parte de instâncias político-governamentais e mercadológicas; no desconhecimento ou negligência a respeito da noção de coexistência entre a sociedade e o ambiente; e, ainda, na ignorância associada à falta

¹ O ativismo artístico, também conhecido pelos termos “arte ativista” e “ativismo”, não possui um consenso sobre as suas nomenclaturas. Estas são utilizadas de diversas formas por diferentes autores, como é explicado na Secção 3. Este artigo opta por utilizar o termo “arte ativista”.

de vontade política em compreender as questões ambientais de forma conjuntural e temporalmente evolutiva. Para este contexto é significativo o posicionamento de Raymond Williams (1961), presente na obra *The Long Revolution* (A Longa Revolução), de 1961, da cultura como fonte de conexão a diversas esferas, permitindo o próprio uso democrático da noção de “cultura” em benefício da mudança social (Cevasco, 2003). A noção de “cultura” alinhada a esta perspectiva integradora defende a visão de Williams (1998) da cultura como modo de vida, práticas, sentimentos e pensamentos articulados (Ribeiro, 2017).

Este artigo é orientado pelos princípios teóricos e epistemológicos dos estudos culturais e possui um caráter teórico, reflexivo e interpretativo. A perspectiva da autora — produtora cultural com 14 anos de experiência — compôs também o investimento metodológico. A discussão foi contextualizada por exemplos de artistas e projetos e suas práticas relacionadas ao ativismo ambiental, com ênfase no contexto português. Na Secção 2, este artigo apresenta uma reflexão sobre os contextos em que os processos criativos de arte ecológica se desenvolvem, seja através das noções conceituais de “cultura” e “ambiente”, seja pela menção sobre o papel das políticas culturais e da economia da cultura. Nas Secções 3 e 4, propõe-se um recorte teórico sobre aspetos relativos à arte ativista e à arte ecológica. E, na Secção 5, reforça-se a perspectiva da produção de bens culturais pelo ângulo da atividade profissional de produção cultural de forma a trazer alguns exemplos de artistas e projetos portugueses e as suas potencialidades para a promoção da educação e da sustentabilidade ambiental.

2. CULTURA, AMBIENTE E PRODUÇÃO CULTURAL

Sob o ponto de vista da produção de conhecimento e pensamento, através do qual os estudos culturais se orientam, é parte integrante desenvolver uma autorreflexão intelectual permanente e um questionamento da produção científica em relação ao que acontece na sociedade (Hall, 1992). Para tanto, é primordial que se reflita sobre a articulação crítica entre trabalho intelectual político e trabalho académico, no sentido referido por Walsh (2012), de modo a debatermos a sociedade e as suas questões culturais de forma dialógica e ampla, e isto inclui necessariamente, e de forma premente, o contexto ambiental. No caso deste artigo, esta visão está representada por uma abordagem às problemáticas ambientais através de uma análise cultural que suscita um processo de teorização sobre práticas artísticas e lutas socioambientais. Abordar as questões ambientais através da crítica artística requer inevitavelmente o confronto com a realidade e com as responsabilidades humanas pela mudança climática. O posicionamento de Raymond Williams de que a cultura está interligada a diversas esferas, tais como a económica, ideológica, histórica (Cevasco, 2003), reforça a necessidade de incluir a dimensão ambiental no debate, já que garante o que Williams referiu, conforme Cevasco, como um uso democrático da noção de “cultura” que seja potencialmente benéfico para a mudança social. Ou seja, a cultura mantém-se no cerne das lutas sociais em suas mais diversas abordagens. Para Williams (1998), uma definição de cultura deve contemplar, não só a produção intelectual, formativa e artística, mas também as práticas das instituições e as formas de

comportamento humano. Para isso, é necessário olhar para os sentidos e valores sociais e para todo o registo da atividade criativa humana.

No que refere ao caráter multirrelacional do conjunto de transformações culturais que intervêm na vida humana contemporânea (Hall, 1980), uma definição ampla do conceito de “ambiente” faz-se necessária no sentido de uma visão integradora entre ambiente, sociedade e cultura. Assim, Freitas (2008) pontua que “o ambiente está ligado tanto à natureza, aos ambientes humanos e não humanos, quanto às dimensões social, cultural, política e econômica” (p. 26). E Gorz (2011) refere que o termo “ecologia” diz respeito aos princípios ambientais e à consciência das consequências que os modos de produção capitalista trazem para o meio ambiente. O conceito de “meio ambiente” também é relativo ao diálogo entre os gestores públicos, atores da sociedade civil, do setor privado e acadêmico sobre temas como a gestão ambiental, o desenvolvimento sustentável e a criação de uma cultura de responsabilidade sustentável (Nações Unidas, 2023). A noção do ambiente físico parece estar tão presente neste conceito quanto a preocupação com o bem-estar da sociedade, no sentido da sustentabilidade e da participação e colaboração social e política, o que configura uma visão multidimensional do conceito, assim como acontece com a definição de “sustentabilidade”, de acordo com Jacobi (2003). Nesta linha, ressalta-se a importância de considerar fatores como a qualidade e a justiça ambiental (Nascimento, 2012), que nem sempre são contemplados pelas abordagens multidimensionais do conceito de “sustentabilidade”.

Guattari (1989/1990) reforça a ideia de articulação entre cultura, ambiente e sociedade quando apresenta a discussão sobre os três tipos de ecologias, que juntas vão ao encontro de uma noção ampliada da subjetividade. Neste sentido, fazer frente aos desafios ambientais contemporâneos requer a conciliação entre as ecologias mental, social e ambiental. Ou seja, a crise ambiental não pode ser compreendida apenas no contexto da degradação física do planeta Terra, mas também se deve considerar aspetos sociais, socioambientais e subjetivos. Isto sugere novas formas de imaginar e analisar a produção e consumo, novos modos de pensar, viver, experimentar e lutar, o que é denominado por Guattari como “ecosofia”. Esta junção entre ecologia e filosofia representaria uma nova maneira de estar e pensar a sociedade contemporânea e, por isso, contempla uma perspectiva da subjetividade marcada pela singularização das experiências e por um multacentrismo funcional que vai contra projetos universais de sociedade. Sobre a ecoarte, em sentido análogo à arte ecológica, percebe-se a visão de Guattari (1989/1990) de que a enunciação proposta a partir da arte faz parte deste conjunto dos modos de pensar e sentir adaptados às relações com todas as espécies e à reflexão sobre as práticas no espaço molecular da existência, como são os espaços urbanos, familiares, laborais, entre outros. Assim, a produção da subjetividade configura-se como o principal território para a constituição de relações de poder e sua resistência.

Apesar de Brunner et al. (2013) assumirem a posição de que a visão da ecoarte relacionada às três ecologias de Guattari (1989/1990) pode ser facilmente mal interpretada e ainda carrega traços utópicos sobre uma “projeção identitária ou moralista de uma comunidade plena, completa e uniforme” (p. 10), os autores destacam pontos

importantes sobre esta perspectiva. A ecoarte referida por Guattari não pode ser resumida a um tipo de arte “verde” que não empreende a discussão sobre o papel político da arte ou, ainda, sugere ligação aos partidos “verdes”. Em contraposição, os autores sugerem o questionamento sobre como é que tais ecologias evoluem e ativam o seu potencial de relação. Dizem também que a crise ecológica necessita ser compreendida como uma crise política, cultural e social, que exige uma ecossófia e, também, uma ecoarte, como uma revolução política, social e cultural capaz de reorientar os objetivos de produção, as formas de organização e de estar juntos (Brunner et al., 2013).

Com este artigo, temos o intuito de projetar um breve exercício de compreensão sobre aspetos ligados à produção e ao consumo de bens culturais, apoiado pela visão de Guattari (1989/1990) sobre a ecoarte. Para tanto, a produção cultural, na perspectiva de Menezes (2018), engloba, principalmente, as políticas públicas para as artes e as suas consequências para a economia da cultura e a formação de públicos. Este último aspeto elabora-se a partir de alguns questionamentos: que tipos de públicos consomem produtos culturais? O que consomem? O que desejam consumir? Estão mais interessados na apreensão de manifestações culturais ou no entretenimento? Entre as reflexões da autora, é dada importância à análise sobre as condições por meio das quais a produção de cultura se desenvolve, especialmente sobre as transformações que moldam a composição identitária das sociedades contemporâneas. Menezes (2018) diz:

mas a esta característica tão vincada, a de vivermos num mundo totalmente globalizado, onde as referências culturais de uma comunidade são vividas (e mescladas) em qualquer outra parte do planeta, quer por força da permanente realocização de gentes, quer como consequência do acesso a tecnologias que deglutiram espaços e tempos, junta-se outra, não menos relevante: a de sermos hoje (num mundo que é claramente assimétrico, na distribuição da riqueza) uma sociedade incitada pelo desejo, pela busca incessante de novas experiências, íntimas e emocionais, de novos modos e estilos de vida. Consumidores ou, talvez até, como defende Lipovetsky, hiperconsumidores. E se a primeira destas características teve claros efeitos nos modos de produção, circulação e consumo cultural, a segunda característica não foi, seguramente, menos percussiva, até mesmo na construção daquela civilização do espectáculo. (p. 14)

Este contexto é parâmetro tanto para aquilo que define o desejo de consumo dos públicos, quanto para o que move o produtor de bens culturais, entre estes os artistas, os produtores culturais e os gestores da cultura. Aqui, a noção de “produção cultural” está associada à economia e à sociologia da cultura, num formato que compõe a complexa estrutura das indústrias culturais, dos padrões estéticos, éticos, financeiros e sociais. No que se refere à perspectiva da arte relacionada à economia da cultura, as três ecologias de Guattari (1989/1990) podem ser refletidas pela seguinte ótica: (a) ecologia social — relações e estruturas sociais que, na economia da arte, implicam considerar como as práticas económicas relacionadas à produção, distribuição e consumo de arte

impactam as relações sociais. Isto envolveria questões de acesso à arte, equidade na distribuição de recursos para artistas e a influência das estruturas económicas na produção artística; (b) ecologia mental — sugere que as práticas económicas relacionadas à arte também influenciam as perceções e a compreensão mental das pessoas sobre a cultura, o que pode ser desafiador nas abordagens contemporâneas, sejam elas mais conceituais, participatórias e ativistas. Também, o sistema económico afeta a valoração da arte e, portanto, tem impacto no acesso a diferentes formas de expressão artística; e (c) ecologia ambiental — embora não fique explícita a relação da ecologia ambiental no contexto da economia da arte, são perceptíveis as implicações. É possível considerar os impactos ecológicos da produção de obras de arte, o uso de materiais, as práticas de exposição, performance e comunicação e o modo como os artistas abordam as questões ambientais.

Devido ao carácter interdisciplinar da arte ecológica, da diversidade do seu conjunto de abordagens criativas, conceituais e performativas e da sua capacidade relacional, torna-se fundamental o alinhamento de políticas culturais adequadas. Políticas culturais articuladas aos níveis local, regional, nacional (e europeu, no caso de Portugal), com oferta abrangente de financiamentos, com a promoção de experiências estéticas a longo prazo, e não somente de aquisição pontual de bens culturais, são pontos decisivos nas práticas de produção cultural da arte ecológica. Isto porque, através de políticas culturais efetivas em termos de abordagem, tempo e financiamento, é possível manter um processo consistente de criação artística que permite a amplitude da experiência, da participação e da reflexão por parte de públicos diversificados. Este é um aspeto fundamental para a realização da arte ativista de cunho ambiental ou mesmo para a implementação de práticas artísticas ambientalmente sustentáveis.

3. O CARÁTER MÚLTIPLO E FLEXÍVEL DA ARTE ATIVISTA

O ativismo artístico, também conhecido pelos termos “arte ativista” e “ativismo”, é suscetível de ser comparado à arte pública, arte política ou arte interventiva. Não há um conceito específico ou consenso sobre sua nomenclatura e abordagem e, de acordo com Vieira (2007), trata-se de uma prática multifacetada e com vertentes intercambiáveis no contexto da produção artística. A autora ainda diz que:

o adjetivo “ativista” tem sido evitado por alguns comentadores que preferem utilizar antes diferentes termos tais como arte intervencionista, progressista, de oposição, experimental, crítica ou comprometida, entre outros sinónimos nomeadamente arte política, politizada, sociopolítica, de confronto, subversiva ou radical. Alguns defensores da arte ativista evitam inclusive a conjugação destes dois termos preferindo proposições como cultura visual de esquerda, performative activism, prática cultural ativista ou ativismo cultural. O sentido destes termos pode por vezes ser mais positivo quando emana da esquerda e depreciativo quando provém da direita, conotado com propaganda, o que não quer dizer que estas perspectivas sejam partilhadas. (Vieira, 2007, p. 6)

Em “Será que a Arte Resiste a Alguma Coisa?”, Rancière (2007) explora a complexa relação entre arte e resistência. Ele argumenta que a arte gera dissidência, questionamento e emancipação, independentemente de sua natureza política explícita. Contudo, como existe a ligação e a dependência da arte com o universo mercadológico, não é possível afirmar que os artistas sempre subvertem sistemas e geram contestação. A partir deste prisma, Rancière sugere que a relação entre arte e política é uma dimensão essencial da identidade da arte, enfatizando a importância da tensão entre esses domínios para a eficácia da resistência. Ou seja, a arte ativista não se configura como um favor prestado pelo artista ou pela arte à política e representa, sim, uma dimensão intrínseca composta pela tensão permanente entre arte e política. Desse modo, a arte cria um espaço material e simbólico que oferece uma nova liberdade sensível (Rancière, 2007). Para os artistas, a liberdade estética da arte ativista está na interação entre a arte, o contexto social e o público, num espaço onde as vozes subalternas podem ser ouvidas e as formas tradicionais de poder desafiadas. Pela ótica dos públicos, Rancière traz o conceito de “espectador emancipado” referindo-se ao espectador ativo e crítico da arte que se dispõe a se envolver na interpretação e a questionar as estruturas de poder. A própria produção de sentidos representa uma oportunidade para o questionamento sobre os discursos e as posições de poder.

Entre as diversas abordagens da arte ativista, há manifestações relacionadas às práticas de comunicação comunitária, nas linhas de Homi Bhabha e Grant Kester, ou ainda ao diálogo com instituições e outras esferas públicas, que é o caso de Finkelpearl (Vieira, 2007). Segundo a artista Andrea Fraser, a arte política é caracterizada pelo seu compromisso consciente em intervir nas dinâmicas de poder, de forma a moldar a produção artística com esse princípio organizador em mente, e a abranger aspectos que vão desde a forma e o conteúdo até aos métodos de produção e disseminação (Bordowitz, 2004). Contributos teóricos de Lucy Lippard, crítica de arte e curadora norte-americana, propõem uma diferenciação entre a arte política e a arte ativista: a arte política tende a ser socialmente preocupada e a arte ativista parece ser socialmente comprometida. No ensaio crítico de Simon Sheikh (2017) ao texto “Trojan Horses: Activist Art and Power” (Cavalos de Troia: Arte Ativista e Poder), de Lucy Lippard, publicado no site da rede ativista e cultural Void Network², a metáfora do “cavalo de Troia” surge como argumento para explicar o forte movimento de arte ativista que se apresenta de forma disfarçada por meio de um objeto estético sedutor a partir de 1980. O texto crítico refere que, ao contrário do cavalo de Troia, a arte ativista não tem uma função instrumental na derrubada violenta de um regime, mas antes funciona subvertendo a própria ideia do que seja um objeto estético. Sobretudo nos círculos artísticos e ativistas, este debate questiona se esta subversão é meramente uma máscara — um universalismo puramente estratégico que finge ser arte para obter acesso — ou se estamos a lidar com uma nova identidade artística que se mostra ao mesmo tempo ativista e estética (Sheikh, 2017).

² A Void Network é uma rede ativista e cultural baseada na Grécia que se dedica a uma ampla gama de atividades e projetos relacionados à contracultura, política radical, arte, música e conscientização social. Ela é conhecida por sua atuação em diversas áreas, incluindo ativismo político, ecologia, arte e cultura alternativa.

Se assumirmos a ideia de que a política faz parte da identidade da arte, podemos pensar que a arte ativista se configura como um conjunto de práticas criativas e artísticas elaboradas com base na performance política e na articulação de diversos agentes sociais e áreas de conhecimento. No caso da relação da arte com o ambiente, a escritora, crítica de arte e professora norte-americana, Suzi Gablik (1992), argumenta a respeito de uma mudança de foco da arte como mercadoria ou expressão individual para uma arte que seja participativa, inclusiva e orientada para o bem comum. Neste sentido, ela defende que a arte precisa de se engajar diante dos desafios ambientais globais através de práticas que promovam a sustentabilidade, a comunidade e a conexão com a natureza.

4. AS ABORDAGENS E AS CAUSAS AMBIENTAIS PREDOMINANTES NA ARTE ECOLÓGICA

A arte ecológica tem origem num movimento artístico iniciado no final da década de 1960 através de artistas inovadores, tais como Hans Haacke, Helen e Newton Harrison, Patricia Johanson, Alan Sonfist e Joseph Beuys (Wallen, 2012). As primeiras obras de arte incluíram a ideia do uso da terra como elemento criativo central, o uso de materiais naturais e o trabalho em paisagens remotas. No entanto, Wallen refere que estas formas estavam geralmente mais preocupadas em desafiar a conceção de arte do que em envolver princípios ecológicos. A nomenclatura “arte ecológica” foi reconhecida em 1990 e, conforme Kagan (2014), referia-se às abordagens como a *land art*, a reciclagem e o uso de recursos naturais como rótulos que representavam: (a) práticas colaborativas, participativas e socialmente engajadas com humanos e não humanos; (b) práticas reconstrutivas, que dão origem a obras de arte transformadoras; e (c) práticas artísticas, que se sujeitam a responsabilidades éticas para com as comunidades. Por outro lado, a arte ecológica vem sendo estudada na perspectiva das suas raízes artísticas e científicas (Wallen, 2012), do engajamento artístico motivado pela imersão na natureza e com potencial para a educação ambiental (Vasko, 2016). Uma das suas características marcantes é o seu carácter colaborativo e multidisciplinar. Na sua produção, está também um amplo conhecimento interdisciplinar por meio da relação entre o sentir e o pensar; uma ética ecológica e uma teoria de sistemas que aborda uma rede de relações entre os aspetos físicos, biológicos, culturais, políticos e históricos dos ecossistemas (Wallen, 2012).

Um exemplo tanto da capacidade dialógica quanto da amplitude possível de ser reconhecida como arte ecológica é a sua inserção na relação mais ampla entre arte e sustentabilidade, não apenas em sua dimensão ambiental. Lopes et al. (2017) referem os benefícios da intervenção artística em espaços públicos no processo de sustentabilidade e o quanto as atividades artísticas participatórias podem promover a coesão social. Entre os principais contributos da intervenção artística em espaços públicos estão: a conservação e a proteção do território ambiental; a promoção do desenvolvimento sustentável; a criação de valor no acesso físico do território (facilidades) e de qualidade para o entorno ambiental; para além da promoção da animação nos espaços públicos. Estes benefícios estão relacionados às práticas de desenvolvimento sustentável abordadas

pelas instâncias político-governamentais. Entre elas: a reabilitação de espaços, com reaproveitamento de materiais e uso de material ecológico; a renovação social e económica que pode gerar a movimentação da economia local, empregos, turismo e o interesse dos gestores públicos em planos de investimento no setor cultural. Sobre o desenvolvimento sustentável, dois aspetos precisam ser analisados criticamente: (a) as intervenções artísticas neste âmbito não estão necessariamente associadas à diminuição da pegada ambiental ou à promoção da consciência sobre a emergência climática. Se a abordagem artística e a comunicação da obra (por parte da instância pública) não possibilitarem a discussão sobre práticas de produção e consumo e não promoverem a autorreflexão sobre o lazer e o turismo desencadeados pela intervenção artística, o debate ambiental perde o efeito; e (b) as abordagens ao desenvolvimento sustentável devem evitar a mera reprodução de discursos políticos e institucionais com o objetivo de impedir uma abordagem neutra e não efetiva sobre o tema ambiental (Krieg-Planque, 2010). Neste sentido, estas intervenções artísticas possuem a responsabilidade de compreenderem o contexto social e político em que se inserem e, portanto, de análise das relações de poder ali estabelecidas.

A não consensualidade sobre as abordagens de arte ecológica evidenciam críticas em torno de projetos artísticos de *land art* que valorizam somente as éticas “verdes” por via da relação com a natureza e não demonstram, por exemplo, promover a denúncia ou a informação do espectador (Ribeiro & Almeida, 2021). Pela perspectiva dos integrantes da Ecoart Network (2023) — uma rede de profissionais dedicados a uma prática multidisciplinar da arte ecológica em comunidade —, os seguintes princípios precisam ser considerados: (a) a atenção na rede de inter-relações do ambiente — nos aspetos físicos, biológicos, culturais, políticos e históricos dos sistemas ecológicos; (b) a criação de obras que utilizem materiais naturais ou interajam com forças ambientais, como vento, água ou luz solar; (c) a recuperação e a manutenção de ambientes naturais; (d) a promoção da informação ao público sobre a dinâmica ecológica e os problemas ambientais enfrentados atualmente; e por fim, (e) a busca por repensar as relações ecológicas e propor criativamente novas possibilidades de coexistência, sustentabilidade e cura.

Kagan (2014) reitera que as nomenclaturas relacionadas à arte ecológica têm sido abordadas de forma intercambiável e pouco aprofundada. O autor destaca que, para além de elementos como conectividade, responsabilidade ética e ecológica, equilíbrio dinâmico e exploração da complexidade da vida, existem princípios orientadores da arte ecológica como: as diferentes escalas de relações ecológicas nos níveis local, regional, nacional, biorregional (por exemplo, as bacias hidrográficas), continental e global; o equilíbrio de perspectivas entre o ecocentrismo e o egocentrismo de forma a reconhecer a necessidade de desenvolvimento de todas as formas de vida; a conexão entre os diferentes níveis das atividades cotidianas, produtivas e científicas, especialmente no que toca ao questionamento sistémico e a reflexividade crítica.

Entre os estudos atuais e voltados à análise sobre os propósitos e causas ambientais refletidas pelo ativismo artístico ambiental, bem como os seus efeitos, estão Sanz e Rodriguez-Labajos (2021) e Rodriguez-Labajos (2022).

A arte como aliada das estratégias do movimento contra as exportações de carvão é explorada em Sanz e Rodriguez-Labajos (2021) de maneira a perceber as contribuições dos artistas ativistas nos movimentos ambientais. O estudo de caso dessa pesquisa refere a luta emblemática para impedir a construção de um terminal de exportação de carvão em Oakland, Estados Unidos. O estudo demonstrou o engajamento de diversos artistas em manifestações públicas organizadas pelo movimento ambiental através da criação de produtos e materiais de identidade visual (*cartazes, banners, t-shirts*), música, cinema, leitura de poesia, artes visuais. Entre os principais efeitos verificados pela associação da arte ao movimento ambiental estão: a promoção da visibilidade mediática a esta causa ambiental; a sensibilização de públicos de diversas faixas etárias especialmente pela dimensão emocional trazida pela poesia, textos, imagens e instalações visuais esteticamente atrativas e impactantes; a interlocução direta dos artistas e ativistas dirigida aos responsáveis pelas tomadas de decisões no caso da construção do terminal de carvão; as sessões de partilha e oficinas sobre as consequências da utilização e do transporte de combustíveis fósseis que foram organizadas com e para a comunidade. Uma série de aparatos sensoriais foram criados artisticamente com o intuito de ampliar o alcance da contestação. Sanz e Rodriguez-Labajos, por fim, assinalam um conjunto de transformações, derivadas do ativismo artístico ambiental, com potencial para incidir na justiça ambiental: (a) transformações materiais (no caso de Oakland, a proibição da exportação de carvão pela câmara municipal, pelo menos temporariamente até o desenvolvedor do terminal mover uma ação federal contra a decisão da autarquia); (b) transformações políticas que incluem mudanças regulatórias, a participação pública nas decisões que demonstrou o apoio político local à causa; e (c) transformações socioculturais caracterizadas pelas interações entre indivíduos, representação identitária, partilha de valores e conhecimentos.

Já o estudo de Rodriguez-Labajos (2022) faz uma revisão das reivindicações ambientais contidas na literatura sobre arte ecológica publicada entre 1991 e 2021. Entre as principais descobertas nas pesquisas sobre projetos de arte ecológica, Rodriguez-Labajos destaca diversas contribuições, incluindo: (a) a aplicação de tecnologias digitais no monitoramento ambiental, evidenciando a natureza interdisciplinar dessas abordagens; (b) a realização de exposições de arte ou performances durante eventos significativos na área ambiental, proporcionando visibilidade estratégica para questões socioambientais; (c) a valorização da diversidade de projetos, abrangendo literatura, arte visual e iniciativas participativas e performativas, como exemplificado pelas caminhadas ou danças de mulheres indígenas no Canadá; (d) a exploração das relações conflituosas entre seres humanos e ambiente no contexto do antropoceno, uma época que estuda o impacto profundo e duradouro da humanidade no meio ambiente. Os temas centrais desses projetos de ativismo ambiental abordam questões como as mudanças climáticas, a poluição do ar e a vulnerabilidade do mundo não-humano. Nos estudos examinados, a arte ativista varia desde críticas e contestações até ações orientadas para resultados. Projetos que utilizam tecnologias para monitoramento ambiental ou envolvem a participação do público no processo criativo podem exemplificar abordagens focadas em resultados ou

sustentabilidade através da arte. Por outro lado, projetos altamente performativos, com forte apelo sensorial, podem encaixar-se na abordagem de oposição.

Refletir sobre arte ecológica pode incluir a capacidade dos setores culturais em adotar práticas sustentáveis em criação, produção e comunicação. Um exemplo é a *Recycling Tour*³ de Manu Delago, músico austríaco conhecido por tocar o instrumento “hang drum”, que incorpora música eletrónica e instrumentos feitos de materiais reciclados em suas práticas artísticas. A sua *tour* de 2023 incluiu viagens de bicicletas, da Áustria para a Holanda, e o transporte de caixas de equipamentos com painéis solares para minimizar a pegada ambiental da *tour*. As performances, parcialmente acústicas, usavam a energia solar acumulada e propunham ao público repensar os seus deslocamentos para a ida aos concertos e o seu consumo de forma geral. Em Portugal, a Direção Geral das Artes tem proposto em seus concursos de financiamento às artes que os projetos proponham maneiras de fomentar a sustentabilidade ambiental e a implementação de práticas ecológicas nos domínios artísticos. Especificamente, em 2021, lançou um programa de apoio em parceria com a Agência Portuguesa do Ambiente, em que, a partir de 2022, foram aprovados e executados 18 projetos de reflexão e intervenção no âmbito da arte e ambiente⁴. O objetivo era promover a participação e o envolvimento de artistas e profissionais da cultura nas dinâmicas de transformação e de combate às alterações climáticas. Até abril de 2024, a Direção Geral das Artes não divulgou novos editais nesta temática. Na próxima secção, este artigo procura pensar sobre as práticas do setor cultural relacionadas à sustentabilidade ambiental.

5. A ATIVIDADE DE PRODUÇÃO CULTURAL E AS SUAS PARTICULARIDADES NO CONTEXTO DO ATIVISMO ARTÍSTICO AMBIENTAL: ALGUNS EXEMPLOS PORTUGUESES

Após pensarmos sobre o contexto através do qual a produção de cultura é desenvolvida e apreendida pelos públicos, no seu papel de direito humano (Secção 1), propõe-se nesta secção a reflexão sobre as feitura da atividade de produção cultural. Na execução de projetos artísticos, há diferentes tarefas envolvidas na produção e gestão cultural. Se o objetivo for submeter o projeto a financiamento, o trabalho inicia na conceção, com a discussão sobre o conceito/ideia juntamente ao artista. Dependendo do tipo de candidatura de apoio, a conceção envolve a escrita (argumentação, justificação, descrição, objetivos específicos da área artística, objetivos de interesse público, adequação ao aviso e regulamento, cronograma de atividades, entre outros); os orçamentos; os planos de gestão, logística e comunicação; a descrição das parcerias; entre outros aspetos. Se o concurso envolver o tema ambiental, estes pontos devem ser planejados e argumentados no sentido de fomentar a sustentabilidade ambiental e a implementação de boas práticas ecológicas nos domínios artísticos. Portanto, todas as etapas do projeto artístico são oportunidades para que se concretizem práticas ambientalmente

³ Informações retiradas a partir do site do projeto *Recycling Tour*, disponível em: <https://recyclingtour2023.com>.

⁴ Informações sobre este programa de apoio “Arte e Ambiente” foram retiradas do site da Direção Geral das Artes (DGARTES, 2022).

sustentáveis, para além do objeto artístico e da abordagem estética estarem alinhados à arte ecológica, nas suas mais variadas nuances.

Posto isto, no caso dos projetos de ativismo artístico ambiental, a atividade de produção e gestão cultural requer um profissional que perceba este conjunto de aspetos e que saiba otimizá-los e relacioná-los. Quando o projeto é multidisciplinar, o que é comum na arte ecológica, há um trabalho de gestão de pessoas (artistas, técnicos, ativistas, cientistas e outros profissionais); gestão de espaço e tempo para que os diferentes agentes possam dialogar, partilhar experiências e conhecimentos e ainda experimentar diversas possibilidades artísticas, interpretativas e performativas. Como forma de aprofundar este tópico, é relevante questionar: como se elabora a atividade de produção cultural nas diferentes áreas artísticas?

A arte ativista ambiental desenvolvida a partir da arte sonora e da música instrumental, especialmente na sua abordagem contemporânea, possui um alto teor de subjetividade, tanto na produção criativa quanto na receção dos públicos. Cláudia Martinho e Luís Bittencourt são artistas do âmbito português que constituem exemplos de abordagens em que o som é o principal elemento de conexão entre a obra de arte e os públicos. A arquiteta, artista sonora e investigadora Cláudia Martinho⁵, refere que o seu trabalho inclui:

a criação de instalações sonoras espaciais, composições e performances para revelar através do som aquilo que não pode ser visto, para realçar as qualidades e essências vibratórias dos lugares, a presença da água e da vida selvagem, em relação às atividades e perturbações humanas. (para. 4)

A artista realiza também um trabalho de orientação de grupos de pessoas que querem ter experiências de ressonância com os seus corpos e lugares, através de passeios de campo, caminhadas imersivas, canto associado à acústica de paisagens naturais. Segundo Polli (2012), as experiências com paisagem sonora⁶ permitem a criação de vínculo com o ambiente natural e as caminhadas sonoras podem ser vistas como exercícios formais ou informais que constroem consciência ambiental e social e promovem mudanças nas práticas sociais e culturais. Neste caso, a atividade de produção relacionada às residências artísticas, exposições e performances compreende, por exemplo, o reconhecimento espacial prévio (paisagem natural, museu ou galeria), a garantia da preservação dos materiais utilizados na instalação, os materiais de difusão sonora adequados aos espaços, a forma com que o público vai ter acesso à obra, a qualidade e segurança da experiência estética. No seu projeto artístico, *Wetland*, Cláudia Martinho aborda um tema relacionado aos fatores de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas: a manutenção dos ecossistemas de zonas húmidas, neste caso, da região da Reserva Natural do Estuário do Tejo, em Portugal. Através de uma instalação de áudio multicanais que espacializa sons ambientais, a artista explora um conjunto de

⁵ Informações retiradas do site de Cláudia Martinho, disponível em <https://claudiamartinho.net>.

⁶ “Paisagem sonora” é um termo cunhado pelo compositor canadense Murray Shaeffer para definir uma coleção de sons de determinado ambiente (ver mais em Polli, 2012).

sons de avifauna e de correntes aquáticas criadoras de uma experiência auditiva imersiva. Segundo a artista, a proposta é que “esta experiência convida a sintonizar com a biodiversidade ameaçada, ao mesmo tempo que seja possível perceber a avassaladora pressão do ruído infra sónico dos aviões” (para. 8). É neste local que se estudam possibilidades para a construção de um aeroporto⁷. As experiências estéticas com esta obra de arte podem gerar a criação de vínculo com o meio natural, como refere Polli (2012), mas também a compreensão sobre este meio e o risco ambiental ligado a ele. No que concerne à qualidade da experiência estética a ser construída pelo público, o trabalho de produção cultural não tem apenas uma função técnica de promover uma nítida apreciação do som, mas uma responsabilidade sobre a função informativa relativa à biodiversidade, riscos ambientais e mudanças climáticas.

No caso do compositor, produtor musical e multi-instrumentista Luís Bittencourt, que possui uma identidade artística orientada para a música instrumental experimental, alguns dos cuidados de produção e apresentação da obra são também importantes, sobretudo a garantia da qualidade sonora de objetos incomuns que vão ser amplificados e os equipamentos de som, luz e acessórios (estantes, mesas e outros dispositivos).

Na sua trajetória como artista-investigador, tem desenvolvido arranjos e composições em que a água e objetos do cotidiano são as principais fontes sonoras. Em seu projeto *Sons de Resistência*⁸, o músico explora uma série de objetos sonoros que procuram estimular a consciência sobre o consumo global, a produção de lixo e os estilos de vida contemporâneos. Uma das obras fulcrais do concerto é “Import/Export: Suite for Global Junk” (Importação/Exportação: Suíte Para o Lixo Global), do compositor britânico Gabriel Prokofiev. Esta obra utiliza como instrumentos uma paleta de madeira, um bidão metálico, sacos plásticos e garrafas de vidro e, ao longo dos sete andamentos da música, imagens sobre o consumo excessivo dos humanos e a sua produção de lixo são exibidas em vídeo.

Noutro projeto do artista, *Memórias Líquidas*⁹, a água é utilizada como principal fonte sonora e é percutida por meio de diversas técnicas criativas e interpretativas. Aqui, utilizar a menor quantidade possível de água e garantir a reutilização da mesma deve ser um princípio fundamental para a produção. Em *Memórias Líquidas*, o artista tem explorado também performances em que tanto ele quanto o público fazem comentários e reflexões no decorrer das apresentações, o que pode ser interessante para ajudar a compor a reflexão sobre o tema da água, a sua escassez, qualidade e sustentabilidade. Estes dois projetos de Luís Bittencourt envolvem um tempo mais alargado para a montagem dos concertos, pois vários objetos e instrumentos musicais são amplificados e, por vezes, dialogam com sons eletrónicos (paisagens sonoras e outros sons sintetizados) e imagens que se relacionam e complementam os sentidos da proposta musical. Pode-se dizer ainda que a música experimental criada pelo artista procura romper com

⁷ Sobre os estudos do impacto ambiental nesta região ligados à construção de um aeroporto no Montijo, ver Peixeiro (2024).

⁸ Informações retiradas do site de Luís Bittencourt, disponível em <https://www.luisbittencourt.com/projects-1>.

⁹ Informações retiradas do site de Luís Bittencourt, disponível em <https://www.luisbittencourt.com/projects-1>.

as possíveis fronteiras entre som, música e ruído e com aquilo que usualmente a sociedade considera como instrumento musical. Seria algo como fazer música com aquilo que se tem à mão, numa prática sustentável, como o próprio refere em materiais de comunicação dos seus concertos¹⁰.

Nas abordagens das artes plásticas há, por vezes, uma natureza manual que implica a escolha e recolha de materiais e, nas obras de grandes dimensões, pode exigir o apoio de artesãos ou profissionais técnicos específicos. Em obras de arte ecológica, para além do conceito, os tipos de materiais e a dimensão da obra têm grande impacto na pegada ambiental. O artista Bordalo II — Artur Bordalo — é reconhecido mundialmente pelas suas esculturas feitas de material descartado, como ele define seu trabalho: “a produção e o consumo excessivos de coisas, que resultam na produção contínua de ‘lixo’ e consequentemente na destruição do Planeta, são os temas centrais de sua produção artística”¹¹. O tema da biodiversidade, com o destaque para as esculturas de animais que se encontram em extinção, é um dos chamamentos provocados pelas suas obras. A sua série de esculturas *Big Trash Animals* (grandes animais de lixo) compostas pelos tipos “Neutral”, “Half-Half” (metade-metade), “Plastics” (plástico) e “Floating” (flutuar) estabelece uma linha contínua de reflexão. Em “neutral”, o artista propõe a total camuflagem dos objetos quando utiliza cores mais próximas das encontradas na natureza. Esses objetos, na sua maioria plásticos reaproveitados, são revestidos com tinta com o objetivo de criar uma representação contrastante que se aproxima da cor e da forma realista do animal escolhido. Já em “Half-Half”, metade da obra representa o realismo das cores, a outra metade traz a presença de plásticos, metais e outras matérias-primas compostas por texturas e cores vivas (ver Figura 1). Esta combinação instiga o público a construir e desvendar a parte da imagem que não é óbvia à primeira leitura. Nas obras “Plastics”, a ideia de camuflagem perde-se, dando lugar à beleza contraditória das cores e texturas de objetos-lixo comuns e reconhecíveis pelo público. No último tipo, “Floating”, Bordalo II explora a ideia dos animais flutuantes feitos somente com materiais plásticos, de forma a alertar para o problema ambiental da presença deste material nos oceanos¹².

¹⁰ Informações retiradas do site de Luís Bittencourt, disponível em <https://www.luisbittencourt.com/>.

¹¹ Informações retiradas do site de Bordalo II, disponível em <https://www.bordaloii.com/about>.

¹² Informações retiradas do site de Bordalo II, disponível em <https://www.bordaloii.com/big-trash-animals-series/floating>.



Figura 1. *Half owl*

Créditos. Bordalo II

Estas obras são divulgadas através de registos fotográficos e videográficos, pois são retiradas dos oceanos para não interferirem no meio natural. Em 2019, na cidade de Paris, o artista inaugurou a exposição *Acordo de Paris*, que reuniu 30 obras representativas de animais em extinção que foram criadas a partir de materiais descartados¹³.

Outro artista português com abordagem semelhante é Xicogaivota — Ricardo Ramos — que faz do lixo encontrado nas praias a matéria-prima exclusiva do seu trabalho de ativismo artístico. De forma a não aumentar a pegada ambiental dos fragmentos ao transformá-los em obras de arte, o artista utiliza-os tal como foram encontrados, sem os partir, sem utilizar tintas ou colas. Todas as peças são presas com parafusos ou cordas. A estrutura também é feita com estes materiais, seguindo as mesmas regras (ver Figura 2). A busca pela peça específica para cada escultura pode ser interpretada como a própria ideologia do artista e representa também um estilo de vida que ele partilha por meio de projetos de educação ambiental. A arte-educação é uma marca do seu trabalho, pois tem vindo a realizar workshops em empresas e escolas portuguesas e africanas¹⁴.

¹³ Ver Exposição de Bordalo II *Alerta Para os Perigos da Destruição do Planeta* (2019).

¹⁴ Informações retiradas a partir do conteúdo disponibilizado no site de Xicogaivota, disponível em <https://www.xicogaivota.com>.

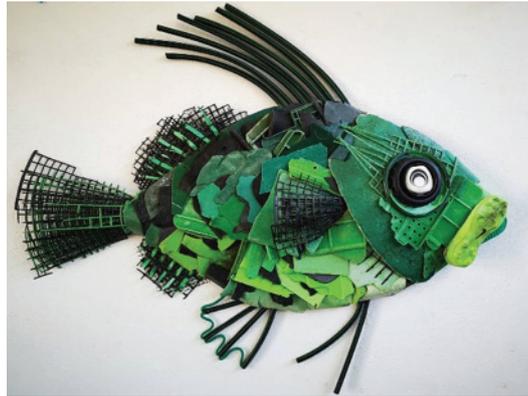


Figura 2. Peixe golo

Créditos. Xicogaivota

A característica da atividade de produção referente a estes dois artistas envolve a ideia de arte pública, no sentido da intervenção no espaço, e da recolha de materiais descartados. No caso de Bordalo II, que para além de Portugal, possui obras em países como Espanha, França, Itália, Alemanha e Estados Unidos, a logística inclui o reconhecimento dos locais e dos materiais disponíveis onde cria as obras. Xicogaivota desenvolve o seu trabalho num atelier fixo, contudo, realiza um processo de recolha conjunta de materiais que se pode transformar em momentos de participação da comunidade e de, consequentemente, formação de consciência sobre o ambiente. Como Bordalo II cria obras de grandes dimensões e utiliza tintas e colas, são necessários equipamentos, máquinas e possivelmente pessoas que auxiliem no trabalho manual.

A atividade de produção cultural para o audiovisual ou cinema mostra-se geralmente vinculada às parcerias institucionais e ao financiamento público e privado. Isto porque atua num setor da indústria cultural em constante crescimento e que, pela sua ligação às novas tecnologias da comunicação e pelo seu potencial de retratar os problemas sociais, promove identificação junto aos públicos (Prado & Barradas, 2023). O cinema estabelece geralmente processos longos de pré-produção, produção e finalização que envolvem altos custos para a execução. As produções audiovisuais relacionadas com o cinema ambiental possivelmente seguem a mesma lógica, contudo, atraem mecenas e instituições vocacionadas ao tema da sustentabilidade ambiental. Uma possibilidade de ativar o potencial do cinema ambiental é associá-lo a um conjunto de iniciativas. É o exemplo do “Cine-Eco Seia”, um evento abrangente, com ênfase na organização de um festival de cinema ambiental, na cidade de Seia, que já soma 29 edições. O evento reúne realizadores, ativistas, biólogos e outros especialistas para momentos de partilha com o público através de sessões para a exibição de filmes, exposições de obras e materiais educativos, concertos, conferências, *eco-talks*, entre outras atividades. Trata-se de um investimento coletivo de produção cultural, disseminação de conteúdo especializado e de financiamento. Envolve uma série de parcerias institucionais, tais como entidades e espaços culturais que acolhem extensões do evento; investidores como empresas ligadas à sustentabilidade ambiental e aos média; apoios nacionais, europeus e globais, como o

das Nações Unidas¹⁵. Este é um exemplo que demonstra uma atividade de produção cultural extensa e multidisciplinar, com destaque para a diversidade de tipos de atividades que exigem equipamentos, materiais, contratação de serviços e pessoas em função das qualidades artísticas e ativistas associadas.

Outros exemplos de práticas artísticas ainda poderiam ser mencionados, como a literatura, a fotografia e as artes cénicas, que igualmente carregam o potencial de empreender ativismo e sustentabilidade. Juntamente a este exercício necessário de repensar a atividade de produção cultural no contexto da arte ecológica, a estratégia criativa tem uma influência notória na conceção da obra. São exemplos os projetos que têm um carácter participativo, geograficamente específico e multidisciplinar, no caso das residências artísticas e das obras realizadas em e sobre territórios específicos a partir de problemas ambientais locais (ver por exemplo outros projetos portugueses, tais como *Sustentar*¹⁶ e *Terra Batida*¹⁷).

Os exemplos portugueses mencionados no artigo cumprem o papel de inicializar a nossa reflexão sobre as particularidades da atividade de produção cultural em projetos de arte ecológica ou ambientalmente sustentáveis. Importa mencionar que, em todas as vertentes artísticas, torna-se uma questão de coerência ter cuidado com os tipos de materiais utilizados nas obras, com a logística, gestão e comunicação, em direção à diminuição da pegada ambiental. Em termos éticos, três pontos parecem fundamentais: (a) nos casos dos projetos participativos e de cunho territorial, conhecer o contexto e estabelecer um processo de escuta e interação respeitosa dos moradores e de outros agentes locais; (b) garantir que há um determinado retorno para a comunidade em forma de modos de aprendizagens e de visibilidade das questões ambientais locais; e (c) manter a reflexão de que os ativismos não caminham isolados. Sendo assim, o respeito pelas diferentes espécies, pela diversidade étnica, cultural, de género e social deve ser também pensado. Existem também questões gerais relativas aos direitos dos artistas e profissionais da cultura, às condições de acessibilidade dos públicos e de implementação de sessões de mediação com o objetivo de partilha do processo criativo e de formação de públicos para as artes.

¹⁵ Informações retiradas do site do projeto <http://www.cineeco.pt>.

¹⁶ Sustentar — um programa de laboratórios criativos produzido pela Ci.CLO — uma plataforma de criação, pesquisa e intervenção na área da fotografia — que promove o “desenvolvimento de projetos fotográficos e videográficos que pretendem contribuir com perspetivas artísticas sobre iniciativas experimentais na área da sustentabilidade”. Pelo Sustentar, foram desenvolvidos projetos que exploravam os temas da integração de sistemas inovadores de captação de luz solar, as alterações climáticas e a transição agroecológica através de problemáticas locais. Informação retirada a partir de conteúdos disponibilizados em <https://ciclo.art/pt>.

¹⁷ O projeto Terra Batida constitui-se por meio de uma rede que organiza programas de residência e comissiona pesquisas para que artistas, cientistas e ativistas se cruzem no acompanhamento de conflitos socioambientais em diversos contextos territoriais portugueses. Durante a residência “Terra no Fundão” houve a discussão sobre os 100 anos da mineração na região do Fundão e a possível exploração de lítio sob a bandeira da descarbonização. Técnicas performativas, artísticas, informativas e de pesquisa foram desenvolvidas na residência. Informação retirada do site do projeto, disponível em <https://terrabatida.org>.

6. REFLEXÕES FINAIS

Num prisma alargado sobre a arte ecológica, é importante destacar o potencial do diálogo e da ação conjunta de diferentes áreas, disciplinas e práticas, que pode sugerir também a quebra de fronteiras no âmbito da produção de conhecimento. Falar em disciplinas ou em determinado limite entre conhecimentos pode ser algo incompatível, visto que o pensamento integrado faz parte da composição efetiva do ativismo artístico ambiental. Os artistas ativistas tendem a ser sensíveis a diferentes causas. Um exemplo disto é Bordalo II e as suas obras provocativas que promovem denúncias de problemas sociais atuais, tais como a crise na habitação e as crises económica e política em Portugal. Podemos pensar que o ativismo é parte integrante da performance, sendo que não é necessária a separação entre a dimensão artística e a dimensão política. Arte e política configuram a mesma dimensão através da qual formas de expressão, sensibilidades, significados e conhecimentos são oferecidos aos públicos.

Neste artigo, foi possível refletir sobre a capacidade da arte ecológica de desenvolver processos de educação ambiental e ações que comunicam sobre a emergência climática e as respetivas práticas de mitigação. Alguns dos temas abordados por artistas ou projetos artísticos portugueses referem a produção e consumo excessivos, os estilos de vida alicerçados em consumo de produtos industrializados e dependentes de combustíveis fósseis e a grande produção de lixo. No tema da água, a abordagem é abrangente, envolvendo questões tais como escassez, qualidade, impactos nos ecossistemas aquáticos e nos recursos hídricos subterrâneos. Por consequência, a biodiversidade marinha e todo o lixo encontrado nas águas doces e salgadas são tocados de forma implícita ou explícita. De forma geral, os exemplos destes artistas alertam para os riscos ambientais e, como forma de não gerar contrassenso, acabam por repensar a sua própria pegada ambiental enquanto agentes do setor cultural. É possível pensar que um dos pontos de sensibilização destes projetos pode derivar dos sentidos produzidos a partir de discursos e perspetivas multi e interdisciplinares que constituem a composição estética e as estratégias criativas e de comunicação. Da parte dos públicos, existe, por exemplo, a oportunidade de imergir sonoramente em territórios aquáticos, de refletir sobre a presença da água no cotidiano e projetar a sua escassez futura, de pensar amplamente no impacto do lixo nos oceanos, nos espaços urbanos e na vida humana e não-humana no planeta. Todos estes pontos estão diretamente implicados nas alterações climáticas.

Em termos da atividade de produção cultural, verificou-se um conjunto de particularidades que definem a natureza ambientalmente sustentável da obra. Contudo, o conceito estético e a estratégia criativa da obra, bem como a causa ambiental associada, são decisivos no impacto para a consciência ambiental. Neste sentido, os projetos de cunho participativo e territorial podem mobilizar públicos, entidades, associações e autarquias em função de desafios ambientais locais.

Por fim, é importante reforçar o argumento sobre a necessidade de políticas culturais que percebam o caráter processual, temporal e dialógico da arte ecológica, sobretudo de projetos que se proponham a acompanhar os efeitos das alterações climáticas e a destacá-los nas suas obras de arte. Para tanto, as linhas de financiamentos e a

orientação das políticas públicas necessitam ser abrangentes a ponto de considerarem a experiência estética, a longo prazo, como um aspeto tão fundamental quanto o consumo de oferta cultural. O acesso dos públicos aos processos criativos, e não somente ao produto final, pode ser uma estratégia produtiva para a formação da consciência ambiental. Estamos a falar de maneiras mais participativas e contextualizadas de apreensão de bens culturais por parte do indivíduo e, sobretudo, do envolvimento dos agentes públicos governamentais e do setor privado. Os projetos de arte ecológica têm a missão de envolver diferentes agentes sociais e promover o desenvolvimento de conhecimentos e de práticas ambientalmente sustentáveis geradoras de impacto nos processos de educação, sensibilização e ação diante dos desafios ambientais.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais aos artistas Bordalo II e Xicogaiivota pela cedência das imagens.

REFERÊNCIAS

- Bordowitz, G. (2004). Tactics inside and out: Critical art ensemble. *ArtForum*, 43(1), 212–215. <https://www.artforum.com/features/tactics-inside-and-out-critical-art-ensemble-169387/>
- Brunner, C., Nigro, R., & Raunig, G. (2013). Post-media activism, social ecology and eco-art. *Third Text*, 27(1), 10–16. <https://doi.org/10.1080/09528822.2013.752200>
- Cevasco, M. E. (2003). *Dez lições sobre estudos culturais*. Boitempo Editorial.
- DGARTES. (2022, 28 de abril). *DGARTES apoia dezoito projetos que cruzam arte com ambiente*. <https://www.dgartes.gov.pt/pt/node/5165>
- Ecoart Network. (2023). *About the community*. <https://www.ecoartnetwork.org/about>
- Exposição de Bordalo II alerta para os perigos da destruição do planeta*. (2019, 25 de janeiro). euronews. <https://pt.euronews.com/2019/01/25/exposicao-de-bordalo-ii-alerta-para-os-perigos-da-destruicao-do-planeta>
- Freitas, M. (2008). Natureza, cultura, ambiente e desenvolvimento: Um ensaio sobre a viabilidade de uma cultura (comum) da sustentabilidade. In T. G. Parente & H. G. D. Magalhães (Eds.), *Linguagens plurais: Cultura e meio ambiente* (pp. 13–40). EDUSC.
- Gablik, S. (1992). The ecological imperative. *Art Journal*, 51(2), 49–51.
- Gorz, A. (2011). *Ecológica*. Clave Intelectual.
- Guattari, F. (1990). *As três ecologias* (21.ª ed., M. C. F. Bittencourt, Trad.). Papyrus. (Trabalho original publicado em 1989)
- Hall, S. (1980). Cultural studies: Two paradigms. *Media, Culture and Society*, 2, 57–72. <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/016344378000200106>
- Hall, S. (1992). Cultural studies and its theoretical legacies. In L. Grossberg, C. Nelson, & P. Treichler (Eds.), *Cultural studies* (pp. 277–294). Routledge.

- Jacobi, P. (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, (118), 189–205. <https://doi.org/10.1590/s0100-15742003000100008>
- Kagan, S. (2014). The practice of ecological art. [*plastik*], (4). <https://plastik.univ-paris1.fr/2014/02/15/la-pratique-de-lart-ecologique>
- Krieg-Planque, A. (2010). La formule “développement durable” : Un opérateur de neutralisation de la conflictualité. *Langage et Société*, (4), 5–29. <https://doi.org/10.3917/l.s.134.0005>
- Lopes, A. C., Farinha, J., & Amado, M. (2017). Sustainability through art. *Energy Procedia*, 119, 752–766. <https://doi.org/10.1016/j.egypro.2017.07.102>
- Menezes, S. M. P. de. (2018). *Distopia ou utopia: Cultura, criatividade e território*. [Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro]. <http://hdl.handle.net/10773/25042>
- Nações Unidas. (2023, 16 de setembro). *A ONU e o meio ambiente*. <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>
- Nascimento, E. P. d. (2012). Trajetória da sustentabilidade: Do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, 26(74), 51–64. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005>
- Peixeiro, F. (2024, 10 de fevereiro). As aves da Lezíria que impediram o aeroporto no Montijo. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/5056964033/as-aves-da-leziria-que-impediram-o-aeroporto-no-montijo/>
- Polli, A. (2012). Soundscape, sonification, and sound activism. *AI & SOCIETY*, 27(2), 257–268. <https://doi.org/10.1007/s00146-011-0345-3>
- Prado, L. C. D., & Barradas, A. V. (2023). *Economia do cinema e do audiovisual: Teorias e concorrência*. Textos Para Discussão — Instituto de Economia.
- Rancière, J. (2007). *Será que a arte resiste a alguma coisa?* (M. C. Netto, Trad.). Riseup. <https://we.riseup.net/assets/404237/Jacques+Ranci%C3%A8re+Sera+que+a+arte+resiste+a+alguma+coisa.pdf>
- Rodriguez-Labajos, B. (2022). Artistic activism promotes three major forms of sustainability transformation. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 57, 1–8. <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2022.101199>
- Ribeiro, A. M. (2017, 26–29 de julho). *Raymond Williams e Stuart Hall: Perspectivas, objetos e engajamento* [Apresentação de comunicação]. 18.º Congresso Brasileiro de Sociologia: Que sociologias fazemos? Interfaces com contextos local, nacional e global, Brasília, Brasil.
- Ribeiro, A. S. d. C. A. e., & Almeida, T. (2021). Ecossemântica do mundo arte. *Revista ARA*, 11(11), 249–264. <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8354.v11i11p249-264>
- Sanz, T., & Rodriguez-Labajos, B. (2021). Does artistic activism change anything? Strategic and transformative effects of arts in anti-coal struggles in Oakland, CA. *Geoforum*, 122, 41–54. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2021.03.010>
- Sheikh, S. (2017, 17 de julho). *Positively Trojan horses revisited*. Void Network. <https://voidnetwork.gr/2017/07/13/14889/>
- Vasko, Z. (2016). Connections between artistic practice and experiences in nature: Considerations for how art education can engender ecological awareness. *Canadian Review of Art Education*, 42(2), 69–79. <https://doi.org/10.26443/crae.v42i2.8>
- Vieira, T. (2007). *Artivismo: Estratégias artísticas contemporâneas de resistência cultural* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto. <http://hdl.handle.net/10216/7307>

Wallen, R. (2012). Ecological art: A call for visionary intervention in a time of crisis. *Leonardo*, 45(3), 234–242. https://doi.org/10.1162/LEON_a_00365

Walsh, C. (2012). The politics of naming: (Inter)cultural studies in de-colonial code. *Cultural Studies*, 26(1), 108–125. <https://doi.org/10.1080/09502386.2012.642598>

Williams, R. (1961). *The long revolution*. Chatto & Windus.

Williams, R. (1998). The analysis of culture. In J. Storey (Ed.), *Cultural theory and popular culture: A reader* (pp. 48–56). The University of Georgia Press.

NOTA BIOGRÁFICA

Tatiana Vargas é doutorada em Comunicação e Cultura pelo Programa Doutoral em Estudos Culturais das Universidades de Aveiro e Minho, Portugal. É mestre em Ciências da Comunicação — Cultura, Património e Ciência pela Universidade do Porto e bacharel em Comunicação Social — Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria. É integrante do Grupo de Investigadores em Comunicação, Ciência e Meio Ambiente e do Laboratório Otium de Estudos sobre Trabalho, Lazer, Ócio e Tempo Livre da Universidade de Fortaleza, Brasil. Os seus interesses de pesquisa incluem questões sobre arte, cultura e meio ambiente na perspetiva dos estudos culturais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4415-2025>

Email: tatianavargas.mail@gmail.com

Morada: Avenida da República, 1895, 4430-206, Vila Nova de Gaia, Portugal

Submetido: 27/11/2023 | Aceite: 04/03/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

CONTRIBUIÇÕES DE DOIS DOCUMENTÁRIOS LATINO-AMERICANOS PARA UMA PERCEPÇÃO AMPLIADA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS A PARTIR DE UMA LETTURA DECOLONIAL

Denise Tavares

Departamento de Comunicação Social, Instituto de Arte e Comunicação
Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil

RESUMO

A constituição de uma nova sensibilidade em relação à crise ambiental tem sido pauta, direta ou indiretamente, de diversos atores sociais e produtos midiáticos. Destes, destacam-se os filmes e vídeos que focam a temática ambiental, em função do papel relevante que a cultura audiovisual representa hoje. Com essas premissas, este artigo foca os documentários latino-americanos *Hija de la Laguna* (2015) e *A Mãe de Todas as Lutas* (2021), com o propósito de discutir suas possíveis contribuições para uma percepção ampliada das causas climáticas. A partir da análise fílmica centrada nas protagonistas e nas escolhas estéticas e estilísticas de cada obra, este texto investiga como as narrativas dos dois documentários entrelaçam informação e conhecimento subjetivo; indivíduo e coletivo; local e global; memória pessoal e arquivos públicos; entre outros marcadores argumentativos. Essas categorizações são cotejadas ao posicionamento decolonial, assumido no texto de forma ampla, isto é, em diálogo com autores que incorporam as lutas das populações indígenas e/ou marginalizadas à teoria decolonial. Dentre os resultados encontrados, ressaltamos que os documentários estabelecem contranarrativas que permitem identificar a emergência do protagonismo feminino nas lutas pela posse da terra e da água, o posicionamento crítico em relação ao extrativismo (e neoextrativismo) e a permanência dos preconceitos étnico-raciais. Ressalta-se, ainda, nos dois filmes, a constituição de uma linguagem documentária que valoriza o sujeito, sem deixar de articulá-lo ao contexto social.

PALAVRAS-CHAVE

documentário, contranarrativa, decolonial, crise climática, América Latina

THE CONTRIBUTIONS OF TWO LATIN AMERICAN DOCUMENTARIES TO AN EXPANDED PERCEPTION OF CLIMATE CHANGE FROM A DECOLONIAL PERSPECTIVE

ABSTRACT

Creating a new awareness of the environmental crisis has been on the agendas, either directly or indirectly, of many social actors and media products. These include films and videos focusing on environmental issues, given the current important role of audiovisual culture. Against this backdrop, this paper focuses on the Latin American documentaries *Hija de la Laguna* (Daughter of the Lake; 2015) and *A Mãe de Todas as Lutas* (The Mother of all Fights; 2021), with the aim of discussing their possible contributions to a broader perception of climate action. Based on a film analysis centred on the protagonists, the aesthetic and stylistic choices of each work, we look into how the narratives of the two documentaries intertwine information and subjective knowledge, the individual and the collective, the local and the global, personal memory

and public archives, among other argumentative markers. These categorisations are compared to the decolonial perspective, which is taken up in the text in a broad way, that is in the dialogue with authors who embody the struggles of indigenous and/or marginalised people into decolonial theory. Among the results found, we highlight that the documentaries establish counter-narratives that allow us to identify the emergence of female protagonism in the struggles for land and water ownership, the critical stance towards extractivism (and neo-extractivism) and lingering ethnic-racial prejudice. Also worth noting in both films, the documentary language values the subject, without failing to link them with the social context.

KEYWORDS

documentary, counter-narrative, decolonial, climate crisis, Latin America

1. INTRODUÇÃO

“Diante do anúncio do dilúvio ecológico, muitos são os que se precipitam em direção a uma arca de Noé, pouco preocupados com os abandonados no cais ou com os escravizados no interior do próprio navio” (Ferdinand, 2022, p. 22). A crítica de Ferdinand dirige-se a um ambientalismo que continua a ignorar que as destruições do chamado mundo natural não atingem todo mundo da mesma maneira, além de não incluir nos debates os esmagamentos sociais e as políticas de exclusão vigentes ainda hoje no Caribe — território de vida do autor — mas que aqui assumimos como situações extensivas a toda América Latina. A ampliação deve-se a um passado colonial com muitos pontos em comum, o que nos faz concordar com o autor quando esse assume, como ponto de partida para se elaborar uma nova forma de enfrentar a crise ambiental, incluir a fratura colonial como “a questão central da crise ecológica” (Ferdinand, 2022, p. 201).

Seguindo a construção argumentativa do pesquisador caribenho, cuja proposta se sustenta em um diagnóstico que aponta a ecologia decolonial como um prolongamento de críticas anteriores à fratura colonial e é classificada por ele em quatro tipos¹, o objetivo deste artigo é discutir as possíveis contribuições que os documentários *Hija de la Laguna* (2015; direção do peruano Ernesto Cabellos) e *A Mãe de Todas as Lutas* (2021; direção da brasileira Susanna Lira), trazem para a constituição de uma nova sensibilidade em relação à natureza, distinta tanto do *logos* europeu, como do discurso ambiental a que se refere negativamente o citado Malcom Ferdinand. Essa hipótese resulta de uma investigação² que reconhece tanto o poder do cinema como capaz de constituir um “repertório simbólico carregado de significações culturais” (Bragança, 2011, p. 169) como a intensidade da retomada da produção documentária “nos últimos anos, novamente em sintonia com o seu tempo” (Ramos, 2005, p. 14).

¹ Sinteticamente: ações dos povos pré-colombianos e autóctones que lutam para existir conforme suas culturas; resistências de ecologia política dos escravizados originários do continente africano; lutas de ecologia política conduzida por mulheres; denúncias das situações coloniais contemporâneas existentes tanto nos países do Norte como do Sul (Ferdinand, 2022, pp. 206–209).

² Este texto integra pesquisa mais ampla sobre documentário de temática ambiental, com apoio da Faperj (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro).

Tal sintonia dialoga com o diagnóstico de John A. Duvall (2017), que localiza, nas primeiras décadas do século XXI, uma explosão da produção de filmes e vídeos que têm focado os diversos aspectos da crise ambiental³, e que apresentam representações e retóricas amplas e variadas. Olhar para esta produção exige, conforme pretendemos demonstrar aqui, a inclusão de discussões e debates que não desprezem as lutas contra a manutenção dos processos de expropriação violentos a que ainda estão submetidos todos os povos e comunidades que foram integrados à lógica colonial empreendida pelos europeus (Aráoz, 2020; Ferdinand, 2022; Quijano; 2019; Segato, 2021; Zibechi, 2022). Trata-se, portanto, de ressaltar o imbricamento das resistências a produções expressivas: neste texto, focamos os dois documentários que se debruçam sobre a concretude dos embates entre a lógica predatória do capital e de quem não se dobra a ela.

Essa posição evoca o pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos, que afirma há quase uma década que os povos afro-pindorâmicos (ameríndios e afro-brasileiros) sempre desenvolveram estratégias de contracolonização para defender seus territórios, seus símbolos e modos de vida que os vinculam às suas memórias (Santos, 2015). Para ele, palavras como desenvolvimento ou colonização acobertam processos violentos como as desterritorializações, as expropriações e o extrativismo, que são basilares à destruição do planeta e resultam em um mundo cosmofóbico e cruel. “O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta”, diz o autor (Santos, 2023, p. 12), ressaltando que investe em um jogo que busca contrariar as palavras coloniais como tática para enfraquecê-las.

A despeito de caminhos distintos, tanto Ferdinand (2022) como Santos (2023) apresentam argumentos que reconfiguram o olhar e os sentidos quanto às narrativas que trazem à tona as mais diferenciadas estratégias de sobrevivência nos ambientes consolidados esquematicamente pela modernidade como áreas de atraso, de vida miserável, de população ignorante dos conhecimentos científicos. Isto é, os autores delimitam territórios que se ressentem da urgência de justiça e interrupção da barbárie, configurados neste texto pelos dois documentários alinhados a um posicionamento crítico quanto ao uso dos recursos naturais nos países latino-americanos. Tal foco, como destacado há pouco, se sustenta pela hipótese de que a compreensão e discussão de termos amplos como “mudanças climáticas” e similares alocam a necessidade de fissuras por onde circulem as múltiplas e interligadas causas deste momento de crise ambiental. Esse enquadramento baliza a análise das obras recortadas aqui.

O documentário peruano tem como eixo narrativo acompanhar muito de perto a protagonista Nélide Ayay Chilon, que pertence à comunidade Quéchuá de Cajamarca, cidade localizada na região norte do Peru, local onde Atahualpa⁴ foi preso e assassinado, o que a torna, ainda hoje, um dos centros turísticos do país. A luta de Nélide e de suas companheiras é pela preservação das lagoas locais ameaçadas pelo projeto *Minas*

³ O autor também aponta o investimento da educação formal (escolas e universidades) no acesso e discussão desses filmes, além de destacar que ativistas e organizações têm integrado o audiovisual às suas formas de luta.

⁴ Foi o 13º e último imperador do império Inca, morto em 1532 por ordem de Francisco Pizarro, conquistador espanhol e invasor da região (Domingues, s.d).

Conga. Este previa a exploração de ouro e cobre pela mineradora Yanacocha, um consórcio formado pela norte-americana Newpont (51 % das ações), a peruana Buenaventura (43 %) e a Corporación Financiera Internacional (5 %), que pertence ao Banco Mundial (André, 2012). O projeto havia sido suspenso em 30 de novembro de 2011 (Sul 21, 2011), segundo a Newpont, por exigência do então presidente Ollanta Humala, após seis dias de intensos protestos dos moradores da região. No entanto, essa suspensão não se perpetuaria, como o filme indica.

Já o brasileiro *A Mãe de Todas as Lutas* centra sua narrativa em duas protagonistas: Shirley Djukumã Krenak, ativista indígena que vive na região do Rio Doce, em Minas Gerais, e Maria Zelzuíta, uma das raras sobreviventes do Massacre de Eldorado dos Carajás, localizado no sudeste do Pará. Neste lugar, em 17 de abril de 1996, foram assassinados 21 trabalhadores rurais de um grupo de pouco mais de 1.500 pessoas que se deslocava para Belém. A marcha integrava a luta pela desapropriação da fazenda Macaxeira, ocupada por 3.500 famílias sem-terra naquele momento. Ao todo, foram 155 policiais bem armados que participaram no massacre. Destes, apenas os dois comandantes da operação foram condenados, mas cumprem a pena em liberdade (Barbosa, 2020).

Com o foco nestes dois documentários este texto cria um dístico — a defesa da água e da terra —, localizando-o como um circuito que deve ser incluído no esforço necessário para se garantir uma percepção mais ampliada das causas da crise climática. O objetivo integra o percurso da nossa pesquisa citada anteriormente, que considera incontornável desprezar as propostas e posições que defendem a luta ambiental descolada da rejeição irrestrita ao processo colonial e suas consequências vigentes ainda hoje, conforme propõe Ferdinand (2022). O desafio, no entanto, é demarcar distinções que friccionem platitudes do senso comum, tantas vezes fabulado pelo empilhamento de informações que mais anestesiaram do que nos mobilizam a “ousar pensar ‘fora da caixa’” (Dilger & Pereira Filho, 2016, p. 13). Isto é, colocações que pouco contribuem para o debate sobre os modelos de desenvolvimento da América Latina que ainda mantêm o “continente” subordinado ao mercado global neoliberal (Acosta & Brand, 2018; Araújo, 2020; Ferreira, 2011, 2012; Svampa, 2019). Assim, em termos metodológicos, a proposta aqui é constituir um percurso que procura demonstrar como as narrativas dos dois filmes entrelaçam informação e conhecimento subjetivo; indivíduo e coletivo; o local e o global; memória pessoal e arquivos públicos; entre outros marcadores argumentativos, evocando a emersão de uma ecologia decolonial, mesmo quando esta não é nomeada.

Deve ser frisado, ainda, que a escolha dos dois filmes, considerando a ampla produção existente, deve-se, primeiro, à categorização promovida anteriormente no escopo da pesquisa sobre documentário ambiental na América Latina, onde a luta pela terra, em especial no contexto brasileiro, continua sendo uma questão central⁵, e a da água pode ser identificada em diversos países dessa região (Castro et al., 2015). Depois, ao reconhecimento da importância das suas escolhas narrativas e estéticas, que os destacam

⁵ Trata-se de um longo histórico de disputas de posse da terra, das quais se destacam a demarcação das terras indígenas e assentamentos viabilizados pela reforma agrária. Ver, entre outros, Linhares & Silva (2021).

em relação às chaves analíticas propostas. Por isso mesmo, a análise fílmica apresentada neste texto considera o que Aumont e Marie (2004) reforçam, quanto a não existir um método analítico único e universal, ao contrário, pois este depende dos pressupostos teóricos assumidos na elaboração do discurso sobre os filmes e dos processos de aproximação da obra e de como esta é considerada. Assim, como já apontado, é a partir da materialidade fílmica que estabelecemos um processo analítico que dialoga, de forma interdisciplinar, com os temas e questões que os filmes trazem à tona a partir de suas escolhas narrativas e plásticas.

Com tal disposição, recorreremos a um arcabouço conceitual básico que tem como horizonte a proposta de demonstrar como esses documentários se alargam em um cenário midiático, amplificando as possibilidades de engajamentos à causa ambiental, na medida que suas narrativas ecoam suas lutas e, de certo modo, convocam adesão, mesmo que limitada à informação e/ou empatia. A hipótese também estabelece um lugar privilegiado para o audiovisual, particularmente o documentário, na formação de uma nova e necessária sensibilidade humana em relação à natureza, sendo essa posição sustentada pela problematização de um modo de vida que ainda se mantém estruturado pelo processo colonial. Em outros termos, significa concordar com o que coloca Maldonado-Torres (2023) quanto à necessidade de se investir em um processo que, para o autor, em diálogo com Franz Fanon (2005), implica considerar a luta pela descolonização como aquela em que o/a colonizado/a emerge como pessoa criadora, ativista e pensadora, e onde as comunidades compreendam que a descolonização é um projeto não concluído. Demonstrar que os documentários tornam possíveis essas posições é o objetivo central do artigo.

2. PROTAGONISMOS FEMININOS

A primeira imagem que vemos em *Hija de la Laguna* é a de uma mulher pequena, inicialmente de costas para a câmera, à beira de uma lagoa. Ela se abaixa para pegar água e, em seguida, submerge nela, mantendo meio corpo acima da superfície. O enquadramento aberto deixa-a distante, enquanto uma voz feminina, facilmente identificada como a da mulher na tela, diz em *off*:

a água é o sangue da terra, e sem seu sangue, a terra não tem vida, nenhum vivente poderia viver sobre ela. E eu me pergunto e digo: quando destroem as lagoas, os donos das lagoas serão obrigados a viver, não as pessoas. Mas a loja dos elfos, porque eles estão lá cuidando de você, mãe água, mãe agora, e não pedem nada. Eles não nos pedem nada, não nos dizem ei ei, eu quero que cuidem de mim, eles simplesmente estão ali. E se destroem as lagoas, aonde eles irão viver? Não sei. (Nélida Ayay Chilón, em *Hija de la Laguna*)

O tom da voz é firme, sem grandes variações, mas carregado de uma interrogação dolorida. Trata-se da protagonista Nélida Ayay Chilón, que será acompanhada pela

câmera em praticamente todo o documentário, quase sempre observada de longe, em sua movimentação pelas grandes áreas abertas que definem a geografia do lugar onde vive e no qual luta contra o projeto *Minas Conga*. Iniciado há cerca de doze anos, mas ainda suspenso pelo atual governo peruano⁶, o projeto carrega uma quantidade significativa de conflitos que geraram um acúmulo de reportagens e documentários curtos, realizados antes e depois do filme de Ernesto Cabellos. Em outras palavras, em termos temáticos, e pela extensão temporal dos embates, é muito difícil a população peruana, de modo geral, não identificar a luta que mobiliza a protagonista. Defendemos, portanto, que sua força se dá justamente porque não se prende à lógica panfletária⁷ que norteia muitos documentários alinhados aos movimentos sociais. É neste sentido que a obra, ao eleger Nélide como o eixo argumentativo central da narrativa, emula a contracolonialidade⁸ proposta por Santos (2023): “no lugar onde nasci e fui criado, temos uma relação orgânica com todas as vidas. Todas as vidas são necessárias, não importantes” (p. 26). Nélide não é importante: ela é necessária.

Não se trata de destacar sua liderança, mas de entender, ainda junto com Santos, a percepção de urgência de se reverter a ideia e imaginários que descolaram o humano da natureza, contrapondo a singularidade de uma sujeita que expõe seu mundo íntimo delicadamente, com suas crenças e valores amalgamados ao espaço e tempo em que vive. Um objetivo não tão fácil, até mesmo para ambientalistas como Enrique Leff, aberto à premência de se recompreender o que é “ambiente”. Próximo do campo teórico materialista e do pensamento crítico, Leff (2012) identifica o final dos anos 1960 como ponto de inflexão para que um giro epistemológico se configurasse em relação aos conceitos e reflexões que circunscreviam o saber ambiental a um território único. O que motivou tal deslocamento, ainda segundo o autor, foi a percepção palpável da grande crise ambiental já possível, naquele momento, de ser antevista. Uma situação que reconfigurou os estudos ambientais, reconhecendo-se que as abordagens trans e interdisciplinares eram caminhos indissociáveis se o objetivo fosse a construção de novos pilares para dar sustentabilidade à vida humana.

Se esta posição é bem-vinda na academia — e foi —, em paralelo, outros percursos políticos, éticos e artísticos, originados de resistências improváveis para os defensores do capitalismo predatório se configuraram. O processo não só ignorou as estratégias de disputa pelo conhecimento, estabelecidas pelo *logos* científico pós-iluminismo, como ampliou, de modo cada vez mais potente, vozes como a de Ailton Krenak, que questiona abertamente o conhecimento científico sobre os povos originários (indígenas), quase integralmente classificados por este “saber científico” como primitivos. “Quais estratégias esses povos utilizaram para cruzar esse pesadelo e chegar ao século XXI ainda

⁶ O fracasso do projeto *Minas Conga* e suas consequências na mineração peruana em *El Montonero*, <https://elmontonero.pe/economia/el-fracaso-del-proyecto-conga-y-sus-consecuencias-en-la-mineria-peruana>

⁷ O termo panfletário referencia documentários que têm enunciados rápidos, diretos e que, por estarem vinculados a determinadas causas sociais, privilegiam o discurso sobre estas, não incorporando, entre outros, momentos reflexivos, dúvidas e tensões que os acontecimentos envolvem.

⁸ O termo explicita a proposta do autor de “semear palavras” como política de resistência. Por exemplo: “...para *colonização*, a *contracolonização*... e assim por diante” (Santos, 2023, p. 14).

esperneando, reivindicando e desafinando o coro dos contentes?” (Krenak, 2019, p. 28). O alcance dessa e outras vozes em um cenário midiático como a sociedade contemporânea, como sabemos, está ligado à amplitude dos produtos midiáticos protagonizados por essas vozes, como já ocorre, por exemplo, na produção de uma cinematografia realizada por diversos diretores indígenas a partir de projetos como *Vídeo nas Aldeias*⁹.

É neste cenário que destaco o papel essencial da produção audiovisual na constituição de uma remoldagem sensível que não é mensurável objetivamente, mas é capaz de dar a ver um tecido ainda poroso, talvez esgarçado e frágil, entretanto perceptível o suficiente para evocarmos rastros e persistências por suas escolhas narrativas e estéticas. No filme peruano, o despojamento e a distância da câmera ressaltam a figura pequena e reflexiva de Nélide (Figura 1), localizando-a em meio a grandes espaços vazios e naturalizando ao máximo seu cotidiano, permeado por conversas aparentemente banais, onde se evidenciam laços afetivos consolidados pela partilha dos problemas.



Figura 1. A figura pequena e delicada de Nélide contrasta com a vastidão do território enquadrado (imagem do filme)

Créditos. De *Hija de la Laguna*, 00:14:56, por E.Cabellos, 2015. Copyright 2015 by Guarango.

Um dos momentos que exploram esse tom circunstancial se dá na conversa de Nélide com Máxima¹⁰. Ambas atravessam as áreas descampadas do lugar, captadas à meia distância pela câmera que as apresenta quase como silhuetas que se deslocam sem pressa ou tensão. À imagem distante se contrapõe a proximidade da conversa prosaica sobre bichos que procuram a água, tais como os patos. Não há nitidez dos rostos das mulheres. A sequência continua após um corte que desloca ambas para o espaço interno de uma casa onde, finalmente, o enquadramento é alterado, sendo agora bem fechado, mostrando que

⁹ Criado no Brasil há mais de 20 anos pelo antropólogo Vincent Carelli, o projeto formou uma significativa safra de realizadores indígenas e inspirou outras propostas similares. Ver: <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/>.

¹⁰ Máxima Acuña, desde 2016, ganha destaque na imprensa por sua luta contra o *Minas Conga* e, em 2021, sua trajetória é narrada no documentário *Máxima (Indie Rights Movies For Free)*.

as duas conversam, cortam batatas e as jogam em panelas com água fervente. Neste momento íntimo, privado e amigável, finalmente os traços das que integram a cena podem ser percebidos. No entanto, pelos planos serem intercalados com o destaque a uma caminhonete que seguia pela estrada e depois é enquadrada parada, a montagem que investe nos contrastes novamente se impõe.

Trata-se, neste trecho, da materialidade fílmica expressar o *plot* dramático do antagonismo que sustenta um olhar objetivo sobre a obra: engendrado por uma trilha sonora espaçada e aguda que anuncia uma situação de perigo, de expectativa negativa, cria-se um jogo de plano e contraplano para colocar em tela a situação do conflito que mobiliza a personagem. A tensão provoca a suspensão de um cotidiano apresentado até ali em tom suave, e o espectador finalmente acessa o impasse que a comunidade enfrenta, isto é, o de não entregar as terras às mineradoras que agem para expulsar os moradores. A resistência é defendida por Nélide e delinea seu papel de liderança que envolve o sacrifício de mudar para a área urbana de Cajamarca para cursar direito. A escolha ecoa uma das táticas contracoloniais assumidas por Santos (2023): “logo percebi que, para enfrentar a sociedade colonialista, em alguns momentos ‘precisamos transformar as armas dos inimigos em defesa’” (p. 13).

Com esse percurso que não se desvia tanto da fragilidade como da tenacidade de Nélide, o documentário expressa as ambiguidades e tristezas que envolvem lutar pela sobrevivência quando não há outra opção. Ao mesmo tempo, torna fluida e menos panfletária a presença de manifestações coletivas também inscritas no filme, cujos enquadramentos destacam cartazes, passeatas e palavras de ordem que a história de protestos no continente conhece bastante. Deste modo, fabula um amálgama entre a potência subjetiva de uma protagonista que dialoga com sua “mãe água”, a lagoa — esta que a acolhe e fortalece —, e as imagens e sons que se assentariam, com muita naturalidade, em noticiários informativos sobre movimentos sociais. Nestas sequências, a protagonista vagueia quase anônima, em estratégia cênica que enaltece o coletivo já que este é destacado em primeiros planos e planos detalhe que garantem faces, gestos e posições bem delineadas, nítidas. Ou seja, ao singularizar as faces de um aglomerado de pessoas anônimas, o filme torna inequívoco o envolvimento da população local na contestação ao governo e na luta pela água.

A despeito de outros dois arcos narrativos muito curtos que veremos adiante, este constelado com Nélide dialoga com a proposta de Julieta Paredes Carvajal, que, sem desqualificar o que fizeram as feministas ocidentais, propõe o feminismo comunitário, um conceito guarda-chuva, originado na Bolívia, em 2003, aquando da insurreição das mulheres deste país, na luta contra a privatização do gás e da água. “Não queremos nos pensar como mulheres perante os homens, mas nos pensar como mulheres e homens em relação a uma comunidade” (Carvajal, 2020, p. 197), reforçando que a reconceitualização *warmi-chacha* (mulher-homem) tem como ponto de partida a comunidade. Essa comunidade é tanto rural como urbana, cultural, política, educativa, entre outras. O que a define, na verdade, é estar constituída do par mulher-homem como metades complementares e essenciais, “não hierárquicas, recíprocas e autônomas uma da outra, o que

necessariamente não significa uma heterossexualidade obrigatória, porque não estamos falando de casal, mas sim de par de representação política, não estamos falando de família, mas sim de comunidade” (Carvajal, 2020, p. 200).

Este pertencimento a uma comunidade é assumido claramente pela ativista e artista plástica Shirley Krenak, primeira protagonista de *A Mãe de Todas as Lutas*. Sua aparição inicial no filme corrobora uma presença potente na tela, com a direção de Susanna Lira acentuando certos códigos imagéticos que dialogam com os elementos míticos da narrativa de Krenak. Trata-se de abrir brechas em uma iconografia clássica, determinada pela fotografia que embaralha as formas sem, no entanto, deixar de acompanhar, em enquadramento que vai se fechando cada vez mais no rosto da ativista, a segurança da sua narração: ela não só modula a voz, como assume os papéis diferenciados da sua narrativa sobre a relação do homem com a mãe-Terra, interpretando, corporalmente, as variações da sua fala, em sintonia ao que enfatiza. Seus movimentos são curtos e densos, mostrando que não há qualquer receio de que a câmera a perca (Figura 2).



Figura 2. Na primeira vez que surge na tela, Shirley Krenak domina a cena construída em ambientação onírica (imagem do filme)

Créditos. De *A Mãe de Todas as Lutas*, 00:02:11, por S. Lira, 2021. Copyright 2021 by Modo Operante.

Após o título da obra, segue-se, também em tela preta e grafismo similar a este, um destaque para o significado de Krenak: “cabeça da terra” — kren (cabeça), nak (terra). Com essa breve sequência, o documentário compartilha com o “outro”, o não-indígena, o acesso à língua que foi negada às etnias dos povos originários do Brasil, conforme projeto político de soterramento da identidade, dos valores, da cultura e do direito óbvio que eles têm de viver nas terras que ocupavam antes da invasão dos europeus. Traz à tela, portanto, um posicionamento político que dialoga com a dimensão que a disputa pela terra ocupa na história do país, desde o início do processo colonial. Cria, deste modo, um encadeamento da violência que atingiu, agora no passado recente, Maria Zelzuita, sobrevivente do Massacre de Eldorado, no Pará.

Assinalando o que pode ser percebido como segunda parte do filme, a narrativa utiliza a mesma estratégia de legenda em tela preta, destacando também o local em seu significado linguístico e histórico: “do castelhano ‘El Dorado’, termo que inspirou inúmeras lendas sobre uma terra repleta de riquezas”, grafa. A informação acentua a percepção do quanto a cupidez dos invasores brancos permanece quando o massacre é apresentado pelo corpo e voz de Zelzuita: ela surge de corpo inteiro (Figura 3) em uma paisagem nitidamente árida, com plantaço ressecada, após uma sequência de seu cotidiano privado, quando em uma cozinha de uma casa muito simples descasca mandioca com gestos firmes, certos, mas também arriscados, em função do facão afiado.



Figura 3. Maria Zelzuita, na curva do “s”, onde ocorreu o massacre e a terra ficou banhada de sangue, nas palavras dela (imagem do filme)

Créditos. De *A Mãe de Todas as Lutas*, 00:32:12, por S. Lira, 2021. Copyright 2021 by Modo Operante.

O enquadramento em plano próximo acentua seus gestos naturais, comuns a muitas donas de casa que cozinham cotidianamente e integram a maior parte da população de menor renda do país. Tal naturalidade e simplicidade oferece-se como contraponto potente às visões dos e das integrantes do Movimento dos Sem-Terra, ao qual Zelzuita pertence. Esse movimento político, hoje provavelmente o mais longo do país, continua sendo insistentemente apresentado pela mídia hegemônica como composto por criminosos que invadem terras que não lhes pertencem. Para se opor a esta versão, o documentário se vale de mais filmes de arquivo que recuperam diversos momentos da luta pela Reforma Agrária no Brasil, desde os anos 1960 até o massacre de Carajás. Cria, deste modo, uma ponte com o que ocorre hoje aquando da expansão do agronegócio, especialmente sobre a floresta amazônica, contribuindo para ampliar a gravidade da crise climática, em função das queimadas e pecuária extensiva que promove (Pompeia, 2021).

As trajetórias de Nélida, Shirley e Maria evidenciam que a luta por mudanças sociais se dá também sob a ótica feminina, em uma perspectiva que faz soar mais forte o que diz Lélia Gonzalez (2020) sobre a realidade histórica das resistências na América

Latina, que se desviavam das questões étnicas e de gênero: “vale notificar que mesmo as esquerdas absorveram a tese da ‘democracia racial’, na medida em que suas análises sobre nossa realidade social jamais conseguiram vislumbrar qualquer coisa além das contradições de classe” (p. 45). María Lugones (2020), ao discutir o conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano, apresenta reflexão similar em torno do gênero, destacando que no quadro elaborado pelo autor “existe uma descrição de gênero que não é questionada, e que é demasiadamente estreita e hiperbiologizada – já que traz como pressupostos o dimorfismo sexual, a heterossexualidade, a distribuição patriarcal do poder e outras ideias desse tipo” (pp. 60–61).

As duas posições reforçam que no atual contexto há a “potencialização política e estratégica das vozes dos diversos segmentos feministas interseccionais e das múltiplas configurações identitárias e da demanda por seus lugares de fala” (Hollanda, 2020, p. 12). Neste cenário e sem incluírem diretamente essas reflexões em suas narrativas, os dois documentários que se constituem a partir das histórias dessas protagonistas, acabam por também se integrarem aos movimentos que projetam o reconhecimento das mulheres como parceiras. Isto é, ao promoverem um deslocamento da centralidade masculina na condução dos embates pelos direitos sociais, econômicos e culturais, ampliam as fissuras que inquietam verdades cristalizadas por um saber histórico que quase nunca reconheceu o gênero feminino como capaz destes papéis.

3. EMBATES CONTRA O EXTRATIVISMO

Após apresentar Nélide na sequência inicial do filme já descrita, na qual ela revela sua relação com a “mãe água”, *Hija de la Laguna* encadeia uma forte explosão (Figura 4) que toma dramaticamente a tela e ocupa a diegese por alguns segundos, sonora e plasticamente. Até aqui, ainda não é possível compreender com clareza os acontecimentos que serão mostrados durante a narrativa. Assim, quem não tem referências extra-fílmicas fica à espreita, procurando pontes para interligar uma cena à outra, compreender que espaços são estes, tentar estabelecer os elos que a retórica inicial de Nélide indicava. No entanto, essa explosão inicial no filme peruano só ganhará sentido pleno ao longo da obra quando pode ser compreendida como principal eixo argumentativo para o estabelecimento de sua contranarrativa. Neste sentido, a inserção da imagem na sequência inicial complementa o prólogo, delimitando uma antagonista (a empresa de mineração) cuja materialidade diegética se dará pelas inserções simbólicas, como essa explosão, ou mencionada na retórica de Nélide.



Figura 4. A explosão toma toda a tela na sequência de abertura de *Hija de la Laguna* (imagem do filme)

Créditos. De *Hija de la Laguna*, 00:02:58, por E.Cabellos, 2015. Copyright 2015 por Guarango.

Essa configuração simbólica se processa de modo distinto em *A Mãe de Todas as Lutas*, que também insere uma explosão muito similar em termos plásticos (Figura 5) às imagens apresentadas no filme peruano, porque, apesar de ambas serem inseridas nas sequências iniciais dos filmes, no caso do documentário brasileiro as marcas de temporalidade alocam as imagens em um momento estrangeiro à realização da obra. Isto é, na sequência existe a informação inscrita de que o cinejornal foi realizado em 1975. Outra diferença marcante está no áudio, pois enquanto no filme peruano a banda sonora amplifica o som da explosão, no brasileiro este é abafado para destacar a narração de uma voz masculina que exalta tanto a exploração de minério em Minas Gerais, um dos estados da região sudeste do país, como o papel positivo da empresa Vale do Rio Doce que, na época, pertencia ao governo federal e era responsável pela extração de minério. Em outros termos, o uso dos materiais de arquivo, neste e em outros momentos do documentário brasileiro, estabelece duas camadas narrativas, criando um diálogo temporal que imbrica na tela passado e presente das duas regiões onde vivem suas protagonistas. No caso da explosão, a referência remete, como colocado, à geologia de Minas Gerais, estado que vivenciou nestes últimos anos duas das maiores catástrofes ambientais da história do Brasil, promovidas por um extrativismo predatório sem fim que, nesta sequência, é exaltado pelo governo ditatorial da época das filmagens: “graças a Minas, o Brasil exporta mais de 125 milhões de toneladas de minério por ano”, exalta a voz masculina do narrador.



Figura 5. A explosão integra reportagem inserida em *A mãe de todas as lutas*, produzida em 1975, em plena ditadura militar brasileira, que exalta a exploração de minério em Minas Gerais pela companhia do Vale do Rio Doce, que gera riqueza para o estado brasileiro (imagem do filme).

Créditos. De *A Mãe de Todas as Lutas*, 00:12:49, por S. Lira, 2021. Copyright 2021 by Modo Operante.

Produzidas, portanto, em tempo e geografias distintas, as explosões circunscrevem o extrativismo de ontem (Acosta, 2016; Araújo, 2020), persistente no neoextrativismo de agora, este que encobre, conforme Maristella Svampa (2019), a manutenção da lógica da colonialidade na América Latina. Para a autora, o grande desafio colocado pelo neoextrativismo é que a ideologia do desenvolvimento embaralha, muitas vezes, políticos de matizes ideológicas distintas e antagônicas. Tal se dá, em termos recentes, graças às condições econômicas iniciadas entre 2000–2003, quando ocorre o consenso das *commodities*, resultante dos “altos preços internacionais dos produtos primários (*commodities*), que tiveram reflexo nas balanças comerciais e no superávit fiscal” (Svampa, 2019, p. 36).

Acosta e Brand (2018) fazem o mesmo diagnóstico, destacando que, até 2014, a ideia de recessão passava ao largo dos países latino-americanos, que ainda se beneficiavam da ampliação dos rendimentos originados das exportações dos produtos primários. Esse cenário trouxe à tona contradições evidentes: países como Equador e Bolívia, que incorporaram em suas legislações o reconhecimento da natureza como sujeito de direitos¹¹, mantiveram suas políticas extrativistas, participando, assim, de um conjunto que

¹¹ A tese sobre os direitos da natureza foi proposta por Christopher Stone, sendo depois apropriada por ambientalistas e base para algumas legislações, como a Constituição do Equador de 2008 (Pontes & Barros, 2016).

se negou a discutir as consequências ambientais desses investimentos. Por outro lado, na visão de Svampa (2016, 2019), como essas atividades implicam ocupação intensa, contínua e extensiva do território pelos mais diversos meios (incluindo a grilagem de terras), de modo a viabilizar investimentos ligados à monocultura, acabaram também ampliando as resistências, mesmo as que se colocavam como aliadas dos governos de centro-esquerda que mantiveram posições ambíguas em torno do agronegócio.

Essa análise é corroborada pela luta empreendida explicitamente em *Hija de la Laguna*, particularmente nas sequências em que o documentário se debruça sobre os protestos mobilizados pela proteção às lagoas e nos diálogos que Nérida trava com o Padre Marco, quando se expõe, frágil e exausta de participar de uma disputa que parece nunca ter fim. Esses embates sustentam a tese de Svampa (2019) quanto ao “giro ecoterritorial” (p.147) cuja origem estaria, segundo ela, nas noções de justiça ambiental formulada nos anos 1980 nas comunidades negras dos Estados Unidos e que se estenderam para outros países. Genericamente, a proposta é formulada considerando o direito à vida em um meio ambiente seguro para todas as populações, em especial as dos povos originários. Na América Latina, um dos conceitos que balizam esse giro é o *bem viver*, que se apresenta como uma estratégia de alcance global, que tem como premissa se colocar como antagonista radical ao modo de vida ocidental, em contundente crítica ao eurocentrismo e sua concepção de desenvolvimento econômico e social.

Apresentada por seus adeptos como uma ideia em construção, ampla e com limites conceituais fluídos, a proposta política *bem viver* ganhou fôlego no continente latino-americano por assumir inspiração e reverência aos conhecimentos dos seus povos ancestrais que “mesmo tendo sido inviabilizados, marginalizados ou abertamente combatidos, seus valores, experiências e práticas atravessaram toda a Conquista, a Colônia e a República. E continuam presentes, com força renovada”, aponta Alberto Acosta (2016, p. 73). De modo próximo, Svampa (2019) avalia que há hoje, na América Latina, um marco comum de significações que articula lutas indígenas e novas militâncias territoriais/ecológicas e feministas, sendo que estas últimas, segundo a autora, apontam para a expansão das fronteiras do direito, em clara oposição ao modelo dominante. Um foco que é assumido em investimentos plásticos e narrativos distintos em *Hija de la Laguna* e *A Mãe de Todas as Lutas*, isto é, a partir de operações de *mise-en-scène* que demarcam ritmos diferentes quanto à possibilidade de se criar pontes entre o que se passa na tela e o cenário de crise ambiental desenhado midiaticamente em amplos temas, como ocorreu com a contenção das armas nucleares nos anos 1980 e, agora, com a crise climática, colocada de forma massiva pelo óscar dado ao filme-palestra de Al Gore, *Uma Verdade Inconveniente* (Guggenheim, 2006).

Este, justamente criticado pelas simplificações que apresenta, tem o inegável mérito de popularizar a questão. No entanto, ao responsabilizar o indivíduo e colocar o enfrentamento do aquecimento global como um imperativo moral e não político, não questiona “o consumo, os padrões de desenvolvimento, o paradigma econômico vigente” (Dias, 2007, p.3), mantendo os mecanismos narrativos que continuam legitimando os impérios ocidentais modernos, como são os Estados Unidos. “Em resumo, levantar a questão do colonialismo perturba a tranquilidade e a segurança do sujeito-cidadão

moderno e das instituições modernas”, aponta Maldonado-Torres (2023, p. 33). Para este autor, frente às possibilidades de se escamotear o colonialismo e a descolonização hoje, é preciso distinguir que

colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais; o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a ‘descoberta’; e colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais (pp. 35–36).

Narrativamente, *Hija de la Laguna* assume essa compreensão criando um percurso narrativo que interliga a comunidade rural de Cajamarca a Totorola, região andina da Bolívia, a Amsterdã, nos Países Baixos. Os elos entre estes lugares, que têm tempo de tela diferenciado em função do protagonismo de Nélide, é a relação com o ouro, sendo que nos dois países latinos vive-se as consequências da sua exploração. Isto é, a terra árida, contaminada, que praticamente inviabiliza na Bolívia a produção da batata, principal produto alimentar da região e, em Cajamarca, onde além da perda das terras há a mortandade dos peixes, a escassez da água e o envenenamento pelo ar causado pelas grandes ventanias comuns em regiões altas, que levantam os dejetos que são depositados diretamente no solo (Alier, 2018, pp. 147–148). Já Amsterdã é inserida na diegese pela presença de uma *designer* de jóias, vista em seu local de trabalho e em seu espaço privado, quando brinca afetivamente com seu filho ainda bebê. São abordagens em que prevalecem os enquadramentos a média distância, que privilegiam os espaços e implicam em percepção emocional, especialmente pelos contrastes entre as mulheres do Peru e Bolívia e a que mora em Amsterdã, pois enquanto as primeiras vivem um cotidiano atravessado pela lida diária pela sobrevivência, a que está na Europa habita um lugar limpo e adornado com obras de arte, em que parece não haver conflito entre, por exemplo, a jornada de trabalho e a maternidade, uma realidade quase nunca possível às mulheres latino-americanas de baixa renda.

4. A RELAÇÃO COM O “OUTRO”

Se no documentário peruano a argumentação corrobora a permanência das marcas da colonialidade no tempo presente a partir das várias situações que mostram — por exemplo, a diferença de tratamento do mundo natural pelos povos originários e governos que privilegiam as grandes empresas —, em *A Mãe de Todas as Lutas* explicita-se essa continuidade pelo resgate dos citados materiais de arquivo, tanto fotos como trechos dos filmes institucionais. A opção torna tangível um engendramento narrativo que demonstra sua postura decolonial ao garantir a presença das epistemes indígenas, conformadas, nesta sequência da obra, pelo conjunto de dez fotografias. Estas representam situações variadas e expressam, ao mesmo tempo, como o branco observava e agia em relação aos povos originários em outras épocas, situação que é mantida até hoje,

conforme retórica de Shirley Krenak que o filme apresenta. Neste sentido, incluir não só fotos posadas em que os indígenas olham diretamente para a câmera, mas também flagrantes do cotidiano, corrobora o imaginário perpetuado historicamente que acentua a distância entre as culturas, em processo de desvalorização da indígena, se considerarmos o quanto a ideia do desenvolvimento urbano e científico foram positivados linearmente. Não é à toa, portanto, que se tem nesta sequência uma dupla usando arco e flecha, uma mulher carregando uma criança nas costas, um pequeno grupo friccionando palitos de madeira para produzir o fogo (Figura 6). Essa última foto, aliás, é a única que tem uma legenda que identifica as pessoas como botocudos, denominação genérica dada pelos colonizadores a diferentes grupos indígenas pertencentes ao tronco macro-jê, também chamados de aymorés.



Figura 6. Após o prólogo, marcado pela aparição quase fantasmagórica de Krenak, o filme inicia com uma sequência de dez fotos de indígenas do tronco macro-jê (imagem do filme)

Créditos. De *A Mãe de Todas as Lutas*, 00:04:43, por S. Lira, 2021. Copyright 2021 by Modo Operante.

Todas essas imagens fotográficas deslizam lentamente pela tela ao som de chochinhos dos povos originários. O ritmo lento, a ausência de qualquer retórica explicativa e a dimensão temporal distante em função do preto e branco, criam um efeito dramático muito pungente, em especial pela evidente fragilidade física das crianças indígenas que aparecem em algumas fotos e evocam a situação recente dos Yanomami famélicos e doentes, em imagens que circularam mundialmente no início de 2023. Passado e presente inexoravelmente vinculados, modernidade e colonialidade imbricadas por esse material plástico que estava armazenado ao molde do colonizador, isto é, como arquivo de museu, e que se revela ainda mais potente no fluxo narrativo, justamente porque o roteiro e montagem dão a ver, na sequência, a voz e imagem do poder que continua criando artifícios para negar os direitos dos povos originários.

A engenhosidade narrativa se revela na insistência com que insere um dos símbolos mais marcantes da modernidade — um trem — que ainda está carregado de minérios. Faz-se, deste modo, a transição entre a representação indígena e a exaltação do discurso colonial, ampliado pela narração que engrandece o alferes francês Guido Manieri, apresentado no filme em áudio original¹² como alguém “que acompanhou Dom João VI em sua vinda ao Brasil, e que mais tarde tornou-se uma figura ímpar, protetor de todos contra os silvícolas brasileiros, especialmente os famigerados boto-cudos do rio doce”. Este e outros trechos da película que foi integrada à narrativa do documentário, enaltecem as conquistas do homem branco destacando que “onde a onça campeava, pasta sossegadamente o zebu; onde o índio era um ser desprezível e bruto, hoje é uma enfermaria e uma escola; e o índio, sob a égide da lei, é um cidadão”. O discurso novamente contrasta vivamente com a memória oral de Shirley Krenak, estabelecendo um confronto de valores que exige um posicionamento do espectador em relação ao direito de os povos indígenas manterem suas terras, sua cultura. Ou seja, o cotejo que a montagem oferece traz à tona a forma como cada povo se relaciona com a natureza e um momento da história brasileira que não esconde como enxergava o considerado “outro”, o indígena.

O contraste mais evidente entre as culturas indígenas e não-indígenas, que incluem uma série de marcas culturais como as pinturas no corpo de Shirley Krenak e a manutenção do vestuário e determinados adereços e modos de se pentear de Nélida, é mais diluída em relação a Maria. Neste caso, são as marcas das diferenças sociais que irrompem na tela, traduzidas, especialmente, pela referência direta ao Movimento dos Sem-Terra, citado anteriormente: esse “outro” que é tratado quase hegemonicamente pela mídia como criminoso, como à margem de uma sociedade em que o direito à propriedade é colocado acima do direito à vida. Considerando, portanto, as escolhas narrativas, verificamos que as singularidades biográficas de Nélida, Shirley e Maria, confirmam as lúcidas consciências dessas sujeitas sobre a interioridade de seu ser, sobre a realidade mundo e sobre as condições ambientais, culturais e históricas que condicionam suas existências, inclusive de como o “outro” as reconhece. Isso porque, sem desarticularem a compreensão da complexidade do mundo, os dois documentários se desviam das tipologias sociais, revertendo a disjunção entre o objeto e o sujeito do conhecimento, fundação incontornável da modernidade eurocêntrica. Investindo em subjetividades configuradas pela violência do processo colonial que persiste, cada obra se mostra capaz de desvelar vivências emancipatórias, que forjaram cada protagonista e as pessoas em seu entorno.

O fato é que problematizar narrativas que buscam a emersão de outros vínculos com uma natureza que está distante da maior parte da população latino-americana — já que cerca de 81% destas pessoas vivem nas cidades —, significa, também, observar e acompanhar desdobramentos que estas obras trazem tanto em sua materialidade fílmica como nas travessias midiáticas que permitem empreender. Tal se dá, a nosso ver,

¹² Película do acervo do Museu do Índio (Funai), neste caso sem data, mas presumivelmente produzida entre os anos 1960-1970.

porque no jogo discursivo desses projetos, a adesão às causas perpetradas está, como sempre, estabelecida em relação dialética, ou seja, sem a experiência mítica-profética da interação emocional e de sentido da vida integrada à natureza — somos parte, e não somos animais à parte da natureza — sempre haverá espaço para as ambiguidades que permitem a manutenção da opressão e o desejo do extermínio, como acompanhamos nestas obras em diversos momentos, alguns bem explícitos como as cenas de confronto dos movimentos sociais com a polícia tanto no documentário peruano como no brasileiro, este último resgatando o massacre de Carajá, como vimos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo foi discutir as possíveis contribuições que os documentários *Hija de la Laguna* (Cabellos, 2015) e *A Mãe de Todas as Lutas* (Lira, 2021), trazem para a constituição de uma nova sensibilidade em relação à natureza, distinta tanto do *logos* europeu, como dos discursos ambientais a que se refere negativamente Malcom Ferdinand (2022), ao avaliar que estes tendem a apagar as diferenças sociais e políticas dos impactos causados pela destruição do planeta. Sob essa perspectiva e a partir da análise fílmica, o texto promoveu um cotejo entre o que aponta o movimento decolonial e as narrativas documentárias, observadas não só pelos temas abordados, mas pelas estratégias estéticas e estilísticas de que se valem. Para tanto, enfatizou a construção cênica e retórica das protagonistas, localizando-as no contexto do feminismo comunitário, uma das teorias que se coloca como integrada à luta decolonial; destacou a temática do extrativismo e neoextrativismo, vista por diversos autores (Acosta & Brand, 2018; Araújo, 2020; Svampa, 2016, 2019), como basilar à vigência das relações originadas desde o período colonial e, ainda, demarcou a manutenção de um processo de diferenciação que constitui um “outro” marginal, seja uma indígena, ou uma trabalhadora rural sem-terra, situação que, quase sempre, normaliza relações de opressão e ausência de direitos, justificando ações de violência explícitas ou invisibilizadas.

Por considerar que a cultura audiovisual vigente hoje contribui, significativamente, para a produção de sentidos e percepções do mundo, a análise teve a pretensão de permitir não só uma melhor apreciação das obras, mas de localizá-las em um contexto de lutas e resistências às ações predatórias que impactam não só as protagonistas e suas comunidades, mas que podem se desdobrar por inferências. Uma delas, e que foi central ao foco nos dois documentários, é a da compreensão de que a crise climática deve ser entendida em um escopo amplo, incorporando a luta pela posse da terra e a forma como o humano se relaciona com ela — por exemplo, a sua não transformação em amplos pastos — bem como a luta pela manutenção de mananciais aquíferos, já que, por mais distantes que estes pareçam ser, seus desaparecimentos promovem desertificação, entre outras consequências.

É claro que, como destacado em outro momento, essas obras têm que ser percebidas como produtos culturais que fazem parte de um grupo maior, no caso, a intensiva realização de documentários (Ramos, 2008) e, dentre eles, os que focam a temática ambiental (Duvall, 2017). Tal cenário se dá pela ampliação dos movimentos

ambientalistas e pela manutenção de um olhar que tem como um dos seus marcos a construção de “um cinema anticolonialista militante na forma de documentário” (Shohat & Stam, 2006, p. 373) que se constitui a partir de meados de 1960. Deste período até agora houve, obviamente, muitas mudanças e críticas. Destas, destacamos no texto, em sintonia ao que coloca Julieta Paredes Carvajal (2020) e já havia apontado anteriormente Lélia Gonzalez (2020), a crítica a um posicionamento político assumido no espectro da esquerda que se pautou, exclusivamente, pelas questões sociais e econômicas, ignorando as diferenças e desigualdades opressoras de gênero e étnicas. Por isso mesmo, evidenciamos, na análise, as contribuições dos dois documentários quanto a esse diagnóstico.

Consideramos necessário apontar ainda o quanto o movimento ou teoria decolonial — cabem as duas conceituações — acabam por convocar abordagens e propostas que se colocam atravessadas pela crítica à manutenção da colonização em várias dimensões a despeito do fim da colonização formal e da conquista da independência econômica e política dos países latino-americanos, como nos alerta Maldonado-Torres (2023). Sob essa ótica, os legados do colonialismo continuam existindo nos diversos níveis de organização social, o que coloca a decolonialidade como “uma luta viva no meio de visões e maneiras competitivas de experienciar o tempo, o espaço e outras coordenadas básicas de subjetividade e sociabilidade humana” (Maldonado-Torres, 2023, p. 29). É esse processo que permite o alinhamento com a proposta política *bem viver*, que reconhece, como referenciado no texto, sua matriz vinculada (mas não exclusiva) aos povos originários: suas cosmovisões, as relações que estabelecem com o mundo natural, o modo como mantêm suas tradições e conhecimentos. Isto é, uma posição que está presente nos dois filmes, mesmo que não nomeada literalmente.

Enfim, assumindo que também cabe à academia analisar os produtos expressivos e culturais do nosso tempo por reconhecer o quanto eles integram os imaginários cotidianos em uma sociedade midiaticizada, investimos neste processo investigativo-analítico que reforça, em síntese, o pareamento de determinadas lutas como integradas às urgências ambientais. Essa posição implica também, em sintonia com os filmes, a busca por justiça social. Ou seja, sem justiça social não se supera nenhuma crise ecológica. Justiça social e histórica é o que reivindica Shirley Krenak. Personalidade solar, sua presença na tela reivindicando o que pertence a ela e seu povo escancara o genocídio dos povos indígenas, nunca interrompido no Brasil. Raramente foram ouvidos os que ainda convivem com promessas de acesso e propriedade da terra, situação que se realiza a conta-gotas e sob enfrentamento contínuo, sendo os sem-terra brasileiros tantas vezes criminalizados nas suas justas reivindicações, como ocorreu com Maria Zelzuita, que sobreviveu ao massacre e não desistiu. E, finalmente, é pelo direito à água, sem a qual não há vida, que Nélida, essa personagem lunar e resiliente, continua sua luta. Talvez por isso, o momento de comunhão mais potente do filme seja o plano em que ela faz uma homenagem aos cinco militantes assassinados pela polícia peruana na Marcha pela Água: lentamente, Nélida solta na lagoa uma foto de cada um e, em seguida, deposita flores que seguem, como as imagens, o fluxo das águas.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro pelo apoio à pesquisa na qual este artigo se integra (Edital APQ1-2019); ao diretor Ernesto Cabellos, à produtora Modo Operante Produções Culturais e à diretora Susanna Lira por gentilmente autorizarem o uso das imagens das obras.

REFERÊNCIAS

- Acosta, A. (2016). *O bem viver — Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Autonomia Literária; Elefante.
- Acosta, A. & Brand, U. (2018). *Pós-extrativismo e decrescimento — Saídas do labirinto capitalista*. Elefante.
- Alier, J. M. (2018). *O ecologismo dos pobres: Conflitos ambientais e linguagens de valoração* (2ª ed.). Contexto.
- André. (2012, 12 de janeiro). *A água contra o ouro, na Minas Conga, no Peru*. Instituto Humanistas Unisinos. <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/505632-a-agua-contra-o-ouro-na-minas-conga-no-peru>
- Aróz, H. M. (2020). *Mineração, genealogia do desastre — O extrativismo na América como origem da modernidade*. Elefante.
- Aumont, J. & Marie, M. (2009). *A análise do filme*. Edições Texto & Grafia.
- Barbosa, C. (2020, 17 de abril). *Massacre de Eldorado do Carajás completa 24 anos: “Um dia para não esquecer”*. Brasil de Fato. <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/17/massacre-de-eldorado-do-carajas-completa-24-anos-um-dia-para-nao-esquecer>
- Bragança, M. (2011). Metáforas à mesa: Bustillo Oro, Buñuel, Ripstein e o melodrama familiar mexicano. In T. Amancio & M. C. Tedesco (Eds.), *Brasil – México: Aproximações cinematográficas* (pp. 169–189). Editora da UFF.
- Cabellos, E. (Diretor). (2015). *Hija de la laguna* [Filme]. Guarango – Cine e Vídeo.
- Carvajal, J. P. (2020). Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In H. B. Hollanda (Ed.), *Pensamento feminista hoje — Perspectivas decoloniais* (pp. 195–204). Bazar do Tempo.
- Castro, J. E., Heller, L., & Morais, M. P. (Eds.). (2015). *O direito à água como política pública na América Latina — Uma exploração teórica e empírica*. Ipea.
- Dilger, G. & Pereira Filho, J. (2016). Apresentação à edição brasileira – Ousar pensar “fora da caixa”. In Dilger, G., Lang, M., & Pereira Filho, J. (Eds.). *Descolonizar o imaginário: Debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento* (pp. 13-22). Fundação Rosa Luxemburgo.
- Dias, S. (2007). Uma verdade inconveniente. *Com Ciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, (85).
- Domingues, J. E. (s.d.). *Prisão de Atahualpa, imperador inca*. Ensinar História. <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/prisao-de-atahualpa-imperador-inca/>
- Duvall, J. A. (2017). *The environmental documentary — Cinema activism in the twenty-first century*. Bloomsbury Academic.
- Fanon, F. (2005). *Os condenados da Terra*. Editora da UFJF.
- Ferdinand, M. (2022). *Uma ecologia decolonial — Pensar a partir do mundo caribenho*. Ubu Editora.

- Ferreira, L. C. (Ed.) (2011). *A questão ambiental na América Latina*. Editora Unicamp.
- Ferreira, L. C. (2012). *A questão ambiental — Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. Boitempo.
- Gonzalez, L. (2020). Por um feminismo afro-latino-americano. In H. B. Hollanda (Ed.), *Pensamento feminista hoje — Perspectivas decoloniais* (pp. 38–51). Bazar do Tempo.
- Guggenheim, D. (Diretor). (2006). *Uma verdade inconveniente* [Filme]. Laurence Bender Productions; Paramount Vantage.
- Hollanda, H. B. (2020). Introdução. In H. B. Hollanda (Ed.), *Pensamento feminista hoje — Perspectivas decoloniais* (pp. 10–34). Bazar do Tempo.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Leff, E. (2012). *Aventuras da epistemologia ambiental — Da articulação das ciências ao diálogo dos saberes*. Cortez.
- Linhares, M. Y., & Silva, F. C. T. (2021). *Terra prometida — Uma história da questão agrária no Brasil*. Expressão Popular.
- Lira, S. (Diretora). (2021). *A mãe de todas as lutas* [Filme]. Modo Operante Produções Culturais Ltda.
- Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. In H. B. Hollanda (Ed.), *Pensamento feminista hoje — Perspectivas decoloniais* (pp. 52–83). Bazar do Tempo.
- Maldonado-Torres, N. (2023). Analítica da colonialidade e da decolonialidade: Algumas dimensões básicas. In J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres & R. Grosfoguel (Eds.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (2ª ed., pp. 27–53). Autêntica.
- Pompeia, C. (2021). *Formação política do agronegócio*. Elefante.
- Quijano, A. (2019). *Ensayos en torno a la colonialidad del poder*. Del Signo.
- Ramos, F. P. (2005). Introdução. In Ramos, F.P. (Org). *Teoria contemporânea do cinema. Volume II — Documentário e narrativa ficcional* (pp. 14–23). Editora Senac.
- Ramos, F. P. (2008). *Mas, afinal... O que é mesmo documentário?* Senac.
- Santos, A. B. (2015). *Colonização, quilombos. Modos e significados*. UnB; INCTI.
- Santos, A. B. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Ubu Editora; PISEAGRAMA.
- Segato, R. (2021). *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Bazar do Tempo.
- Shohat, E., & Stan, R. (2006). *Crítica da imagem eurocêntrica*. Cosac Naify.
- Sul 21. (2011, 30 de novembro). *Sob pressão popular, projeto de mineradora é suspenso no Peru*. <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-internacional/2011/11/depois-de-pressao-popular-projeto-de-mineradora-e-suspenso-no-peru/>
- Svampa, M. (2016). Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais — Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In G. Dilger, M. Lang & J. Pereira Filho (Eds.) (2016). *Descolonizar o imaginário: Debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento* (pp. 140–171). Fundação Rosa Luxemburgo.

Svampa, M. (2019). *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina — Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. Elefante.

Zibechi, R. (2022). *Territórios em rebeldia*. Elefante.

NOTA BIOGRÁFICA

Denise Tavares é professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano e do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. É doutora em Integração Latino-americana (Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo), pesquisa o documentário latino-americano, sendo autora de diversos textos sobre o tema. Co-organizou, entre outras, as obras *Protagonismo Midiático e Pandemia — Atravessar Ruínas, Reencantar o Mundo* (2023), *Mídia e Cotidiano no Ensino Básico — Letramento Midiático: Desafios, Propostas* (2023) e *Emoções e Razões Midiáticas — Narrativas e Imagens nas Redes Sociais e Audiovisual*. É também escritora e poetisa, sendo autora de *Encontro — Quase Poesia* e do livro infanto-juvenil *O Gata da Clara*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5692-7356>

E-mail: denisetavares51@gmail.com

Morada: Campus Gragoatá, prédio IACS Novo. Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, São Domingos, CEP 24210-201, Niterói — Rio de Janeiro, Brasil.

Submissão: 20/11/2023 | Aceite: 11/04/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

SONDAR AS PERCEÇÕES DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EM ENCLAVES VULNERÁVEIS: REALIDADES RESILIENTES NO MUNICÍPIO DE BUFFALO CITY, ÁFRICA DO SUL

Natal Buthelezi

Department of Urban and Regional Planning, University of the Free State, Bloemfontein, África do Sul

RESUMO

Num cenário marcado pela turbulência do século XXI, as alterações climáticas surgem como uma crise iminente e urgente, particularmente acentuada nas áreas urbanas afetadas pela pobreza, onde os seus impactos se manifestam de forma mais severa. Apesar da importância de compreender as perceções públicas para promover uma resiliência eficaz às alterações climáticas, há ainda uma lacuna considerável no que toca a investigação diferenciada nos aglomerados populacionais informais da África do Sul. Este estudo emprega uma abordagem de métodos mistos para explorar como os fatores cognitivos, emocionais, motivacionais e culturais influenciam a resiliência ou vulnerabilidade dessas comunidades aos riscos associados às alterações climáticas. O consenso predominante na literatura sugere uma tendência geral de subestimação dos riscos das alterações climáticas entre os residentes. No entanto, este artigo defende que as estratégias inovadoras e com recursos limitados observados nessas comunidades sugerem um grau significativo de capacidade de ação e preparação para enfrentar esses desafios. Este estudo revela a interação entre iniciativas individuais, redes sociais, canais de informação, práticas culturais e dinâmicas de poder na formação das perceções das alterações climáticas. É recomendada a integração de medidas de adaptação locais e económicas em enquadramentos políticos mais amplos. Em conclusão, o estudo sublinha a importância de educar os residentes de aglomerados populacionais informais, de promover a participação da comunidade e de utilizar os conhecimentos locais de adaptação e as técnicas de desenvolvimento sustentável para construir um futuro resiliente e equitativo para os habitantes do município de Buffalo City.

PALAVRAS-CHAVE

conhecimento tradicional, aglomerados populacionais informais, vulnerabilidade, perceção pública, adaptação

PROBING CLIMATE CHANGE PERCEPTIONS IN VULNERABLE ENCLAVES: RESILIENT REALITIES IN THE BUFFALO CITY MUNICIPALITY, SOUTH AFRICA

ABSTRACT

Under the turbulent environment of the 21st century, climate change emerges as a menacing and urgent crisis, especially in urban poverty-stricken areas, where its impacts are most acutely felt. Despite the importance of understanding public perceptions to foster effective climate change resilience, there still exists a notable gap in nuanced scholarship within the informal settlements of South Africa. This study employs a mixed-method approach to explore how cognitive, emotional, motivational and cultural factors affect these communities' resilience or vulnerability to climate-related hazards. The prevailing consensus in the literature suggests a general underestimation of climate change risks among residents. However, this paper contends that

innovative, resource-constrained strategies observed in these communities suggest a significant degree of agency and preparedness to confront these challenges. This study sheds light on the interplay between individual actions, social networks, information channels, cultural practices, and power dynamics in shaping climate change perceptions. It recommends integrating local, cost-effective adaptation measures into wider policy frameworks. In conclusion, the study emphasises the importance of educating informal settlement residents, harnessing community participation and utilising local adaptation knowledge and sustainable development techniques to forge a resilient and equitable future for the inhabitants of Buffalo City Municipality.

KEYWORDS

traditional knowledge, informal settlements, vulnerability, public perception, adaptation

1. INTRODUÇÃO

A intensificação da crise das alterações climáticas, marcada por fenómenos climáticos globais mais frequentes e severos, representa um grande desafio, especialmente nas áreas urbanas da África Subsariana (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2022). Nestas áreas, as populações mais desfavorecidas são cada vez mais vulneráveis ao aumento dos fenómenos meteorológicos extremos, como inundações, vagas de calor e secas, agravados por uma clara falta de capacidade de resposta a estes impactos (van der Walt & Fitchett, 2021). A sua vulnerabilidade é agravada pelo acesso limitado a infraestruturas essenciais e pela localização precária das habitações em ambientes urbanos, o que torna estes agregados familiares altamente suscetíveis a impactos climáticos, ainda que ligeiros, com consequências graves para os seus meios de subsistência (Chirisa & Nel, 2022). A África do Sul não foi poupada a este impasse, como demonstrado pela crescente frequência e intensidade de fenómenos meteorológicos extremos ao longo da última década (Drivdal, 2016; Williams et al., 2019). Estas condições provocaram danos significativos nas infraestruturas e na perda de vidas, sobretudo nos aglomerados populacionais informais. Entre os acontecimentos mais significativos registados recentemente contam-se as inundações em Durban, na Cidade do Cabo e de Buffalo City em 2018, 2022 e 2023 (Grab & Nash, 2023).

Esta vulnerabilidade inerente suscitou uma necessidade premente de desenvolver estratégias de adaptação para evitar, mitigar, preparar e recuperar das repercussões dos riscos das alterações climáticas (Mahl et al., 2020). Leiserowitz (2006) afirma que a percepção, a compreensão e a atitude do público relativamente às alterações climáticas são unanimemente reconhecidas como um fator crucial para fazer face a este fenómeno global. Assim, mais de três décadas de investigação exaustiva têm-se focado neste tema, com a maioria dos estudos a incidir no contexto do Norte Global (Bamberg et al., 2015; Bord et al., 1998; Sullivan & White, 2019). Esta tendência persiste apesar do sexto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change; IPCC) afirmar que os impactos das alterações climáticas são particularmente graves no Sul Global, destacando a urgência de direcionar maior atenção para esta região.

O governo sul-africano promoveu iniciativas louváveis nos seus esforços para mitigar os desafios apresentados pelas alterações climáticas (Godsmark et al., 2019). No entanto, existe uma lacuna significativa na investigação sobre as percepções públicas das alterações climáticas, particularmente na área de estudo do Município de Buffalo City (MBC) e nas áreas urbanas da África do Sul em geral (Dobson et al., 2015). O consenso na comunidade académica sublinha a importância de compreender as percepções públicas sobre as alterações climáticas e as suas implicações para o desenvolvimento de estratégias de intervenção adaptativas de baixo custo (van Valkengoed & Steg, 2019). É de salientar que o MBC apresenta uma paisagem urbana fragmentada e racialmente dividida, caracterizada por desigualdades acentuadas, contribuindo para a vulnerabilidade desproporcional da população mais desfavorecida aos riscos das alterações climáticas (Buffalo City Metropolitan Municipality, 2022; Seethal et al., 2021). Esta vulnerabilidade, por sua vez, influencia as tendências comportamentais destes grupos e molda as suas percepções das consequências positivas ou negativas associadas aos riscos das alterações climáticas (Ballantyne & Oelofse, 1999). É, portanto, imperativo aumentar a consciencialização do público relativamente às alterações climáticas, promovendo a familiaridade com termos e conceitos pertinentes. Isto sublinha a necessidade premente de estabelecer uma relevância local para as alterações climáticas, salientando as ligações profundas entre os padrões climáticos globais, os padrões comportamentais e as consequências socioeconómicas.

O objetivo deste estudo é analisar de que forma as disparidades socioeconómicas, a aplicação de sistemas de conhecimentos tradicionais localizados e as normas culturais moldam as percepções dos riscos das alterações climáticas entre os residentes de aglomerados populacionais informais e influenciam as suas estratégias de adaptação. O estudo explora um ambiente complexo, profundamente associado a crenças sobre a existência das alterações climáticas, à influência humana, à consciência das suas causas e do seu impacto, às diversas interpretações dos riscos que estas representam e às diferentes opiniões sobre o papel da comunidade na adaptação ao seu impacto. Através de uma abordagem de métodos mistos, o presente artigo descreve a natureza multifacetada das percepções públicas, documenta o conjunto de medidas tomadas em resposta às alterações climáticas e avalia a sua eficácia. O seu objetivo é propor recomendações baseadas em evidências para a intervenção política em prol das comunidades vulneráveis. Para atingir os seus objetivos, a investigação assenta em quatro questões principais: (a) de que forma os fatores socioculturais, cognitivos, motivacionais e baseados em valores influenciam as percepções dos riscos das alterações climáticas entre os residentes de aglomerados populacionais informais?; (b) que estratégias de adaptação são utilizadas pelos residentes de aglomerados populacionais informais para mitigar os efeitos das alterações climáticas?; (c) que obstáculos impedem uma adaptação eficaz nos aglomerados populacionais informais?; e (d) que políticas poderia o Estado implementar para reforçar o apoio à adaptação às alterações climáticas nessas áreas?

O estudo baseia-se num enquadramento teórico integrado para alcançar uma compreensão holística e multidimensional dos comportamentos relacionados com as

alterações climáticas. Esta abordagem explora a complexa interação entre as percepções e as ações no contexto dos impactos das alterações climáticas nos aglomerados populacionais informais. As secções seguintes do presente artigo estão organizadas da seguinte forma: A Secção 2 faz uma revisão da literatura existente sobre a correlação entre as alterações climáticas e a desigualdade, a aplicação do conhecimento local na resiliência às alterações climáticas e os fatores socioeconómicos que influenciam a sensibilização para as alterações climáticas. A Secção 3 apresenta o contexto do estudo de caso no MBC; a Secção 4 descreve o enquadramento teórico que dá forma a este estudo; a Secção 5 explica a metodologia de investigação utilizada; e a Secção 6 apresenta os principais resultados. Por último, as secções 7 e 8 apresentam recomendações e conclusões para futura investigação.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. A INTERSECÇÃO ENTRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E AS DISPARIDADES DE DESIGUALDADE

As desigualdades sociais denotam processos relacionais no seio da sociedade que resultam numa distribuição desigual de recompensas ou no acesso a oportunidades, quer dentro de cada grupo, quer entre grupos (Gradín et al., 2021; World Bank, 2018). Nas suas diversas manifestações em escalas territoriais, a desigualdade tem um impacto profundo no bem-estar humano (O'Donnell et al., 2015). No contexto sul-africano, a desigualdade territorial está diretamente relacionada com os legados raciais históricos, particularmente decorrentes da era do *apartheid*, e persiste como um desafio aterrorizante (Todes & Turok, 2018). Esta desigualdade persistente é notória nas disparidades profundas determinadas pela localização geográfica das suas habitações, pela prestação de serviços de infraestruturas e pela presença ou ausência de oportunidades económicas (Turok, 2018). Apesar das constantes transformações demográficas na classe média, a maioria empobrecida encontra-se frequentemente marginalizada nestas áreas (Kovacevic & Calderon, 2014).

As correlações entre as alterações climáticas e a desigualdade social são complexas e estão ainda em processo de desenvolvimento (Singer, 2018). Porém, Bosetti et al. (2021) afirmam que os conhecimentos cumulativos dos estudos existentes sugerem que as alterações climáticas desempenham um papel fundamental na definição da trajetória das sociedades humanas, sendo a sua prevalência e intensidade dependentes de fatores geográficos e socioeconómicos. As alterações climáticas aceleram a degradação ambiental, marcada por uma frequência crescente de catástrofes naturais (Nadeau et al., 2022). As repercussões tanto da deterioração ambiental gradual como dos choques abruptos afetam desproporcionalmente as populações vulneráveis (Donadelli et al., 2017) e amplificam a desigualdade dentro e entre comunidades (Hsiang et al., 2019). Islam e Winkel (2017) propõem três mecanismos que contribuem para que a desigualdade agrave a situação dos grupos marginalizados no contexto das alterações climáticas.

Estes mecanismos englobam uma maior exposição às alterações climáticas, uma maior vulnerabilidade aos impactos dos riscos climáticos e uma menor capacidade para fazer face a esses danos e recuperar dos mesmos.

Na sequência das eleições democráticas de 1994, o governo pós-*apartheid* comprometeu-se a reduzir a desigualdade, promover a inclusão económica e melhorar o padrão de vida do cidadão sul-africano médio (Hundenborn et al., 2018). Apesar dos notáveis avanços na equidade social, uma verdade indiscutível perdura quase três décadas após a independência: a desigualdade continua a ser uma característica proeminente da nossa sociedade, colocando o país entre os mais desiguais do mundo, com um coeficiente de Gini de 0,67 (World Bank, 2018).

2.2. APLICAR CONHECIMENTOS TRADICIONAIS PARA A RESILIÊNCIA ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

No centro da adaptação às alterações climáticas está o recurso inestimável dos Sistemas de Conhecimento Tradicional (SCT). Incorporado nas práticas indígenas e na sabedoria local, os SCT encerram as competências coletivas, as práticas de construção, os mitos, as crenças e a compreensão profunda cultivados em contextos experimentais e dinâmicos específicos (Ajayi & Mafongoya, 2017; United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2017). Este depósito de conhecimentos desempenha um papel fundamental na formação das percepções e sensibilização dos residentes para as alterações climáticas e os riscos ambientais. A transferência intergeracional dos SCT promove uma profunda ligação entre as pessoas e o seu ambiente natural (Leal Filho et al., 2022). O conhecimento tradicional, transmitido de uma geração para outra, é um repositório de estratégias adaptativas concebidas para lidar com as condições ecológicas e sociais variáveis e em evolução (Mutambisi et al., 2020). No domínio cognitivo, os SCT oferecem frequentemente informações valiosas sobre os padrões climáticos locais, as mudanças sazonais e as práticas adaptativas sustentáveis em resposta aos riscos climáticos (Makondo & Thomas, 2018). Estes conhecimentos, aperfeiçoados ao longo do tempo através de experiências e observações diretas, melhoram a compreensão e o reconhecimento da dinâmica ambiental por parte dos indivíduos. Este conhecimento constitui uma base para a resiliência da comunidade face aos desafios climáticos (Mbah et al., 2021). Em caso de perturbações ou ameaças, as comunidades locais aplicam esta informação, frequentemente transmitida oralmente, para se adaptarem aos desafios ambientais (Mugambiwa & Makhubele, 2021). Isto sugere um elevado nível de informalidade na transmissão de conhecimentos, predominantemente orais, na maioria das vezes não documentados e assentes em experimentações, adaptações e inovações quotidianas impulsionadas pelas exigências pragmáticas da vida diária (Ajayi & Mafongoya, 2017). A natureza multifacetada dos sistemas de conhecimento tradicional surge assim como um recurso dinâmico e adaptativo, profundamente enraizado no tecido cultural das comunidades e desempenhando um papel crucial na promoção da resiliência e da sustentabilidade perante as incertezas ambientais.

Petzold et al. (2020) afirmam que o papel essencial dos conhecimentos locais e tradicionais na adaptação às alterações climáticas em aglomerados populacionais informais é frequentemente negligenciado, conduzindo a medidas governamentais de mitigação de catástrofes que não refletem adequadamente as particularidades locais nem integram as práticas e os conhecimentos da comunidade (Audefroy & Sánchez, 2017). Esta omissão afeta os mecanismos locais formais e informais que definem as normas sociais e os comportamentos individuais, reduzindo assim a eficácia, o impacto e o valor destes sistemas tradicionais (Briggs, 2005). O reconhecimento do papel dos SCT é crucial para melhorar a adaptação e a resiliência às alterações climáticas, essencial para alcançar os objetivos da Agenda 2030 e do Acordo de Paris.

2.3. EXPLORAR AS DIMENSÕES SOCIOCULTURAIS DA PERCEÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

As alterações climáticas têm permeado os espaços da vida quotidiana, estando a resposta da sociedade profundamente relacionada com as dimensões socioculturais (Adger et al., 2013). Embora a cultura não tenha uma definição única, é comumente concebida como abrangendo a identidade, os valores, as práticas, os tabus, as visões do mundo, as normas e os objetos, estabelecendo coletivamente significados partilhados em diferentes contextos (Faulkner et al., 2006; Katrini, 2018). Estas componentes culturais influenciam significativamente a compreensão, a perceção e as respostas dos indivíduos aos riscos das alterações climáticas, tendo impacto na forma como interpretam, dão prioridade, agem e percecionam o seu papel na abordagem do fenómeno (Roncoli et al., 2016; Quandt, 2019). As normas socioculturais representam expectativas e comportamentos sociais partilhados que determinam as ações em diferentes situações. Por conseguinte, compreender e aplicar essas normas relacionadas com a tolerância ao risco, a confiança nas fontes de informação, a priorização das ações e a aceitação das respostas é fundamental para promover práticas adaptativas e sustentáveis, tanto a nível individual como comunitário (Few et al., 2020).

Além disso, a cultura desempenha um papel fundamental na construção da interação da sociedade com os sistemas naturais e ambientais (Price et al., 2014). No entanto, Bennoune (2020) destaca a natureza dinâmica dos valores culturais, que, longe de serem estáticos, estão em constante evolução e são influenciados por fatores como classe social, género, saúde, condição social e etnia. Nos contextos locais, os aspetos culturais são gerados e sustentados através de instituições formais e informais, que influenciam consideravelmente as oportunidades de ação (Thomalla et al., 2015). Assim, as comunidades devem adaptar-se continuamente, reavaliando e ajustando os seus sistemas de valores para mitigarem e prepararem-se para os riscos das alterações climáticas, identificando barreiras e facilitadores para uma gestão eficaz desses riscos (Davies et al., 2019). O'Brien e Wolf (2010) argumentam que desvios das normas estabelecidas podem ser vistos como ameaçadores, influenciando as decisões de adotar novas variáveis com base na aceitação cultural e social dos indivíduos ou grupos, bem como nas

oportunidades de acesso às opções disponíveis. Esse dinamismo pode, por vezes, gerar resistência à mudança (Antwi-Agyei et al., 2015), perpetuando um ciclo de resultados negativos e aumentando a exposição de indivíduos e comunidades ao risco.

No entanto, as normas culturais não devem ser vistas apenas como obstáculos à adaptação, pois também podem facilitar ou oferecer possibilidades para a diversificação dos meios de subsistência como medidas de adaptação (Burch, 2011). Reconhecer e gerir estas complexidades da influência cultural é crucial para alcançar esforços mais equitativos e sustentáveis (Curry et al., 2015). Estas perspetivas ajudam a esclarecer as diversas respostas observadas no estudo de caso do MBC, destacando a importância de compreender a relação causal entre a cultura e as perceções e sensibilização para as alterações climáticas.

3. CONTEXTO DO ESTUDO

O MBC está situado na província do Cabo Oriental, na África do Sul, e obteve o estatuto de município metropolitano em 2011, através da fusão das pequenas cidades de King Williams's Town, Bisho, East London e das zonas interiores circundantes. A área metropolitana é constituída por uma população carenciada, em que cerca de 25% dos seus residentes vive em aglomerados populacionais informais, representando 40% do total de agregados familiares da província (Buffalo City Metropolitan Municipality, 2022). O número de aglomerados populacionais informais tem crescido rapidamente em áreas outrora designadas como “zonas tampão”, na maioria inadequadas para o desenvolvimento e suscetíveis a fenómenos meteorológicos graves. Em consequência, locais como Duncan Village (DV), Mzamomhle e Nompumelelo enfrentam riscos contínuos relacionados com o clima, como inundações, aumento das temperaturas, incêndios, ventos fortes e escassez de água (Busayo et al., 2019). A DV, localizada a 5 km de East London CBD, é o aglomerado populacional informal mais densamente povoado do município (Buffalo City Metropolitan Municipality, 2022). A área foi selecionada pela sua relevância geográfica, territorial, política e histórica, que remonta à década de 1880, período marcado pela resistência dos trabalhadores negros contra as tentativas do governo de realojar os residentes em bairros designados para negros (Seethal et al., 2021). A área é também reconhecida como um dos principais focos de catástrofes, dada a sua topografia única, caracterizada por um terreno ondulado, traduzindo-se em diversas configurações de margens de rios e vales íngremes. Estas características dividem a zona em três distritos distintos com altitudes variáveis (Kienest, 2019).

4. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL DO ESTUDO

As perceções de perigo e risco decorrentes das alterações climáticas não seguem necessariamente uma progressão linear, sendo antes resultado de uma interação complexa de fatores cognitivos, socioculturais, motivacionais e assentes em valores (Lee et al., 2015). É essencial compreender esta realidade para formular respostas eficazes

e duradouras às alterações climáticas, especialmente nos aglomerados populacionais informais, onde as vulnerabilidades socioeconómicas intersejam os riscos ambientais, exigindo a criação de estratégias de intervenção adequadas ao contexto. O estudo combina quatro modelos teóricos: o modelo abrangente da percepção dos riscos das alterações climáticas (MAPRAC), a teoria do comportamento planeado, a teoria da motivação para a proteção e a teoria da norma de crença de valor, que serão brevemente discutidos na secção seguinte.

4.1. MODELO ABRANGENTE DA PERCEÇÃO DOS RISCOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O modelo teórico é um modelo sociopsicológico abrangente que integra três dimensões centrais do risco, incluindo fatores cognitivos, experienciais e socioculturais (van der Linden, 2017). As dimensões cognitivas incluem o conhecimento sobre as causas, os impactos e as respostas para fazer face às alterações climáticas. A dimensão do processamento experiencial integra os efeitos e a experiência pessoal relativamente a fenómenos meteorológicos extremos. Por último, as influências socioculturais abrangem as normas sociais e as orientações de valor. Este modelo serve como um enquadramento global que pode incorporar elementos de outras teorias.

4.2. TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEADO

A teoria centra-se na previsão e compreensão das ações sociais individuais, destacando os papéis das atitudes relativamente aos comportamentos, normas subjetivas e controlo comportamental percebido (Ajzen, 1985). A norma subjetiva refere-se à pressão social percebida para adotar um comportamento, moldado pelas expectativas dos outros e pelo acesso do indivíduo a recursos como tempo, dinheiro e conhecimento (Manstead & Parker, 1995). A integração da teoria do comportamento planeado no modelo abrangente permitirá compreender melhor as intenções comportamentais relacionadas com a adaptação às alterações climáticas nos aglomerados populacionais informais, avaliando as atitudes, as normas subjetivas e o controlo comportamental percebido.

4.3. TEORIA DA MOTIVAÇÃO PARA A PROTEÇÃO

A teoria apresenta um quadro para a compreensão da forma como os apelos ao medo conduzem à mudança comportamental (Rogers, 1975), defendendo que as respostas dos indivíduos às ameaças percecionadas envolvem dois processos cognitivos: a resposta e a avaliação da ameaça. A avaliação da ameaça considera a gravidade e a suscetibilidade da ameaça, bem como os benefícios das respostas inadequadas (Norman et al., 2015), enquanto a avaliação da resposta avalia a eficácia das medidas adaptativas com base na eficácia pessoal e nos custos da resposta (Prentice-Dunn & Rogers, 1986). A integração da teoria da motivação para a proteção na análise oferece uma perspetiva motivacional sobre a forma como os indivíduos em aglomerados populacionais

informais percebem os riscos das alterações climáticas e a sua eficácia na implementação de medidas de proteção.

4.4. TEORIA DA NORMA DE CRENÇA DE VALOR

A teoria descreve como os valores humanos ditam as escolhas de ação através de uma via causal sequencial que relaciona crenças, normas, valores e comportamentos (Stern et al., 1999). Define os valores como princípios fundamentais que orientam o comportamento, classificados por ordem de prioridade em função da sua importância nas diferentes situações (Schwartz, 1992). As variáveis-chave incluem a compreensão das consequências, a atribuição de responsabilidade pessoal e as normas pessoais, altruístas, biosféricas, egoístas e de abertura à mudança, identificadas como componentes essenciais. Ao integrar a teoria da norma de crença de valor, é possível analisar a forma como os valores e crenças pessoais influenciam as atitudes e os comportamentos relativamente às alterações climáticas. Esta abordagem apresenta um quadro que considera o impacto dos valores subjacentes às perceções e respostas dos indivíduos, melhorando assim a compreensão das suas atitudes e ações relacionadas com o clima.

Ao integrar estes enquadramentos, ilustrados na Figura 1, o modelo conceptual fornece uma abordagem abrangente para compreender a natureza multifacetada das perceções e comportamentos relativos às alterações climáticas nos aglomerados populacionais informais. Considera fatores cognitivos, emocionais, motivacionais e culturais que, por sua vez, influenciam a resiliência ou a vulnerabilidade destas comunidades aos riscos das alterações climáticas. O modelo conceptual proposto será o quadro de referência que servirá de orientação para a conceção e os métodos de investigação na secção seguinte.

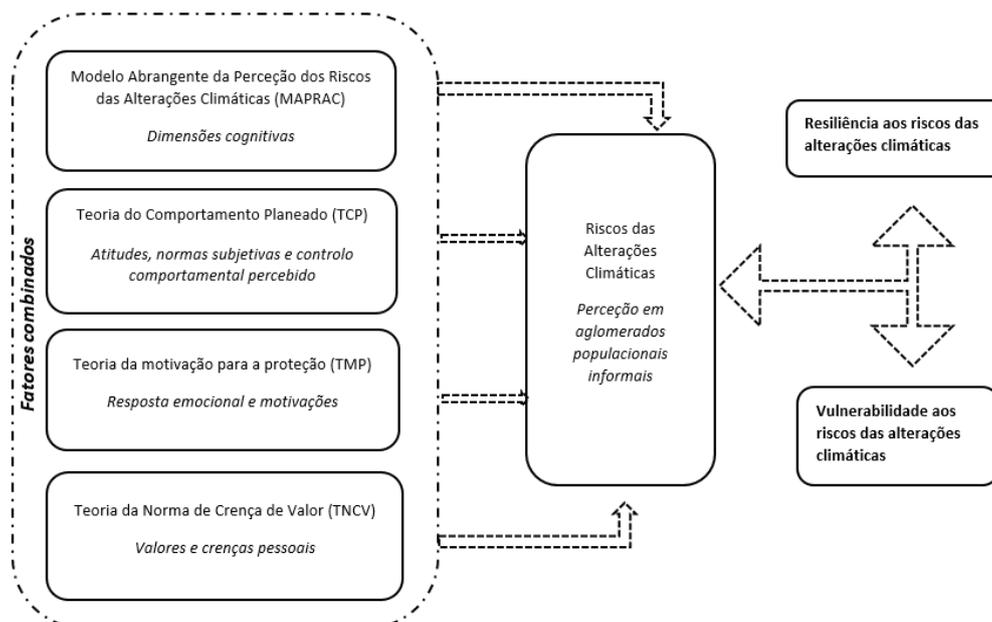


Figura 1. Modelo conceptual da perceção de perigo e risco decorrentes das alterações climáticas

5. CONCEÇÃO E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

O estudo utilizou uma abordagem de método misto durante a recolha de dados no MBC, que decorreu de janeiro de 2022 a março de 2023. Seguindo o modelo conceptual de perceção de perigo e risco das alterações climáticas (PPRAC), o estudo delineou objetivos específicos para cada elemento conceptual, servindo de orientação para a seleção de ferramentas de pesquisa que incluíssem observação participante, narrativas e fotografias dos participantes, entrevistas semiestruturadas, entrevistas por questionário e um grupo focal, conforme ilustrado na Tabela 1. O estudo começou com uma observação inicial do local de estudo para analisar os fatores que influenciam a suscetibilidade aos riscos das alterações climáticas, tais como as infraestruturas, as condições ambientais e a dinâmica da comunidade. Estas observações serviram de base para a conceção das ferramentas de recolha de dados, permitindo que os residentes locais participassem e partilhassem as suas experiências e conhecimentos sobre as alterações climáticas e os mecanismos de resposta.

ELEMENTO CONCEPTUAL	OBJETIVO MEDIDO	FERRAMENTAS
Modelo abrangente da perceção dos riscos das alterações climáticas	Dimensões cognitivas: análise dos conhecimentos dos residentes sobre as alterações climáticas	Entrevistas, inquéritos, narrativas, fotografias e observações dos participantes
	Dimensões de processamento experiencial: recolha de dados sobre as experiências pessoais dos indivíduos relacionadas com fenómenos meteorológicos extremos	
	Influência sociocultural: estudo da influência dos fatores socioculturais nos comportamentos relacionados com as alterações climáticas	
Teoria do comportamento planeado	Atitude em relação ao comportamento: avaliação das atitudes dos indivíduos em relação a medidas específicas de adaptação às alterações climáticas, tais como a instalação de infraestruturas resistentes a inundações	Entrevistas, inquéritos, voz fotográfica e observações dos participantes
	Normas subjetivas: análise da perceção dos indivíduos sobre a pressão social ou as expectativas dos pares, da família ou dos líderes comunitários relativamente ao envolvimento em comportamentos de adaptação às alterações climáticas	
	Controlo comportamental percebido: avaliação do controlo percebido que os indivíduos da região têm sobre a participação em medidas de adaptação às alterações climáticas	
Teoria da motivação para a proteção	Avaliação da ameaça: análise da forma como os indivíduos percebem a gravidade e a probabilidade dos riscos das alterações climáticas	Inquéritos, questionários, entrevistas
	Avaliação da resposta: análise das perceções dos indivíduos sobre a sua capacidade de tomar medidas de proteção contra os impactos das alterações climáticas, incluindo limitações financeiras, conhecimentos técnicos e redes de apoio social	
Teoria da norma de crença de valor	Valores e crenças pessoais: análise do papel dos valores pessoais na formação da atitude e do comportamento face às alterações climáticas	Inquéritos, questionários, entrevistas, observações
	Valores de mudança: análise da forma como os diversos valores influenciam o sentido de responsabilidade das pessoas no combate aos riscos das alterações climáticas e a sua disponibilidade para a adoção de medidas adaptativas	

Tabela 1. Conceção da recolha de dados

O inquérito envolveu 249 questionários estruturados aos agregados familiares, recorrendo a técnicas de amostragem intencional e aleatória para garantir uma representação demográfica diversificada. Esta abordagem incluiu grupos etários de 18–30 anos (25%), 31–45 anos (30%), 46–60 anos (32%) e mais de 61 anos (13%), com uma distribuição por género de 47% de participantes do sexo feminino e 53% do sexo masculino. Foram igualmente consideradas as variações relativamente à situação socioeconómica

e escolaridade, abrangendo assim um espectro amplo de pontos de vista. Após uma avaliação das condições existentes na área do estudo de caso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com vários intervenientes, incluindo líderes comunitários, urbanistas do MBC, unidades de gestão de desastres e organizações não governamentais. Estas entrevistas tiveram como objetivo recolher as perspetivas dos intervenientes sobre as realidades observadas na área. Foram também utilizadas outras fontes de dados de instituições estatais, tais como a StatsSA, o MBC e o Department of Cooperate Governance and Traditional Affairs (Departamento de Governação Cooperativa e Assuntos Tradicionais), para garantir uma perspetiva abrangente dos fatores complexos que influenciam as percepções, atitudes, crenças e intenções comportamentais dos residentes relativamente às alterações climáticas. Procedeu-se à análise temática para identificar padrões e narrativas nos dados do inquérito, especialmente no que se refere às condições socioeconómicas, à tipologia das povoações e dos edifícios e ao impacto do panorama político na vulnerabilidade aos riscos das alterações climáticas.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1. NÍVEL DE ESCOLARIDADE

A intersecção entre o nível de escolaridade e a percepção do risco de alterações climáticas em DV realça a dinâmica do conhecimento, do comportamento e da vulnerabilidade, tal como concebida pelo modelo PPRAC. O inquérito revela que uma parte significativa dos inquiridos não tem educação formal, sendo que 4% ($n=10$) não têm educação estruturada e 27% ($n=67$) apenas completaram o ensino primário. Esta lacuna educacional limita a sua capacidade de perceber e avaliar os riscos climáticos com precisão, limitando assim o seu envolvimento em comportamentos proativos, de acordo com as dimensões cognitivas do quadro MAPRAC e a teoria do comportamento planeado. Esta constatação corrobora as conclusões de Adger et al. (2013), que observaram que o conhecimento cognitivo desempenha um papel fundamental na forma como os indivíduos avaliam os riscos climáticos e a sua subsequente vulnerabilidade.

Por outro lado, os inquiridos com ensino secundário 42% ($n=102$) e ensino superior 19% ($n=47$) têm maior probabilidade de compreender de forma abrangente as questões climáticas, aumentando a sua capacidade de se envolverem em processos de tomada de decisão e iniciativas de criação de resiliência. Esta observação é sustentada por Satterthwaite et al. (2020), que salientam o papel significativo que o ensino superior desempenha na capacitação dos indivíduos para contribuírem eficazmente para os esforços de atenuação e adaptação às alterações climáticas. Além disso, a teoria do comportamento planeado sugere que o nível de instrução pode influenciar profundamente as atitudes e o controlo comportamental percebido, promovendo ações climáticas positivas. No entanto, a teoria da motivação para a proteção e a teoria da norma de crença de valor introduzem uma perspetiva mais ampla, indicando que, embora a instrução

melhore as avaliações de ameaça e de resposta, os fatores experienciais e contextuais são vitais para moldar as percepções e adotar medidas de proteção contra os riscos das alterações climáticas. Por conseguinte, embora seja crucial abordar as disparidades em matéria de escolaridade, é igualmente importante incorporar fatores experienciais e contextuais nas estratégias de adaptação às alterações climáticas.

6.2. SITUAÇÃO ECONÓMICA

A análise dos rendimentos dos residentes em DV revela um panorama socioeconómico heterogéneo com um impacto profundo na sua vulnerabilidade e resiliência, conforme descrito no modelo PPRAC. Um número expressivo de 71% dos inquiridos não tem emprego formal, sublinhando uma vulnerabilidade económica extrema que dificulta o acesso a recursos e informações essenciais para a adoção de práticas resilientes ao clima (Donadelli et al., 2017; Islam & Winkel, 2017). A teoria do comportamento planeado ajuda a explicar como a instabilidade económica afeta as intenções dos residentes e o controlo percebido sobre as iniciativas relacionadas com o clima, uma vez que muitos dependem de fontes de rendimento inconsistentes, como subsídios do governo ou empregos informais. Esta situação obriga-os a dar prioridade às necessidades diárias imediatas em detrimento dos investimentos a longo prazo na resiliência climática, um cenário reforçado pela teoria da motivação para a proteção, que sugere que as limitações financeiras restringem as estratégias climáticas proativas.

Além disso, a teoria da norma de crença de valor esclarece como as disparidades socioeconómicas enraizadas, um legado do planeamento da era do *apartheid* em DV, moldam as normas comunitárias e influenciam as atitudes relativamente à adaptação às alterações climáticas. Estas desigualdades históricas e estruturais distorcem as percepções e os comportamentos dos residentes sob pressão económica, destacando a intrincada relação entre a situação económica, a vulnerabilidade e as percepções das alterações climáticas. Singer (2018) destaca que os fatores socioeconómicos influenciam significativamente a capacidade de adaptação às alterações ambientais, sublinhando a importância de considerar estes fatores no planeamento da adaptação climática. Assim, as conclusões de DV sugerem a necessidade de esforços direcionados para colmatar as lacunas socioeconómicas nas estratégias de resiliência climática, de modo a garantir que sejam inclusivas e eficazes.

6.3. CONHECIMENTO SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E FONTES DE INFORMAÇÃO

A análise dos conhecimentos sobre alterações climáticas entre os residentes de DV revela lacunas críticas e oportunidades para melhorar o envolvimento e a compreensão da comunidade. Apesar de 38% dos inquiridos afirmarem ter algum conhecimento sobre as alterações climáticas, continua a haver uma falta substancial de compreensão das suas causas e impactos. Este facto aponta para uma necessidade crucial de iniciativas educativas específicas, conforme o quadro do MAPRAC, concebidas para abordar

equivocos predominantes, como a atribuição das alterações climáticas exclusivamente a temperaturas elevadas, a nações ocidentais ou à corrupção. Esta constatação subscreve a de van der Linden et al. (2017), que exploraram a forma como a desinformação pública influencia os comportamentos individuais e de grupo, sublinhando a necessidade de avaliações rigorosas das ameaças, tal como preconizado pela teoria da motivação para a proteção, de modo a promover comportamentos de proteção.

Além disso, a integração dos Sistemas de Conhecimento Indígenas (SCI) poderia enriquecer significativamente o conteúdo pedagógico, facilitando conhecimentos sobre as condições ambientais locais e as estratégias de adaptação. Esta abordagem vai ao encontro da teoria da norma de crença de valor, destacando a importância de normas e crenças culturalmente incorporadas na formação de comportamentos ambientais (Leal Filho et al., 2022; Makondo & Thomas, 2018). O recurso predominante às redes sociais por 52% dos inquiridos aponta para plataformas digitais como o Twitter, o Facebook, o WhatsApp e o TikTok como ferramentas eficazes para a disseminação do conhecimento sobre o clima, refletindo a teoria do comportamento planeado, que postula que as fontes de informação acessíveis podem influenciar as atitudes e o controlo comportamental percebido. No entanto, o reduzido recurso a fontes de comunicação tradicionais, como a rádio (15%), a televisão (26%), as campanhas (2%) e as escolas (4%), ilustrado na Figura 2, evidencia uma lacuna na utilização de estratégias de comunicação diversificadas que combinem os meios de comunicação digitais e tradicionais para maximizar o alcance e o envolvimento de forma eficaz.

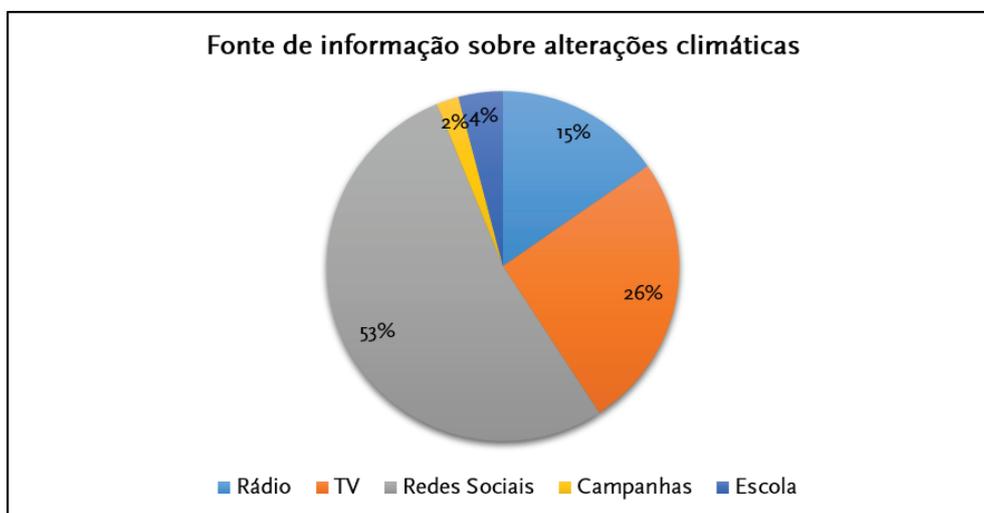


Figura 2. Fontes de informação sobre alterações climáticas

Os elevados níveis de participação da comunidade (76%) e a vontade de aprender sobre as alterações climáticas (82%) em DV proporcionam condições favoráveis para programas educativos orientados para a comunidade que combinem factos científicos com os SCI. Tais iniciativas poderiam melhorar substancialmente a compreensão, promover um sentido de propriedade e capacitar efetivamente a comunidade.

6.4. EXPERIÊNCIAS PESSOAIS COM OS RISCOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Os participantes do aglomerado populacional informal de DV tiveram diferentes graus de exposição aos riscos climáticos. Com base nas suas experiências pessoais, foi feita a seguinte pergunta aos inquiridos: “numa escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo e 4 é o máximo. Já sofreu danos materiais ou problemas de saúde devido a chuvas intensas, inundações, ondas de calor ou qualquer outro risco de alterações climáticas? Por favor, explique o que aconteceu”.

O grau variável de exposição aos riscos das alterações climáticas entre os participantes, ilustrado na Figura 3, revela um amplo espetro de impactos e percepções, segundo o MAPRAC. Esta variação influencia significativamente a compreensão e as respostas individuais e coletivas aos riscos climáticos. Por exemplo, 10% dos participantes que relataram o menor impacto podem ver as alterações climáticas como minimamente perturbadoras, provavelmente devido a medidas de adaptação eficazes ou simplesmente a uma falta de sensibilização, conforme a teoria do comportamento planeado, que sugere que as percepções podem influenciar as respostas comportamentais.

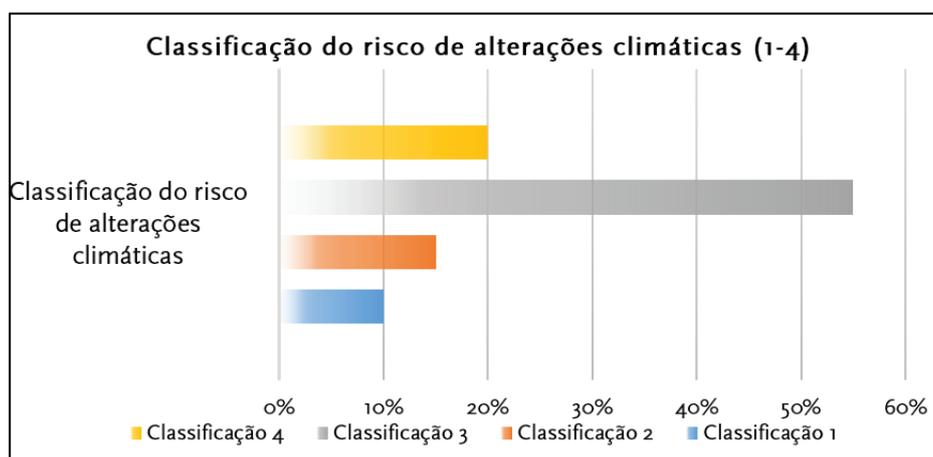


Figura 3. Tabela de classificação dos riscos das alterações climáticas (1-4)

Por outro lado, 15% dos participantes que sofreram impactos moderados estão provavelmente mais conscientes da sua vulnerabilidade, passando por perturbações que afetam a sua vida quotidiana. Esta maior consciência pode desencadear comportamentos de proteção, tal como descrito na teoria da motivação para a proteção, sublinhando o papel da percepção da gravidade e da suscetibilidade na motivação de medidas de adaptação. O maior segmento, composto por 55% dos inquiridos, relata impactos significativos, o que provavelmente aumenta a sua consciência do risco e leva a um reconhecimento das ameaças climáticas por toda a comunidade, refletindo as normas e crenças sociais partilhadas referidas na teoria da norma de crença de valor. Esta experiência partilhada pode promover normas comunitárias mais fortes no sentido de uma gestão proativa dos riscos climáticos. Além disso, os 20% dos inquiridos que sofreram os impactos mais graves, incluindo perdas pessoais ou de propriedade substanciais, representam o grupo mais consciente dos riscos. As suas circunstâncias extremas podem

catalisar esforços ativos de mitigação, sustentados pela teoria da motivação para a proteção, de modo a aumentar a coesão da comunidade e fortalecer o compromisso com as iniciativas coletivas durante as fases de recuperação de desastres.

6.5. TIPOLOGIA DE CONSTRUÇÃO

As tipologias e técnicas de construção dos residentes de DV, ilustradas na Figura 4, na Figura 5 e na Figura 6, constituem uma estratégia de adaptação diversificada, revelando informações importantes sobre o risco das alterações climáticas e a vulnerabilidade da comunidade. A aplicação de estruturas de placas de zinco e cartão, utilizadas por 78% dos inquiridos, reflete um reconhecimento cognitivo das limitações económicas da comunidade e da necessidade de reconstrução rápida após a catástrofe. Esta dependência de materiais facilmente disponíveis e económicos reflete uma resposta prática às realidades contextuais de DV e coincide com as conclusões obtidas em outros contextos economicamente limitados (Satterthwaite et al., 2020; Williams et al., 2019). Além disso, sublinha a vulnerabilidade da comunidade decorrente da escassa proteção contra fenómenos meteorológicos extremos.



Figura 4. Vista de rua de Duncan Village

Créditos. Natal Buthelezi



Figura 5. Vista aérea típica de um quarteirão de Duncan Village

Créditos. Natal Buthelezi



Figura 6. Perspetivas de um quarteirão típico de Duncan Village

Créditos. Natal Buthelezi

Ao integrar a teoria do comportamento planeado, torna-se evidente que as escolhas de construção em DV são influenciadas não só pela funcionalidade, mas também pelas normas comunitárias e pelos constrangimentos sentidos em relação a alternativas de construção mais resistentes. Além disso, a teoria da motivação para a proteção esclarece as avaliações de ameaça e de resposta dos residentes; a utilização predominante de materiais de montagem rápida reflete um mecanismo de resposta destinado a satisfazer as necessidades imediatas de abrigo após a catástrofe, que, embora prático, pode não atenuar substancialmente as vulnerabilidades a longo prazo. Tal abordagem aponta para uma motivação de proteção impulsionada mais pela necessidade do que pela escolha ideal, favorecendo soluções práticas imediatas em detrimento de alternativas mais sustentáveis, mas menos acessíveis.

O envolvimento da comunidade nas atividades de construção reflete a teoria da norma de crença de valor, demonstrando como as normas sociais influenciam as práticas de reforço da resiliência (Aldunce et al., 2016). No entanto, as evidentes disparidades de género nas funções de construção, com 85% dos inquiridos do sexo masculino a construírem pessoalmente os seus abrigos, em comparação com 90% das mulheres que dependem de ajuda externa, revelam uma discrepância em relação ao envolvimento inclusivo da comunidade. Esta discrepância pode prejudicar a capacidade geral da comunidade para recuperar rapidamente de catástrofes, identificando uma área de intervenção fundamental.

De modo geral, as técnicas de construção em DV não só refletem respostas a desafios económicos e físicos, mas também incorporam valores comunitários fundamentais relacionados com a autossuficiência, a resiliência e os papéis de género. Estas crenças normativas moldam as respostas coletivas da comunidade aos riscos climáticos, determinando a participação na construção e potencialmente reforçando as vulnerabilidades existentes, sobretudo entre as mulheres.

6.6. RENOVAÇÃO DE ABRIGOS COMO ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A manutenção das habitações observada em DV oferece reflexões elucidativas sobre o conhecimento da comunidade acerca dos riscos das alterações climáticas e as suas perceções de vulnerabilidade. A análise revela que 41% dos inquiridos negligenciam a manutenção ou as alterações nas suas residências, indicando uma lacuna notável na avaliação das ameaças e apontando para um desconhecimento geral da importância da manutenção regular na adaptação às condições climáticas inconstantes. Esta negligência é suscetível de comprometer a integridade do edifício e aumentar a vulnerabilidade a danos durante fenómenos climáticos graves, sendo uma área de intervenção fundamental. Por outro lado, os residentes que asseguram ativamente a manutenção das suas casas demonstram uma abordagem proativa em relação à segurança, conforme a teoria da motivação para a proteção, que sugere que os indivíduos que reconhecem riscos potenciais demonstram maior predisposição para tomar medidas preventivas contra os mesmos. Este comportamento contradiz a tendência geral de negligência na manutenção e realça os diferentes níveis de sensibilização da comunidade para os riscos.

Os fatores económicos e sociais têm um impacto significativo nas alterações das habitações em DV, onde as limitações financeiras e as perceções de habitação temporária impedem as melhorias para a resiliência climática (Mthembu & Hlophe, 2020). Estes desafios, comuns noutras regiões, também devem ser abordados para aumentar a resiliência climática de DV. Além disso, alguns residentes de DV veem as melhorias habitacionais como uma responsabilidade do Estado, reflexo de normas sociais mais abrangentes e do impacto da política governamental nas iniciativas individuais, conforme explicado pela teoria da norma de crença de valor. Existe a preocupação de que os investimentos pessoais em habitação comprometam a elegibilidade para os programas

governamentais, salientando uma tensão particular entre a iniciativa pessoal e a política pública que pode contribuir para os desafios da justiça social e da equidade. Esta questão é raramente referida na literatura existente, marcando um aspeto distinto do contexto de DV, no qual o medo de perder benefícios pode inibir medidas proativas de adaptação climática.

Além disso, o envolvimento mínimo em tarefas de manutenção externa, como a drenagem, muitas vezes considerada um dever municipal, sugere uma tendência de passividade nas contribuições pessoais para a adaptação. Este facto contradiz a literatura que salienta a importância do envolvimento da comunidade e dos indivíduos no reforço da resiliência aos impactos climáticos.

De modo geral, os comportamentos de manutenção das habitações em DV refletem uma interação complexa de restrições económicas, expectativas acerca do governo e níveis variáveis de consciencialização em relação à necessidade de melhorias nas habitações resilientes às alterações climáticas. Enquanto alguns residentes demonstram compreender e responder a estas necessidades, como ilustrado na Figura 7 e na Figura 8, outros enfrentam entraves significativos que impedem a sua capacidade de implementar melhorias substanciais.



Figura 7. Alterações habitacionais realizadas pelos moradores ao longo do tempo

Créditos. Natal Buthelezi



Figura 8. Modificação da habitação, elevada para evitar a inundação da estrutura

Créditos. Natal Buthelezi

6.7. DINÂMICA POLÍTICA NA FORMAÇÃO DAS PERCEÇÕES DE RISCO

Ao explorarmos a intrincada relação entre a dinâmica política e as perceções de risco das alterações climáticas em DV, deparamo-nos com uma teia complexa em que convergem fatores históricos, sociais e políticos, moldando profundamente a vulnerabilidade da comunidade aos riscos climáticos.

O legado do *apartheid* sobre o ordenamento do território continua a afetar profundamente o MBC, perpetuando a segregação e a exclusão que moldam o desenvolvimento urbano (Seethal et al., 2021). Este contexto histórico provocou uma considerável escassez de habitação e o aumento das tensões sociais (Siyongwana & Chanza, 2017), impelindo as comunidades vulneráveis em DV para áreas propensas ao perigo, onde os riscos se intensificam, como observado durante a recolha de dados. Tais condições aprofundaram a consciência dos residentes relativamente às suas situações ambientais históricas e atuais, influenciando a forma como percebem e reagem aos riscos climáticos. Sem acesso à habitação formal, os moradores de DV são obrigados a instalar-se em áreas economicamente estratégicas, porém densamente povoadas e carentes de serviços essenciais. A pessoa inquirida 1 (entrevista, 5 de fevereiro de 2022) relatou a sua experiência de viver em DV sem serviços essenciais da seguinte forma:

vivo em DV há mais de cinco anos e sempre tive dificuldades em aceder a água potável. A minha casa não tem eletricidade; por isso, uso parafina para cozinhar e uso uma casa de banho comunitária situada a mais de 100 m da minha casa. A recolha de lixo na zona é aleatória. Estas condições de vida são bastante traumatizantes para mim e para a minha família, mas, como as nossas opções são limitadas, vamos ficar.

Satterthwaite et al. (2020) salientam que estes locais são propícios a riscos de saúde e climáticos, agravando a suscetibilidade dos residentes aos impactos climáticos. Além disso,

o facto de se instalarem em terras sem titularidade segura agrava a sua vulnerabilidade e reflete a teoria da motivação para a proteção, em que a percepção da falta de apoio das autoridades fomenta um sentimento de impotência, diminuindo a vontade de realizar alterações nas habitações para a resiliência climática. A pessoa inquirida 2 (entrevista, 5 de fevereiro de 2022) explicou:

não posso melhorar este abrigo porque estaria a desperdiçar dinheiro em reparações de uma estrutura temporária que pode ser destruída pelo fogo ou pela chuva a qualquer momento. Tenho de poupar o meu dinheiro para que, quando finalmente receber a minha casa do governo, a possa ampliar para acomodar confortavelmente a minha família numerosa. No entanto, estou desiludido com o ritmo lento do governo na construção de casas, pois estou na lista de espera há mais de dez anos; quase parece uma promessa vã.

A competição política pela habitação de baixo rendimento introduz outro nível de complexidade. As promessas feitas pelos partidos políticos relativamente ao desenvolvimento de infraestruturas ficam frequentemente por cumprir, conduzindo a várias estratégias como “furar a fila” para a habitação, normalmente envolvendo invasões de terrenos em áreas designadas para o desenvolvimento de infraestruturas essenciais da cidade (urbanista do Município de Buffalo City, entrevista, 11 de abril de 2022). Estas estratégias táticas, muitas vezes orquestradas por figuras políticas, obrigam o governo a disponibilizar alojamentos alternativos para os ocupantes deslocados, de modo a prosseguir com os planos de desenvolvimento (entrevistado de uma organização não governamental local, entrevista, 16 de maio de 2022).

A interferência política na administração fundiária é frequente, com alegações de conselheiros que exploram jovens desempregados em proveito próprio, contribuindo para a atribuição irregular de terras e para a sua venda a privados (líder comunitário 1 de Duncan Village, entrevista, 17 de outubro de 2022). Esta situação prejudica os residentes mais antigos e beneficia os recém-chegados, pelo que tais práticas minam a coesão da comunidade e fomentam as tensões e a desconfiança entre os residentes. Segundo a teoria do comportamento planeado, esta instabilidade política e governação pouco fiável influenciam profundamente as intenções dos residentes de realizarem alterações nas suas habitações. Figuras políticas proeminentes redirecionam os recursos para favorecer os seus aliados, e as alegações de corrupção no seio do município desgastam as relações entre os vereadores e os membros das comissões de bairro (líder comunitário 2 de Duncan Village, entrevista, 17 de outubro de 2022). Esta situação pode impedir iniciativas eficazes de gestão de catástrofes, refletindo a influência das normas sociais e da confiança nas instituições, conforme descrito na teoria da norma de crença de valor. Os residentes podem encarar a corrupção como uma barreira ao acesso a recursos e ao apoio aos esforços de resiliência climática, levando a um sentimento de vulnerabilidade e desconfiança. As lutas políticas internas e a corrupção podem desviar recursos de esforços fundamentais de resiliência climática e preparação para catástrofes.

Em suma, a dinâmica política nas áreas de MBC molda significativamente o conhecimento do risco das alterações climáticas e as perceções de vulnerabilidade em DV. Abordar estas questões exige uma compreensão diferenciada da interação entre legados históricos, desafios socioeconómicos e integridade política, todos eles vitais para a promoção de uma comunidade resiliente e informada, capaz de enfrentar os desafios colocados pelas alterações climáticas.

7. RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES

Abordar as perceções das alterações climáticas e aumentar a resiliência em enclaves vulneráveis como o de DV em MBC, África do Sul, requer uma abordagem diversificada. Esta comunidade, condicionada por uma complexa interação de vulnerabilidades socioeconómicas, legados históricos e dinâmicas políticas, enfrenta desafios únicos que exigem intervenções adaptadas. Através do estudo abrangente destas dinâmicas, são recomendadas várias estratégias para mitigar os impactos dos riscos das alterações climáticas e promover o desenvolvimento sustentável.

As plataformas de redes sociais como o Twitter, o Facebook, o WhatsApp e o TikTok são fundamentais para divulgar informações sobre as alterações climáticas e promover o envolvimento da comunidade. Reconhecer o papel destas plataformas como fontes de informação primárias em DV, possibilita a conceção de campanhas de sensibilização para as alterações climáticas, para transmitir informações na língua nativa local e envolver os utilizadores de forma participativa. Ao influenciar positivamente as atitudes e os comportamentos em relação às alterações climáticas, estas iniciativas potenciam a teoria do comportamento planeado, sublinhando a importância dos canais de comunicação acessíveis para moldar a perceção do público e promover um envolvimento proativo. Além disso, a integração dos SCI na educação sobre as alterações climáticas representa uma clara oportunidade para aumentar a relevância cultural e o impacto das iniciativas de aprendizagem. Esta abordagem explora a teoria da norma de crença de valor, organizando oficinas e sessões de narração de histórias dirigidas pela comunidade e incorporando práticas indígenas nos currículos escolares. Reconhece as dimensões culturais profundamente enraizadas das perceções e dos comportamentos em matéria de alterações climáticas, tornando a educação mais relevante e eficaz para os residentes em DV. Esta estratégia respeita e revitaliza o conhecimento local e também reforça a resiliência da comunidade, alinhando as práticas tradicionais com as estratégias científicas de adaptação ao clima.

Outra área fundamental a considerar é a abordagem das disparidades de género na resiliência climática. Ao iniciar programas de formação especificamente concebidos para mulheres em competências de construção, a comunidade pode promover a equidade de género e capacitar as mulheres para participarem ativamente na construção de infraestruturas resilientes ao clima. Esta iniciativa enquadra-se nos princípios da teoria da motivação para a proteção, que visa reforçar a capacidade individual de responder às ameaças percebidas, e da teoria da norma de crença de valor, que sublinha o papel dos

valores e normas sociais na promoção de comportamentos benéficos para o ambiente. Para reforçar a resiliência em DV, as agências governamentais como o Departamento Nacional e Provincial de Povoamento Humano, as organizações não governamentais locais e o setor privado são incentivados a facilitar o acesso a habitações resilientes ao clima. O apoio a programas de modernização e reequipamento de abrigos na região é essencial para reduzir as vulnerabilidades económicas. Isto pode ser conseguido através do fornecimento de materiais de construção circulares subsidiados, assistência técnica na construção e promoção de práticas de construção resilientes ao clima. Estas medidas são cruciais para o alinhamento com o MAPRAC, salientando a importância de abordar as capacidades cognitivas e materiais para fazer face aos riscos climáticos.

Em conclusão, este estudo analisou detalhadamente a influência das disparidades socioeconómicas, dos SCI e das normas culturais nas perceções e respostas adaptativas às alterações climáticas entre os residentes dos aglomerados populacionais informais de DV. Os resultados destacam o profundo impacto que estes fatores exercem na compreensão que os residentes têm das alterações climáticas, das suas causas e dos papéis que consideram pertinentes para os esforços de mitigação da sua comunidade. Através de uma abordagem de métodos mistos, explorámos a complexa interação de fatores socioculturais, cognitivos, motivacionais e baseados em valores que moldam essas perceções, a partir do quadro teórico do MAPRAC. O estudo regista várias práticas adaptativas e avalia a sua eficácia, revelando que, embora algumas estratégias sejam benéficas, existem inúmeros obstáculos, como constrangimentos económicos, acesso limitado à tecnologia, recursos educativos inadequados e desafios políticos, que impedem uma adaptação bem-sucedida. Estas conclusões servem de base a intervenções específicas destinadas a colmatar as lacunas de conhecimento e a melhorar as capacidades de adaptação nos aglomerados populacionais informais.

Assim, o estudo recomenda medidas políticas contextualmente adequadas que reforcem o alcance das ações educativas para melhorar a literacia climática, integrem os SCI no planeamento da adaptação climática e melhorem o apoio às infraestruturas. Estas medidas são fundamentais para diminuir as vulnerabilidades e reforçar as capacidades de adaptação dos residentes de aglomerados populacionais informais. As estratégias recomendadas adotam uma abordagem holística, essencial para o desenvolvimento de intervenções que abordem os riscos climáticos imediatos e visem a sustentabilidade e a resiliência a longo prazo.

Tradução: Anabela Delgado

REFERÊNCIAS

- Adger, W. N., Barnett, J., Brown, K., Marshall, N., & O'Brien, K. (2013). Cultural dimensions of climate change impacts and adaptation. *Nature Climate Change*, 3(2), 112–117. <https://doi.org/10.1038/nclimate1666>
- Ajayi, O., & Mafongoya, P. (2017). *Indigenous knowledge systems and climate change management in Africa*. CTA.

- Ajzen, I. (1985). From intentions to actions: A theory of planned behaviour. In J. Kuhl & J. Beckmann (Eds.), *Action control: From cognition to behaviour* (pp. 11–39). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-642-69746-3_2
- Aldunce, P., Beilin, R., Handmer, J., & Howden, M. (2016). Stakeholder participation in building resilience to disasters in a changing climate. *Environmental Hazards*, 15(1), 58–73. <https://doi.org/10.1080/17477891.2015.1134427>
- Antwi-Agyei, P., Dougill, A. J., & Stringer, L. C. (2015). Barriers to climate change adaptation: Evidence from northeast Ghana in the context of a systematic literature review. *Climate and Development*, 7(4), 297–309. <https://doi.org/10.1080/17565529.2014.951013>
- Audefroy, J. F., & Sánchez, B. N. C. (2017). Integrating local knowledge for climate change adaptation in Yucatán, Mexico. *International Journal of Sustainable Built Environment*, 6(1), 228–237. <https://doi.org/10.1016/j.ijbsbe.2017.03.007>
- Ballantyne, R., & Oelofse, C. (1999). Informal settlers' perceptions of environmental quality: A case study of the Mizamoyethu Community, South Africa. *Environmentalist*, 19, 203–215. <https://doi.org/10.1023/A:1026446627105>
- Bamberg, S., Rees, J., & Seebauer, S. (2015). Collective climate action: Determinants of participation intention in community-based pro-environmental initiatives. *Journal of Environmental Psychology*, 43, 155–165. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2015.06.006>
- Bennoune, K. (2020). *Climate change, culture and cultural rights*. United Nations.
- Bord, R. J., Fisher, A., & Robert, E. (1998). Public perceptions of global warming: United States and international perspectives. *Climate Research*, 11(1), 75–84.
- Bosetti, V., Cattaneo, C., & Peri, G. (2021). Should they stay or should they go? Climate migrants and local conflicts. *Journal of Economic Geography*, 21(4), 619–651. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbaa002>
- Briggs, J. (2005). The use of Indigenous knowledge in development: Problems and challenges. *Progress in Development Studies*, 5(2), 99–114. <https://doi.org/10.1191/1464993405ps1050a>
- Buffalo City Metropolitan Municipality. (2022). *2021/2026 Integrated development plan reviewed in terms of Chapter 5 of the Municipal Systems Act, No 32 of 2000*. <https://www.sacities.net/wp-content/uploads/2024/02/Buffalo-City.pdf>
- Burch, S. (2011). Sustainable development paths: Investigating the roots of local policy responses to climate change. *Sustainable Development*, 19(3), 176–188. <https://doi.org/10.1002/sd.435>
- Busayo, E. T., Kalumba, A. M., & Orimoloye, I. R. (2019). Spatial planning and climate change adaptation assessment: Perspectives from Mdantsane Township dwellers in South Africa. *Habitat International*, 90, Article 101978. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2019.04.005>
- Chirisa, I., & Nel, V. (2022). Resilience and climate change in rural areas: A review of infrastructure policies across global regions. *Sustainable and Resilient Infrastructure*, 7(5), 380–390. <https://doi.org/10.1080/23789689.2020.1871538>
- Curry, G. N., Koczberski, G., Lummani, J., Nailina, R., Peter, E., McNally, G., & Kuaimba, O. (2015). A bridge too far? The influence of sociocultural values on the adaptation responses of smallholders to a devastating pest outbreak in cocoa. *Global Environmental Change*, 35, 1–11. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2015.07.012>

- Davies, S. R., Halpern, M., Horst, M., Kirby, D. A., & Lewenstein, B. (2019). Science stories as culture: Experience, identity, narrative and emotion in public communication of science. *Journal of Science Communication*, 18(5), Article A01. <https://doi.org/10.22323/2.18050201>
- Dobson, S., Nyamweru, H., & Dodman, D. (2015). Local and participatory approaches to building resilience in informal settlements in Uganda. *Environment and Urbanization*, 27(2), 605–620. <https://doi.org/10.1177/0956247815598520>
- Donadelli, M., Jüppner, M., Riedel, M., & Schlag, C. (2017). Temperature shocks and welfare costs. *Journal of Economic Dynamics and Control*, 82, 331–355. <https://doi.org/10.1016/j.jedc.2017.07.003>
- Drivdal, L. (2016). Flooding in Cape Town's informal settlements: Conditions for community leaders to work towards adaptation. *South African Geographical Journal= Suid-Afrikaanse Geografiese Tydskrif*, 98(1), 21–36. <https://doi.org/10.1080/03736245.2015.1052839>
- Faulkner, S. L., Baldwin, J. R., Lindsley, S. L., & Hecht, M. L. (2006). Layers of meaning: An analysis of definitions of culture. In J. R. Baldwin, S. L. Faulkner, M. L. Hecht, & S. L. Lindsley (Eds.), *Redefining culture: Perspectives across the disciplines* (pp. 27–51). Routledge.
- Few, R., Spear, D., Singh, C., Tebboth, M. G., Davies, J. E., & Thompson-Hall, M. C. (2020). Culture as a mediator of climate change adaptation: Neither static nor unidirectional. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 12(1), e687. <https://doi.org/10.1002/wcc.687>
- Godsmark, C. N., Irlam, J., van der Merwe, F., New, M., & Rother, H.-A. (2019). Priority focus areas for a sub-national response to climate change and health: A South African provincial case study. *Environment International*, 122, 31–51. <https://doi.org/10.1016/j.envint.2018.11.035>
- Grab, S., & Nash, D. J. (2023). A new flood chronology for KwaZulu-Natal (1836–2022): The April 2022 Durban floods in historical context. *South African Geographical Journal*, 1–22. <https://doi.org/10.1080/03736245.2023.2193758>
- Gradín, C., Leibbrandt, M., & Tarp, F. (2021). *Inequality in the developing world*. Oxford University Press. <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/48448>
- Hsiang, S., Oliva, P., & Walker, R. (2019). The distribution of environmental damages. *Review of Environmental Economics and Policy*, 13(1), 83–103. <https://doi.org/10.1093/reep/rey024>
- Hundenborn, J., Leibbrandt, M. V., & Woolard, I. (2018). *Drivers of inequality in South Africa* (WIDER Working Paper No. 2018/162). The United Nations University World Institute for Development Economics Research. <https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2018/604-3>
- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2022). *Climate change 2022: Impacts, adaptation and vulnerability: Summary for policymakers, technical summary and frequently asked questions. Working Group II contribution to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. C. U. Press.
- Islam, N., & Winkel, J. (2017). *Climate change and social inequality* (Working Paper No. 152). United Nations.
- Katrini, E. (2018). Sharing culture: On definitions, values, and emergence. *The Sociological Review*, 66(2), 425–446. <https://doi.org/10.1177/0038026118758550>
- Kienast, G. (2019). Missed the stop? Incremental upgrading or waiting for housing in Buffalo City 1. In C. N. Silva (Ed.), *Routledge Handbook of Urban Planning in Africa* (pp. 263–290). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781351271844>
- Kovacevic, M., & Calderon, M. C. (2014). *UNDP's multidimensional poverty index: 2014 specifications*. United Nations Development Programme. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/specificationsforcomputationofthempi.pdf>

- Leal Filho, W., Barbir, J., Gwenzi, J., Ayal, D., Simpson, N. P., Adeleke, L., Tilahun, B., Chirisa, I., Gbedemah, S. F., & Nzengya, D. M. (2022). The role of Indigenous knowledge in climate change adaptation in Africa. *Environmental Science & Policy*, 136, 250–260. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2022.06.004>
- Lee, T. M., Markowitz, E. M., Howe, P. D., Ko, C.-Y., & Leiserowitz, A. A. (2015). Predictors of public climate change awareness and risk perception around the world. *Nature Climate Change*, 5(11), 1014–1020. <https://doi.org/10.1038/nclimate2728>
- Leiserowitz, A. (2006). Climate change risk perception and policy preferences: The role of affect, imagery, and values. *Climatic Change*, 77(1–2), 45–72. <https://doi.org/10.1007/s10584-006-9059-9>
- Mahl, D., Guenther, L., Schäfer, M. S., Meyer, C., & Siegen, D. (2020). “We are a bit blind about it”: A qualitative analysis of climate change-related perceptions and communication across South African communities. *Environmental Communication*, 14(6), 802–815. <https://doi.org/10.1080/17524032.2020.1736116>
- Makondo, C. C., & Thomas, D. S. (2018). Climate change adaptation: Linking indigenous knowledge with western science for effective adaptation. *Environmental Science & Policy*, 88, 83–91. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2018.06.014>
- Manstead, A. S., & Parker, D. (1995). Evaluating and extending the theory of planned behaviour. *European Review of Social Psychology*, 6(1), 69–95. <https://doi.org/10.1080/14792779443000012>
- Mbah, M., Ajaps, S., & Molthan-Hill, P. (2021). A systematic review of the deployment of Indigenous knowledge systems towards climate change adaptation in developing world contexts: Implications for climate change education. *Sustainability*, 13(9), Article 4811. <https://doi.org/10.3390/su13094811>
- Mthembu, A., & Hlophe, S. (2020). Building resilience to climate change in vulnerable communities: A case study of uMkhanyakude district municipality. *Town and Regional Planning*, 77, 42–56.
- Mugambiwa, S., & Makhubele, J. (2021). Indigenous knowledge systems based climate governance in water and land resource management in rural Zimbabwe. *Journal of Water and Climate Change*, 12(5), 2045–2054. <https://doi.org/10.2166/wcc.2021.183>
- Mutambisi, T., Chanza, N., Matamanda, A. R., Ncube, R., & Chirisa, I. (2020). Climate change adaptation in Southern Africa: Universalistic science or indigenous knowledge or hybrid. In Leal Filho, N. Ogue, D. Ayal, L. Adeleke, & I. da Silva (Eds.), *African handbook of climate change adaptation* (pp. 1751–1766). Springer Nature.
- Nadeau, K. C., Agache, I., Jutel, M., Annesi Maesano, I., Akdis, M., Sampath, V., d’Amato, G., Cecchi, L., Traidl-Hoffmann, C., & Akdis, C. A. (2022). Climate change: A call to action for the United Nations. *European Journal of Allergy and Clinical Immunology*, 77(4), 1087–1090. <https://doi.org/10.1111/all.15079>
- Norman, P., Boer, H., Seydel, E. R., & Mullan, B. (2015). Protection motivation theory. In M. Conner & P. Norman (Eds.), *Predicting and changing health behaviour: Research and practice with social cognition models* (pp. 70–106). Open University Press.
- O’Brien, K. L., & Wolf, J. (2010). A values-based approach to vulnerability and adaptation to climate change. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 1(2), 232–242. <https://doi.org/10.1002/wcc.30>
- O’Donnell, O., Van Doorslaer, E., & Van Ourti, T. (2015). Health and inequality. In A. B. Atkinson & F. Bourguignon *Handbook of Income Distribution* (Vol. 2, pp. 1419–1533). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-444-59429-7.00018-2>
- Petzold, J., Andrews, N., Ford, J. D., Hedemann, C., & Postigo, J. C. (2020). Indigenous knowledge on climate change adaptation: A global evidence map of academic literature. *Environmental Research Letters*, 15(11), Article 113007. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/abb330>

- Prentice-Dunn, S., & Rogers, R. W. (1986). Protection motivation theory and preventive health: Beyond the health belief model. *Health Education Research*, 1(3), 153–161.
- Price, J. C., Walker, I. A., & Boschetti, F. (2014). Measuring cultural values and beliefs about environment to identify their role in climate change responses. *Journal of Environmental Psychology*, 37, 8–20. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2013.10.001>
- Quandt, A. (2019). Variability in perceptions of household livelihood resilience and drought at the intersection of gender and ethnicity. *Climatic Change*, 152(1), 1–15. <https://doi.org/10.1007/s10584-018-2343-7>
- Rogers, R. W. (1975). A protection motivation theory of fear appeals and attitude change. *The Journal of Psychology*, 91(1), 93–114. <https://doi.org/10.1080/00223980.1975.9915803>
- Roncoli, C., Crane, T., & Orlove, B. (2016). Fielding climate change in cultural anthropology. In A. S. Crate & M. Nuttall (Eds.), In S. A. Crate & M. Nuttall (Eds.), *Anthropology and climate change* (pp. 87–115). Routledge.
- Satterthwaite, D., Archer, D., Colenbrander, S., Dodman, D., Hardoy, J., Mitlin, D., & Patel, S. (2020). Building resilience to climate change in informal settlements. *One Earth*, 2(2), 143–156. <https://doi.org/10.1016/j.oneear.2020.02.002>
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 25, pp. 1–65). Academic Press.
- Seethal, C., Nel, E., & Bwalya, J. (2021). From East London to Buffalo City Metropole: Developmental challenges of a South African metro. In A. Lemon, R. Donaldson, & G. Visser (Eds.), *South African urban change three decades after apartheid: Homes still apart?* (pp. 103–116). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-73073-4_6
- Singer, M. (2018). *Climate change and social inequality: The health and social costs of global warming*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315103358>
- Siyongwana, P. Q., & Chanza, N. (2017). Interrogating the post-apartheid socioeconomic transformation in Mdantsane, Buffalo City. *GeoJournal*, 82, 735–750. <https://doi.org/10.1007/s10708-016-9714-2>
- Stern, P. C., Dietz, T., Abel, T., Guagnano, G. A., & Kalof, L. (1999). A value-belief-norm theory of support for social movements: The case of environmentalism. *Human Ecology Review*, 6(2), 81–97.
- Sullivan, A., & White, D. D. (2019). An assessment of public perceptions of climate change risk in three western US cities. *Weather, Climate, and Society*, 11(2), 449–463. <https://doi.org/10.1175/WCAS-D-18-0068.1>
- Thomalla, F., Smith, R., & Schipper, E. L. F. (2015). Cultural aspects of risk to environmental changes and hazards. In M. Companion (Ed.), *Disaster's impact on livelihood and cultural survival: Losses, opportunities, and mitigation* (pp. 3–18). CRC Press.
- Todes, A., & Turok, I. (2018). Spatial inequalities and policies in South Africa: Place-based or people-centred? *Progress in Planning*, 123, 1–31. <https://doi.org/10.1016/j.progress.2017.03.001>
- Turok, I. (2018). Worlds apart: Spatial inequalities in South Africa. In M. N. Smith (Ed.), *Confronting inequalities in South Africa* (pp. 159–182). Jacan Media.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (s.d.). *Local and Indigenous knowledge systems (LINKS)*. Retirado a 7 de janeiro, 2022, de <https://en.unesco.org/links>

- van der Linden, S. (2017). Determinants and measurement of climate change risk perception, worry, and concern. In M. C. Nisbet, M. Schafer, E. Markowitz, S. Ho, S. O'Neill, & J. Thaker (Eds.), *The Oxford encyclopedia of climate change communication*. Oxford University Press.
- van der Linden, S., Leiserowitz, A., Rosenthal, S., & Maibach, E. (2017). Inoculating the public against misinformation about climate change. *Global Challenges*, 1(2), Article 1600008. <https://doi.org/10.1002/gch2.201600008>
- van der Walt, A. J., & Fitchett, J. M. (2021). Exploring extreme warm temperature trends in South Africa:1960–2016. *Theoretical and Applied Climatology*, 143(3–4), 1341–1360. <https://doi.org/10.1007/s00704-020-03479-8>
- van Valkengoed, A. M., & Steg, L. (2019). Meta-analyses of factors motivating climate change adaptation behaviour. *Nature Climate Change* 9(2), 158–163. <https://doi.org/10.1038/s41558-018-0371-y>
- Williams, D. S., Manez Costa, M., Sutherland, C., Celliers, L., & Scheffran, J. (2019). Vulnerability of informal settlements in the context of rapid urbanization and climate change. *Environment and Urbanization*, 31(1), 157–176. <https://doi.org/10.1177/0956247818819694>
- World Bank. (2018). *Overcoming poverty and inequality in South Africa: An assessment of drivers, constraints and opportunities*. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/530481521735906534/pdf/Overcoming-Poverty-and-Inequality-in-South-Africa-An-Assessment-of-Drivers-Constraints-and-Opportunities.pdf>

NOTA BIOGRÁFICA

Natal Buthelezi é arquiteto profissional e investigador no Eastern Cape Department of Public Works and Infrastructure (Departamento de Obras Públicas e Infra-estruturas do Cabo Oriental), África do Sul. Possui também um doutoramento em Planeamento Urbano e Regional pela University of the Free State, África do Sul. Tem uma vasta experiência no domínio da construção, abrangendo os sectores público e privado. Os seus interesses de investigação abrangem vários domínios, incluindo resiliência urbana, sistemas ambientais, arquitetura sustentável, planeamento espacial e governação no ambiente construído. Natal apresentou o seu trabalho em conferências nacionais e internacionais e está empenhado em explorar caminhos transformadores, amplificando as vozes das comunidades vulneráveis e avançando com iniciativas de urbanização resiliente.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5775-6920>

Email: natbuthelezi@gmail.com

Address: University of the Free State, 205 Nelson Mandela Drive, Park West, Bloemfontein, 9301, South Africa

Submetido: 13/11/2023 | Aceite: 06-05-2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

VARIA | VARIA

DIÁSPORA NEGRA E A DESAUTORIZAÇÃO DO REFRÃO ÚNICO: IMAGINÁRIOS DE TEMPO, HISTÓRIA E GÊNERO NAS REVOLTAS DO POVO NEGRO ATRAVÉS DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

Rosimeire Barboza da Silva

Programa de doutoramento em Governança, Conhecimento e Inovação, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Investigação, metodologia, conceitualização, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Lennita Oliveira Ruggi

Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil

Investigação, metodologia, conceitualização, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

RESUMO

Tendo como inspiração *O Atlântico Negro* de Paul Gilroy (1993/2001), propomos realizar um exercício de interpretação de quatro letras consagradas da música popular brasileira (MPB). São elas: “Chico Rei” (Jarbas Soares, Djalma de Oliveira Costa e Geraldo Soares de Carvalho, 1964); “Zumbi” (Jorge Ben, 1974); “Mestre Sala dos Mares” (João Bosco & Aldir Blanc, 1975) e “Morena de Angola” (Chico Buarque, 1980). Ao tomarmos as canções como parte do arcabouço intelectual d’*O Atlântico Negro*, consideramos duas principais chaves de leitura: (a) o imaginário de tempo/história e (b) os princípios generificados de enunciação. Seguindo a trilha metodológica proposta por Gilroy (1993/2001), identificamos a música como espaço público de elaboração e difusão de memórias sobre a diáspora negra. Informadas por lutas históricas travadas pelo povo negro, as canções recuperam narrativas insistentemente invisibilizadas e questionam o suposto lugar de “não-agência” política das populações escravizadas ou vivendo sob regimes autoritários. Frente à urgência em interromper o cansativo refrão da história única, encontramos nessas obras acesso privilegiado às recordações sobre revoltas contra a escravização e o colonialismo, difundindo no presente saberes decoloniais. A produção e inscrição de uma memória oposicional — aquela que reivindica espaço e lugar ao mesmo tempo em que contesta versões sedimentadas — é um trabalho constante que está intimamente relacionado com o estabelecimento de novos horizontes de luta no presente.

PALAVRAS-CHAVE

O Atlântico Negro, diáspora negra, imaginários de tempo e história, decolonização do saber

THE BLACK DIASPORA DISPROVING THE SINGLE CHORUS: IMAGINARIES OF TIME, HISTORY AND GENDER IN THE REBELLIONS OF THE BLACK PEOPLE THROUGH BRAZILIAN POPULAR MUSIC

ABSTRACT

Inspired by Paul Gilroy’s *O Atlântico Negro* (The Black Atlantic; 1993/2001), this study sets out to interpret four renowned Brazilian popular music (MPB) lyrics: “Chico Rei” (Jarbas Soares, Djalma de Oliveira Costa e Geraldo Soares de Carvalho, 1964); “Zumbi” (Jorge Ben,

1974); “Mestre Sala dos Mares” (João Bosco & Aldir Blanc, 1975) and “Morena de Angola” (Chico Buarque, 1980). By examining the songs within the intellectual framework of *The Black Atlantic*, the analysis focuses on two main perspectives for interpretation: (a) the imaginary of time/history and (b) the gendered principles of enunciation. Following the methodological approach proposed by Gilroy (1993/2001), music emerges as a public space for articulating and disseminating memories of the black diaspora. Informed by the historical struggles waged by black people, the lyrics reclaim narratives insistently invisible and challenge the supposed place of political “non-agency” of enslaved populations or those living under authoritarian regimes. These compositions, confronting the urgency to break free from the tiresome chorus of a single history, provide privileged access to memories of uprisings against enslavement and colonialism, spreading decolonial knowledge in the contemporary context. The production and inscription of an oppositional memory — one that claims space and place while contesting sedimented versions — is a constant endeavour that is closely related to the establishment of new horizons for struggle in the present.

KEYWORDS

The Black Atlantic, black diaspora, imaginaries of time and history, decolonisation of knowledge

1. INTRODUÇÃO

*Won't you help to sing
These songs of freedom?*

Bob Marley, *Redemption Song*, 1980

No prefácio à edição brasileira de *O Atlântico Negro*, Paul Gilroy (1993/2001) sugere que os movimentos antirracistas estiveram frequentemente articulados com “fortes versões de consciência histórica” (p. 17), construídos pela criação da memória de coletividades dotadas de patrimônio político e hermenêutico. Recusando a premissa de uma solidariedade racial automática, seu argumento exige reconhecer os esforços para formular e compartilhar interpretações subversivas do passado ao criticar o mundo “tal como ele é”. Que essas interpretações tenham sido elaboradas longe das (e em contraste com) versões históricas oficiais não deveria causar estranhamento. Ainda assim, há algo de profundamente subversivo em identificar compositores e compositoras como *intelectuais* e reconhecer que a luta contra o racismo é também uma luta estética e identitária, parte do longo processo de “tornar-se negro” (Souza, 1983), uma tarefa política coletivamente informada.

Para Gilroy (1993/2001), a memória é dinâmica e a luta contra o racismo é também uma luta de conscientização histórica. Isto porque a forma como contamos o passado expressa relações de poder e dominação, reveladas na própria dificuldade de acessar fontes documentais. O aniquilamento das revoltas contra a escravidão, por exemplo, incluiu a destruição e o apagamento intencional de indícios das dissidências. As estratégias de censura operacionalizadas pelo projeto de poder ressoam hoje na manutenção do “pacto narcísico” (Bento, 2002, p. 49) e na perpetuação dos privilégios raciais simbólicos e materiais da branquitude (Müller & Cardoso, 2017, p. 15). Isso é verdade também para narrativas sobre os traumas da escravidão e do colonialismo. Nos termos

de Seligman-Silva (2008), a negação “antecede o próprio ato” (p. 75). Como este autor, acreditamos que a “política da memória” é complexa e que o trauma pode encontrar um meio expressivo em formas artísticas “imaginativas” capazes de coletivizar narrativas.

Para contornar a monopolização do passado, seguimos a proposta metodológica de Gilroy (1993/2001) de estudar o repertório musical produzido nos circuitos d’O *Atlântico Negro*. Este é um cânone não-hegemônico cuja tradição oferece um “modo melhorado de comunicação” (p. 164) de conhecimentos censurados nos arquivos oficiais. De acordo com essa matriz teórica, cabe analisar o poder da música negra na comunicação de informações, na mobilização política, na articulação da consciência e organização das lutas antirracistas. Em outras palavras, é tarefa também analítica articular (e legitimar) os registros do passado e o compromisso obstinado da música que celebra memórias e lutas do povo negro com a promessa de um futuro melhor. Isso porque, como observou o autor (Gilroy, 1993/2001), há nessas estéticas e contraestéticas uma “dramaturgia da recordação” que separa genealogia e geografia, ampliando a noção de pertencer, onde grupos que agem conjuntamente acabam por se munir de uma energia mais “substantivamente democrática do que a raça jamais permitirá existir” (p. 13).

Propomos um exercício de interpretação de quatro letras consagradas da música popular brasileira (MPB). São elas: “Chico Rei” (Binha, Djalma Sabiá & Geraldo Babão, 1964); “Zumbi” (Jorge Ben, 1974); “Mestre Sala dos Mares” (João Bosco & Aldir Blanc, 1975) e “Morena de Angola” (Chico Buarque, 1980)¹. Encontramos nessas obras acesso privilegiado às recordações sobre revoltas contra a escravização e o colonialismo que contribuem para problematizar o racismo contemporâneo. Elas oferecem conhecimentos relevantes sobre a experiência das comunidades negras que nos parecem pepitas de ouro a serem descobertas. A metáfora da mina é premeditada, pois essas canções embalam a segunda metade do século XX no Brasil e são amplamente conhecidas, mas grande parte das pessoas desconhece os engajamentos políticos implicitamente enunciados, que são como recursos históricos a serem garimpados². De fato, parte da motivação que dá origem a esse artigo é fazer circular alguns dos significados implícitos em insinuações e sugestões nem sempre reconhecidas, mesmo em músicas muito famosas. É importante frisar que a seleção das quatro canções é controversa, como todas as seleções são³. Ela não aspira canonizar determinadas obras em detrimento de

¹ Em virtude dos limites de caracteres, esse artigo não inclui a íntegra das letras. Sugerimos que sejam apreciadas acompanhadas das melodias.

² Não parece exagero afirmar que diversas músicas guardam significados amplamente ignorados. De fato, ambas ouvimos essas canções na infância (década de 1980) e demorou muito para que descobríssemos quem foi o Dragão do Mar ou que decodificássemos que a sigla “MPLA” (Movimento Popular de Libertação de Angola) soava “M-P-Lá”. Esse é um processo de aprendizado inesgotável, do qual as presentes páginas são tanto causa como convite.

³ É forçoso reconhecer que nossa seleção é algo incoerente por não incluir nenhuma canção de mulheres compositoras. Também caberia tensionar a naturalidade com que compositores brancos (como João Bosco, Aldir Blanc e Chico Buarque) são incluídos nos repertórios de resistência negra, cuja ambiguidade exigiria expandir debates em relação à apropriação cultural, cumplicidade, interdependência e/ou solidariedade inter-racial, que este artigo não comporta. É importante frisar ainda que, embora não contemplado aqui em sua amplitude e diversidade, o cancionário negro brasileiro tem centralidade vital não apenas no universo da música popular mas em outras expressões da indústria cultural como o cinema, o teatro, as novelas e as séries televisivas. O vigor de musicistas e intérpretes negros e negras, de fato, merece destaque por sua dinamicidade e olhares renovados às questões caras aos estudos culturais contemporâneos. Um campo vasto que certamente merece ser desenvolvido em trabalhos futuros.

outras. Ela é fruto, antes de mais nada, de uma iniciativa tateante por buscar fontes e veios alternativos às narrativas hegemônicas. Se o recorte limitado às fronteiras brasileiras parece contrariar a proposta metodológica de Gilroy que nos incentiva a ultrapassar os horizontes nacionais, esperamos deixar claro que esse passo já foi dado pelas próprias composições. Efetivamente, as afinidades translocais e transtemporais são desde sempre a toada dessas melodias.

Informadas por lutas históricas travadas pelo povo negro, as músicas narram ações políticas levadas a cabo durante o regime colonial e representam um frutífero campo de debate para os estudos culturais na medida em que recuperam narrativas insistentemente invisibilizadas e questionam o suposto lugar de “não-agência” política das populações escravizadas — ou vivendo sob regimes autoritários — ao mesmo tempo que problematizam a ideia romantizada de uma África “pura”, vítima passiva do intenso tráfico que assolou e oprimiu suas populações sob a expansão ibérica. A interconexão entre lutas e vivências dessas populações nos dois lados do Atlântico também assume relevância no conteúdo das canções ao explicitar as relações de intercâmbio, deslocamento e colaboração presentes na construção das lutas negras e, mais recentemente, as aproximações entre grupos resistentes contra o regime colonial em países como Angola e Moçambique e militantes que lutaram contra a Ditadura Militar no Brasil a partir da década de 1960. Também merece destaque o papel da cultura popular para expressar – sob dois regimes tão distintos de exploração e domínio, como o colonial e o ditatorial – as opressões cotidianas vivenciadas por quem tinha seu direito à liberdade negado. Ao tomarmos as canções como parte do arcabouço intelectual d’*O Atlântico Negro*, consideramos duas principais chaves de leitura: (a) o imaginário de tempo/história e (b) os princípios generificados de enunciação. Após esta introdução, o artigo está dividido em quatro seções dedicadas à análise de cada uma das canções selecionadas em ordem cronológica, seguidas das considerações finais.

2. “CHICO REI” (1964)

“Chico Rei” foi samba-enredo da Acadêmicos do Salgueiro em 1964, cujo desfile ganhou o segundo lugar na competição do carnaval carioca. Foi composta por Jarbas Soares, Djalma de Oliveira Costa e Geraldo Soares de Carvalho, mais conhecidos por seus apelidos Binha, Djalma Sabiá e Geraldo Babão (todos fundadores da escola de samba e moradores do Morro do Salgueiro). A música teve seu sucesso contemporâneo garantido por regravações de Martinho da Vila⁴.

De acordo com a história oficial, desde meados da década de 1950, a Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro apresentou “enredos que fugiam aos temas patrióticos impostos pelo Estado Novo” (Acadêmicos do Salgueiro, 2014), promovendo ativamente “temas negros” como Navio Negreiro, em 1957, e Quilombo dos Palmares, em 1960.

⁴Há divergências sobre o ano de gravação de “Chico Rei” por Martinho da Vila. Gabriel Carin (s/d) menciona os discos *Sambas Enredo* (1980) e *Canta Canta Minha Gente* (1989), mas no site oficial do cantor a música só consta no disco *Voz e Coração* (2002). Cf. <http://www.martinhodavila.com.br/discografia7.htm>

“Chico Rei” está, portanto, inserida em um esforço maior da escola (e do próprio movimento negro) por inovar no universo carnavalesco celebrando a resistência à escravização, recordando heróis e heroínas negros como Aleijadinho, Zumbi, Xica da Silva e o próprio Chico Rei⁵. A memória contemporânea da escola demonstra o esforço deliberado em deslocar as narrativas hegemônicas:

[em 1963] o Salgueiro apresentou uma nova personagem que *estava à margem da história oficial* [ênfase adicionada] – Xica da Silva, *uma escrava que viveu em Minas Gerais* [ênfase adicionada]. (...) O impacto do desfile do Salgueiro foi irresistível e poucas vezes o grito de “já ganhou!”, que ecoava de ponta a ponta da avenida, foi tão unânime. Quando terminou o desfile, ficou no ar a impressão de que algo muito importante havia acontecido no carnaval carioca. (Acadêmicos de Salgueiro, 2014)

Parece especialmente revelador que a menção à Xica da Silva exija uma vírgula seguida de esclarecimentos: “uma escrava que viveu em Minas Gerais”. O tom didático adotado pela escola é parcialmente explicado pelo fato de que essas não fossem personalidades prontamente reconhecíveis por estarem “à margem da história oficial” (Acadêmicos da Salgueiro, 2014). Isto é óbvio no samba “Chico Rei”, que descreve mitologicamente a vida de Francisco, presumindo a ignorância dos e das ouvintes. Se tal “pedagogização” pode parecer esteticamente duvidosa para sensibilidades contemporâneas, destoando inclusive das demais composições analisadas a seguir, faz sentido reconhecer que interpretações alternativas carecem de bases hermenêuticas coletivamente construídas. Em outras palavras: “se as comunidades excluídas podem decodificar a programação dominante através de uma perspectiva de resistência, eles só podem fazê-lo na medida em que sua vida coletiva e sua memória histórica lhes ofereçam uma abordagem alternativa de entendimento” (Shohat & Stam, 1994/2006, p. 465).

Chico Rei teria sido o nome brasileiro de Galanga, um monarca do Reino do Congo escravizado que conquistou a liberdade e chegou a ser proprietário de uma mina de ouro, tendo fundado a primeira irmandade de negros livres e vivido com muita pompa cercado por sua corte em Vila Rica (Minas Gerais). Há consenso sobre a ausência de fontes que comprovem a veracidade histórica do personagem, mas sua existência fictícia data de pelo menos 1904, servindo de mote para um romance de Agripa Vasconcelos (1966) e um filme de Walter Lima Jr. (1985), cuja trilha sonora inclui Clementina de Jesus e Milton Nascimento.

No samba enredo da Acadêmicos de Salgueiro, o ponto de partida para o percurso do herói (Vogler, 2006) Chico Rei é o mundo idílico de onde foi arrancado: “vivia no litoral africano / Uma régia tribo ordeira cujo rei era símbolo / De uma terra laboriosa e hospitaleira” (00:00:02). Os adjetivos são dignos de nota, pois se relacionam com a comunidade (auto)imaginada (Anderson, 1983/2008) a respeito da população brasileira:

⁵ Guilherme José Motta Faria (2014) questiona as versões hegemônicas sobre o pioneirismo da Salgueiro na introdução de temas afro-brasileiros nos desfiles e espaços públicos, mapeando as influências dos movimentos negros, sem negar, todavia, o relevante papel das escolas de samba do Rio de Janeiro nas discussões sobre história afro-brasileira.

trabalhadora e receptiva. No passado romantizado, a dimensão hierárquica é apresentada menos como dominação e mais como responsabilidade da liderança para com os súditos: frente à desgraça do sequestro e tráfico internacional de seres humanos, Chico Rei “jurou à sua gente que um dia os libertaria” (00:01:17). A liberdade é uma ambição desde sempre e, já na travessia, planos de insurreição começam a ser mancomunados na surdina: “ao longe, Minas jamais ouvia” (00:01:09).

É significativo que a enunciação evite usar descritivos de cor ou raça, identificando exploradores e explorados por sua nacionalidade: “um dia, essa tranquilidade sucumbiu / Quando os *portugueses* invadiram / Capturando homens / Para fazê-los escravos no *Brasil*” (00:00:21). Os horrores da escravização dão origem a um refrão que se despede das origens, sendo símbolos do mundo perdido a árvore baobá e a região de Bengo (atualmente província ao norte de Angola, onde também se situa o rio Bengo): “na viagem agonizante / Houve gritos alucinantes / lamentos de dor / Ô, ô, ô adeus, Baobá, ô, ô, ô / Ô, ô, ô adeus, meu Bengo, eu já vou” (00:00:42). O apelo ao vocal do refrão pode ser o espaço de expressão da dor compartilhada que, a acreditar em Gilroy (1993/2001), seria “indizível”, mas não “inexprimível” (p. 158).

A canção mapeia a geografia do comércio escravo: partindo da África ocidental, aporta no Rio de Janeiro, onde “no mercado de escravos / Um rico fidalgo os comprou / E para Vila Rica os levou” (00:01:27). Trabalhando no garimpo em Minas Gerais, Chico Rei teria incentivado “seu pessoal” a esconder ouro em meio aos cabelos, servindo para comprar as alforrias. A menção à Igreja Católica como lugar da coleta do ouro coloca um conjunto de indagações sobre as relações entre poder religioso e poder econômico no tocante à gestão da população escravizada. Amplamente documentadas são as táticas de pessoas escravizadas em ocuparem os espaços das irmandades religiosas para atividades que, apesar de não serem declaradamente políticas, proporcionavam reuniões coletivas legítimas (Lima, 1999).

O samba enredo da Salgueiro enfatiza a fé e descreve a conversão voluntária de Chico Rei nas últimas estrofes: “escolheu o nome de Francisco / E ao catolicismo se converteu / No ponto mais alto da cidade, Chico Rei / Com seu espírito de luz / Mandou construir uma igreja / E a denominou / Santa Efigênia do Alto da Cruz” (00:03:01). Obviamente seria superficial tomar as declarações de catolicismo como algo unívoco, ignorando a característica sincrética da religiosidade brasileira. Efeito direto das determinações coloniais que proibiam práticas religiosas africanas, o sincretismo foi em larga medida uma estratégia de sobrevivência que “sobrepôs” deidades de diferentes repertórios sagrados. A própria Escola de Samba Salgueiro tem como protetor o orixá Xangô, identificado com diferentes santos católicos (São Jorge, São José e São João).

Uma vez alforriado, o herói “Sob o sol da liberdade trabalhou / E um pouco de terra ele comprou / Descobrimo ouro enriqueceu” (00:02:50). Chico Rei aparece como a liderança que mobiliza a ação, mas a coleta do ouro é coletiva e os benefícios dessa coleta (a alforria) também o são. Que o *locus* da salvação estivesse na cabeça, no cabelo chamado obsessivamente de “ruim” pelos repertórios racistas, também não parece gratuito. Trata-se de uma coletividade, todavia, assumidamente masculina. É forçoso reconhecer

como essa narrativa típica silencia a existência de uma experiência feminina do cativo. Desde as primeiras estrofes a música enuncia a captura de “homens” e não altera essa generalização duvidosa: quando o rei jura à “sua gente / que os libertaria” (00:01:20).

A história de Chico Rei, tal como descrita na canção, segue uma estrutura clássica colocada em um tempo que evolui: desde a tranquilidade idílica em África, a injúria agonizante contra o herói que é superada pela sua tenacidade e argúcia, possibilitando a liberdade e o enriquecimento, coroado por sua vez pela completude espiritual. A pretensão de imortalidade é representada pela construção da igreja e pela própria canção em louvor ao Chico Rei. É significativo, ainda, que o personagem não seja chamado *Rei* Chico e sim Chico *Rei*, como se o título viesse pelo reconhecimento de sua nobreza e não o contrário. A memória que assim se tece valoriza uma forma de subversão à escravização que, todavia, deixa intocadas não apenas as estruturas de poder (monárquico), como a hierarquia econômica (pretensamente acessível àqueles dotados de merecimento).

3. “ZUMBI” (1974)

Zumbi é a mais célebre figura de resistência à escravização no Brasil. Vivia no Quilombo dos Palmares, comunidade de aproximadamente 20 mil pessoas formada na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas, que resistiu a pelo menos dezoito investidas estatais e manteve sua independência por mais de um século. Zumbi era um dos principais líderes do quilombo quando este foi derrotado e sua cabeça foi pretensamente exposta como troféu de guerra na cidade de Recife. Apesar do pouco que se sabe sobre sua vida, trata-se de um símbolo da luta negra contra o sistema escravista e seu nome dispensa apresentações no universo brasileiro. Seria muito rico, se bem que inviável no escopo do presente artigo, acessar as representações sobre Zumbi em outros horizontes culturais.

“Zumbi” é um dos grandes sucessos de Jorge Ben. Lançada pela primeira vez no disco *Tábua das Esmeraldas*, de 1974, a música ganhou novo arranjo em África Brasil, de 1976, recebendo o nome “África Brasil (Zumbi)” e interpretação mais agressiva (Oliveira, 2012). Desde então foi regravada por inúmeros artistas consagrados, entre os quais, em levantamento não exaustivo, é possível encontrar Cidade Negra (“Negro no Poder”, 1992), Caetano Veloso (“Noites do Norte”, 2000), Mariana Baltar (“Uma Dama Também Quer se Divertir”, 2006), Maquinado (“Mundialmente Anônimo: O Magnético Sangramento da Existência”, 2010) e Ellen Oléria (“Ellen Oléria e Pret.utu”, 2013)⁶.

Assim como em “Chico Rei”, o ponto de partida da canção é África. As primeiras estrofes elencam grandes portos de venda de pessoas escravizadas no litoral africano até meados do século XIX: “Angola, Congo, Benguela / Monjolo, Cabinda, Mina / Quiloa, Rebolo” (00:00:05). A coletividade é parcialmente construída pela contextualização de tempo e espaço: “Aqui onde estão os homens / Há um grande leilão” (00:00:17). Esses “homens” abrem diversas chaves de interpretação: seja como sinônimo de humanidade,

⁶ A banda Planet Hemp também faz referência a “Zumbi” em seu sucesso “Dig Di Dig” (Hempa) do álbum de estreia *Usuário* (1995), reproduzindo as estrofes “Zumbi é o senhor das trevas, Zumbi é o senhor das demandas / Quando Zumbi chega, é Zumbi quem manda”.

seja de masculinidade (em contraste com a princesa), de branquitude (em contraste com as mãos negras) ou ainda de concentração de interesses (estão fazendo um grande leilão). O transbordamento de significados é uma das riquezas da letra. Também a repetição é um recurso estilístico de forte impacto, especialmente o refrão “eu quero ver” (00:00:43), que condensa o desafio ao *status quo* implícito em memórias de resistência.

A letra faz referência às atividades econômicas sustentadas pela mão-de-obra escravizada, especificamente das grandes *plantations* para exportação: açúcar, café e algodão. Estes cultivos remetem aos últimos redutos escravistas bloqueadores da abolição: a produção de açúcar em Cuba, café no sudoeste do Brasil e algodão no sul dos Estados Unidos da América (Cooper et al., 2005). A elaboração da imagem que contrasta quem executa e quem vigia a colheita de algodão expõe o caráter racial da exploração ao enfatizar os senhores *sentados, vendo* “o algodão branco” sendo “colhidos por mãos negras” (00:01:29). Ao analisar a segunda versão de “Zumbi”, Luciana Xavier Oliveira (2012) articula à melodia tropos de representação sonora, chamando a atenção para a referência militar que vem marcada na descrição de Zumbi:

durante a faixa, o canto assume contornos figurativos pelo tom declamatório e discursivo, alienado do percurso melódico e rítmico da canção. É possível reparar uma preocupação com a rima em alguns versos, como os da ponte, onde a concordância gramatical é subvertida para permitir a rima (...). Assim, o “s” da palavra “demandas” é omitido na entoação para que possa haver a combinação com a terminação do verbo “manda” (...), destacam-se os instrumentos de sopro, tocados como nas bandas militares, anunciando a chegada do herói. Na repetição do refrão, surgem os instrumentos de sopro, conclamando o povo negro para a luta. (pp. 169–170)

É relevante que a composição tenha sido elaborada no contexto da ditadura militar brasileira, que professava a democracia racial como ideologia de Estado. Daí que a explicitação da exploração racial fosse especialmente significativa no contexto, exigindo conscientização sobre as dinâmicas do racismo. Ainda mais porque Jorge Ben conjuga os verbos no presente, localizando “aqui” a experiência da escravidão e projetando o futuro como incógnita, sendo, o refrão, por esse motivo, uma ameaça: “eu quero ver / quando Zumbi chegar / o que vai acontecer” (00:01:55).

A sentença “eu quero ver” assume um conteúdo próprio, simultaneamente de expectativa e desafio, que lança a possibilidade de mudança no tempo de vida de quem “vê” (reforçado pelo fato do refrão ser cantado em coro na primeira versão). Em paralelo, como argumenta Seligmann-Silva (2008, p. 69), no testemunho do trauma “o tempo passado é tempo presente (...). Mais especificamente, o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa”. Frente à escandalosa desigualdade racial do Brasil contemporâneo, mais de uma leitura é possível para a compreensão de “um passado que não passa”. Daí a aspiração por Zumbi ecoar com força na melodia.

É importante reconhecer, entretanto, que a perspectiva pretensamente subversiva sustenha o caráter masculino da coragem e do poder (“Zumbi é quem manda”) ao

contrastar com a imagem de uma “Princesa à venda” (00:00:28) que insinua passividade. A romantização das figuras aristocráticas (perceptível também em “Chico Rei”) é profundamente paradoxal, pois responde à injustiça da elite branca reivindicando uma elite negra. Além disso, parece sugerir que a escravização foi mais brutal em casos de príncipes e princesas, ignorando o rearranjo exigido no cativeiro.

Apesar de se observarem menções ocasionais a distinções anteriores de *status* no caso de certos escravos, por parte daqueles que os cercavam – a tão romanceada ideia do príncipe ou da princesa escravizados –, não é nada fácil perceber por que as distinções prévias da posição social tenderam a se tornar irrelevantes ou a ser totalmente transformadas no contexto das *plantations*. (Mintz & Price, 2003, p. 104)

A forma de enunciação explorada em “Zumbi” difere fortemente da dos sambistas em “Chico Rei”, que preferem salientar a nacionalidade em detrimento do caráter racial. Para Jorge Ben, a negritude foi desde sempre temática central e o uso de imagens nas quais a cor é preponderante não pode ser tomada como gratuita, como o algodão branco contrastado com as mãos negras. Isso responde a reivindicações estéticas compartilhadas nos movimentos negros. Neste sentido, Oliveira (2012) traça as relações de Jorge Ben com a música negra estadunidense, em especial o soul e o funk.

Foi através da circulação em maior escala no *mainstream* dos primeiros trabalhos de Jorge Ben Jor que essas fusões entre a música afro-brasileira e a música negra norte-americana, nunca estáveis nem definitivas, começaram a se tornar mais frequentes nos anos 60, ganhando mais visibilidade. [...] Essa estratégia mostrou-se eficaz, chegando aos 60 mil discos vendidos à época do lançamento, significativo para a época, o que confirmou uma nova estratégia de marketing, voltada também para mercado estrangeiro da *World Music* nos anos posteriores, especialmente por adotar definitivamente uma sonoridade mais dançante e comercial. Mudança esta que acompanhava a própria guinada pop que o mercado fonográfico brasileiro da MPB vai assumir na virada dos anos 70 para os 80. (Oliveira, 2012, p. 160)

O deslocamento de Jorge Ben em direção ao pop e ao mercado internacional acompanhou, portanto, o interesse das gravadoras pela valorização das produções culturais da diáspora negra. As estratégias de representação e a mercantilização do “Black is beautiful” respondiam parcialmente a interesses da indústria do entretenimento, capazes de transformar a negritude no negócio de um multiculturalismo asséptico e muito rentável (Gilroy, 2004/2007).

Que a produção de Jorge Ben tenha sido elaborada nas malhas da indústria fonográfica e apropriada por diferentes concepções, potencialmente exotizantes, não esgota a dimensão provocadora e subversiva que “Zumbi” (re)percute, especialmente ao sobrepor temporalidades, misturando passado e presente como tempo da revolta, da guerra, da demanda.

4. O “MESTRE SALA DOS MARES” (1975)

Antes de ser censurada, a letra de *O Mestre Sala dos Mares*, composta por João Bosco e Aldir Blanc, iniciava com uma homenagem direta a dois importantes personagens de revoltas negras no Brasil, o “almirante negro” (João Cândido Felisberto) e o “líder jangadeiro e abolicionista” (Francisco José do Nascimento), o Dragão do Mar. As histórias de ambos os personagens têm pontos comuns e talvez tenha sido essa alusão explícita à articulação entre lutas por emancipação que inquietou censores, remetendo-os ao cenário das lutas democráticas contra a ditadura militar na década de 1970 no Brasil. Os letristas acabaram substituindo “bravo marinheiro” e “Almirante Negro” por “bravo feiticeiro” e “Navegante Negro”, para liberar a canção do veto dos censores.

Conhecido também como Chico da Matilde, Dragão do Mar foi um personagem central no contexto abolicionista, sobretudo no Ceará, onde liderou, em 1881, a recusa coletiva dos jangadeiros de Fortaleza de transportar pessoas negras escravizadas para navios negreiros do tráfico interprovincial. Essa luta abolicionista logrou, em 1884, que o Ceará se tornasse a primeira província brasileira a abolir a escravidão. Além de homenagear essa memória de resistência à escravização, a letra de “Mestre Sala dos Mares” constitui um tributo à Revolta da Chibata, levante popular liderado pelo marinheiro João Cândido Felisberto no ano de 1910, na então capital federal, Rio de Janeiro. Esta articulação entre as lutas por liberdade fica explícita no trecho que sublinha a necessidade de produção de uma *memória* contemporânea sobre “todas as lutas inglórias” (00:01:27).

No início do século XX, quando parte da sociedade escravocrata ainda se debatia entre manter intactos os privilégios coloniais das oligarquias brancas e de ascendência europeia e projetar no exterior uma imagem de país vanguardista que investia em tecnologia, um grupo de marinheiros brasileiros foi destacado para uma missão na Inglaterra. Esta tinha por objetivo trazer ao país dois encouraçados recentemente adquiridos pela marinha brasileira: *São Paulo* e *Minas Gerais*, que garantiriam a renovação da esquadra nacional. O contato dos brasileiros — entre eles, João Cândido — com seus pares de vários países teve grande impacto. Os marinheiros brasileiros vieram a saber que a prática disciplinar costumeira no Brasil de punir duramente faltas e dissidências com a aplicação de castigos físicos tinha sido abolida pela marinha inglesa. Embora revogada no Brasil desde o século XIX, a chibatada continuava a fazer parte do repertório de punições da corporação militar, composta em sua maioria de almirantes brancos e marinheiros negros. Porém, como notaram os marinheiros em diálogos transcontinentais em 1910, a chibata já havia sido banida em quase todo o mundo.

Para Gilroy (1993/2001), seguindo as intuições de Bakhtin em *The Dialogic Imagination*, o navio deve ser considerado um “cronótopo”: uma unidade de análise que permite aceder categorias espaciais e temporais de representação. Pois, como observa, os navios eram modos vivos pelos quais os pontos entre o Atlântico (e, podemos acrescentar, o Pacífico e o Índico) eram interligados. A mobilidade desse “cronótopo” representava as transformações entre os pontos estáticos conectados. Daí se constituírem como unidades culturais e políticas, extrapolando a função comercial transnacional:

eles eram algo mais – um meio para conduzir a dissensão política e, talvez, um modo de produção cultural distinto. O navio oferece a oportunidade de se explorar as articulações entre histórias descontínuas dos portos da Inglaterra, suas interfaces com o mundo mais amplo. (p. 61)

A ressonância das experiências micropolíticas nesse espaço dinâmico de tensões entre modernização, colonialismo e industrialização de certo influenciou a longa viagem de retorno dos marinheiros brasileiros. As exitosas experiências das lutas internacionais empreendidas por marinheiros ingleses, africanos⁷, caribenhos e russos que, através da organização, haviam logrado melhorias em suas condições de trabalho, serviram de alento e fortaleceram o ânimo dos navegantes que, no dia 23 de novembro de 1910, deram o primeiro passo na luta pela abolição dos castigos físicos na marinha nacional com a tomada do encouraçado *Minas Gerais*.

O fim dos castigos corporais, a melhoria na qualidade da comida e a anistia aos revoltosos foram as principais pautas da Revolta da Chibata liderada por João Cândido (Morel, 2009). Para os marinheiros amotinados em quatro navios na baía de Guanabara, a aceitação das pautas pelo governo de Hermes da Fonseca deveria ser integral, caso contrário a capital federal seria bombardeada. Estando a bancada que fazia oposição ao governo ao lado dos revoltosos, no dia 26 de novembro, o presidente optou por aceitar as condições impostas pelos marinheiros, que no mesmo dia depuseram armas. O contragolpe do governo, entretanto, veio quatro dias depois: traíndo o acordo de rendição, Hermes da Fonseca publicou tanto um decreto que permitia a demissão sumária da marinha por “falta de disciplina”, quanto ordenava a prisão dos marinheiros identificados como líderes do motim, entre eles, João Cândido. Os dois anos de encarceramento renderam ao “almirante negro” sequelas indeléveis e, após o julgamento em que foi absolvido em 1912, não logrou voltar a exercer sua profissão, pois, considerado um conspirador, foi expulso da marinha⁸. João Cândido viveu até 1969, testemunhando a implantação de duas ditaduras no país e falecendo como vendedor de peixes no Rio de Janeiro.

O tom da letra, desde o início, denota o caráter solene da produção de *memórias* sobre as revoltas negras, que resistem contra os apagamentos sistemáticos da história oficial: “há muito tempo nas águas da Guanabara / O Dragão do Mar reapareceu” (00:00:08). A homenagem a Chico da Matilde reforça a inscrição histórica da Revolta da Chibata, “a quem a história não esqueceu” (00:00:22), no cotidiano de lutas por liberdade.

O conceito de *memória* aqui utilizado vem informado pelas lutas negras que no Brasil têm sido responsáveis por reinscrever pertencimentos e produzir análises sobre as hierarquias raciais. Nosso posicionamento compartilha das problematizações levantadas por Lélia Gonzalez (1984): “a memória, a gente considera como *o não-saber que conhece*

⁷ Ao identificar o navio como um microssistema de hibridez linguística e política, Gilroy (1993/2001, p.53) nota que, na última metade do século XVIII, um quarto da marinha britânica era composta por africanos, para os quais o sofrimento indizível da escravização serviu como um forte impulso para as crenças de liberdade e justiça.

⁸ João Cândido nunca gozaria da anistia negociada — e acordada — na Revolta da Chibata. Tal anistia (proposta em 2002, pela senadora Marina Silva) foi concedida postumamente em 2008, quase cem anos depois de sua rendição na baía de Guanabara.

[ênfase adicionada], esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o *lugar da emergência da verdade* [ênfase adicionada], dessa verdade que se estrutura como ficção” (p. 226).

Se as práticas de encobrimento e os apagamentos sistemáticos são produções *conscientes* de agentes históricos da branquitude, que buscam reforçar as estruturas e relações de poder dominantes, é a produção da *memória*, “esse não-saber que conhece”, que subverte e reverte o contexto, restituindo ao povo histórias que não devem ser *jámais esquecidas*, mesmo quando não-escritas. Assim, a letra funciona como uma potente estratégia de inscrição da memória: “conhecido como / Navegante negro / Tinha a dignidade de um / Mestre-sala” (00:00:27). A luta dignifica o navegante negro que, tal qual um mestre-sala⁹, produz encantamento nos mais diferentes públicos que o saúda calorosamente, como prossegue a canção.

Contudo, a materialidade das desigualdades também é palpável, sendo imperioso imprimir à *memória* o que deve ser combatido e não pode ser esquecido: “rubras cascatas jorravam / Das costas / Dos santos entre cantos / E chibatas / Inundando o coração, / Do pessoal do porão / Que a exemplo do feiticeiro / Gritava então” (00:00:50). A crueldade dos castigos físicos, a chibata, o martírio: é contra esse quadro de tortura degradante que os navegantes se insurgem, contra a força bruta que mantém a exploração. O porão é também uma rememoração à experiência aviltante nos navios negreiros e ressoa com profundidade os argumentos de Paul Gilroy (1993/2001) ao descrever o *Atlântico Negro*, onde o fluxo entre ideias e pessoas, as lutas simbólicas em relação a modelos culturais e as construções diaspóricas subjetivas conformam um “recurso intelectual vivo” (p. 99), uma contracultura política expressiva própria capaz de consubstanciar ética e política, dicotomizadas por uma modernidade que naturalizou o terror racial.

Como não gritar? Como se calar frente a um sofrimento tão intenso? Como denunciar o dilaceramento desses corpos negros que, apesar de recém inseridos nas relações de trabalho assalariado, continuam sub-cidadãos, se não através de uma figura de linguagem que torne menos dolorosas as “rubras cascatas”? E, como não fazer *memória* do que é excesso e dor, se esses foram os impulsionadores da revolta negra? A música oferece a oportunidade de um coro coletivo contra as injustiças. Uma contracultura de consolação, que ativa “políticas de transfiguração” (Gilroy, 1993/2001, p. 96).

É nesse sentido que a letra de “Mestre Sala dos Mares” pode ser compreendida desde a perspectiva de uma “política de transfiguração”, na qual “o surgimento de desejos, relações sociais e modos de associação qualitativamente novos no âmbito da comunidade racial de interpretação e resistência e também entre esse grupo e seus opressores do passado” (Gilroy, 1993/2001, p. 96) são enfatizados.

Atuando como a rememoração direta de um evento histórico, a política de transfiguração presente na letra invoca propositalmente uma resistência opaca e subterrânea

⁹ A figura do mestre sala se reporta ao personagem carnavalesco que, ao lado da porta-bandeira, tem a responsabilidade de levar o pavilhão da escola de samba. Muitos estudos contemporâneos têm localizado a gênese desse personagem em uma tradição aristocrática das cortes portuguesas, que nomeavam vitaliciamente um auxiliar nobre para trabalhos burocráticos de assessoramento, conhecido como “mestre de sala”.

que, de modo amplo, exalta a experiência diaspórica — o cronótopos do Atlântico negro — e a reafirma em sua continuidade e persistência. Essa política não ingênua de transfiguração, re-atualizada a cada nova execução da canção, não se constitui um contradiscurso, mas sim uma poderosa contracultura crítica “que reconstrói desafiadoramente sua própria genealogia crítica, intelectual e moral em uma esfera pública parcialmente oculta e inteiramente sua” (Gilroy, 1993/2001, p. 96).

É também uma contracultura da consolação (Gilroy, 1993/2001) que se anuncia nos versos: “glória aos piratas, às / Mulatas, às sereias / Glória à farofa, à cachaça, / Às baleias” (00:01:09), uma estrofe que, de forma abrupta rompe com a dor produzida pela memória dos martírios relatados nas linhas precedentes. Códigos diferentes são exaltados e misturados: piratas, mulatas, sereias, farofa, cachaça, baleia são equalizados como lógicas que compartilham o mesmo universo de inscrição. Essa relação indeterminada das políticas de transfiguração, se torna mais compreensível por meio da ambivalência entre *consciência* e *memória* observada por Gonzalez (1984):

consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, [a] consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso ela fala através das mancadas do discurso da consciência. (p. 226)

Assim, enquanto na estrofe anterior a *memória* reivindica a dor e a solidariedade do porão, para reinscrever-se em narrativas de luta do povo negro, a estrofe seguinte demonstra irreverência ao supostamente exaltar os signos da *consciência* dominante. Ao equacionar na mesma frase baleias, piratas, mulatas, sereias, farofa e cachaça, os autores indagam o lugar de inscrição das lutas negras por meio da fabulação e da ironia. Uma estrutura poética e melódica que, como também observaram Gilroy (1993/2001) e Davis (2011) codificam na tradição da música negra aspectos indizíveis da experiência da escravização, que compartilham sentidos e significados com as comunidades diaspóricas em diferentes latitudes. Tal postura dominante, que despreza a memória das revoltas para produzir uma consciência oportunista, busca forjar um simulacro que circunscreve a participação negra — na construção da sociedade brasileira — ao folclore de uns tantos pratos ‘típicos’ e uma insidiosa sexualidade da ‘mulata’, termo que sempre objetificou as mulheres negras. O tom de troça, assim, busca desconstruir os signos citados, situando-os como produção de uma consciência dominante contrária à emancipação do povo negro.

As últimas estrofes da canção, entretanto, produzem a homenagem mais contundente, não só aos marinheiros amotinados da Revolta da Chibata, mas a todos e todas que lutam: “glórias a todas as lutas inglórias / Que através da nossa história / Não esquecemos jamais” (00:01:27). Um monumento para João Cândido, reivindicado por ativistas dos movimentos negros e rechaçado veementemente por comandantes do governo e da marinha, levou quase um século para ser instalado na Praça XV do Rio de

Janeiro. Não havia sido, portanto, instalado quando a canção foi elaborada. Contudo, nos parece que não há forma mais potente de inscrição de uma *memória* de lutas do que através de atos concretos e resistências ativas, ou como diriam Aldir Blanc e João Bosco, o “monumento” das “pedras pisadas do cais”. *Memória* inscrita no mundo através do fazer. A transfiguração do sofrimento imposto em resistência.

5. “MORENA DE ANGOLA” (1980)

Luanda, Benguela e Lobito foram as cidades que receberam, no ano de 1980, os/as representantes do Projeto Kalunga¹⁰. Liderados pelo produtor Fernando Faro e o cantor e compositor Chico Buarque, cantores/as e compositores brasileiros/as como Dona Ivone Lara, Dorival Caymmi, Martinho da Vila, Djavan, Clara Nunes e Edu Lobo fizeram apresentações em Angola, país que enfrentava uma guerra civil, cinco anos após o largo processo de luta pela libertação nacional. A ambição do projeto Kalunga era justamente (re)afirmar a cooperação, a colaboração e a solidariedade que, a despeito das forças da repressão em ambos países, tentavam consolidar as pontes de diálogo entre as duas margens do Atlântico. Diálogo este fortemente cerceado pela própria estrutura colonial, organizada como “triângulos sem base” (Cotler, 1969; Rivera Cusicanqui, 2010) em que o ápice monopoliza os processos comunicacionais e dificulta as conexões Sul–Sul. De fato, as pesquisas de Mário Augusto Medeiros da Silva (2012,) identificam uma “espécie de descoberta do continente africano” (p. 110) no início da década de 1960 entre ativistas do movimento negro de São Paulo. Neste sentido, os repertórios produzidos no Atlântico Negro são ainda mais preciosos, pois criam laços de solidariedade cerceados pelas estruturas de poder.

Em 1980 o Brasil continuava sob o jugo da ditadura militar, uma conjuntura de terrorismo de Estado, na qual se buscava reprimir qualquer movimento ou gesto considerado de “subversão” ao regime. A imposição de atos de terror e permanente vigilância por parte das forças militares fez com que muitos/as compositores/as escrevessem canções cifradas com o objetivo de burlar a censura oficial e, assim, fazer chegar sua mensagem ao público. Ao mesmo tempo, o regime buscava consolidar uma narrativa de “unidade na diversidade” que identificava o samba e expressões da cultura africana no país como síntese de uma mestiçagem bem sucedida (Bakke, 2007; Meihy, 2004; Soares, 2016). Um discurso que, projetado para o exterior, buscava ocultar as graves violações de direitos e vender a ideia de um país ‘harmônico’, igualitário e sem tensões sociais e raciais. Embora a proposta de celebração da mestiçagem como ideal societário e a escamoteagem das profundas desigualdades do país houvesse sido implementada no governo de Getúlio Vargas, na década de 1940, foi a ditadura militar pós-golpe de 1964 que logrou reorganizar o campo da produção cultural — produção, mediação e recepção — a partir de políticas de Estado, como consequência de um projeto identitário “oficial” brasileiro. Este projeto incluía uma apropriação de elementos das culturas

¹⁰ O Museu Afro em São Paulo (Brasil), em seu sítio web mantém um rico e diversificado acervo sobre o projeto Kalunga: <http://museuafrodigitalrio.org/s2/?work=memoria-do-projeto-kalunga>.

africanas banta e yorubá — ritmos, sabores, história, linguagem — e sua difusão como parte da identidade popular brasileira.

Neste contexto, “Morena de Angola”, composta no mesmo ano do Projeto Kalunga, foi um presente de Chico Buarque à cantora Clara Nunes, que, já de volta de Angola, iniciava as gravações do seu álbum *Brasil Mestiço* (1980). Bakke (2007), Brügger (2008, 2009) e Soares (2016), que se debruçaram sobre a produção fonográfica de Clara Nunes, são uníssonas ao afirmarem que embora o delineamento da carreira artística da cantora, realizado por Adelzon Alves, mobilizasse a mestiçagem como signo fundamental, o Brasil mestiço exaltado era, sobretudo, negro. Esse Brasil que valoriza a ancestralidade, as conexões com a diáspora negra e a cultura africana são percebidos não só no repertório de Nunes como em suas performances e na *persona* pública que a artista notabilizou, falando abertamente sobre sua religiosidade e participação nas religiões afro-brasileiras. Portanto, uma mestiçagem distinta do discurso oficial em voga.

Foi em Benguela que a ideia e a promessa da música surgiram. Mais especificamente na Praia de Catumbela, mencionada ao final da canção: “Eu acho que deixei um cacho do meu coração na Catumbela” (00:02:14). Com uma miríade de referências aos contextos social, cultural e político de Angola, Chico Buarque escreveu uma letra ritmada que, na superfície, parece destoar da conjuntura de uma guerra civil violenta. De fato, a melodia enfatiza os sons de “CH” ou “X”, mimetizando um chocalho. Todavia, nossa leitura de “Morena de Angola” discorda de interpretações que a tomam como uma canção “alienada” e distante da guerra¹¹. Talvez não seja ocioso recordar o próprio contexto político brasileiro, de perseguição e vigilância contínuas, onde qualquer referência a iniciativas revolucionárias era identificada imediatamente como ameaça ao regime e passível de censura sumária. A relação entre a música popular brasileira e de Clara Nunes com Angola, contudo, está bem documentada (Meihy, 2004; Silva & Oliveira Filho, 1983; Soares, 2016) e denota a vitalidade dos trânsitos culturais no Atlântico negro no tempo, e de como esses trânsitos influenciaram a produção fonográfica dos dois países. Como constata Meihy (2004), a “existência de uma língua comum, o português, e a rica trajetória histórica que vincularam as duas partes através de sofisticada adaptação, correspondem a uma jornada de influências mútuas em que elementos das duas manifestações se trançam” (p.122).

“Morena de Angola” é um dos sambas mais emblemáticos da música popular brasileira, sendo considerado pelo pesquisador José Carlos Sebe Bom Meihy (2004) a síntese do trânsito afetivo cultural que deu origem a esta melodia. No texto “O Samba é *Morena de Angola*: Oralidade e Música”, o autor recupera a historiografia do samba brasileiro para demonstrar que não só a africanidade é sua marca mais notável como esta é uma expressão cultural que permite “uma história da cultura negra em que não presidam apenas os aspectos doloridos da experiência de dominação sobre os negros” (Meihy, 2004, p. 139). O samba brasileiro, e suas interconexões com as tradições orais

¹¹ Para Marco Polli (2009), por exemplo, os versos: “será que no meio da mata, na moita, a morena inda chocalha? Será que ela não fica afoita pra dançar na chama da batalha?” não refletem a crueza das cenas da guerra civil e podem ser considerados um dos dez piores versos da música popular brasileira.

bantas e, sobretudo, com o batuque utilizado em celebrações religiosas de Angola cumpriria o que, para outro contexto histórico-político, Gilroy (1993/2001) denominou de “políticas de realização” (p. 95). Isto porque, para além da experiência dramática do sequestro e escravização, muitos sambas oferecem a noção de que uma sociedade futura será capaz de satisfazer a promessa de liberdade e justiça para todas e todos.

Se, por um lado, a letra comporta uma chave de leitura que oferece a imagem de uma mulher “negra” que “chocalha”, reforçando o essencialismo da equação mulher-negra-corpo, por outro, uma leitura feminista negra nos faz compreender que é essa mesma mulher que encarna a desordem protagonizando uma reação feminina à dominação vigente. A “Morena de Angola”, sintetizada nos versos aparentemente incoerentes, é a mulher da classe trabalhadora, que caminha, interage, ama, luta e resiste na cidade revolucionária negra. Freire e Queiroz (2011) já apontaram a introdução da desordem através dos versos aparentemente desconexos da letra:

a Morena de Angola “sai chocalhando pro trabalho”, “batucando na panela”, “afoita pra dançar na chama da batalha”, “faz requebrar a sentinela”, “fazendo buchicho com seus penduricalhos”, e “tá no remelexo”. Ou seja, a ideia central é a perturbação da ordem, a bagunça. Isso que desfaz o previsível, os costumes, os acordos, é da ordem da diferença, da alteridade, da estranheza. (p. 689)

Diferentemente das demais músicas analisadas neste artigo, “Morena de Angola” não faz referência a um personagem específico, um “ato heroico” ou um evento histórico particular. “Chico Rei”, “Zumbi” e “O Mestre Sala dos Mares”, todas trazem aclamações a líderes por seus feitos. Apesar de nenhum movimento ser realizado apenas pelas/os dirigentes ou prescindir de mulheres, tal como em outras dimensões culturais, o cancionário popular tende a reproduzir a estrutura social que hierarquiza feitos realizados por homens e mulheres, visibilizando a maioria dos casos masculinos enquanto apaga ativamente a contribuição feminina. Do mesmo modo que hierarquiza racial e geograficamente, ao legitimar com presteza as narrativas de homens brancos heterossexuais europeus dentre todas as outras. Interpretada por Clara Nunes, a canção disruptiva “Morena de Angola”, contudo, vai na direção oposta quando descreve a vida cotidiana de uma mulher não nomeada, alguém “comum” profundamente engajada na transformação do mundo, do fazer no gerúndio. Assim como “Zumbi”, é no presente que a Morena carrega o chocalho na canela: seu tempo é aberto de possibilidades. Um horizonte que a última estrofe celebra — quase de maneira imperceptível para quem não detém o código —, no engajamento político da Morena de Angola, com quem a canção solidariza: “morena bichinha danada / Minha camarada do MPLA” (00:02:31), enunciando ao mesmo tempo o cumprimento tipicamente comunista (*camarada*) e a luta armada pela independência empreendida pelo Movimento Popular de Libertação de Angola.

Outra dimensão que permanece ausente das análises é a indistinção entre casa e rua¹² vivenciada no cotidiano das mulheres negras e como a ausência desta dicotomia é

¹² Agradecemos especialmente à parecerista anônima que nos chamou atenção para este aspecto fundamental.

representada nos versos. Os trânsitos e espaços ocupados pela Morena de Angola ilustram aspirações de liberdade inegociáveis e também se interconectam com outras tradições do Atlântico negro, como a das cantoras de *blues*. É interessante notar que, mesmo não tendo sido escrita por uma mulher negra¹³, a canção explicita laços de solidariedade que reivindicam uma espacialidade livre de convenções e determinações. As cantoras de *blues*, ao produzirem uma contracultura que operava “políticas de transfiguração” (Gilroy, 1993/2001), utilizavam-se do humor, da sátira e da ironia para falar de tabus, do silêncio em torno da violência misógina, da imobilidade imposta às mulheres negras no pós-emancipação estadunidense, a quem não era permitido por exemplo, viajar em trens (Barboza et al., 2021). As mulheres do *blues* para Angela Davis (2012) “redefiniram o ‘lugar’ da mulher. Forjaram e immortalizaram imagens de mulheres duras, fortes e independentes que não tinham medo nem da sua própria vulnerabilidade nem de defender o seu direito a serem respeitadas como seres humanos autônomos” (p. 185).

Sabemos que o trabalho — não adjetivado na letra se assalariado ou não, mas sempre submetido às ordens de outrem — é central na vida dessa *morena* angolana: “será que a morena cochila escutando o cochicho do chocalho / Será que desperta ginguando e já sai chocalhando pro trabalho” (00:00:28). A *morena* é uma mulher negra independente, que mesmo no trabalho continua a posicionar-se politicamente — uma vez que consideramos o “chocalho” da canção como o signo que sintetiza o posicionamento político feminino contra a ordem estabelecida. Signo da desordem, da transformação, que as mulheres negras insistem em imprimir em seu espaço e tempo, subvertendo relações de trabalho: “será que ela tá na cozinha guisando a galinha à cabidela / Será que esqueceu da galinha e ficou batucando na panela” (00:00:44). Entretanto, as estrofes carregam ainda outra carga simbólica: se a versão determinista e linear da história espera que o *lugar* da morena-trabalhadora seja a cozinha — como as ancestrais escravizadas —, exercendo as funções a que as mulheres negras foram submetidas, não se pode afirmar ao certo se a morena está mesmo na cozinha, ocupando o *lugar* previamente imposto a ela dentro da lógica de produção e poder capitalistas. Sua personalidade combativa introduz a rebeldia, quando sugere que unindo-se a uma manifestação, foi batucar contra o regime?

Em *Mulheres, Raça e Classe*, Angela Davis traça uma instigante análise da constituição do trabalho como uma dimensão fundamental na vida das mulheres negras. Seja no período escravista ou no pós-emancipação, o imenso espaço ocupado pelo trabalho forçado ou super-explorado “ofuscava todos os outros aspectos” (Davis, 2016, p. 17) de suas existências. O estudo minucioso da inserção das mulheres negras no modo de produção escravista permitiu a Davis a construção de um aparato teórico que articula aspectos centrais das condições vividas por essas mulheres, como o lugar do trabalho em suas vidas; a construção da escravidão como uma persistência histórica que definia formas de ‘ser mulher’ e de ser oprimida dentro de um sistema patriarcal; e como os

¹³ Consideramos que a representação de uma mulher negra, denominada “morena” escrita por um compositor branco é uma questão complexa e mereceria uma análise detida de seus múltiplos aspectos, o que infelizmente não é a proposta deste texto. Entretanto, reconhecemos também a complexidade da obra do compositor, inclusive a recorrente utilização de “eu líricos” femininos, muitas vezes problemática. Ver, por exemplo, Araújo (2018).

marcadores de gênero funcionavam na condição específica de ser escravizada/o, deslocando ambigualmente o conteúdo repressivo de acordo com as necessidades da supremacia branca: por um lado, as mulheres negras eram exploradas nos campos como homens e, por outro, abusadas sexualmente como mulheres (Barboza et al., 2021). Se bem que o trabalho seja uma das questões mais debatidas na teorização marxista, Davis inova com o seu contributo ao reivindicar a centralidade do trabalho na vida das mulheres negras, em relação a outras mulheres.

Embora muitos prismas da canção permaneçam abertos a interpretações a partir dos feminismos negros, à guisa de conclusão, observamos como o verso “passando pelo regimento ela faz requebrar a sentinela” (00:01:06) reforça os laços de cumplicidade forjados na luta contra a opressão. A “morena” que chocalha a ordem através de seus pés caminhanes, faz da luta armada sua trincheira. A solidariedade da sentinela ilustra um dos grandes temores da cidade branca contra a cidade negra, como apontou o historiador Sidney Chalhoub (1988) sobre a vida no Rio de Janeiro, pré-abolição: “e a cidade negra, a cidade esconderijo, ficava ameaçadora mesmo quando ela se mostrava possivelmente solidária” (p. 101). Isso porque a cidade negra urdia redes profundas de ajuda mútua, redes horizontais que refutavam os códigos brancos de parentesco e colaboração, construindo laços afetivos entre trabalhadores/as assalariados/as, negros e negras alforriados/as e em busca de alforria: “esta rede horizontal é densa, minuciosamente costurada, conferindo sentido a estas vidas negras e instituindo lugares sociais onde a cidade branca não podia penetrar” (Chalhoub, 1988, p. 102), em teias de sociabilidades que têm sido recentemente nomeadas como pertencentes ao *undercommons* (Moten & Harney, 2004).

As redes de ajuda mútua na diáspora negra não são totalidades cerradas em si, mas estão abertas ao movimento incessante de diálogo e intercâmbio, formando resistências duradouras e favorecendo tráficos transatlânticos que rompem discursos prontos de submissão. Diferentemente de Marco Polli (2009), não consideramos que chamar a Morena de Angola de “bichinha danada” e melodizar seu chocalho seja uma incompreensão do contexto de guerra civil angolana por alguém que parece não ter visto “a crueza das imagens veiculadas nos jornais”, mas sim uma forma de afirmar a cumplicidade com o código negro, então recém-traduzido, apropriado e incorporado por Chico Buarque e a intérprete Clara Nunes. Subverter a ordem, chacoalhar as estruturas de dominação, enfrentar os privilégios a partir de uma voz feminina, negra, da classe trabalhadora e destemida era uma lição “danada”, compartilhada com “as camaradas do MPLA” e, explicitamente inspirada nos incessantes trânsitos anticoloniais do Atlântico (Pacífico e Índico) Negro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as grandes revoltas negras da história constituam pontos fundamentais de recuperação da memória frente ao apagamento sistemático da história oficial que se pretende única, parece relevante atentarmos para as relações cotidianas vividas pelas

populações negras para apreendermos como resistências ativas eram, e são, engendradas em tarefas do dia a dia, nos modos de vida e de apropriação da cidade. As relações de ajuda mútua e de afeto, as produções culturais e o lazer da população negra, como nas músicas aqui apresentadas, podem oferecer pistas potentes para desconstruirmos a imagem de submissão e carência que tentam associar às populações que tiveram ancestrais submetidos à aterradora experiência da escravização.

A produção e inscrição de uma *memória* oposicional — aquela que reivindica espaço e lugar ao mesmo tempo em que contesta versões sedimentadas — é um trabalho constante que está intimamente relacionado com o estabelecimento de novos horizontes de luta. Isso não é o mesmo que dizer que não devemos inscrever nossas *memórias* no campo das disputas por outras versões da história, pelo contrário: são nossas lutas atuais que nos movem a reinterpretar o passado e redimensioná-lo. Sem as lutas e resistências já levadas a cabo, estamos certas de que nosso presente seria drasticamente distinto (e piorado). Contudo, essas lutas têm de ser o ponto de partida de nossa atuação e nunca o de chegada. Como percebemos nos ritmos aqui analisados, *não esquecer jamais* implica tomar decisões politicamente situadas e explícitas, estabelecendo laços, construindo redes e, sobretudo, *chacoalhar as estruturas*, multiplicando os registros do passado para recuperar as memórias de resistência. Isso implica também um *fazer* no mundo, um caminhar cotidiano como nos sugere o monumento ao “almirante negro”: as pedras pisadas do cais. E nesse processo, somos todas responsáveis: se é preciso dançar conforme a música, nos cabe escolher com cuidado a melodia. Convidamos mais gente a se aproximar do repertório musical do *Atlântico Negro* como um acervo intelectual a ser *estudado* e difundido. Um projeto coletivo ofereceria a oportunidade de aprofundar questões fundamentais que escaparam ao escopo desse artigo, como as táticas de solidariedade interracial, o lugar das mulheres negras na produção artística e o papel do feminismo negro na elaboração de narrativas de contestação.

AGRADECIMENTOS

Um versão resumida deste artigo foi apresentada no II Congreso De Estudios Poscoloniales e III Jornadas De Feminismo Poscolonial “Genealogías críticas de la Colonialidad”, realizado em Buenos Aires, em 2014. Agradecemos a Júlia de Oliveira Ruggi e Elza Aparecida de Oliveira Filha pela leitura e revisão.

BIBLIOGRAFIA

- Acadêmicos do Salgueiro. (2014, 24 de outubro). <https://www.salgueiro.com.br/>
- Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas* (D. Bottman, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1983)
- Araújo, H. L. (2018). Quatro mulheres, quatro canções: A representação do estereótipo feminino na lírica de Chico Buarque. *Revista Crioula*, (21), 698–715.

- Bakke, R. R. B. (2007). Tem orixá no samba: Clara Nunes e a presença do candomblé e da umbanda na música popular brasileira. *Religião & Sociedade*, 27(2), 85–113. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872007000200005>
- Barboza, R., León, T., Carcelén-Estrada, A., & de León, C. M. (2021). Ciclo abierto de lecturas sobre la obra de Angela Davis en Ecuador: Diáspora, Atlántico Negro y la internacionalización de las luchas antirracistas, feministas y anticoloniales. In R. Barboza & S. Zaragocín (Eds.), *Racismos en Ecuador: Reflexiones y experiencias interseccionales*. <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/quito/18443-20211118.pdf>
- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone & M. A. S. Bento (Eds.), *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 28–64). Vozes.
- Brügger, S. M. J. (2008). “O povo é tudo”: A obra de Clara Nunes. *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, 10 (17), 191–204.
- Brügger, S. M. J. (2009). Clara Nunes: Uma cantora popular. In *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. ANPUH.
- Carin, G. (s.d.). Sambas da década de 60 (até 1967). *Sambario*. <http://www.sambariocarnaval.com/index.php?sambando=sambas60>
- Chalhoub, S. (1988). Medo branco de almas negras. Escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. *Revista Brasileira de História*, 8(16), 83–105.
- Cooper, F., Holt, T. C., & Scott, R. J. (2005). *Além da escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação* (M. B. de Medina, Trad.). Civilização Brasileira.
- Cotler, J. (1969). Actuales pautas de cambio en la sociedad rural del Perú. In J. Matos Mar, W. F. White, J. Cotler, L. K. Williams, J. O. Alers, F. Fuenzalida & G. Alberti (Eds.), *Dominación y cambios en el Perú rural* (pp. 60–79). Instituto de Estudios Peruanos.
- Davis, A. Y. (2011). *Blues legacies and black feminism: Gertrude Ma Rainey, Bessie Smith, and Billie Holiday*. Random House.
- Davis, A. Y. (2012). I used to be your sweet mama. Ideología, sexualidad y domesticidad. In M. Jabardo (Ed.), *Feminismos negros, una antología* (pp. 135–185). Traficantes de Sueños.
- Davis, A. Y. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- Faria, G. J. M. (2014). *O G.R.E.S. Acadêmicos do Salgueiro e as representações do negro nos desfiles das escolas de samba nos anos 1960* [Tese de doutoramento, Universidade Federal Fluminense]. Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14688>
- Freire, J. C., & Queiroz, R. R. (2011). A alteridade em canções de Chico Buarque de Hollanda: Uma leitura desconstrucionista. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 11(2), 676–696.
- Gilroy, P. (2001). *O Atlântico negro* (C. K. Moreira, Trad.). Editora 34. (Trabalho original publicado em 1993)
- Gilroy, P. (2007). *Entre campos: Nações, culturas e o fascínio da raça* (C. M. M. de Azevedo, A. C. de Oliveira, C. M. da Silva, P. de S. Silva, R. R. Ribeiro, S. Santiago, Trads.). Annablume. (Trabalho original publicado em 2004)
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 2(1), 223–244.
- Lima, C. A. M. (1999). Em certa corporação: Politizando convivências em irmandades negras no Brasil escravista (1700–1850). *História. Questões e Debates*, 16(30), 11–38.

- Meihy, J. C. S. B. (2004). O samba é Morena de Angola: Oralidade e música. *História Oral*, 7, 121–143. <https://doi.org/10.51880/ho.v7i0.79>
- Mintz, W.S., & Price, R. (2003). *O nascimento da cultura afro-americana: Uma perspectiva antropológica*. Universidade Candido Mendes.
- Morel, E. (2009). *A revolta da chibata*. Paz e Terra.
- Moten, F. & Harney, S. (2004). The University and the Undercommons. *Social Text*, 22(2), 101–115. https://doi.org/10.1215/01642472-22-2_79-101
- Müller, T. M. P., & Cardoso, L. (2017). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Appris.
- Oliveira, L. X. (2012). *África Brasil: Uma análise midiática do álbum de Jorge Ben Jor*. *Contemporanea: Comunicação e Cultura*, 10(1), 158–174. <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v10i1.5820>
- Polli, M. (2009, 26 de fevereiro). Piores versos da música brasileira. *Le Monde Diplomatique Brasil*. <https://diplomatique.org.br/piores-versos-da-musica-brasileira/>
- Rivera Cusicanqui, S. (2010). *Ch'ixinakax utxiwa: Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Tinta Limón Ediciones.
- Silva, M. T. B. da & Oliveira Filho, A. L. (1983). *Cartola os tempos idos*. Funarte/Instituto Nacional de Música, Div. de Música Popular (MPB).
- Seligmann-Silva, M. (2008). Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*. 20(1), 65–82. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000100005>
- Shohat, E., & Stam, R. (2006). *Crítica da imagem eurocêntrica* [M. Soares, Trad.]. Cosac Naify. (Trabalho original publicado em 1994)
- Silva, M. A. M. (2012). Fazer história, fazer sentido: Associação Cultural do Negro (1954–1964). *Lua Nova*, (85), 227–273. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000100007>
- Soares, M. T. (2016). *O Brasil negromestiço de Clara Nunes (1971–1982)* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCS. <https://repositorio.pucsp.br/xmlui/handle/handle/19076>
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro. Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Graal.
- Vogler, C. (2006). *A jornada do escritor: Estruturas míticas para escritores*. Nova Fronteira.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Rosimeire Barboza da Silva é doutoranda em Governança, Conhecimento e Inovação no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra em Portugal. É docente no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares na Universidade de Brasília e pesquisadora no Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade, no grupo Estudios Críticos para la Justicia Social da Universidade Técnica de Manabí, Equador e na Asociación de Estudios sobre Discurso y Sociedad (EDiSo), onde co-coordena a Red[e] Discurso e Género, Violência e Resistência. Seus interesses de pesquisa estão relacionados à crítica e epistemologias feministas e antirracistas, aos direitos humanos e à justiça de transição na América Latina.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6409-0442>

E-mail: rosebs@ces.uc.pt

Morada institucional: Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal

Lennita Oliveira Ruggi é doutoranda no Centre for Global Women's Studies da University of Galway (Irlanda) e integrante do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná (Brasil). Atualmente é professora da Universidade Federal do Paraná, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, gênero, antirracismo, decolonização, corpo, subjetividades.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4616-0865>

E-mail: lennita@ufpr.br

Morada institucional: Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, Setor de Educação, Rua Rockefeller, 57 Bairro Rebouças, 80.230-130, Curitiba, PR, Brasil

Submetido: 04/04/2023 | Aceite: 05/09/2023



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.